

VENÍCIO A. DE LIMA (ORGANIZADOR)

A MÍDIA NAS ELEIÇÕES DE 2006



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Raymundo Faoro e o Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R273 Raymundo Faoro e o Brasil / [organização] Juarez Guimarães. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
300 p. : il. – (Coleção Pensamento Radical)

ISBN 978-85-7643-049-0

1 1. Faoro, Raymundo. 2. Política – Brasil. 3. Democracia. 4. História. I. Guimarães, Juarez.

2

CDU 32(81)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Raymundo Faoro e o Brasil



Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Presidente: Nilmário Miranda
Vice-presidente: Elói Pietá

Diretores: Selma Rocha
Flávio Jorge
Iole Iliada
Paulo Fiorilo

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial
Rogério Chaves

Assistente Editorial
Raquel Maria da Costa

**Participação especial na
edição do texto**
Sandra Brazil

Preparação de texto
Flamarion Maués

Revisão de texto
Leticia Castelo Branco

Editoração eletrônica e Capa
Enrique Pablo Grande

Imagem de capa
Mário Pizzignaco

**Este livro obedece às novas regras do
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.**

© 2009 by Editora Fundação Perseu
Abramo

ISBN 978-85-7643-049-0
1ª edição: junho de 2009

-

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 • São Paulo • SP • Brasil
Tel.: (11) 5571-4299 • Fax: (11) 5571-0910
editorial@fpabramo.org.br
www.fpabramo.org.br
www.efpa.com.br

Sumário

Apresentação

Juarez Guimarães

Caríssimo Raymundo

Mino Carta

Carta de Curitiba

Raymundo Faoro

O advogado da liberdade

Márcio Thomaz Bastos

Raymundo Faoro e a reconstrução da democracia no Brasil

Giselle Cittadino

Revisão de Raymundo Faoro

Francisco Iglesias

O longínquo pesadelo brasileiro

Renato Lessa

Raymundo Faoro, pensador da liberdade

Juarez Guimarães

Entrevista com Raymundo Faoro: uma viagem ao universo intelectual do autor

Jair dos Santos Júnior

Raymundo Faoro: Brasil, política e liberdade

Rubem Goyatá Campante

Para além de Raymundo Faoro?

Jessé Souza

Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis

Alfredo Bosi

Machado de Assis reinventado pelos sociólogos

Leopoldo Waizbort

Caderno de fotos

Apresentação

A maioria dos ensaios publicados neste livro foram expostos originalmente no seminário “Raymundo Faoro e o Brasil”, promovido pela Fundação Perseu Abramo e pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj), de 5 a 7 de novembro de 2003, no Rio de Janeiro, coordenado pelos professores Maria Alice Carvalho e Juarez Guimarães.

Eles foram enriquecidos com uma entrevista inédita com Raymundo Faoro, realizada pelo professor Jair dos Santos Júnior, além de seu histórico discurso como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, em sua VII Conferência Nacional em 1978, com o título “O Estado não será o inimigo da liberdade”. Além disso, acrescentaram-se ensaios do historiador Francisco Iglesias (publicado em 1976 na Revista do Departamento de Ciência Política da UFMG, de circulação já extinta), dos professores Leopoldo Waizbort e Juarez Guimarães.

O livro é composto de cinco partes. A primeira, iniciada com o depoimento do editor e jornalista Mino Carta e continuada em tom alto pelo ex-ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, além do interessante ensaio de Giselle Cittadino, dá conta do valor inestimável da contribuição de Raymundo Faoro nos momentos mais dramáticos da luta pela democracia no Brasil.

Em seguida, três ensaios procuram situar a obra de Raymundo Faoro entre os clássicos da interpretação do Brasil e revisita-la a partir de uma perspectiva historiográfica. Procura-se salientar a originalidade, pertinência e atualidade da tese de interpretação de Faoro em um contexto crítico e reflexivo.

Um terceiro bloco volta-se para o exame em profundidade das relações entre as reflexões de Faoro e a obra de Max Weber. Além da entrevista com o autor, já citada, e que se centra neste tema, dois ensaios buscam o que há do autor alemão em Faoro e o que há de criação própria ou consciente recriação e enriquecimento interpretativo dos conceitos weberianos em *Os donos do poder*.

Dois ensaios luminosos, de Alfredo Bosi e Leopoldo Waizbort, revisitam Faoro leitor de Machado de Assis. Enquanto o primeiro capta o olhar sociológico dos personagens e situações machadianas, o segundo compara esta leitura com aquela realizada por Roberto Schwarz.

Por fim, são apresentados uma bibliografia do autor e um caderno de fotos.

O que resulta é talvez o conjunto mais completo, variado e rico de releituras de um personagem e de uma obra que ocupam um lugar central na formação da cultura democrática dos brasileiros.

Juarez Guimarães

Caríssimo Raymundo

Mino Carta

Diretor de redação da revista Carta Capital. Dirigiu as equipes criadoras do Jornal da Tarde e das revistas Quatro Rodas, *Veja* e *IstoÉ*.

Estou aqui exatamente por causa da admiração que sentia e sinto pelo Raymundo, e por causa da amizade que me ligou a ele, de outra maneira não conseguiria explicar minha presença nesta mesa.

De fato, conheci Raymundo antes de encontrá-lo fisicamente, ao ler os livros dele, tanto o ensinamento definitivo contido n’*Os donos do poder*, como a crítica perfeita feita em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, que acho um livro de certa forma tão importante quanto *Os donos do poder*.

Raymundo, por um tempo, não foi muito bem compreendido, pelo menos por certos setores da esquerda – e, eu diria, ou em função do despreparo, da ignorância, ou em função do sectarismo e de um dogmatismo fanático –, porque ele não desenvolvia um pensamento à luz da dialética marxista.

Mas acabei conhecendo pessoalmente esta figura imponente e, direi, decisiva na minha vida.

“O profeta emana dos milhares de livros que leu, dezenas de milhares e com total proveito desceu dentro deles com tocha e corda, e lhes descobriu os tesouros. Ele é um desses grandes velhos que atingem a sabedoria, com espontaneidade e disponibilidade irredutíveis, sem pôr em risco o ceticismo amealhado durante a vida.”

O Profeta. Personagem de um livro que escrevi sem maiores pretensões, *O castelo de âmbar*, biografia onírica de alguém parecido comigo. No livro, o Profeta campeia, assim como Raymundo Faoro campeia na minha vida. E campear é verbo adequado, de sabor gaúcho, pois daqueles campos vinha Faoro, orgulhoso do berço, Vacaria, onde nasceu em 1925.

O cenário em que o situo é outro, no entanto. Um Rio de Janeiro machadiano, de graciosa arquitetura a deitar sobre os muros tons pastéis, em perfeito conúbio, embora surpreendente, com a suntuosa natureza, estabelecida ao redor, em delírio. Conheci Faoro pessoalmente – já conversara com ele pelo telefone – “em ambiente ladrilhado por azulejos percorridos por finos arabescos em azul desbotado, mas de pulsante relevo sobre a luminescência do esmalte alvíssimo”.

Recordo o momento. Dia 17 de setembro de 1977, fomos apresentados pelo jornalista Elio Gaspari, nosso comensal. Eu acabara de receber informações de que Claudio Abramo deixava à força a direção da *Folha de S. Paulo*, por obra das pressões dos generais. Vivíamos dias ásperos, mas o bacalhau à Zé do Pipo estava muito além de decente.

Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conferia à entidade um destaque que jamais tivera, tornava-a braço ativo da resistência. Ativo e inteligente. Despedimo-nos à porta do restaurante, o Rio Minho, já amigos para todo o sempre. Ele se foi com a exata leveza de quem conhece todas as lajes das calçadas da rua do Ouvidor.

A importância que o papel lhe entregava não despia Faoro do bom humor, do senso da ironia. Tempos depois, à mesa de jantar de amigos, convidados de honra dois “brasilianistas” americanos, “bastou uma troca de olhares para que nos habilitássemos a expor à ilustre audiência o projeto de um golpe de mão destinado a tomar o QG da Polícia Militar, executado com total chance de êxito por dois valentes, a saber, ele e eu”.

Os professores alienígenas não perceberam a amarga brincadeira, tampouco o anfitrião, o que amplificou nossa diversão. Mas outras tarefas cabiam a Faoro, desde organizar e presidir o memorável Congresso da OAB de Curitiba e assumir a defesa dos perseguidos da ditadura, até colaborar com o senador Petrônio Portella na tentativa de encaminhar a chamada abertura.

Remonta a esse tempo o singular esquecimento de Portella, ao abandonar sobre a mesa do presidente da OAB o texto de sugestões de Afonso Arinos, no sentido de incorporar à Constituição o AI-5. E também uma visita ao então general-presidente Ernesto Geisel, que desejava conhecê-lo.

Faoro ditou as condições. Iria somente se o encontro não fosse sigiloso. E ao sair do Planalto declarou que a abertura só seria válida se implicasse anistia “ampla, geral e irrestrita” e se convocasse uma Assembleia Constituinte. Faoro nunca foi de meias palavras. Anos antes, integrante do Conselho Federal da Educação, cuidou de enfrentar cara a cara o então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, colega na entidade, ao levantar dúvidas sobre a honorabilidade de sua progenitora.

Na minha existência, tornou-se aquele a quem pedia para ligar a luz. Virou o Profeta, não somente como historiador, mas também por ter antecipado os detalhes do dia-a-dia. Profeta é, como ele próprio ensinava, mensageiro. Ou seja, não é adivinho, apenas enxerga mais nítido e fundo que os demais.

Quando Faoro deixou a OAB, agregou-se então aos esforços desse que vos fala e se tornou presidente do Conselho Editorial da revista *IstoÉ*, e, com isso, transformou-se no eixo dessa publicação. Transformou-se na pedra angular e nos iluminou diariamente a todos. Ele colaborava com uma coluna semanal, mas também participava de reuniões, orientava e abria as cabeças.

Por 26 anos o Profeta me indicou o caminho como cometa, presença imediata e concreta em várias andanças, em todas as profissões. Na *IstoÉ*, no *Jornal da República*, na *Senhor*, na *Carta Capital*. Mestre e companheiro. Manhã de domingo, não faltava sua ligação. Ouvia-lhe a voz grave, afinada com seu porte.

“Caríssimo”, dizia. E esse “caríssimo” ia direto ao precórdio. Valorizava-o extraordinariamente a reticência natural em quem lida com dificuldade com a expansividade, com as emoções soltas, con-

forme mandam os humores de Vacaria e os mandamentos de uma geração de varões austeros.

Faoro era menos cético, talvez, do que teria gostado. Conhecia a empolgação e, às vezes, não conseguia dominá-la, ao menos aos olhos dos mais chegados, capazes de divisar as nuances. E em um dia de abril de 1980, subiu ao palanque da Vila Euclides, de onde Luiz Inácio Lula da Silva arengava as suas primeiras, circunscritas, multidões. Subiu empolgado e foi amor duradouro. Ou esperança, se preferirem.

Eu conhecera há pouco tempo o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. E fiz a primeira reportagem de capa sobre Lula, essa figura que me surpreendia muito porque enxergava nele qualidades que não havia nas lideranças sindicais anteriores, todas, certamente, conluídas com o poder, mas dotado também de um enorme carisma, de uma força interior que transparecia claramente. Fiquei muito impressionado.

Faoro, já presidente do Conselho Editorial da revista, me liga e diz: “Olha, gostaria de subir ao palanque da Vila Euclides”.

Quando Raymundo desembarcou no aeroporto, havia um emissário do suplente de senador Fernando Henrique Cardoso, estranhamente presente. Até hoje, para mim, é um mistério como se deu essa súbita aparição. Ele nos convidou a passar pela casa do suplente de senador, que fazia questão de nos ver a caminho de São Bernardo. Passamos pela casa do suplente de senador, onde uma dama que se dizia baronesa nos serviu um café em xícaras preciosas, sem deixar de acentuar a qualidade dessa louça, e me pareceu ser a progenitora do suplente de senador. E ela dançava entre nós, com extrema leveza, devo dizer, considerando a idade, enquanto o suplente de senador tentava nos demover do intuito que carregávamos naquele momento, ou seja, subir ao palanque da Vila Euclides.

A peroração dele não calou fundo, mas, de qualquer maneira, insistiu para que passássemos pelo Paço Municipal de São Bernardo. Quando chegamos, pensei numa assembléia de corujas, mas acho que eram políticos locais. Ai, sim, houve várias perorações, pediram que não subíssemos ao palanque. Eu disse: “Olha, sou jornalista, não tenho nada a ver com isso, doutor Raymundo decidirá por conta própria. Eu vou”. E o Raymundo levantou-se imediatamente e foi também.

Quando Lula ficou preso no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), em São Paulo, Raymundo de novo quis visitar

Lula. Fui com ele. Fomos recebidos fidalgamente pelo então chefão do pedaço, o atual senador Romeu Tuma, que nos cedeu o gabinete dele e chamou Lula, que nesse tempo estava sendo muito bem tratado porque todo dia o Tuma mandava uma perua para a casa do Lula buscar mulher e filhos para uma visita diária, e me pareceu haver até uma certa amizade entre os dois, que, se bem entendo, continua até hoje. De qualquer maneira, foi então que o Faoro disse a ele: “Olha, eu estou aqui para te defender. Se você precisar dos meus préstimos como advogado, estou a seu dispor”. E Lula: “Não, doutor Faoro, o senhor é importante demais, vamos recorrer ao Greenhalgh”. Era fim de abril ou começo de maio de 1980, e o Lula estava preso.

A *IstoÉ* acabou para mim logo mais, porque em 1981 acabei por deixar a revista, mas logo estivemos juntos novamente na *Senhor*, na qual ele colaborou semanalmente. Depois na revista *IstoÉ*, quando ela voltou à Editora Três. Quando sai da *IstoÉ*, em agosto de 1993, Faoro imediatamente saiu. E então surgiu a *Carta Capital*, e desde o começo Raymundo esteve lá, com a sua “Carta do Trópico”.

Enxergo Faoro como o grande iluminista. O grande iluminista em um país que de alguma forma mantém aspectos medievais, digno do mestre de Avis. Um país que ainda não fez a sua Revolução Francesa. Espero que a faça, e, no fundo, não é pedir muito.

Quando, na quinta-feira 15 de maio de 2003, vi a bandeira nacional pousada sobre aquele ataúde, me perguntei se Raymundo, o caríssimo Raymundo, gostaria. Tive

umas dúvidas, por causa da tosca escrita positivista: ordem e progresso. Ordem e progresso? É isso mesmo?

O Profeta vai fazer muita falta a todos nós, inclusive ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT), junto ao qual tinha grande e justificada influência. Ao saber da sua morte, dom Paulo Evaristo Arns disse: “Apaga-se um símbolo da esperança”. Quanto a mim, daqui em diante, quantas vezes ainda convocarei meus botões: que diria Raymundo a respeito disto e daquilo?

O Estado não será o inimigo da liberdade¹

Raymundo Faoro

A Ordem dos Advogados, criada em 1930 sob as vigorosas raízes de 1843, reúne-se, mais uma vez, para refletir acerca do perfil institucional do país, em amplo, superior e livre debate de todos os seus membros, aqui presentes e aqui representados. Curitiba, com fidalga hospitalidade, oferece o fórum desta jornada, no estuário de correntes novas de população integrada a velhas tradições, para lembrar, na refeita continuidade cultural, o encontro de idades e gerações. A confluência histórica, que o evento desta noite reflete, está à sombra de dois juristas – José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, e Hugo Simas, ambos filhos de uma velha província, que emancipou a 5ª Comarca ao tempo do Segundo Império.

1. Discurso de abertura do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil na VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em Curitiba de 7 a 12 de maio de 1978. Publicado em: FAORO, Raymundo. “O Estado não será o inimigo da liberdade”. In: *Anais da VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil: o Estado de Direito*. Rio de Janeiro, OAB/Conselho Federal, 1978, p. 46-51.

“Que belo espetáculo não é o de um povo feliz à sombra de suas leis amadas e veneradas.

De um povo orgulhoso de seus direitos, soberbos de sua Pátria”! Com estas palavras, Pimenta Bueno alude ao compromisso constitucional, “arca da aliança” em meio a nossas perplexidades e perigos, sobre o qual, e só sobre o qual, se constrói a grandeza e a prosperidade do país. Hugo Simas, jurista que conquistou amplos territórios do direito, advogado e juiz, representou lição viva de liberdade. Essas figuras venerandas são o pedestal simbólico de uma evocação atual: os 30 anos de vicissitudes e agonias da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o mais luminoso roteiro, neste século, do aperfeiçoamento moral e jurídico da humanidade. Lembranças e comemorações conjugam-se para conciliar, em comum trânsito, a sociedade política e a sociedade civil, sem a arcaica antinomia entre Estado e liberdade.

Não congregamos símbolos e evocações para ornamento de uma solenidade, para que nos inspirem os vultos e os acontecimentos. Queremos significar, na projeção histórica, a nossa mais cara das verdades: não chegamos agora, passageiros clandestinos em viagem de turismo, nem estamos sós, dentro do país e no universo civilizado. Anunciamos, agora e no passado, não só as tempestades, como as procelárias em bando, mas, no meio da tempestade, a voz trará à tripulação a boa nova de tempos melhores. Tudo se fez e se faz dramaticamente, com a luta de muitas vítimas e mártires, para que o relógio anuncie a hora propícia, o tardo relógio dos interesses anacrônicos e das acomodadas situações. Reunimos ao caudal de agora, 150 anos de cursos jurídicos, em meditações sobre a sociedade e o direito, pelejamos na distante Independência, estivemos presentes na Abolição e denunciemos os desvios oligárquicos e autoritários da República.

Em todos os momentos nossa palavra pareceu, no primeiro e desavisado instante, excêntrica e não raro incitadora à desobediência civil, na denúncia à escravidão, por obra de Montezuma e Perdígão Malheiro, no inconformismo às práticas fraudulentas, no verbo de Rui Barbosa, na resistência ao Estado Novo, no combate atual pelo império das leis e pela correção de rumos autocráticos.

Estivemos na vanguarda e à vanguarda cabe desferir o primeiro combate e receber os primeiros golpes. Este o nosso lugar, que deriva do papel que sempre nos coube: contemporâneos somos do tempo,

cujo alcance, para quem leva as marcas gloriosas do combate, não é difícil apreender com o olhar. No passado, quisemos a mudança e tudo mudou. Hoje, queremos a transição e queremos o que está além da transição, com o senso de responsabilidade de quem refletirá, no gesto desferido, a consequência do amanhã recomeçado e reconstruído. Longe estamos do delírio utópico, do radicalismo passional e, também, do passivo fatalismo daqueles que se excluem esperando que tudo aconteça, para, o dia seguinte, colher os destroços da jornada imprevista e chorar sobre as ruínas do templo abatido.

Nosso debate, durante uma semana de estudos e necessárias divergências, voltar-se-á para

a sociedade política. Nascemos e vivemos envolvidos por forças que fugiram à nossa vontade e ao nosso entendimento, delas nos alheamos, incapazes de conservá-las no convívio imediato, para controlá-las e dominá-las. O Estado as abriga, com a tendência de sobrepor-las à sociedade, em armadura de ferro, numa aliança distante de detentores do poder, se quebrado o conduto que os prende aos seus destinatários. A cidade política aliena-se da cidade comum e de todos, cidadela perdida no mundo, sem caminhos que a ela levem, só aberta a estrada que dela parte para expedir ordens. Incorporar a cidadela à cidade será a nossa tarefa, desarticulando da categoria dirigente as justificações da força, como se o poder fosse apenas o mistério e a dimensão demoníaca de coisas fora do comando do homem. Começaremos pelo reconhecimento de duas proposições. O Estado não será, pelo fato de ser Estado, o inimigo da liberdade, para que não se converta em dogma a presunção válida em favor da liberdade dos indivíduos. De outro lado, acentue-se que, na preocupação de fundir a sociedade política à sociedade civil, não enfrentamos desafio novo, mas realidade secular e multissecular. A sociedade civil sempre foi, no Brasil, controlada e sufocada pela sociedade política, num contexto estamental que lhe impede as manifestações de classe, a iniciativa particular, turvando-lhe, pela rígida condução do alto, a calculabilidade e a previsibilidade de suas ações. Nova será, na anacrônica contextura, a falácia de, exacerbando a herança histórica, prometer, na conservação do *statu quo*, o retrato do desenvolvimento político para depois de ultrapassado o subdesenvolvimento econômico, como se devêssemos esperar, fatalmente, que da contenção de hoje surja o

paraíso de amanhã. Nesse equívoco de atualizar o velho na promessa do longínquo dia a nascer atrás das montanhas, encartou-se uma ideologia que pretende legitimar um tipo de Estado, pela exceção, na normalidade e na rotina. O poder não se qualificaria pelo direito – nessa falsa perspectiva – mas pela eficiência.

Dissociou-se, agora por efeito de uma doutrina inarticulada, a democracia da participação social e política. A autoridade se degradaria na força, em instância última, sem o apelo à legitimidade, conceito que alude a valores, que conferem autoridade ao sistema jurídico, para que possa ser acatada sem o imediato uso da força, em que não se transforme esta em apelo preliminar no exercício do governo. O acessório, se esquecido o conceito de legitimidade, ocupa o lugar do principal, quebrando a aliança entre povo e governo, convertida a lei unicamente na *voluntas* de quem manda sem a *ratia* do equilíbrio do conjunto social. A força só teria justificação se revestida de autoridade, para que o direito não seja apenas a mão do mais forte, assimilada aquela à violência.

A força, para que se legitime, há de encadear-se ao poder, que por sua vez se articula à autoridade. Se o poder fosse a expedição pura de ordens, ordens circunstanciais ou ordens planejadas, sem que o concurso popular as qualifique juridicamente, tudo se reduziria ao decisionismo dos detentores do poder, abrigados embora na racionalidade formal dos meios, com amplos recursos técnicos de imposição ou de persuasão manipulada. Estar-se-ia, ao percorrer esse atalho realista, no campo do arbítrio, sem que a generalidade das leis e a igualdade de todos perante elas o condicionassem e o diluíssem. As próprias leis – leis que só o seriam em sentido impróprio –, se excluído o arbítrio unicamente da técnica dos meios, poderiam ser arbitrárias.

Haveria, no caso, pseudo Estado de Direito, consagrado no desordenado capricho dos governantes, mascarado de medidas – medidas e não leis – individuais, fora do alcance dos mecanismos corretivos de sua validade, quer por falta do consentimento popular, quer pela suspensão dos mecanismos institucionais que as legitimam. No momento em que as medidas individuais ocupem o lugar das leis, todo o arcabouço político se converte em ordenador e executor de decisões que, na sua substância, são policiais. Desapareceria a divisão de funções, reduzidos os tribunais a repartições administrativas, na quebra

do princípio da independência do judiciário. Alijadas essas cautelas – a generalidade da lei, a igualdade perante ela, com sua sequela básica, a separação dos poderes – a sociedade, desarmada, estaria submetida às medidas individuais do poder, individuais ainda quando dirigidas a uma coletividade, com o risco de se dissimularem ideologicamente para ludibriar a maioria.

Chega-se, com esse processo, ao elitismo oligárquico e, com a negação do direito, à negação da política, amesquinhado em lutas, palacianas ou não, pelo poder, o poder de expedir ordens, com a só justificação da eficiência. O poder social não transitará no poder político, refugiado este em interesses historicamente consolidados e de minorias renováveis na mera cooptação de outras minorias. Unicamente por meio da democracia e seu aparelhamento institucional, não é nova a ideia, os interesses individuais podem se expressar, mas só por meio dela impede-se que os interesses nacionais sejam dominados pelos interesses particulares.

Ao contrário, o suposto realismo da eficiência levará a inconversibilidade dos interesses, no

círculo em que o poder só conhece a dimensão da força e não a dimensão da legitimidade, capaz de qualificá-la na lei que, por ser geral e por supor a igualdade, expressa o pacto de convivência popular no estatuto político.

Se o Estado de Direito se volta à contenção da força pelo direito, ele está diante do problema da liberdade, que lhe cumpre guardar e amparar. Não será o Estado negativo da crítica ao liberalismo, embora pressuponha a prevalência da liberdade nas relações sociais, na liberdade como expressão jurídica. Negativo não quer dizer fraco – como fraco não foi o Estado liberal, único na face da terra e da história, que, enfrentando crises e guerras, expandiu fronteiras e elevou seus povos a níveis de riqueza jamais sonhados. Único, em dramas coletivos da maior profundidade, a resistir aos assaltos totalitários, de dentro ou de fora, com o triunfo, final, não por acaso, mas pela racionalidade de seus meios e fins. Nem por ser formal o quadro das liberdades e do conceito de igualdade, significa que possa ser dispensável na ordem jurídica: seu abandono mostrou, sem sombra de dúvida histórica, que a forma revestiu o próprio modo de exercício. As liberdades políticas atravessaram metamorfoses que lhes infundiram conteúdo na dinâ-

mica social. Caracterizadas, em outros tempos, pela só desconfiança à sociedade política, encarnaram liberdades contra o Estado e

liberdade de intervenções corretoras do equilíbrio entre fracos e poderosos, para adquirirem, ao se aperfeiçoarem, densidade de participação à formação do Estado e aos elos que articulam a sociedade civil. O liberalismo de pares, de privilegiados, de senhores, para a câmara dos lordes, cedeu lugar, ao se desprender do liberalismo econômico, ao liberalismo retemperado pelo povo, nos novos direitos chamados sociais, às liberdades voltadas para integrar todo o universo da convivência humana.

O liberalismo apenas armado contra o Estado, mostrou-se incapaz, pela feição elitista, de corporificar uma doutrina democrática de governo – não admira, portanto, que, no governo, os liberais fossem conservadores ainda mais *enragés* do que aqueles que sucediam nos postos.

Faltava-lhe a disposição de banhar-se nas águas, às vezes turbulentas, do rio que atravessa e

inunda a cidade política. Isto não leva a admitir que as velhas liberdades morreram e outras nasceram, ao contrário do que divulgam os cartórios que periodicamente expedem certidões de óbito do liberalismo. As liberdades das declarações do século passado foram, na verdade, superadas – superação, atente-se, tem cunho filosófico bem definido, que significa incorporar, negando aspectos incompatíveis com situações novas e emergentes, filiadas à efetiva participação política, social e econômica. As liberdades básicas – a liberdade física, a liberdade de opinião – continuam vigentes, incorporadas às liberdades que viabilizam a presença do homem na formação da vontade comum. Seria admissível a associação sindical, a reunião reivindicante e pacífica, sem que, na base, estivesse a liberdade física, a liberdade de ir e vir, a liberdade de opinião, para consagrar as divergências? Banidas umas – ou, na linguagem corrente, mortas –, seriam as subseqüentes ilusórias. Ameaçadas as últimas, sua defesa estaria, em instância válida, na garantia das primeiras. Fora daí, há o cemitério inquisitorial povoado de vítimas indefesas.

Não chegamos a este passo da longa travessia, da árdua jornada, armados unicamente com um corpo de doutrinas, com a clara indicação de um roteiro, o Estado de Direito, legitimado pela

soberania popular e qualificado na autoria da lei. Dentro da névoa autoritária, acendemos a fogueira que reanima as vontades e esclarece os espíritos. Estamos diante da transição inevitável e estamos diante da luz da manhã, a incerta, a penosa manhã de esperanças e de malogros prováveis.

Articulamos, filtramos e criamos mais do que ideias e perspectivas teóricas, bem mais do que a utopia das declamações e da retórica festiva. Os advogados brasileiros estruturam uma consciência ativa, atualizando o mandato de história missão, com a unidade granítica da mais numerosa das classes brasileiras. Não há mais entre nós consciências disponíveis, prontas às transigências, às seduções do poder, cativas da ótica cooptadora. Nosso contingente de homens e ideias, está, ainda uma vez e sempre, a serviço do Brasil, na vanguarda.

Mas a mensagem é de paz, da mudança pacífica, certa que o compromisso está na própria dinâmica da vida democrática. Compromisso sem transigência, sem concessões no campo dos princípios, com a compreensão da realidade que todos sentimos e encarnamos, realidade que não dissimula os conflitos, legitimando-os, ao contrário, no pacto que preserva a liberdade e o direito de suscitá-los. Compromisso que há de significar coligação de elites, para malabarismos de ocasião, distribuição de favores e conquistas de interesses particulares. Paz na divergência e paz no conflito, com o esquecimento de agravos e ódios, pela pacificação efetiva do passado. Não será de nossa provada índole permanecer em declamações vazias: os rumos e os contornos da pacificação, por todos os meios ao nosso alcance, devem ser definidos e apontados, sem reservas e sem o receio de ferir tabus e suscetibilidades. O Estado de Direito é um processo, já aberto e já equacionado – a pacificação, isoladamente não leva a ele, mas ele não se aperfeiçoa sem ela. Há uma sucessão de passos nessa jornada, mas não há passos principais e passos acessórios, todos são necessários para alcançar o esperado norte. Há, todavia, o passo inicial que situamos na garantia do *habeas corpus*, cuja substância está na sua inteireza, pedra em que assentam todas as liberdades.

Onde quer que haja um advogado, onde quer que esteja um bacharel, aí deve estar a consciência jurídica do povo brasileiro, na defesa do Estado de Direito. Em seus pareceres, em seus votos, em seus arrazoados, nos tribunais e nos escritórios, há de predominar o

senso de uma alta responsabilidade: a de contemporâneos da história brasileira. Esperamos dos advogados que o convívio fraterno de uma semana mais os una, no momento em que o Brasil está atento à sua inteligência, ao seu equilíbrio e à sua coragem. A coesão que alcançamos não interessa a nós, mas ao país, com o qual nos identificamos nas suas aspirações mais profundas. Ela permitirá que, com firmeza e numa só direção, enfrentemos as eventuais decepções imediatas e as convertamos em estímulo para o triunfo da mais urgente causa do povo brasileiro: a causa da liberdade, a causa da democracia, a causa do Estado de Direito.

O advogado da liberdade

Márcio Thomaz Bastos

Advogado criminalista, foi presidente da OAB-SP (1983-1985), presidente do Conselho Federal da OAB (1987-1989) e ministro da Justiça durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007).

Quando o conheci, já o considerava um mito. Embora nos separassem apenas cerca de dez anos de diferença, ele já havia tido um importante papel e um percurso próprio na história do Brasil e do pensamento brasileiro. Privei com ele basicamente na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tivemos uma história cheia de contradições. Estivemos aliados muitas vezes, lutamos inúmeras vezes do mesmo lado e estivemos separados outras vezes, na disputa de eleições, no apoio de chapas, dentro daquele encarniçamento que as corporações têm dentro da sua democracia interna.

Lembro-me bem de que, quando fui presidente da OAB, dez anos depois dele, em 1988, na Conferência Nacional, feita em Porto Alegre, no importante momento da promulgação desta Constituição de 1988, imaginamos uma temática extremamente ambiciosa. O tema era “O advogado e a OAB no processo de transformação da sociedade brasileira”. A modelagem de nossa conferência era mais ambiciosa

ainda, beirava a paranóia; pretendíamos fazer a “suma teológica” do Brasil, à luz da experiência e do percurso dos advogados. A tarefa começaria com três aulas magnas, uma dada pelo ministro Miguel Seabra Fagundes, outra pelo então já senador Fernando Henrique Cardoso e a primeira por Raymundo Faoro.

O ministro Seabra Fagundes e o senador Fernando Henrique Cardoso vieram, mas Faoro, em razão de um compromisso incontornável de última hora, não pôde comparecer e foi substituído por aquele que era seu interlocutor mais frequente na Universidade de São Paulo (USP), o professor Florestan Fernandes. Lembro que, ao pedir desculpas por convidar de última hora o professor Florestan, ele me respondeu que não havia problema algum, uma vez que conhecia tão bem a obra e o pensamento de Faoro que iria dizer exatamente o que este falaria. Tal como aconteceu.

Algum tempo depois estive com Faoro em seu escritório no Rio de Janeiro. Ele me mostrou um esboço do trabalho que iria apresentar na conferência de Porto Alegre e pedi que me desse uma cópia. Respondeu-me que não, que reescreveria o trabalho e, uma vez concluída a sumária revisão de sua obra, entregaria-me a cópia. Nunca o fez.

A história de Faoro pode ser claramente dividida em dois aspectos que se interpenetram. O primeiro é o do homem de pensamento, o homem que escreveu *Os donos do poder* e sua obra de teoria literária, tão importante quanto a sociológica, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Operou no debate intelectual da década de 1970 um certo desentupimento do marxismo vulgar que impedia uma reconstrução da história da nação sem matizes ideológicos, que, ao buscar encaixar os fenômenos sociais dentro dos modelos previamente concebidos, impediam a acuidade de nossa análise da realidade circundante.

A obra mais conhecida de Raymundo Faoro auxilia-nos a decifrar o Brasil. Ao lado de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque Holanda, *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, *Os donos do poder* é um dos marcos teóricos capazes de esclarecer aspectos da formação e da consolidação de nossa sociedade e de nossa política.

Ao observar a dinâmica do poder no Brasil, Faoro buscou demonstrar que, apesar das rupturas políticas, constantes rusgas

e tensões entre grupos e ideologias, nossa política é marcada pela estabilidade daqueles que ocupam a direção do Estado e pelo distanciamento que os dirigentes têm da população. A maior contribuição trazida pelo estudo parece ser o detalhamento histórico do processo pelo qual o patriarcalismo legado pela colonização portuguesa pôde transformar-se em um tipo novo de patrimonialismo e da forma pela qual tal estrutura político-econômica deu origem a um tipo original de dominação política que se perpetuou por séculos, a qual o autor chamou “estamento burocrático”. Surgido como modelo de dominação compatível com o capitalismo comercial politicamente orientado da Revolução Portuguesa conduzida por dom Manuel, esse modo de dominação congelou-se e reproduziu-se nos séculos subsequentes.

Essa classe congelada, que não se movimenta, não aceita ser penetrada pelo povo. O que aconteceu por toda a história do Brasil: essa transição que não transita, essa revolução que não acontece, essa mudança que não vem e que só aparenta vir para deixar tudo como está. Em suas palavras:

“O estamento como categoria autônoma, superior à sociedade, emancipado do caudal triturador da história – este o problema não solvido. Quatro séculos de hesitação e de ação, de avanços e de recuos, de grandeza e de vacilação serão a resposta de um passado teimosamente fixado na alma da nação. Estado e nação, governo e povo, dissociados e em velado antagonismo, marcham em trilhas próprias, num equívoco renovado todos os séculos, em contínua e ardente procura recíproca”.

Publicou ainda, além de artigos em jornais e revistas, textos teóricos densos sobre questões que nunca saíram do debate intelectual nacional, como nossa quase obsessão com a questão da modernização em suas diferentes acepções. Em sua reflexão sobre a existência de um pensamento político brasileiro, chega a instigantes constatações, como a dissociação feita ainda no século XIX da premissa da democracia para a construção de um pensamento liberal restaurado que engendraria a criação do Poder Moderador, “liberdade do povo, não poder do povo”; o afastamento dos princípios fundamentais do liberalismo da prática do poder serviria de base sólida à manutenção duradoura do estamento burocrático autoritário.

Ao lado dessa dimensão intelectual, Faoro teve a oportunidade de viver um papel histórico excepcional: sua presidência da OAB. Ali combinaram-se a *fortuna* e a *virtù*. Na situação absolutamente atípica do Brasil na qual estavam esboçados os primeiros passos da possibilidade de uma distensão, Faoro estava absolutamente preparado para assumir seu papel e viver essa história. Fez isso com gosto, alegria e força inigualáveis.

Acompanhei isso muito de perto, já militava na OAB nessa época. Estive na conferência de Curitiba, ocasião na qual ele pronunciou aquele famoso discurso “O Estado não será o inimigo da liberdade”, uma das peças mais altas da oratória brasileira. Discurso republicano, severo, forte, que não faz concessões, lembra as melhores páginas e momentos do bom Rui Barbosa; seco, não se deixa levar pela tentação da ostentação vocabular. Dizia ele então sobre a união dos membros da OAB contra os abusos e desmandos da ditadura:

“A coesão que alcançamos não interessa a nós, mas ao país, com o qual nos identificamos nas suas aspirações mais profundas. Ela nos permitirá que, com firmeza e numa só direção, enfrentemos as eventuais decepções imediatas e as convertamos em estímulo para o triunfo da mais urgente causa do povo brasileiro: a causa da democracia, a causa da liberdade, a causa do Estado de Direito”.

Naquele momento, era exatamente disso que precisávamos, nem mais, nem menos. Com certo poder profético, ele ao mesmo tempo nos preparava para as eventuais decepções que iríamos ter à frente e nos conclamava para que convertêssemos tais decepções em estímulos para a continuação da luta.

Lembro que, depois de eu ter ouvido esse discurso em Curitiba, ele foi à OAB de São Paulo, onde tive a honra de saudá-lo e dizer a ele que, com aquele discurso e com sua presença na presidência da entidade, tinha-nos feito a todos orgulhosos de ser advogados.

Seu papel nas negociações como presidente da OAB com o ministro da Justiça, Petrônio Portela, e na visita do então presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, mostraram seu extraordinário tino político. Fora-lhe apresentada pela sociedade civil uma imensa pauta de reivindicações, todas voltadas para o imediato restabelecimento da democracia, em termos integrais.

Era uma pauta que possuía todos os requisitos de uma sociedade democrática, mas era inexequível naquele momento. Faoro nos disse isso. Colocou também que deveríamos lutar por apenas um ponto: pelo restabelecimento do *habeas corpus*. Só isso. Argumentava que, restabelecido o *habeas corpus*, o Estado de Direito se restabeleceria em seguida, como consequência. Com uma postulação única, chegaríamos mais depressa à democracia formal. É em razão disso que o jornalista Elio Gaspari, que dedica um capítulo de sua obra histórica sobre a ditadura militar ao presidente da OAB, denominou-o “Habeas Faoro”. Tinha razão: com a reintrodução do *habeas corpus*, inclusive para os presos políticos, chegamos ao exercício normal da liturgia das liberdades públicas.

Sintetizou isso tudo em seu famoso discurso de 1978:

“O Estado de Direito é um processo, já aberto e já equacionado – a pacificação isoladamente não leva a ele, mas ele não se aperfeiçoa sem ela. Há, todavia, o passo inicial que situamos na garantia do *habeas corpus*, cuja substância está na sua inteireza, pedra em que se assentam todas as liberdades”.

Ao sair da OAB, Faoro não encontrou o ocaso público. Ele cresceu na cena pública, com a força de sua obra e o apoio recebido pela legião de amigos e admiradores que o cercavam, pessoas como Mino Carta, que em seu livro *O castelo de âmbar* chama Faoro, com razão, de “o Profeta”. Nas Conferências Nacionais da OAB, em que sempre compareciam de dez a 15 ex-presidentes, era ele – que nunca foi um adepto do populismo ou sequer da popularidade, homem fechado – aquele que em todas as últimas conferências recebia o aplauso consagrador de muitos minutos. Reconhecimento não só pela obra teórica, mas por sua práxis política, no mais alto sentido da palavra.

Lembro-me muito dos momentos em que se falava e tentava viver a transição da ditadura para o regime democrático, quando Faoro não cansava de profligar a transição que não transitava, a transição que demorava mais que o período autoritário de que ela procurava fugir, de tão gradual e cheia de retrocessos que era.

E hoje? Faoro morreu em um momento simbólico. Teve a oportunidade de ver na eleição um momento simbólico. Viu a vitória

do presidente Lula, a quem quis defender quando líder sindical e cuja enorme potencialidade política previra no final da década de 1970, começo dos anos 1980.

Após todo esse processo no qual ao menos parte de seus sonhos parecem ter se realizado, o que ele estaria pensando? Não apenas seus sonhos de presidente da OAB, mas também de pensador que por meio dos conceitos e palavras exortava a sociedade brasileira a transformar-se para que fosse criada uma verdadeira democracia no Brasil. Em 1978, a democracia possível era essa de seu discurso, a causa da liberdade, do Estado de Direito. Por que Faoro lutaria hoje? De quem não pode hoje o Estado ser inimigo? Não acredito que seja mais da liberdade. Ele tinha a compreensão de que chegaria um momento no Brasil no qual deveríamos dar um salto da liturgia do exercício dos direitos para alcançar uma outra geração, um outro patamar, rumo a uma democracia de massas, uma democracia concreta em que os bens fundamentais da vida estejam ao alcance da maioria da população.

Hoje ele não diria mais que o “Estado não será o inimigo da liberdade”, mas possivelmente que o “Estado não será o inimigo da igualdade”. O papel do Estado hoje é propiciar a igualdade e avançar na reconstrução e na expansão das instituições republicanas, envelhecidas e incapazes de cumprir seu papel.

O grande sonho de nossa geração é destruir essa estrutura congelada e reconstruí-la na interpenetração das classes, na possibilidade efetiva dessa democracia, não a formal, mas a concreta, a substancial. De chegarmos enfim àquele dia que Carlos Drummond de Andrade chamou de “o dia geral”, da inclusão, da participação, de as pessoas terem acesso ao mínimo para viver, comida, moradia e trabalho, conciliados com sua ampla participação na vida pública da nação.

Esse seria hoje o sonho de Faoro. Essa seria a perspectiva da realização do mandato dado ao líder sindical no dia 27 de outubro de 2002. O dia geral que tarda tanto, mas há de chegar, dia que faz parte dos sonhos dele e dos nossos.

Bibliografia

CARTA, Mino. (2002) *O castelo de âmbar*. São Paulo, Companhia das Letras.

- FAORO, Raymundo. (1984) *Os donos do poder*. Editora Globo, Rio de Janeiro, Globo, volumes I e II.
- _____. (1976) *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- _____. (1978) “O Estado não será o inimigo da liberdade”. In: *Anais da VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil: o Estado de Direito*. OAB, Curitiba.
- _____. (1987) “Existe um pensamento político brasileiro?”. In: *Revista Estudos Avançados*, nº 1, São Paulo, Edusp.
- _____. (1992) “A questão nacional: a modernização”. In: *Revista Estudos Avançados*, nº 14, São Paulo, Edusp.

Raymundo Faoro e a reconstrução da democracia no Brasil

Gisele Cittadino

Professora do programa de pós-graduação em direito e decana do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Da mesma forma como acontece na Europa a partir do século XII, o vínculo entre advogados e governo no Brasil é estabelecido desde a criação dos cursos jurídicos na primeira metade do século XIX. Se o surgimento das faculdades de direito na Europa havia respondido à necessidade de formação da burocracia estatal capaz de assegurar os primeiros processos de centralização do poder político, no Brasil a necessidade de consolidar o Estado que havia se tornado independente da metrópole e formar a elite político-jurídica capaz de fazê-lo funcionar são os fatos que estão na origem da criação das faculdades de direito de São Paulo e de Olinda em 1827 e 1828, respectivamente. A implantação do Estado nacional e o controle do seu processo administrativo explicam, portanto, a simbiótica relação que passará a existir no país entre bacharéis e burocracia estatal.

Em 1930, tendo como origem o Instituto dos Advogados, que havia sido criado em 1843, surge a Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB), que fará em 1933 sua primeira reunião do Conselho Federal. A história da OAB, no período compreendido entre sua fundação e os anos 1970, reflete o conflito entre uma instituição que por sua própria natureza não poderia renunciar ao compromisso com a defesa da legalidade e das garantias e liberdades públicas e uma cultura jurídica vinculada aos centros decisórios e moldada pela proximidade do poder governamental. Não causará espanto, portanto, a ação de Raul Fernandes, conselheiro da OAB, seu futuro presidente (1946) e líder da maioria parlamentar responsável pela aprovação, em 30 de março de 1935, do projeto de Lei de Segurança Nacional, que definia os crimes contra a ordem política e dava ao governo poderes especiais para reprimir atividades consideradas subversivas. De outra parte, é verdade que durante o Estado Novo muitos advogados – entre eles Sobral Pinto – se destacaram pela defesa das liberdades e pela luta contra a violência do regime. Nesse período, o Conselho Federal da OAB fez diversas representações em protesto por violências praticadas contra advogados no exercício de suas atividades profissionais.

Ao longo dos conturbados anos 1950 e 1960, é dúvida, uma vez mais, a ação do Conselho Federal da OAB. Em 1959, o presidente Prado Kelly divulga um manifesto, aprovado por unanimidade pelos conselheiros, em que “apela para as autoridades e as Forças Armadas na esperança de que mantenham a ordem material, indispensável à segurança dos cidadãos e à ordem jurídica, essencial à liberdade”. Quando o golpe militar é deflagrado, em 31 de março de 1964, o presidente da OAB, Porvina Cavalcanti, que havia afirmado temer a perda das garantias constitucionais caso houvesse uma infiltração comunista no país¹, declara que a OAB recebe com satisfação a notícia do golpe e afirma que agora vamos “erradicar o mal das conjunturas comuno-sindicalistas”. Ainda acrescenta que desde 1959 a OAB teve a “lucidez e o patriotismo de alertar os poderes constituídos para a defesa da ordem, tão seriamente ameaçada”.

No final dos anos 1960, a III Conferência Nacional da OAB, realizada no Recife entre 7 e 13 de dezembro de 1968, teve como temas de debate a proteção dos direitos humanos e a aceleração do processo tecnológico. Sobral Pinto, em discurso realizado nessa oportuni-

1. Ver “História da Ordem”, no *site* da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal. Disponível em: <http://www.oab.org.br/hist_oab/index_menu.htm>.

de, insistiu em uma atuação mais efetiva do presidente do Conselho Federal da OAB junto ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão que havia sido aprovado pelo Senado em 1962 e cuja instalação acabara de ocorrer. O último dia da III Conferência coincide com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em 1970, o presidente da OAB, Laudo de Almeida Camargo, convida o presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, para presidir a instalação da IV Conferência da OAB, cujo tema é a contribuição do advogado ao desenvolvimento nacional. Alfredo Buzaid, ministro da Justiça, representa o presidente.

A partir do início dos anos 1970, a vigência do AI-5, que havia suspenso a eficácia do *habeas corpus* e estabelecido uma ruptura radical com os princípios do Estado de Direito, começa a mobilizar fortes protestos. O Conselho Federal da OAB passa a insistir no restabelecimento das garantias do Poder Judiciário e protesta, através de ofícios encaminhados ao ministro da Justiça, contra a prisão de vários advogados, dentre os quais Sobral Pinto, Heleno Fragoso e Augusto Sussekind. Em junho de 1972, com a Declaração de Curitiba, documento apresentado ao final do VI Encontro da Diretoria do Conselho Federal, a OAB enfatiza seu compromisso com os princípios do Estado de Direito e a defesa das liberdades públicas.

Mas é apenas com a chegada de Raymundo Faoro à presidência da OAB, em 1977, que a instituição consolida uma imagem de independência e passa a ser, ao lado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), um braço importante da sociedade civil brasileira na luta pela reconstrução da democracia no país. A atuação de Raymundo Faoro à frente da OAB, entre 1977 e 1979, é fundamental para assegurar a ruptura daquilo que historicamente fazia parte da cultura jurídica brasileira, ou seja, o vínculo entre bacharéis e governos. Ao assumir a presidência da OAB no mesmo momento em que os militares instituía o “Pacote de Abril” – que, além de determinar o recesso do Parlamento, criava a figura dos senadores “biônicos” –, Raymundo Faoro define a pauta das lutas que deveriam ser enfrentadas. Vencer o arbítrio significava lutar pela revogação da Lei de Segurança Nacional, pela restauração do *habeas corpus* e das garantias da magistratura, pelo respeito aos direitos humanos e pelo fim das torturas, por uma anistia ampla, geral

e irrestrita e, finalmente, pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte precedida pela abolição do AI-5.

Liderada por Faoro, a OAB realiza um encontro histórico, a VII Conferência Nacional, em maio de 1978, cujo tema era o Estado de Direito. Uma nova Declaração de Curitiba repudia o Estado de exceção e exige a revogação dos atos institucionais. A OAB obtém, nesse momento, um destaque que jamais havia conhecido e torna-se um braço ativo da resistência contra o arbítrio e motivo de orgulho da comunidade jurídica e da sociedade civil brasileira.

Em 1980, após ter deixado a presidência da OAB, Raymundo Faoro publica *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada*. Esse trabalho tem importância decisiva para os rumos do nosso direito constitucional. Representa, no período que antecede a convocação da Assembléia, o texto de referência dos constitucionalistas brasileiros. Todas as discussões sobre forma de convocação, processo de funcionamento e eficácia da Constituinte estarão balizadas por esse texto. Por meio dele, Raymundo Faoro colabora para que não prospere a ideia de que uma grande reforma ou revisão constitucional permitiria a reconstrução do Estado de Direito no país. “Não se remenda roupa podre com pano novo”, dizia Faoro, nos recordando que nenhuma das reformas constitucionais feitas no passado havia contribuído para a garantia da liberdade e da legalidade.

A tese central do texto é que o poder constituinte brasileiro, negado e apropriado, se libertou. Renasceu. E que o colapso prescindiu de um ato de força. Sendo assim, é falsa a tese de que só é possível a convocação de uma Assembléia Constituinte na hipótese de um vácuo de poder, provocado por uma crise revolucionária.

A publicação de *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada* dá o tom para o novo constitucionalismo que começa a surgir no país a partir da Constituinte. A luta de Raymundo Faoro contra o arbítrio e seu compromisso com a reconstrução do Estado democrático de direito abriram caminho para um direito constitucional voltado para a garantia da dignidade humana e a defesa da participação política cidadã.

Revisão de Raimundo Faoro

Francisco Iglesias

Foi professor de história na Faculdade de Ciências Econômicas (UFMG) e autor de várias obras, entre elas, *Trajatória política do Brasil: 1500-1964* (São Paulo, Cia. das Letras, 1993) e *Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira* (Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Nova Fronteira/Editora UFMG, 2000).

Publicado em 1958, o livro *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, foi a revelação de um autor, inscrevendo-se logo entre os indispensáveis ao conhecimento do Brasil. Teve alguns comentários – raros, que não há crítica no país –, mas não a análise que merecia; pode-se dizer mesmo que conheceu alguma repercussão, o que não é regra em obras da qualidade da que surgia, sem qualquer concessão ou apelo à popularidade. Dada a modéstia do autor, avesso a aparecer e sem o mínimo de apelo promocional, o livro fez carreira entre os estudiosos mais alertas, notadamente no mundo acadêmico: os professores de ciências sociais, que o incluíram entre as leituras básicas. Como esses professores são em número reduzido, que o quadro universitário nativo é convencional e pouco dado a leituras, a carreira não foi fulminante. Pouco a pouco, no entanto, era conhecido pelos especialistas, como se vê em sua frequente citação em quase todas as obras recentes. Há alguns anos estava esgotado, sem que se promovesse a reedição. Era de

temer que se passasse com ele o mesmo que a outros, como José Maria dos Santos, Virgínio Santa Rosa, Barbosa Lima Sobrinho ou Victor Nunes Leal, cujos escritos *A política geral do Brasil* (1930), *O sentido do tenentismo* (1932), *A verdade sobre a Revolução de Outubro* (1933) e *Coronelismo, enxada e voto* (1949), respectivamente, apesar da enorme significação que tiveram e têm, estavam longe do público, em aumento com a dinamização dos cursos de ciências sociais nas universidades.

Tínhamos ciência de que Faoro pretendia reeditar o livro com muitas modificações, enquanto escrevia (ou acalentava) outro sobre a sua área – o Rio Grande do Sul. Enquanto o fato não se verificava, surpreendeu-nos com *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (FAORO, 1974), estudo sobre aspectos do romancista. Objeto de paixão – como se via em referências de *Os donos do poder* –, captou o que o escritor revelava da sociedade brasileira; deve ter feito milhares de fichas sobre as condições sociais dos personagens ou situações ilustrativas do caráter estamental da organização; deu contribuição valiosa para conhecimento do ficcionista, mas falta o sentido de síntese ao livro, de modo que é um conjunto de dados para melhor situar o escritor e a história do Brasil do período, de certa camada e certa área. Cientista social dado às letras, compreende-se porque escreveu o estudo, antes material para um ensaio que a captação da obra e do autor. Em suma, trabalho de sociólogo, não de crítico literário.

Afinal, aparece a tão esperada reedição de *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (Porto Alegre/São Paulo, Editora Globo/Universidade de São Paulo, 1975), “revista e aumentada”, como é comum nos anúncios. Esta é, de fato, revista, e sobretudo aumentada: de um volume de 271 páginas, passa a dois grandes volumes que perfazem 750 páginas. A obra é triplicada. Em princípio, parece-nos elogiável o procedimento, revelador da constância na pesquisa e da insatisfação que leva a aprofundamento, reelaboração. Sempre nos chocou o caso de autores que não alteram seus textos: veja-se, por exemplo, Oliveira Vianna, que mantém até nomes e datas errados, em atitude reveladora de vaidade intelectual e excessiva suficiência (como a de seu mestre Alberto Torres). Em nota preliminar da quarta edição, de 1938, de *Populações meridionais do Brasil* (1º volume) – cuja primeira edição é de 1920 –, está a confissão pouco abonadora:

“Este livro sai nesta quarta edição tal como na primeira. Não lhe modifiquei nada: não costumo alterar ou retificar o conteúdo de livros que publico. Os erros, que porventura contenham, que os corrija a crítica dos competentes; ou o próprio autor, em novos livros. É de Durkheim o conceito: ‘Un livre a une individualité qual doit garder. Il convient de lui laisser la physionomie sous laquelle il s’est fait connaitre’”.

A confissão é inaceitável, mesmo com o abono de Durkheim. Só a aceitamos para livros de criação literária que revolucionaram forma e conteúdo num rebentamento de convenções, não em escritos de ciência.

Os analistas sociais brasileiros, felizmente, não seguem essa atitude, como se poderia exemplificar com muitos nomes. Se alguns mantêm em livros publicados há muitos anos páginas que não mais aceitam, é que foram marcos na formação de um pensamento crítico. O certo é a revisão: se o autor não tem tempo de fazê-la e reconhece que a obra pode prestar serviço como está, que a reedite com nota esclarecedora, ou que escreva que é “segunda tiragem” ou “nova impressão”. A permanência de equívocos até de dados (sem falar nos interpretativos) é injustificável.

Toda essa longa digressão provém do fato de que *Os donos do poder*, na versão de 1975, é três vezes maior que na de 1958. No prefácio o autor lembra Montaigne, que nega a quem escreve “o direito de alterar o texto de um livro hipotecado ao público, mas justifica suas infidelidades com o ensaísta – ‘J’adjouste, mais je ne corrige pas’”. Se sua tese agora é a mesma anterior, a forma “está quase totalmente refundida” (p. XIII). Depois de examinar o texto de Faoro, gostaríamos de questionar o destino que o autor lhe deu. Pode parecer impertinência a observação, uma vez que ele lhe pertence; se o fazemos, é pelo respeito e até culto por uma obra que tanto marcou desde seu aparecimento. O livro não é só de quem o escreveu, mas ponto de referência na produção científica, notadamente na historiográfica.

O autor

Raymundo Faoro ilustra mais uma vez a melancólica verificação que já é lugar comum de que a melhor historiografia entre nós não se

deve a historiadores, mas a sociólogos, cientistas políticos e economistas. Homem de formação em escola de direito, cuidou e cuida de sua especialidade. Quando jovem, cultivou a literatura, integrando o grupo que fez a revista *Quixote*, em Porto Alegre, no longínquo final dos anos 1940. Como as revistas do gênero que se prezam, era de contestação, comprovada com o lema a que se dispunha – a frase de Unamuno “Vamos fazer uma barbaridade”. A revista teve curta existência, como também é norma, e o grupo se dispersou. O escritor se manteve fiel ao estudo, dedicando-se à ciência social, o que o levou a escrever *Os donos do poder*, sem desconfiar que produzia algo importante. Não abandonou a literatura, pois no que publica há alguém que sabe escrever, com segurança e estilo. E dedicou volume a Machado de Assis, revelador de gosto refinado.

Quem tiver de catalogar o livro não hesitará em colocá-lo na seção de história. É eminentemente obra de história, não só pelo estudo do processo evolutivo como pela sensibilidade na captação do tempo. O curso jurídico levou o autor à história política, que é feita com pleno conhecimento do social, do econômico. O domínio do direito, superiormente entendido – o que é raro –, dá rigor às suas colocações. Não cultiva profissionalmente a história, mas tem o seu exato sentido e a erudição que lhe dá a leitura. Se já era claro esse aspecto na primeira edição, bem mais o é agora. O aparato do que é básico na historiografia brasileira (ou universal, de interesse para o tema) aparece no texto. Observe-se que não fez pesquisas arquivísticas, as raras fontes primárias que usa estão em livro. Não é historiador no sentido convencional, de quem busca e revela documentos desconhecidos, mas encontra nos livros o que os autores não perceberam, de modo que sua história política é superior à de quem tinha o dever de fazê-la. As dezenas de títulos citados são elaborações: fontes primárias há pouco – discursos, memórias ou estudos de políticos, alguns relatórios de ministros.

Quando se consigna o fato, não se deseja desmerecer o escritor; ao contrário, é mais um elemento a demonstrar sua lucidez, de quem sabe descobrir o que é significativo. Na vasta produção nativa, de valor desigual, encontrou as informações. Soube fazer a organização de suas leituras e contribuiu com ideias próprias. Nem sempre é original, é claro; grande parte do que diz é inspirado por algum antecessor, mas

dá a sua nota, como se verá. O importante é que percebeu o essencial e teve um instrumento de interpretação, dado menos pelo direito que pela sociologia. O principal para configurar sua visão do processo é de Max Weber, sobretudo o de *Economia e sociedade*. O conceito de que mais se serve é o de estamento burocrático, em conotação weberiana, pois o cientista alemão foi quem mais trabalhou com as categorias estamento e burocracia. Mais, o interesse por poder, dominação, racionalidade, ideias que preocuparam aquele estudioso. Ele é quem dá o arcabouço, enriquecido com o de outros intérpretes da realidade social, notadamente juristas, políticos. A nova edição aumenta esse elenco, embora sem alterar a substância, como será acentuado.

Os donos do poder

O livro trata da “formação do patronato político brasileiros”. Ao longo de 16 capítulos, desdobra-se o processo que começa com o Estado português e se encerra com a síntese de seis séculos. Tem-se, pois, em três capítulos, o quadro político português; depois, três capítulos sobre a colonização, com os 50 primeiros anos, a centralização e os traços gerais da vida administrativa, social, econômica e financeira; um capítulo sobre a Independência; quatro sobre o Império; três sobre a República, culminando com a visão do conjunto. Agora com 16 capítulos, era de apenas 14: é que dois são novos, sobre o período republicano, que é bem acrescido, constituindo-se em um terço da obra (231 páginas em 750); quando antes era bem menos de um décimo (19 páginas em 271). Antes continha 140 notas, hoje 1.335.

Se, como diz, “a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linha fundamentais, invulnerável a 13 anos de dúvidas e meditação”, a forma é que está refundida. Explicando-se, por certo pela crítica feita antes, escreve: “advirto que este livro não segue, apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber. Não raro, as sugestões weberianas seguem outro rumo, com novo conteúdo e diverso colorido”, como também “se afasta do marxismo ortodoxo” (que nunca lhe apontaram, supõe-se). Os clássicos da ciência política, antigos e modernos, estão “relidos num contexto dialético” (p. XIII). O certo é que a obra de hoje é a mesma de 1958, só mais elaborada e explicitada. Assinalem-se como virtudes a extraordinária erudição,

o conhecimento de ciências sociais que lhe dão instrumental interpretativo e certa originalidade de vistas, cujas “hipóteses e conjecturas”, segundo o próprio autor, estão “em aberta rebeldia aos padrões consagrados” (p. XIII).

A tese essencial é que o Estado foi sempre onipresente no Brasil, empolgando a vida em todos os aspectos. Que o particularismo ou privatismo, tão acentuado por certos autores, que falavam mesmo em sistema feudal (ideia dominante até o surgimento da historiografia econômica – aspecto que não é devidamente realçado pelo autor, a nosso ver, pois só o refere em nota sem comentário à página 137), não é sustentável, pois já em Portugal não havia feudalismo, como esclareceu há muito Alexandre Herculano. Formou-se a força expansionista em decorrência de um “capitalismo politicamente orientado”, de modo que a obra de conquista não foi uma aventura, mas trabalho conduzido pela razão com vistas ao lucro, dentro de um plano. Faoro segue, em linhas gerais, a conhecida opinião de Antônio Sérgio, embora não o cite nas passagens mais incisivas do historiador português, que constam da conferência “As duas políticas nacionais”. A colonização é feita pela Coroa, através de comerciantes e agentes do capital, cooptados pelo governo e que constituem o grupo dominante: o estamento burocrático. Afasta, para reforçar a ideia, a imagem da “monarquia agrária”, que usara na primeira edição, bem difundida entre autores portugueses (João Lúcio de Azevedo, por exemplo), mas já criticada por Antônio Sérgio (1941) – o que não é referido aqui. Transpõe-se para o Brasil toda a máquina política em função desse capitalismo orientado, pois o que vai ter exercício é o estamento burocrático. Nega-se a possibilidade do feudalismo – tese firmada pela historiografia econômica, que mostrou a economia com vistas ao exterior, comandada pelo exterior, o Brasil integrado no sistema capitalista que adquiria vigor exatamente na época. É a nota econômica que explica o processo colonial e esta é de tipo capitalista: traços de privatismo na organização interna não constituem a nota mais importante.

O quadro se altera um tanto com a vinda da Corte, em 1808 – são “os pródromos da Independência”. Instala-se no Brasil a máquina política, a Corte em sua quase totalidade transmigra. Se o sistema político tentado nas cartas de doação de 1534 e, sobretudo, na experiência centralizadora já representava transplantação do Estado, agora

se completa o movimento. Grave é que, feita a Independência, o Brasil herda esse arcabouço, que tem muito de obsoleto: já retrógrado em Portugal, mais estranha é sua manutenção em outra terra e em novos tempos, em nação que se constitui com diferentes características. O descompasso entre a estrutura administrativa e a realidade da terra e do século se acentua, realçando o anacronismo das instituições. É ideia que aparece em quantos estudaram a trajetória do país. Lembre-se, de passagem, que ninguém o fez com mais energia que Azevedo Amaral no capítulo “O colapso do primado econômico”, de *A aventura política do Brasil*, de 1935 (livro que não é citado aqui: do publicista que aos poucos vai sendo redescoberto só usa *O Estado autoritário e a realidade nacional*, em duas passagens – p. 668 e 699), em que chega à conclusão: “em 1808 começamos a nossa descida aos infernos, onde até hoje nos encontramos”, passagem que ficaria bem em citação neste texto. Azevedo Amaral coloca o problema do que seria o Brasil sem a vinda da Corte, a seu ver desvirtuadora do destino nacional, em curioso exercício da agora tão praticada “história conjectural” ou “*counterfactual History*”.

Continuando: organiza-se a nação, constitucionalmente. Após o breve reinado de dom Pedro I e a fase tumultuada da Regência, torna-se alerta a consciência conservadora, que coerentemente reorganiza a nação, no fortalecimento do poder que leva à relativa estabilidade do Segundo Reinado, com o reforço do estamento burocrático. Feita a República, em movimento que vem de longe, impõe-se o governo militar. É fase breve, logo seguida pela retomada do poder pelo civil e o esplendor das oligarquias com a “política dos governadores”, de federalismo que se consagra – velha aspiração da Regência e doutrinários do Segundo Reinado. A prática desvirtuada comprometeu o sistema, agravando o divórcio entre o país real e o país legal, como acentuaram Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e tantos outros. Em decorrência, o estamento burocrático conhece relativo crepúsculo ou é mesmo banido ou escoraçado (p. 631 e 653) – o mais sensível de toda a vida do Brasil. Há protestos constantes contra o desvirtuamento republicano, que se traduzem em lutas sucessivas, que culminam em 1930. Se a data é uma virada na história, com o fim da República Velha segue-se período de incerteza, até 1937, quando o Estado Novo leva à plenitude o poder forte. Ressurge o estamento burocrático, que

não desaparecerá depois. Talvez até se fortaleça, como se vê com as modernas técnicas de governo e política, que negam o liberalismo e defendem e executam o planejamento e a intervenção.

Apanham-se, em síntese, as vicissitudes da trajetória, de dom João I (fim do século XIV) a Getúlio Vargas. A política é vista como totalidade, com seus aspectos sociais e econômicos. Se poderia haver um pouco mais de vida intelectual e pregações ideológicas, o panorama é rico e bem explicativo. Contribuí para tanto a erudição do analista, como sua capacidade de captar o essencial e qualidades de escritor. Algumas teses básicas merecem destaque.

Onipotência do Estado

Consigna-se a supremacia do Estado em toda a vida brasileira. Já o era no governo português desde a dinastia de Avis, que se entrega às navegações. Como têm assinalado os estudiosos, o expansionismo não resultou de uma aventura, mas de plano objetivo para satisfazer interesses do grupo dominante na nação quando assume a Coroa dom João I. Como na tese consagrada de Antônio Sérgio, esse grupo, opondo-se à política de fixação – agrícola, voltada para dentro, nuclear –, entrega-se ao transporte – comercial, voltado para fora, periférico –, começando em 1415, na conquista de Ceuta. Faoro incorpora a ideia ao afirmar: “O Estado torna-se uma empresa do príncipe. [...] Estão lançadas as bases do capitalismo de Estado, politicamente condiciona-o” (p. 21).

Realizada a expansão, os elementos que se envolveram nela pelo comércio são aos poucos nobilitados e negam sua origem. Os antigos preconceitos contra as atividades mercantis ou o empréstimo de dinheiro levam ao que o ensaísta escreve: “A discrepância entre a prática e o pensamento infunde a suspeita de hipocrisia, nas camadas dominantes, encharcadas de ideais éticos e com os pés afundados na mercancia” (p. 62). Expressão da época é o direito, que se organiza: “O direito português, precocemente consolidado, tem o mesmo sentido: servir à organização política mais do que ao comércio e à economia particular. Articulou-se no Estado de estamento” (p. 64). Daí o equívoco que vai aniquilar a conquista: “O Estado, envolvido por uma camada de domínio, um Estado-Maior de governo, o estamento

de feição burocrática, se alimenta de uma classe comercial, que ele despreza e avilta. [...] O comércio enriquece, o estamento consome senhorialmente” (p. 75).

O resultado é que o grupo dinâmico que iniciou a empresa se esgota em uma burocracia de estilo antigo, apegada a cargos e sem racionalidade, de modo que a riqueza trazida não frutifica. Passa por Lisboa e se distribui pelos países que a consomem ou fazem tráfico com ela, sem nada criar em Portugal. Os grandes beneficiados são os que levam os produtos a quem vai consumi-los, não os portugueses, mas ingleses e holandeses. Portugal realiza o esforço maior; o lucro vai para quem tem sentido do negócio – a chamada mentalidade burguesa, em que se distinguem outros. O capital aí gerado e acumulado será a base da prosperidade de certas nações, enquanto Portugal – como a Espanha – se resume a obras santuárias e consumo conspícuo, sem qualquer investimento reprodutivo. Já em meados do século XVII os iberos estão no segundo plano a que os relegou a inépcia econômica, do qual nunca mais saíram. A nação não se adequou aos padrões modernos, pagando caro por suas veleidades aristocratizantes. Como diz Faoro, incorporando análise que se encontra em Antônio Sérgio ou em historiadores como Sombart e Tawney, “enquanto o mundo corre o seu destino, a Península Ibérica, mesmo túrgida com as colônias americanas, para as quais transferirá sua herança política e administrativa, esfria e se congela” (p. 85). Vê a culpa no “arcaísmo da estrutura social – o patrimonialismo que floresce na sua criatura, o estamento” (p. 88), objeto do capítulo 11 (p. 73-196) no qual há o uso do conceito de barroco à maneira de Spengler, não só para a arte como para a política (p. 76), uma das liberdades sedutoras, mas discutíveis, do escritor alemão. É o divórcio entre o que é vital no país – a economia – e a cúpula administrativa, que deseja honras, com títulos ou postos, o responsável por sua ruína e pelo precário florescimento de suas colônias, que se perdem no imediatismo do ganho e não têm política eficaz. Como se vê no Brasil, que “tal como a Índia, seria um negócio do rei, integrado na estrutura patrimonial” (p. 107), no começo “do drama da dependência” (p. 108).

Se “a colonização foi obra do Estado, no contexto do capitalismo comercial, politicamente orientado” (p. 111), é absurdo falar em feudalismo. A análise de Faoro é feliz, valendo-se dos elementos que lhe

dão os historiadores da economia, a começar com Roberto Simonsen na *História econômica do Brasil*, de 1937. O Brasil das capitanias, nos primeiros decênios, é do estamento que o dirige, mas “o rei estava atento ao seu negócio” (p. 133), apesar de não poder dominá-lo pela distância e extensão das terras. Impõe-se logo a centralização, em 1548, quando a burocracia é mais presente e rígida. Se “o capitalismo português se entrosara, nos primeiros cem anos de exploração da costa brasileira, com o latifundiário e o senhor de engenho” (p. 150), após a expulsão do holandês e a recuperação da independência de Portugal, em 1640, “inaugura-se a partir deste momento [...] a centralização repressiva, que o regime das minas, na virada do século, iria consolidar ferreamente. [...] A passividade complacente da metrópole diante das câmaras municipais, frente aos caudilhos rurais, chega ao fim bruscamente” (p. 150).

Há aí relativa revisão do texto primitivo, que não é consignada pelo autor. Antes já lembrara o ano de 1650 para esse fato, mas frouxamente (p. 74, edição de 1958): fala então “em duas fases da política real: primeiro, o estímulo franco, depois a simples transigência, suportando os arranhões da autoridade. Chegaria o terceiro momento, por volta do fim do século xvii, de aberto desentendimento, com o conflito entre a voracidade fiscal da Coroa e a privatização do poder dos potentados” (p. 77, edição de 1958). O autor vincula a nova política à riqueza do nordeste e das minas, mais evidenciada com a Guerra dos Mascates e a dos Emboabas, em Pernambuco e Minas Gerais, no final da primeira década do século xviii, quando se impõe a necessidade de governo firme, aumento do funcionalismo fiscal e militar para garantir a Coroa contra os senhores rurais. A tese, na verdade, é de Caio Prado Júnior, em *Evolução política do Brasil*, mas não lhe é atribuída no texto de 1958. Agora, quando a revê ou a matiza, é que faz a atribuição, como se dá às páginas 150 e 152 (notas 20 e 26).

Parece-nos interessante a ideia, que devia ser mais matizada ainda: o certo é que o estímulo à caudilhagem continuou, como se vê no incentivo dos paulistas às bandeiras, e só desapareceu quando da revelação do ouro, no fim do século. A máquina administrativa, mais forte em Minas Gerais que no resto do Brasil, é mesmo posterior ao episódio emboaba, de modo que, em certo sentido, preferimos a versão anterior, mais contundente na afirmativa. Instala-se a burocracia, o que

não significa, é claro, o fim do domínio de forças privadas, como se vê – para ficar só em Minas, principal área da época – na sedição de Vila Rica, de 1720, reprimida pelo poder, como em luta constante ao longo de todo o século XVIII: contestações de portugueses e brasileiros, de padres e funcionários simples, até de governadores (caso de Antônio de Noronha às ordens do marquês de Lavradio) e suas lutas com os governos do Rio de Janeiro e de São Paulo, evidenciadas por Dauril Alden em *Royal Government in Colonial Brazil* (1968, p. 208-210 e 383-386). O clima de disputas de potentados continuou, só que sem o estímulo da Coroa. A fixação de data para o seu fim, como é feita, tem algo de arbitrário. Veja-se o cenário de lutas em Minas Gerais, de exercício de privatismo, como está no capítulo “Motins do sertão” da *História média de Minas Gerais* (1918), que Faoro não cita (lembra apenas a história antiga, menos expressiva para o caso).

Nem podia ser de outro modo, que o território era amplo demais para que a autoridade se exercesse plenamente. O próprio autor, na nova edição, como que volta à tese anterior –, no que está certo, ao lembrar as lutas de Borba Gato com o agente régio Rodrigo Castel Blanco, o internamento do caudilho pelos sertões e depois o seu indulto: “o episódio, agravado com a abertura das minas, encerra uma fase” (p. 162). E continua: “até agora os bandeirantes foram auxiliares do rei, tolerados os arranhões na autoridade régia, com os olhos fechados à turbulência dos sertões” (p. 162). Vê no governo de dom Pedro de Almeida, de 1717 a 1721, “o ponto extremo da virada de rumo” (p. 162), o que é certo. A passagem coloca um problema que é comum entre historiadores, sempre atraídos pelas origens como pelo encerramento de fases, o que os leva a artifícios, como assinalou com justeza Marc Bloch ao falar que este ídolo da tribo dos historiadores tem um nome: é a obsessão das origens” (*Apologie pour l’histoire*, 1962, p. 5). As datas para o começo ou fim de uma classe ou sistema político são sempre temerárias, mas o historiador, dominado pela temporalidade, é tentado a fixá-las, caindo muitas vezes em ciladas, mesmo os mais cautos, enquanto os outros até sucumbem.

Como reparo teríamos a emancipação da tese de Jaime Cortesão sobre a ocupação do Brasil pelos penetradores paulistas e outros como um plano previamente fixado e rigorosamente seguido, o mito da ilha Brasil envolvida pelo oceano e os rios da Prata e Amazonas, tese que

considera “fascinante e bem alicerçada” (p. 157). Fascinante é, sem dúvida, mas alicerçada em mito, como é comum na historiografia portuguesa, mesmo em um autor da categoria de Jaime Cortesão. Como é discutível também “a economia barroca do tempo” (p. 154), sugerida por Frédéric Mauro e que é bem mais aceita.

O Brasil colônia é patrimônio do rei, que o dirige pelo estamento burocrático, que se excede e até se sobrepõe ao monarca, no furto e na transigência das normas (p. 171 e seguintes). O povo não contou nunca, nem mesmo através das Câmaras, de formação por grupo reduzido e recrutamento limitado de representantes: ninguém mais duvida hoje que não desempenharam papel marcante, ao contrário do que já se afirmou sem base. O povo foi sempre uma ficção (p. 202). Espoliado em tudo, ainda serviu e serve para lemas políticos, em mais um uso que se faz dele, que todos os que se arvoram em chefes ou participam de política o invocam. Bem consignou Capistrano de Abreu, em carta de 16 de julho de 1920 a João Lúcio de Azevedo, que ficaria bem em *Os donos do poder*: “a mim preocupa o povo, durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado” (*Correspondência*, 11, p. 166).

Com a vinda da Corte para o Brasil, a fisionomia do país se transforma. Do ângulo político, passa a sede do Império. Com o poder mais próximo, ampliam-se suas vantagens e exigências, aumentam suas atribuições. Dom João arma todo um governo, com a transferência do conjunto administrativo, mesmo de órgãos de mínima funcionalidade, para emprego de círculo parasitário. O quadro externo e interno torna fatal a independência. O problema é organizar a nação, o que é feito em nome do liberalismo, que começa por uma Constituição que dá ao país a fisionomia moderna, em consonância com as ideias da época. O paradoxo é curioso: regime pretensamente liberal fundado na escravidão e que, pela própria lei, exclui o povo quase todo. Na verdade, a figura real é o centro, como Poder Moderador – é “o chefe do estamento” (p. 454). Sua autoridade se exercerá em plenitude no Segundo Reinado. O poder continua sendo o Estado. Sem atuação direta na vida econômica, por certo é o seu agente, pois é a ordem financeira, por ele comandada, que a condiciona. O governo dirige a vida política: “o governo tudo sabe, administra e provê” (p. 393).

Na República a realidade aparece com dissimulação: prega-se e adota-se o federalismo, que é logo distorcido, primeiro pelo poder

dos presidentes-marechais, depois pela “política dos governadores”, momento máximo da conciliação na história nacional, em que os grupos dominantes se acomodam, transacionam com o sacrifício total do povo. É o desvirtuamento do regime pela plenitude das oligarquias no coronelismo. O Estado continua o grande agente, pois a situação financeira é difícil, com políticas antitéticas como a de certa liberação do crédito no princípio da República e logo, em 1898, a deflação. As crises de café impõem o intervencionismo na economia, consagrado desde 1906 e que conduz às práticas de valorização. Fala-se em liberalismo, mas os produtores pedem e obtêm amparo oficial de vários tipos: assim foi sempre, pois, como escreve Faoro, “a iniciativa privada protegida [é] modalidade brasileira do liberalismo econômico” (p. 677). Depois de 1930, sobretudo, a ação pública é cada vez mais nítida, até o Estado empresarial, que começa em 1937 e não mais se detém, como se vê em período que já está fora da análise, quando atinge formas acentuadas, com os planejamentos e o esplendor do capital financeiro: “o regime adotado define um tipo de economia politicamente orientado” (p. 722), tal como existiu em Portugal desde o século xv e no Brasil desde os primeiros tempos. De dom Manuel a Getúlio Vargas ou a autoridades mais recentes, a política é, em linhas gerais, a de tudo subordinar, o Estado impondo-se sobranceiro a todas as forças. A análise dos dias atuais comprovaria mais ainda a tese, quando o Estado se torna agente econômico, empresário, ou atua nas promoções de economia mista e até nas iniciativas privadas, que de fato inexistem sem seu amparo direto ou indireto, flagrante ou dissimulado.

O estamento burocrático

Trata-se de conceito básico para a compreensão da obra, uma vez que a percorre da primeira à última página. Do antigo Portugal a nossos dias, no entender do autor, cabe ao estamento burocrático a direção dos negócios, o papel decisivo; como o Estado é o centro de tudo, esse grupo é o principal. Se o poder é o Estado, quem o personifica é a classe dirigente. Antes de assinalar como o fato se apresenta, lembre-se que o conceito é bastante fluido, de difícil apreensão. Os estudiosos de ciência social falam em casta, estamento, classe, mas o exato sentido de cada palavra está longe de ser unívoco, exceto o

de casta; a discussão de classe já consumiu centenas de títulos, sem que se chegasse a consenso. O estamento é ainda mais difícil e não há página sobre ele que prime pela clareza.

Faoro usou-o em 1958: se não foi o primeiro no Brasil, ninguém o fez com tanta extensão, nem mesmo depois. Sabe-se que a fonte foi Max Weber, notadamente *Economia e sociedade*, de intenção definidora de conceitos. O leitor comum de *Os donos do poder* ficou bastante confuso e apenas suspeitou do que se tratava, que a ideia não era suficientemente explicitada. Ela o é bem mais na nova edição, mas a verdade é que ainda pode deixar dúvidas. Já outros autores falam frequentemente em estamento, como Florestan Fernandes. Tese recente – *Castas, estamentos e classes sociais*, de Sedi Hirano (1973) – tenta esclarecer o problema e o faz na medida do possível. O certo é que a palavra continua sem rigor. Quando bem apreendida e usada, tem a sua operacionalidade, como se lê em Florestan Fernandes e Raimundo Faoro. Daí a tentativa de explicitação que é mais constante agora, certamente determinada pelas muitas observações quanto ao texto anterior. Deve-se lembrar que o cientista social mostra que o conceito aparece não só em Weber, mas nos principais estudiosos da realidade: está em Marx, por exemplo, embora não se percebesse, pelos equívocos de tradutores, que o ocultavam ou falseavam em francês, espanhol, inglês, português, traduzindo-o por classe, ordem ou até casta. É louvável o esforço de tratar a vida social com rigor, mas o certo é que ainda se está longe do objetivo, como se vê na bibliografia brasileira ou na estrangeira (lembre-se, entre centenas de títulos, *Poder político e classes sociais*, de Nicos Poulantzas, de amplo uso no Brasil). Em nota, Faoro relembra que a palavra estamento foi “incorporada ao português por via do espanhol, derivada de mesma raiz da palavra Estado sugerida na sociologia moderna por Max Weber”. A tradução causa algumas perplexidades. Depois de mostrar como o problema se apresenta com ambiguidades em francês e inglês, diz que para Marx e Engels

“a burguesia moderna, atualmente uma classe, gerou-se do estamento. [...] Clara, para eles, a distinção entre classe e estamento, que depois se esfumou, em grande parte devido à perplexidade dos tradutores franceses e de língua inglesa, por meio dos quais, no Brasil, se cultivou o pensamento sociológico” (p. 68-69).

Entende-se a dificuldade, que “*Stand*” é traduzido por Estado, classe e até casta. Seria de fato clara a distinção de classe e estamento em Marx e Engels? Falta-nos conhecimento para afirmar qualquer coisa, mas parece que não o é, tanto que os tradutores de todas as línguas se confundem.

Em Faoro a palavra aparece pela primeira vez – e será usada dezenas ou centenas de vezes – no segundo capítulo, em que estuda a Revolução Portuguesa e mostra o caráter patrimonial do Estado, já real desde os primeiros tempos da dinastia de Avis, que se impõe a contar de 1385: “esta corporação do poder se estrutura numa comunidade: o estamento” (p. 45). E o autor passa a discutir:

“Ao contrário de classe, no estamento não vinga a igualdade das pessoas. [...] Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina a economia, a sociedade feudal ou patrimonial. [...] Na sociedade capitalista, os estamentos permanecem, residualmente, em virtude de certa distinção econômica mundial, sobretudo nas nações não integralmente assimiladas ao processo de vanguarda. [...] Os estamentos governam, as classes negociam” (p. 46-47).

Em vários outros pontos volta à tentativa de esclarecimento (p. 203, por exemplo). É essa visão que se ilustra no livro que Faoro dedicou a Machado de Assis (*Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*), em que se mostra no primeiro capítulo como a sociedade descrita pelo romancista – a segunda metade do século XIX – é de “classe em ascensão (que) coexiste com o estamento” (p. 4). O período evidencia como “a velha sociedade de estamentos cede lugar, dia a dia, à sociedade de classes” (p. 5). Na obra machadiana encontra exemplos de todas as possibilidades, desde o imperador aos fazendeiros e funcionários, sacerdotes e militares, cocheiros e operários e escravos.

Com o expansionismo português, se o comerciante e o financista são agentes, como a iniciativa e o controle são do poder público, “o Estado se incha de servidores, que engrossam o estamento” (p. 58). A empresa, comercial e de fins lucrativos, acaba em honrarias e títulos, que a subvertem, negando mesmo o seu sentido. Floresce em Portugal o funcionalismo, forma-se o direito. Ele exprime o estamento burocrático que se apodera da nação, da qual é servidor e agente. O

Brasil será comandado por essa ordem, em que tudo é feito por e para uma minoria, beneficiada pelo esforço geral e que sacrifica os demais grupos. O trabalho da colonização, em que o povo produz sob um governo forte que o subjuga e dele retira todos os proveitos, exprimirá o patrimonialismo português. A administração da colônia dará continuidade ao que se estabelece na metrópole; o estamento burocrático vai dirigi-la, para, por meio da exploração econômica, conservar a posse. Forma-se uma sólida atividade produtiva que se integra na grande economia da época, no incipiente capitalismo no qual será um dos fatores notáveis. A acumulação de capital terá aí uma de suas fontes, que, pela característica do Estado português, desencontrado com o sentido novo da mentalidade burguesa, vai favorecer antes os grandes centros distribuidores de mercadorias, como a Inglaterra e os Países Baixos. Sob governo centralizador, instala-se no Brasil a máquina administrativa, que terá de sofrer refrações. O sentido é a unidade, mas as distâncias e as terras dilatadas dificultam e até impedem o exercício do poder público, como se assinalou.

A autoridade no Brasil é o funcionalismo, o detentor do cargo, que “congrega, reúne e domina a economia” (p. 174). Teoricamente, porém, que na prática muito lhe escapa, que a administração é ainda insegura. O país era grande demais para ficar sob vigilância. Faoro estuda em minúcias os “traços gerais da organização administrativa, social, econômica e financeira da colônia” (capítulo vi), embora, a nosso ver, não relativize o papel das autoridades, tolhidas por fatores de toda ordem, desvios vagamente referidos ao falar no rei e sua sombra – o funcionário –, com a sombra às vezes excedendo a figura (p. 171). A própria chefia, longe do centro do governo, entrega-se à busca de bens pessoais, transgredindo normas que devia obedecer e implantar. Bem que Vieira escrevia em 1655: “Neste Estado há uma só vontade e um só entendimento e um só poder, que é o de quem governa” (p. 202).

Com a vinda da Corte em 1808, parece ao autor que há “a passagem do empresário exportador para o senhor de rendas e produtos” (p. 246). Mais: “o comércio, fortemente vinculado ao estamento governamental, perde a absoluta supremacia nas fazendas” (p. 248). Entretanto, a Corte consolidará o estamento burocrático, uma vez que a máquina do Estado se transfere com o imenso funcionalismo.

Arma-se estrutura administrativa que tem muito de inoperante e será conservada no Brasil independente. Começa o prestígio dos grandes proprietários, que afluem ao Rio de Janeiro e às cidades para ocupar cargos. Os títulos e comendas passam a ser distribuídos com largueza, configurando o prestígio dos proprietários. Como diz Faoro, “uma ordem metropolitana, reorganizada no estamento de aristocratas improvisados, servidores nomeados e conselheiros escolhidos, se superporia a um mundo desconhecido, calado, distante” (p. 288-289). O que é mais evidente com a reação centralizadora e monárquica do Segundo Reinado.

Não é fácil, porém, localizar o que é o estamento burocrático ao longo do período. Parece-nos que há certo abuso da expressão: qual o exato sentido de dizer que o parlamentarismo nativo é de caráter estamental, como está na página 321? Ou que os partidos do Império são “estamentalmente autônomos” (p. 343)? A afirmativa de que o Estado “se reequipa para as funções de condutor da economia, com o quadro de atribuições concentradas no estamento burocrático, armado em torno do Senado, dos partidos, do Conselho de Estado e da política centralizadora” (p. 329) não tem poder explicativo. O autor ajuda a esclarecer quando evidencia a presença da magistratura na vida pública, com sua maioria nos órgãos principais (p. 366, 372, 377, 383). Afirmar que o domínio da magistratura nega o dos proprietários de terras (p. 383) parece-nos passível de dúvidas, pois os magistrados muitas vezes são também fazendeiros ou filhos e genros de fazendeiros, no conhecido processo de o rico senhor mandar o filho para a academia para que seja um letrado: o jovem não se adapta mais à vida rural nem é ali desejado, que para a função pública se formou. O fato de ser juiz, magistrado de vária graduação, político no Executivo ou no Legislativo não nega a origem e os vínculos com os interesses da terra.

Em síntese, para o autor, “sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido e tenaz estamento burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos” (p. 387). A citação de José de Alencar, nas conhecidas *Cartas de Erasmo*, é fundamental: “a nossa aristocracia é burocrática” (p. 389). Daí Faoro poder afirmar que “o patronato não é, na realidade, a aristocracia, o estamento superior, mas o aparelhamento, o instrumento em que aquela se expande e se sustenta” (p. 390). Não

fica bem claro o que é estamento burocrático ou estamento político, pois às vezes se fala em estamento político que não é burocrático (p. 414), “testamento governamental” (p. 248), em “velho estamento” (p. 418) – é o burocrático? –, ou “o velho estamento, congelado no Senado e na vitaliciedade” (p. 431). Pelo texto no conjunto, os dois parecem a mesma coisa, mas a matéria não é explicitada. Como não é também a existência de níveis no estamento burocrático: afinal, o exército não é parte dele? No entanto se fala, a propósito do episódio de 1868, no “primeiro sintoma [...] de incompatibilidade da ordem estamental monárquica com o exército” (p. 446). Que é anterior, como se vê no que diz da Guarda Nacional, em 1831: “o exército torna-se um grupo profissional vigiado, perante o qual se arma o estamento” (p. 471) – o que então o exclui. Outro aspecto importante e que só aparece, segundo o autor, no fim do Império e princípio da República, é a emergência, “no quadro estamental e hierárquico, comunitariamente seletiva e progressivamente fechada, a sociedade de classes” (p. 453) – afirmativa que coloca o difícil problema do fim e da origem de um período, tão caro a historiadores. O autor aponta que “o degelo da década de 1860, que atinge a forma de avalanche no fim de 1880, tem necessário caráter antiestamental e antiburocrático” (p. 467).

Com a República, “o estamento se romperá, recuando ao segundo plano, dispersado mas não extinto”. Para ocupar o seu lugar, há “o comando dos grandes Estados, ou de um grande Estado” (p. 467), na forma federal que se institucionaliza. Com a República, “o estamento estava partido, com a supremacia do setor militar” (p. 480). Ou, “não havia mais lugar para o quadro patrimonial-estamental, rompidos seus pressupostos econômicos e destruídos os elos de seu prestígio social” (p. 521) – o que, na verdade, só se verifica no primeiro governo da República, pois esses pressupostos e prestígio voltam com o governo civil, em 1894, sem que o autor afirme a volta do velho estamento, que considera afastado (p. 526). O poder público continua a atuar, sobretudo depois de 1906, mas não se fala no estamento burocrático. A sociedade da época da “política dos governadores” pouco lhe concede. Só “a força armada guardará sua identidade, a estrutura estamental, superior às contendas, fiel às tradições” (p. 542). O autor vê o militar atuante e responsável, “sem fechar-se numa casta e sem estruturar-se numa classe” (p. 543). Na República, “o velho estamento imperial se

dissolve num elitismo de cúpula, regredindo a estrutura patrimonialista para o âmbito local, local no sentido de entrelaçamento de interesses estaduais e municipais” (p. 562). O federalismo, ainda que faiscado, opõe-se “ao sistema patrimonial, a cuja sombra medraria o estamento, reduzido às forças armadas, paralisadas pelos controles dispersivos das milícias estaduais” (p. 581).

Assim é a Primeira República, que acaba em 1930, “desemboçando no retorno do estamento, gerado na combinação econômica nascente, sempre patrimonialista na casca mercantilista” (p. 602). Se ela, “agrária e federal, arredara da cúpula a teia estamental” (p. 614), o privatismo dos coronéis quebrara “a armadura estamental de tendência burocrática, do Império” (p. 631). Ressurge “um sistema estamental, com a reorganização da estrutura patrimonialista” (p. 697). Vitoriosa a Revolução, a nova ordem chega ao Estado Novo, em que o estamento burocrático, antes varrido, atinge alto vigor. É o princípio do planejamento econômico, que gera a figura do tecnocrata, que irá em ritmo cada vez mais triunfante, como se nota no período posterior, já fora da análise do livro. Na conclusão, na “viagem redonda do patrimonialismo ao estamento”, de dom João I a Getúlio Vargas, mostra-se o que foi a trajetória, em que “o estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira” (p. 758).

Em período recente, fora do considerado, é que o estamento burocrático mais se afirma. No Brasil atual, quando o Estado é tudo, há um grupo que detém o poder, e o faz com tanta coerência e sagacidade que é difícil identificá-lo. O próprio presidente da República deve segui-lo, sem o que é afastado ou obstado na ação, como se viu algumas vezes desde 1964. Essa força superior e que não se revela é o principal segredo da manutenção do atual esquema. O caso seria de estamento burocrático ou estiramento governamental?

É interessante seguir a linha do raciocínio exposto. A insistência no estamento burocrático pode ter sua razão, mas nem sempre é esclarecida. O que é mais digno de nota é que a interpretação que daí resulta é às vezes frouxa. Dizer que o estamento burocrático é que conta pode colocar ao leitor uma pergunta: quem o constitui, quais as pessoas que o configuram? Se o livro pretende analisar os donos

do poder e a formação do patronato político, poder-se-ia afirmar, em síntese, que o poder é conduzido pelo estamento burocrático. O que não é dizer muito, pois cabia dizer quem é ele, quem o constitui. O autor lembra mais de uma vez a afirmativa de Silveira Martins de que “O poder é o poder” (p. 202 e 391), o que é pouco como explicação. Concluir que o poder pertence ao estamento burocrático exige algo mais para esclarecimento do processo, com o apontamento de quem ascende e comanda, sua extração e conduta, em diferentes níveis. Essa análise ou prova não é feita por Faoro, que lhe falta a informação indispensável. Ele faz livro importante de história, como fixação do sentido de uma política, pela leitura crítica de quanto se publicou como pesquisa de historiadores. Não fez a pesquisa que o tema requeria e à qual os especialistas de história ainda não se dedicaram. É um cientista político que faz história, não um homem de arquivo a levantar o quadro da política de alguns séculos. O trabalho imenso, que se espera ainda, requer a colaboração de muitos grupos. Depois de realizado é que a síntese interpretativa, como é feita aqui, terá consistência, sem ser contestada ou posta em dúvida.

Exemplo de esforço como o que se requer é a recente tese do professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) José Murilo de Carvalho, ainda não editada¹, *Elite and State-Building in Imperial Brazil* (Stanford, 1974), em que se faz o levantamento exaustivo, embora não completo, do quadro de ministros, senadores, conselheiros de Estado e deputados de 1826 a 1886, com local de nascimento, ocupação da autoridade e de sua família, tipo de educação, local de estudo, de modo a dizer quem é quem na política. Para concluir de modo abrangente, no entanto, falta considerar os presidentes de províncias, as principais autoridades administrativas. A pesquisa é modelo a ser seguido, com novos aprofundamentos para o Império e a República. Para a Colônia apresenta dificuldades maiores, senão insuperáveis. Quando a bibliografia contar com algumas obras do gênero é que livros como *Os donos do poder* passarão a ter validade incontestável, deixando de ser ideia brilhante e bem formulada e conduzi-la para a demonstração de uma realidade. A tarefa compete aos historiadores.

1. A tese de doutoramento de José Murilo de Carvalho foi editada integralmente no Brasil em 2003 no livro *A construção da ordem/Teatro de sombras* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003). Nota do Editor.

Raymundo Faoro já conseguiu muito: o possível com a informação de que dispõe.

Assinale-se, por último, que é enriquecedor o uso da categoria estamento, pois revela preocupação com o quadro social e objetiva rigor que não se conhecia: falava-se em classe, de modo vago; dava-se importância desmedida aos proprietários, quando se tem agora o realce de comerciantes, financistas e burocratas. É um revisionismo que coloca problema básico, com instrumento teórico moderno e que abre discussão que dará profundidade à pálida historiografia oficial.

Outros aspectos

Se as ideias de onipotência e onipresença do Estado e estamento burocrático são essenciais, o livro apresenta mais material digno de nota, por uma revisão de teses da historiografia tradicional ou mesmo colocações novas. Não vamos examiná-las, que a resenha já está longa. Lembrem-se apenas, entre outras:

1. No estudo dos partidos políticos do Império, há a afirmativa de que eles tinham fisionomia própria – o que era em geral negado – e a caracterização feita para o Liberal e o Conservador é diversa da estabelecida. A comum é que os conservadores representam os interesses da propriedade territorial, enquanto os liberais representam os interesses urbanos de comerciantes e das chamadas profissões liberais. Sem referir essas colocações, Faoro as inverte, atribuindo aos conservadores os interesses urbanos e aos liberais os da propriedade da terra, em bem desenvolvida análise (p. 341-342). O que há de melhor sobre o assunto é a tese de José Murilo de Carvalho, citada, ou seu artigo “Composição social dos partidos políticos imperiais” (*Cadernos do Departamento de Ciência Política*, nº 2, dezembro 1974, p. 1.134).
2. O parlamentarismo brasileiro é enquadrado na tradição francesa mais que na britânica (embora tivesse aí inspiração e modelo – p. 321 – a prática o aproxima antes da francesa – p. 344), o que não é a tese comum e não era o que se pensava na época, quando o quadro era visto como réplica vitoriana.

3. Na análise do Império e da República não há o acento de louvação daquela fase. Quase todos os autores revelam certo saudosismo da monarquia, explícito em uns, inconsciente em outros, como se poderia exemplificar até em historiadores marxistas: a aparente ordem do Segundo Reinado, superficialmente considerada, é vista, em oposição às dificuldades da República nascente, como forma superior, Faoro é objetivo e não se deixa desencaminhar com o julgamento seguro na denúncia do país “entorpecido na rotina de 50 anos de marasmo” (p. 462), “no mito da harmonia imperial” (p. 669) ou em uma visão “enganadoramente monumental no quadro estilizado” (p. 341). Como todo autêntico entendedor do processo histórico, liga-se ao presente e sua obra tem acentos de denúncias que apontam ação enérgica para os responsáveis pelo futuro.
4. O que diz sobre a desagregação da monarquia e a propaganda republicana é de ótima qualidade e contém enfoques originais (capítulo XII). O papel do abolicionismo e das questões militares tem tratamento enriquecedor dos temas. Destaque-se o exame da tese do abolicionismo como gerador de ressentimento e da aceitação da República, posta em dúvida (p. 456-458). É sutil o que evidencia nas comparações entre as províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.
5. Há alguns enfoques que nos parecem equívocos. Dois deles em torno de Getúlio Vargas, como ao falar na “raiz liberal da formação do ditador” (p. 693) ou que o homem desaparece em 1954, mas “o estadista havia morrido em 1945, exausto o tempo político que o animara, nem sempre fiel ao tempo cronológico” (p. 708). As duas versões são discutíveis. Se, no caso, há modos de ver diversos, há alguns enganos menores, de datas, que debitamos à revisão, ou de aproveitamento acrítico de textos de obras conhecidas (como *Evolução industrial do Brasil*, de Roberto Simonsen – p. 508 – que interpreta indevidamente o censo de 1920).
6. Denuncia-se a ausência do povo. Tudo é feito sem ele, ou mesmo contra ele, pelos grupos dominantes: “Uma ficção, o povo”

(p. 202); algo distante, parte que não atua no processo que o manipula. Ao longo do escrito o povo é referido, mas seus movimentos de organização ou contestação ficam sem estudo — é que se cogita do “patronato político” e o povo é usado pelo Estado, mas não é o Estado que faz parte do estamento burocrático. O que se deve destacar aqui é que ele é ausente mesmo em volumes com títulos como *Evolução, formação ou história do povo brasileiro*. Para a quase totalidade dos cientistas sociais, como para os políticos, o povo é mais uma palavra que se usa por interesse que um fato.

7. Quanto à estrutura, o livro é belo e bem construído. A língua é sóbria, correta, revelando em algumas passagens formação literária de quem é escritor desde jovem. Há certas metáforas audaciosas, como a insistência na dissimulação e na túnica (p. 387, 391, 447 e 748), de sabor machadiano. É visível a superioridade estilística do texto atual relativamente ao de 1958.

O texto de 1975

Como se escreveu, o livro tinha 271 páginas na primeira edição, enquanto agora tem 750. Triplicou-se, pois. Se foi grandemente ampliado, não se pode dizer que se trata de obra nova, uma vez que suas ideias básicas são as mesmas, da mesma forma é idêntica a estrutura da composição, como se reconhece no prefácio: “a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais, invulnerável a 13 anos de dúvidas e meditação” (p. XIII). Se é tanto ampliado, é que se enriqueceu com mais exemplos e explicitações. O estudo ganhou em extensão, mas não no mesmo grau em profundidade.

Poder-se-ia questionar o destino que o autor deu a seu trabalho. Entrando em pormenores sobre todos os aspectos, terá escrito centenas de páginas a mais. É por vezes digressivo, perdendo-se no factual consabido, como nos capítulos sobre a República Velha (XIII e XIV), que são os mais longos (80 e 82 páginas, respectivamente). Como é síntese interpretativa, não análise à maneira convencional, pode-se duvidar da eficácia do processo. Ninguém o consultará para saber como eram as eleições, as atividades econômicas e a vida administrativa, assuntos

que se encontram em outras obras, até com mais desenvolvimento. Sua riqueza está na interpretação. O propósito de rever o texto, altamente meritório, talvez fosse de mais valia se explicitasse melhor o que é estamento burocrático – conceito ainda fluido – e suas manifestações no Brasil, de modo a ser mais convincente para o leitor. Ou se desenvolvesse a parte da República, pouco considerada antes: ele o fez, com mais largueza que rigor, com a mesma busca de pormenor que se encontra para os períodos anteriores.

A fonte mais comum foi Max Weber, que deu o instrumental. A crítica ao texto de 1958 destacou essa nota: Faoro terá sido o cientista que mais usou o aparelho conceitual weberiano. Em 1975 Faoro diz que “o livro não segue apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber” (p. XIII). Não vamos discutir a afirmativa. Consigne-se apenas que em 1958 Marx não era citado (falou-se em escola marxista, com a citação de Engels mais de uma vez – p. 262 –, como Lenin, Trotsky e stalinismo – p. 262, 266 e 263), enquanto aqui seu nome e de outros autores aparecem inúmeras vezes. Ora, é difícil imaginar que o apelo à grandiosa construção marxista não altere uma análise. Entretanto, ela é a mesma no fundamental, e o próprio autor diz que “para o esquema deste livro, a discussão marxista tem valor secundário, dados os pressupostos de outra índole e origem que o fundamentam” (p. 237). O fato é estranhável, convenha-se.

O procedimento de reelaboração é legítimo e presta serviço à bibliografia. Como leitores, no entanto, seja-nos permitida a observação de que o texto pode ter perdido um pouco de sua força em volume tão amplo. Os livros eminentemente interpretativos ganham com a concisão, não com a prova exaustiva (não terá sido o autor levado pelo hábito profissional de advogado, que arrola quanto pode com provas, fatos e nomes?). *Os donos do poder* terá agora menos leitores, que pouco se lê neste país e mesmo os professores e estudiosos têm certo horror às publicações volumosas. O texto nada perdeu, é claro, com a abundância informativa. Como livro, no entanto, sua garra passa a ser menor, que as interpretações em grandes linhas sempre lucram com a economia expositiva. O que se ganha com a erudição, perde-se em impacto. A razão do critério usado deve estar na generosidade do escritor, que deseja oferecer a seu público todo material para ser entendido, pela desconfiança correta de que não existe o devido

conhecimento da base factual, das minudências do processo. Desconfiança e generosidade explicam o desdobramento do texto, que de ensaio interpretativo passa a análise histórica circunstanciada. Se fazemos a observação, é pelo interesse por obra que se inscreve entre as básicas para a compreensão do Brasil, confirmando mais uma vez que as grandes contribuições para nossa historiografia são dadas por cientistas sociais não profissionalmente historiadores: no caso, um advogado que cultivava a ciência política.

Bibliografia

- CARVALHO, José Murilo de. (1974) “Composição social dos partidos políticos imperiais”. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, nº 2, dezembro, p. 1.134.
- CARVALHO, José Murilo de. (1974) *Elite and State Building in Imperial Brazil*. Stanford University, tese de doutoramento.
- CARVALHO, José Murilo de. (2003) *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FAORO, Raymundo. (1974) *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____. (1975) *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre/São Paulo, Editora Globo/Universidade de São Paulo.
- HIRANO, Sedi. (1973) *Castas, estamentos e classes sociais*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- SÉRGIO, Antônio (1941). *Em torno da designação de “monarquia agrária” dada à primeira época de nossa história*. Lisboa, Livraria Portugal.

O longínquo pesadelo brasileiro

Renato Lessa

Diretor-presidente do Instituto Ciência Hoje e professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).

A terceira edição de *Os donos do poder* repôs em circulação um grande livro, cuja originalidade já havia emergido em sua aparição original, em 1958, ao propor uma interpretação do Brasil em linguagem dissonante dos usos e costumes intelectuais de então. Na segunda edição, em 1975, a evocação weberiana é mantida e fortalecida. O texto sofre, ainda, considerável acréscimo. Dois novos capítulos, com farta erudição, ocupam-se da República brasileira. Além dos novos capítulos, o texto é praticamente triplicado em função de incontáveis citações e exuberante acréscimo de notas (1.355 notas no lugar das 140 originais, segundo paciente cálculo feito por Francisco Iglesias¹).

A terceira edição exponencia o caráter enciclopédico da aventura pela escolha de tudo reunir em um único volume, no qual letras e palavras se espriam com mais conforto por cerca de 900 páginas.

1. Cf. o ótimo e esclarecedor ensaio de Francisco Iglesias (1976).

Acostumados a lidar com os dois volumes da edição de 1975, a contumazes consumidores faorianos – como eu – revela-se agora, com maior força, a dimensão de um grande paradoxo ou, melhor dizendo, de um instigante desequilíbrio formal: as 913 páginas do novo formato de *Os donos do poder* – no lugar das 750 da edição anterior – são precedidas por exíguo par de páginas: um prefácio apostado à edição de 1975.

Mais do que um paradoxo, temos um convite à perscrutação nesse raro exercício de minimalismo faoriano. Orientado metodologicamente por sábia prescrição de Oscar Wilde, segundo a qual só espíritos superficiais não se deixam levar por primeiras impressões, minhas inclinações conduzem a supor que o minimalismo do prefácio nada tem de perfunctório ou macunaímico e que talvez algumas chaves de navegação no oceano de Faoro podem estar inscritas nessas duas avaras páginas iniciais.

Na verdade, o prefácio a *Os donos do poder* é exemplar. Ele fornece ao leitor atento os instrumentos de navegação necessários para a travessia de longuíssima, e por vezes árida, sucessão de citações e referências. A enciclopédia faoriana é, pois, precedida não de um roteiro, mas de um aviso. Nele encontramos, antes de tudo, a reafirmação das teses apresentadas na edição de 1958: “a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais, invulnerável a 13 anos de dúvidas e meditação”. A tese em questão diz respeito à singularidade brasileira; à irreduzível bizzarria nacional e seu fundo dissídio civilizatório com relação às julgadas normais associações entre capitalismo, democracia política e modernidade. Na base desse juízo a respeito da experiência civilizatória brasileira, opera a idéia de um *Brasil errado*, para evocarmos o título de brilhante ensaio dos anos 1930 da lavra de Martins de Almeida (1930). A tese faoriana, por sua vez, busca identificar as *razões do erro*. Mas, como na filosofia e na vida, a linguagem tem precedência inegociável sobre todas as coisas, as razões do erro civilizatório brasileiro só podem ser apresentadas em enunciado apropriado. Mais uma vez, o prefácio à segunda edição indica os sinais mínimos dessa linguagem: se comparada à edição de 1958, na nova forma – mantida agora na terceira edição – “os conceitos básicos – patrimonialismo, estamento, feudalismo, entre outros, estão fixados com maior clareza”.

A “terminologia aparentemente bizarra”, tal como a apresenta Faoro em eufemismo que indica a singularidade da letra weberiana,

não é suficiente para fazer que a obra siga “a linha de pensamento de Max Weber”. A esse respeito, e em leitura arguta do texto de Faoro, Luiz Werneck Vianna localiza sinais de heterodoxia com relação a hipóteses tradicionais de Max Weber: no lugar de uma reiteração do argumento célebre que sustenta a associação entre espírito capitalista e ética puritana, Faoro teria introduzido – evocando Tavares Bastos e Sarmiento – a idéia de que “somente os países revolvidos pelo feudalismo” teriam adotado de forma plena o capitalismo, nele integrando a sociedade e o Estado².

Faoro sugere que sua afinidade eletiva com a obra de Weber é, ainda, expressão de um afastamento com relação ao marxismo, já que para ele trata-se de “sustentar a autonomia de uma camada de poder, não diluída (em) uma infra-estrutura esquemática”³. Mais do que Weber, Faoro pensa ter estabelecido com maior força a presença dos clássicos da ciência política na tessitura de sua narrativa. Com efeito, “Maquiavel e Hobbes; Montesquieu e Rousseau” aparecem em diferentes momentos da obra com uma função análoga à do coro grego: uma voz externa que ora interpela, ora dá sentido ao que os personagens fazem e dizem.

De Montesquieu, por exemplo, Faoro parece ter herdado, mais do que a aversão ao despotismo e a crença nas virtudes civilizatórias do *doce comércio*, a pretensão de “abarcas, num lance geral, a complexa, ampla e contraditória realidade histórica”. A afinidade é eloquente, sobretudo se tivermos em mente o objeto declarado das preocupações de Montesquieu ao escrever o *Espírito das leis* (1748): investigar nada menos que os fundamentos de todas as instituições, em todos os tempos e de todos os povos do planeta. No caso de Faoro, o gigantismo do empreendimento toma forma de uma regressão quase infinita ao passado. Quanto mais recuamos no tempo, maior será a nossa capacidade de detecção de um momento, evento ou circunstância matricial, de que todo o devir não faz senão atualizar e repor sob novas roupagens. Trata-se afinal, de considerar “um longo período, que vai do mestre de Avis a Getúlio Vargas, [e que] valoriza as raízes portuguesas de nossa formação política”.

2. Ver o excelente ensaio de Werneck Vianna (1999).

3. Esse ponto foi destacado por Simon Schwartzman (2003) em um curto e preciso comentário ao livro de Faoro.

Mas por que começar de tão longe?

Se adotássemos o ponto de vista de apenas 150 anos (século XIX em diante) para pensar a singularidade brasileira, poríamos tão somente em relevo a “influência de correntes ideológicas, originárias da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos”. Com efeito, correríamos o risco de ver nossas narrativas básicas a respeito do que significa o Brasil constituídas por pensadores tais como Tavares Bastos, Joaquim Nabuco e André Rebouças, entre outros, cujas metáforas históricas pouco devem ao iberismo que Faoro pretende ressaltar. Pensemos, por exemplo, em Euclides da Cunha, que, no brilhante “Da Independência à República”⁴, pretendeu narrar a construção política do Brasil moderno tendo como ponto de partida um contexto tão próximo no tempo como o ano de 1822. Não há, pois, Ibéria à vista na perspectiva histórica de Euclides da Cunha: assim como Brasil é um artefato posterior a 1822, o mundo rural brasileiro será por ele visto em sua obra mais importante como produto combinado de sua geologia e de sua antropologia.

São os efeitos dessa miopia que se apresenta quando o passado é considerado – e da qual Euclides e os liberais oitocentistas brasileiros (assim como Sarmiento, na Argentina) seriam portadores – que Faoro pretende corrigir. A ênfase no passado recente encobre o passado remoto e fundamental; uma ancestralidade que se abate como uma necessidade sobre o cérebro e a vida dos pósteros. Moral da história: a ontologia brasileira só se dá ao conhecimento se suprimirmos o obstáculo desse tempo curto e encontrarmos no passado remoto a cifra dos absurdos presentes.

A escolha desse tempo dilatado, que interpela a trajetória civilizatória portuguesa para além das aventuras de dom João I, define o espaço no qual Faoro apresenta sua concepção da história brasileira: uma história percebida como um pesadelo; *um longínquo pesadelo*. De fato, em raro momento de pessoalidade no qual fala de si como autor (e na passagem que julgo ser das mais importantes de todo o texto), Faoro nos diz: “Na evocação (dessa *longue durée*) não pude evitar o eu de um *longínquo pesadelo* (ênfase minha), com certas ‘rabugens de pessimismo’”. Faoro pretende sistematizar, portanto, a experiência

4. O ensaio foi publicado em Cunha (1909).

histórica e civilizatória brasileira e estrutura sua narrativa como um pesadelo: uma história que a todo momento repõe os fatores de atraso, sobretudo quando involucra aspectos modernos. As “rabugens” evocam a letra de Machado de Assis em sua apresentação das *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

O prefácio, portanto, deve servir de aviso ao leitor. O que tem diante de si não é apenas mais uma “História do Brasil”, gênero domesticado e esterilizado pela obsessão de objetividade e fidelidade aos fatos. Francisco Iglesias já nos havia advertido a esse respeito: em Faoro, a “riqueza está na interpretação”. Trata-se, pois, de um megaensaio sobre o processo civilizatório brasileiro, tecido em chave agônica e pessimista e buscando os nexos da teimosa persistência de um longo pesadelo decantado.

De Machado de Assis, Faoro parece ter herdado um desencanto fundo com a experiência civilizatória brasileira. Mas, ao contrário do primeiro, o segundo não carrega consigo o humor militante e corrosivo, atributo precioso dos céticos. No lugar de exibir a “inopinável toleima humana”, marcando seu diferendo por meio da ironia e da exibição do absurdo e pela convocação constante do “caro leitor” – que são marcas fortes machadianas –, Faoro submete sua fenomenologia a uma forte redução, com “rabugens” de monocausalidade.

Devidamente avisados pelo prefácio, os leitores que se concederem o privilégio de percorrer a saga faoriana ficarão surpresos com mais um contraste, para além do de natureza formal. A extensão gigantesca do livro encerra uma grande simplicidade: uma única tese percorre todas as dobras do texto e conecta os incontáveis fragmentos e personagens que se dispõem ao longo do tempo: a existência histórica brasileira é marcada de forma indelével pelo selo da dominação patrimonial, transposta de Portugal para essas plagas ultramarinas durante o processo de colonização. Tal marca deriva, por sua vez, do modo pelo qual o Estado Nacional português afirmou-se: nascido da guerra, da reconquista do espaço ocupado pelo Islã desde o século VIII, esse Estado inventa e constitui a nação, na medida em que é bem-sucedido militarmente. A datação inicial dessa narrativa, a confiarmos na apresentação de Faoro, nos remeteria à Revolução do mestre de Avis, no distante século XIV português. Mas a arqueologia faoriana procede a uma semirregressão ao infinito. A análise, de fato, tem como ponto

de partida uma época ainda mais remota do que a do início do reinado de dom João I. Com efeito, onde tudo isso começa?

A arqueologia do pesadelo – ou a busca de seus fundamentos mais remotos, em linguagem de Martins de Almeida, em *Brasil errado: ensaio sobre os erros do Brasil como país* – assim apresenta o seu primeiro ato:

“Este é o primeiro ato do drama. O súdito – o súdito qualificado, o nobre, já absorvido o clero nas malhas do poder supremo, e o súdito sem esporas – não paga serviços, tangíveis ou abstratos, como o contribuinte moderno. Um poderoso sócio, sócio e patrão, tosquia melhor a lã, submetendo o proprietário nominal à obrigação de cuidar da ovelha. A nobreza, agarrada aos velhos privilégios, ainda se manterá no nível de companheira do soberano. Um pouco mais e ela, já cercada, com as unhas embotadas, dividirá, domesticada depois de uma revolução, o segundo lugar com a burguesia. A ideologia completará a obra, vencendo as consciências e roubando à imaginação o estandarte da resistência. O Estado patrimonial, implacável nos seus passos, não respeitará o peso dos séculos, nem os privilégios da linhagem antiga” (p. 26).

A passagem descreve um processo em curso durante a Reconquista e que, na verdade, antecede à própria criação do Estado português, com Afonso Henriques, no século XII. As bases desse experimento são, segundo Faoro, romanas: aí estariam as marcas da Constituição de Diocleciano (285-305) e do direito de Justiniano (527-565):

“As colunas fundamentais, sobre as quais se assentaria o Estado português, estavam presentes, plenamente elaboradas, no direito romano. O príncipe, com a qualidade de senhor do Estado, proprietário eminente ou virtual sobre todas as pessoas e bens, define-se, como ideia dominante, na monarquia romana” (p. 27).

O encontro de um fundamento tão remoto, em um procedimento tipicamente faoriano, revela uma importante antecipação: as bases arqueológicas do Estado português se apresentam como “vésperas do absolutismo”:

“Define-se, a partir da corte, a distinção entre o *dominare*, reservado à nobreza territorial, e o *regnare*, exclusivo do príncipe, embrião da futura doutrina da soberania, cujo proprietário será o rei. Refinado o pensamento, o conceito de propriedade do reino se elevará para reconhecer ao soberano a qualidade de defensor, administrador e acrescentador, teoria que assenta sobre o domínio eminente e não real. São as vésperas – vésperas de alguns séculos – do absolutismo” (p. 29).

Mas, posto nesses termos, teríamos tão somente a evidência de uma forte precocidade histórica. Mais do que isso, o que Faoro parece ressaltar é o desvio de rota assumido pela civilização portuguesa: por mais que no curso de sua história primordial aspectos racionais se apresentem – tais como uma certa “calculabilidade” e racionalidade jurídicas – esses fatores de inovação acabam contidos pelo “comando irracional da tradição ou do capricho do príncipe”.

Ora, Faoro nos diz que pretende organizar uma narrativa a respeito da experiência brasileira, estruturada pela linguagem da filosofia política. Sendo assim, sabe claramente o que mobiliza quando emprega a expressão “capricho do príncipe” para caracterizar os usos e costumes da vida pública portuguesa. Leitor de Montesquieu, Faoro aproxima o momento inaugural português a um cenário de governo despótico. É da “natureza do governo despótico que um só governe, segundo suas vontades e caprichos” (cf. MONTESQUIEU, 1973). A véspera absolutista, portanto, não é uma antecipação deslocada de seu tempo: a infância ibérica – velha já de muitos séculos em sua própria origem – introduz como que na retaguarda do Ocidente um experimento despótico.

Na perspectiva de Montesquieu, sabemos que o despotismo tem endereço indisfarçavelmente oriental. O dissídio português se faz assim e, antes de tudo, como um afastamento com relação às formas virtuosas que viriam a configurar o Ocidente moderno. Falta-lhe, na altura em que vem ao mundo, tão somente acrescentar à sua essência oriental a geografia do grande território; a geopolítica singular do despotismo, como a quer Montesquieu. As navegações que seguem ao momento de fixação desse Oriente ibérico proporcionarão o componente.

A diáspora lusitana, iniciada com a conquista de Ceuta em 1415 e a despeito do velho do Restelo, é planetária; mas a complementari-

dade plena entre a *natureza do regime* e seus *requisitos geopolíticos* só se dará aqui entre nós, no processo de colonização brasileiro. Faoro, por caminhos inteiramente distintos, acaba por descrever materialização perversa da imagem de Gilberto Freyre a respeito do Brasil como uma *China tropical* ou uma *Rússia americana*⁵. Ao contrário de Gilberto Freyre – para quem “os trópicos parecem ter uma aliança secreta com a civilização brasileira contra todos os seus possíveis inimigos” –, Faoro faz da aproximação com o Oriente uma espécie de mácula civilizatória. O curioso nisso tudo é a completa ausência de uma análise da presença efetiva do Oriente na Península: o movimento iniciado pela invasão comandada por Tarique, em 711, e revertido com a tomada de Ceuta – o último ato da Reconquista – não é contemplado pela arqueologia de Faoro. Sua visão do Oriente ibérico dispensa a consideração da presença histórica dos árabes por cerca de sete séculos.

O despotismo, na chave de Montesquieu, aparece, portanto, como ideia que subjaz ao tratamento proposto por Faoro a respeito da constituição do Estado português. Para fortalecer seu argumento, mobiliza o veto de Alexandre Herculano à suposta existência histórica do feudalismo em Portugal:

“Patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda hoje persistentes, obstinadamente persistentes” (p. 35).

O feudalismo, na definição que dele dá Faoro, no limite, não configura um Estado, no sentido moderno do termo. Ele antes “corporifica um conjunto de poderes políticos divididos entre a cabeça e os membros, separados de acordo com o objeto do domínio” (p. 36). Trata-se de um *acidente político*, e não de um sistema cuja lógica deriva do sistema econômico e do *enquadramento das forças de produção*. O aspecto central desse acidente é a presença de uma classe senhorial, interposta entre o rei e seus vassalos, dotada de autonomia política, ou seja, capaz de controlar recursos políticos, econômicos

5. Cf. FREYRE, 2000, especialmente a magnífica Introdução.

e sociais de forma independente. Esse último aspecto faz que tal contingente estabeleça com o rei relações contratuais, nas quais a interação ganha previsibilidade. O sentido do arranjo, portanto, não tem por meta proporcionar as delícias do príncipe. Na linguagem de Montesquieu, o que temos nessa forma de ordem é o primado da *honra*, uma espécie de combinação entre sentido de pertencimento e cumprimento de obrigações.

A ideia aproxima-se na noção de Montesquieu de *monarquia*, uma forma de governo na qual um único governa, mas através das leis, e que supõe a existência de uma ordem social caracterizada pela complexidade e pela fragmentação. Nela, a forma de governo se adapta à morfologia social em vez de prefigurá-la.

O não-feudalismo português, portanto, pode ser percebido como um padrão de sociabilidade politicamente orientado pelos hábitos típicos de um regime despótico. O ator central desse regime é o *estamento*. Ainda que Iglesias tenha razão em demonstrar que a definição faoriana de estamento é fugidia, o sentido do emprego do termo é claro: *o estamento governa, a classe negocia* (p. 62).

O estamento é, ainda, sinal de uma economia não-emancipada e de uma forma social fechada:

“as convenções, os estilos de vida incidem sobre o mercado, impedindo-o de expandir sua plena virtualidade de negar distinções pessoais. Regras jurídicas, não raro, enrijecem as convenções, restringindo a economia livre, em favor de quistos de consumo qualificado, exigido pelo modo de vida” (p. 62).

As categorias sociais tradicionais para o patrimonialismo aparecem como “celeiros de recrutamento”. Como contraponto, o Estado é constituído como um “feixe de cargos”. O experimento social resultante é a definição de um capitalismo politicamente orientado, no qual a acumulação material estará sempre associada à captura de recursos econômicos e patrimoniais por parte dos donos do poder.

Despotismo, ausência de feudalismo, estamento e capitalismo politicamente orientado: esses termos, assim alinhados, parecem sugerir um debate com tinturas puramente acadêmicas. No entanto, no livro de Faoro trata-se de muito mais do que isso. O enquadramento

conceitual aplicado aos anos iniciais de constituição do Estado português define simplesmente os prolegômenos a toda história brasileira futura. Em jargão menos afetado, trata-se de uma maldição, que sugere a presença de um narrador *whig* testemunhando um tedioso processo de desastre civilizatório.

A outra face da maldição nos revela o que teria sido uma rota histórica virtuosa. Como ressaltou Werneck Vianna, Faoro desconsidera a conexão entre ética puritana e espírito capitalista em detrimento da tese da necessária anterioridade do feudalismo como preâmbulo da modernidade racional: “somente os países revolvidos pelo feudalismo teriam adotado o capitalismo, nele integrando a sociedade e o Estado” (cf. VIANNA, 1999). Como nada disso teria aqui ocorrido, o Brasil surge como um caso de “Oriente político”:

“um sistema político de cooptação sobreposto ao de representação, uma sociedade estamental igualmente sobreposta à estrutura de classes, o primado do direito administrativo sobre o direito civil, a forma de domínio patrimonial-burocrática e o indivíduo como um ser desprovido de iniciativa e sem direitos diante do Estado”.

*

Essa ótica preside a avaliação da experiência brasileira do período colonial até o pós-1930. A marca central, portanto, é representada pela presença inamovível do Estado e do estamento que o ocupa e dirige, presença a um só tempo parasitária e inibidora da criatividade social. É interessante considerar a esse respeito o contraste entre a abordagem de Faoro e a de outros autores que indicam a presença positiva e necessária do Estado diante da sociedade. Oliveira Vianna, por exemplo, não hesitou em indicar a experiência societária brasileira como marcada pela fragmentação e pelo amorfismo. Da mesma forma que Faoro, Oliveira Vianna – sobretudo em *Instituições políticas brasileiras* – interpela o passado colonial, mas ali não localiza o peso sufocante do estamento e do despotismo ibérico (ver VIANNA, 1949). Tal como Ezequiel Martinez Estrada – que ressalta as dimensões do isolamento, do mundo sem experiência, da incomunicabilidade, da descontinuidade e do desmembramento, quando descreve a Argentina

profunda⁶ –, Oliveira Vianna chama a atenção para a *dendrofilia* do homem colonial brasileiro, para seu caráter insolidário e sua aversão à sociabilidade. O peso do Estado e de seu estamento é longínquo. A sociabilidade reside antes em suas lacunas e ausências. Idêntico argumento foi desenvolvido pelo brilhante livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, ao reconstituir o código de violência do sertão e revelar a existência de um domínio não tocado pela legalidade e pela imposição da norma estatal.

Faoro reconhece a presença desse social não capturado em uma curta e inspirada expressão: *distribuição natural do poder*. Ela aparece em sua análise da Primeira República (1889-1930), momento de interregno no qual o estamento imperial teria se rompido, dando lugar a uma miríade de poderes estaduais, cada um dos quais, por sua vez, sobrepondo-se a ou convivendo com uma variedade de poderes locais. O interregno é logo superado pela retomada da tradição brasileira, em 1930. Parece não ter ocorrido a Faoro a semelhança entre a ordem política implantada com a República Velha com processos oligárquicos em países que posteriormente acabaram consolidando ordens democráticas. A literatura sobre o passado oligárquico da democracia inglesa, por exemplo, é copiosa: eleições manipuladas e não-competitivas, burgos podres e eleitorado diminuto; estas, entre outras, são características que perduram até a segunda metade do século XIX, quando ocorre real ampliação do eleitorado – após duas importantes reformas eleitorais⁷. Mesmo assim, o sufrágio universal só viria em 1928, com a inclusão das mulheres no eleitorado.

Na chave de Faoro, a Revolução de 1930 nada tem a ver com a trama revelada pelo clássico e precioso livro de Barbosa Lima Sobrinho, *A verdade sobre a Revolução de Outubro* (1933). Nessa narrativa magistral, os conflitos intraoligarcas tecem o desfecho da ordem constitucional de 1891. Em outras palavras, é um universo inteiramente estranho ao livro de Faoro – o da política ordinária – que deflagra o processo revolucionário. Mas Raymundo Faoro, ao contemplar a aventura de outubro, só tem olhos para a sempiterna emergência do estamento burocrático e de suas mazelas. Deixando

6. Ver o excepcional livro de Martinez Estrada (1933).

7. Sobre essa história ver o excelente livro de Hamer (1977).

de ser exclusivamente oligárquico, o Brasil se faz assim, para a posteridade, ibérico e oriental.

A conclusão dessa apavorante e unidimensional saga é eloquente: “De dom João VI a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo”. Para os que se põem na perspectiva dessa larga viagem, os acontecimentos e as circunstâncias singulares são de pouca valia. Assim, passa despercebida a curta história da primeira democracia brasileira, a República de 1946, morta aos 18 anos de idade. Com frequência vitimada por literatura raivosa que nela não localiza “verdadeiros partidos” ou “verdadeiros sindicatos”, a primeira democracia brasileira, rotulada de “populista” seria apenas um rápido, e indigno de nota, meandro das invencíveis obsessões ibéricas.

*

O impacto de *Os donos do poder* quando de sua segunda edição foi devidamente estimado em um ensaio de Marcelo Jasmin⁸. Nos idos de 1975, a saga acusatória da hipertrofia estatal e da sufocante ação do estamento somou-se à semântica da oposição ao autoritarismo. Superada essa circunstância, cabe a pergunta: o que *Os donos do poder* evoca no limiar do VI século brasileiro?

Antes de tudo, o livro de Faoro indica a importância da tradição ensaística brasileira e da intenção autoral de pensar e interpretar o Brasil. Nesse sentido, a sobrevida do texto contraria a fragmentação e a especialização temáticas, dominantes na prática profissional das ciências sociais brasileiras. A crença nas virtudes da especialização, como sinal de progresso cognitivo, ilumina os pequenos objetos, mas acaba por nos deixar desarmados diante de grandes questões. E são perguntas dessa magnitude gigantesca que são mobilizadas quando se trata de interpretar o Brasil. Mesmo em suas mais indefensáveis idiossincrasias, *Os donos do poder* exige de seus críticos a aceitação dos termos do debate. É claro que sempre será possível atacá-lo através de pequenas guerrilhas, de pequenas demonstrações de que vários ju-

8. Ver o ensaio de Jasmin (2000).

ízos ali incluídos não resistem à implacável ação do microespecialista. No entanto, o que sustento é que a refutação de uma interpretação do Brasil só é possível através de outra interpretação do Brasil.

Francisco Iglesias, mais de uma vez aqui mencionado, destacou o aspecto da *interpretação* como sendo a maior virtude do texto de Raymundo Faoro. As interpretações, por meio de misteriosas e insondáveis alquimias mentais, decorrem, por certo, de uma vivência autoral com o mundo. No entanto, o que lhes dá vida é sua capacidade de configurar nossa sensibilidade cognitiva; de definir metáforas e nomes por meio dos quais a experiência mundana – assim pensamos – adquire sentido. Com todas as suas maldições e “rabugens de pessimismo”, *Os donos do poder* pode, nessa chave, ser percebido como uma ficção vitoriosa a respeito do Brasil. Explico: a sensibilidade faoriana – e sua aversão à Ibéria entre nós – é importante coadjuvante da reconfiguração do mundo público imposta ao país na última década. A impressionante alteração na topografia e na toponímia do Estado brasileiro resultaram, entre outros fatores, da demonização de sua história pregressa. A mercadofilia demofóbica que nos assola faz coro na crítica a restrições pré-capitalistas e a limites políticos e sociais à livre operação do mercado.

Mas, mesmo que o longo consulado mercadófilo ainda vigente possa reconhecer em *Os donos do poder* um aliado na denúncia dos arcaísmos nacionais, seria monumental injustiça ver nas orientações assumidas no presente a efetivação de algo como um projeto faoriano. Suspeito que as razões para isso derivem simplesmente do fato de que na saga faoriana não há lugar para a política, para a tessitura contingente de resultados com pretensão de alguma perenidade. Foi nessa perspectiva, inclusive, que Raymundo Faoro se fez ator político, nos estertores do regime militar. E na altura, sua intervenção não se fez pela linguagem do anti-iberismo, mas na da defesa da democracia e dos direitos humanos.

Se houvesse uma política faoriana decorrente da letra de *Os donos do poder*, esta seria a da reconstrução retrospectiva da história; do retorno a um tempo ainda não capturado pelo fatalismo que nos perdeu.

Fiel a seu roteiro, Faoro nos dá a narrativa completa de seu péssimo sonho. Ao final do livro, nossa veleidade civilizatória não é nada mais do que “um esqueleto de ar”, coberto pela “túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante”. Pesadelo.

Bibliografia

- ALMEIDA, Martins de. (1930) *Brasil errado: ensaio sobre os erros do Brasil como país*. Rio de Janeiro, Schmitd.
- CUNHA, Euclides da. (1909) *À margem da história*. Porto, Livraria Chardron.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1974) *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Ática.
- FREYRE, Gilberto. (2000) *Novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- HAMER, D. A. (1977) *The Politics of Electoral Pressure: A Study in the History of Victorian Reform Agitation*. Hassocks, The Harvester Press.
- IGLESIAS, Francisco. (1976) “Revisão de Raymundo Faoro”. *CADERNOS do Departamento de Ciência Política* (UFMG), nº 3, Belo Horizonte, março.
- JASMIN, Marcelo. (2000) “Raymundo Faoro’s Roundabout Voyage in *Os donos do poder*”. *Portuguese Literary & Cultural Studies*, University of Massachusetts Dartmouth, spring/fall.
- MARTINEZ ESTRADA, Ezequiel. (1933) *Radiografía de la Pampa*. Buenos Aires, Losada.
- MONTESQUIEU. (1973) *O espírito das leis*. São Paulo, Editora Abril, Col. Os Pensadores, livro 3º, cap. II.
- SCHWARTZMAN, Simon. (2003) “Atualidade de Raimundo Faoro”. *Dados*, volume 46, nº 2, p. 207-211.
- VIANNA, Oliveira. (1949) *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro, José Olympio, volume I.
- VIANNA, Werneck Luiz. (1999) “Weber e a interpretação do Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, março, nº 53.

Raymundo Faoro, pensador da liberdade

Juarez Guimarães

Professor de ciência política (UFMG) e autor de *Democracia e marxismo: crítica à razão liberal* (São Paulo, Xamã, 1999).

A inteligência brasileira em seu pluralismo formativo, em seu dissenso esclarecedor, ainda não foi capaz de fixar a obra de Raymundo Faoro em uma posição estável e significá-la claramente em torno a uma formação de sentido. Este lugar problemático e o sentido incerto desta obra de interpretação do Brasil – uma narrativa de seu destino a partir dos tempos longos de sua origem e formação – indicam que ela ainda não se classicizou na cultura brasileira, isto é, não se construiu inteiramente ainda como patrimônio público de uma cultura política em seus tempos longos de maturação, para além das leituras imediatamente interessadas, instrumentalizadoras ou simplesmente datadas.

Quando foi lançado em 1958, *Os donos do poder* passou quase despercebido e ao largo de uma cultura centralizada nos temas e hegemônica pelo nacional-desenvolvimentismo. No cerne do período da luta contra o regime militar, a obra e o autor, então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foram ressignificados como

narrativa e personagem da luta contra a tradição estatista e autoritária brasileira. Nos anos 1990, de domínio do paradigma neoliberal, *Os donos do poder* foi alçado quase à condição de leitura paradigmática do Brasil, em uma chave de leitura estritamente liberal, embora o autor, de modo claro e público, reiteradamente tenha se posicionado e denunciado esta instrumentalização.

Raymundo Faoro tinha certamente aguda consciência deste desabrigo. Em *Existe um pensamento político brasileiro?*, ele mostra como os liberais do “ciclo emancipador foram banidos da história das liberdades, qualificados de exaltados, extremados, de quiméricos, teóricos e metafísicos” (FAORO, 1994, p. 83), como se buscasse para si próprio a identidade do exílio em uma cultura política em processo tardio de democratização e republicanização. Em “A aventura liberal numa ordem patrimonialista”¹, ele revisita as teses concorrentes de interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., restabelecendo polemicamente as razões de sua categoria analítica chave, o patrimonialismo estamental.

O que se pretende neste curto ensaio é exatamente propor uma chave de classicização da obra de Raymundo Faoro, isto é, combinar a identificação de seu lugar com a demonstração de seu sentido na cultura política brasileira. Este esforço se fará em cinco capítulos: primeiro, posicionando o lugar de Faoro entre as narrativas clássicas de origem, formação e destino do Brasil; segundo, revendo as polêmicas em torno à obra de Raymundo Faoro a partir desta chave de leitura; contrastando a tese de Faoro com aquela aparentemente oposta de Oliveira Vianna; discutindo a relação da obra de Faoro com o campo conceitual de Weber e, em quinto lugar, inserindo a obra de Faoro na formação da cultura republicana brasileira.

Uma narrativa da liberdade política

É possível identificar, pelo menos, oito teses interpretativas sobre as origens, formação e destino do Brasil: as de Oliveira Vianna, Caio

1. No ensaio “A aventura liberal numa ordem patrimonialista” (Faoro, 1993, p. 24), Faoro cita um longo trecho de *A revolução brasileira*, de Caio Prado Jr., no qual este último trabalha a noção de “capitalismo burocrático”, revelando a herança da tradição portuguesa que presidiu a colonização e formação brasileira.

Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Antonio Candido, Raymundo Faoro e Florestan Fernandes. Cada uma delas organiza a narrativa de sua tese a partir de uma problemática central, um diálogo formador e um campo criativo de conceitos.

Oliveira Vianna tem como problemática central a herança do privatismo, originada na ocupação latifundiária do Brasil colonial, como obstáculo central à formação do Estado nacional. Dialoga com um complexo de autores conservadores e antiliberais e formula a solução corporativa autoritária como passagem para a formação do cívico e da consciência nacional.

Caio Prado Jr. lê a história do Brasil a partir da passagem da condição colonial ao Estado nacional, relacionando-a ao mundo do trabalho, do trabalho escravo à formação dos direitos do trabalho e de uma cultura classista e socialista. Dialoga com Marx e o processo de formação do sistema capitalista internacional, inserindo a história brasileira neste processo.

Gilberto Freyre concentra-se na formação da identidade brasileira, em uma interpretação que identifica a originalidade de uma civilização luso-tropical, com centro irradiador no Nordeste, assentada na miscigenação, em particular dos brancos e negros. Dialoga com Franz Boas e a cultura antropológica, formulando toda uma narrativa de sentido de nossa formação cultural.

Sérgio Buarque de Holanda, diferenciando os vetores de colonização espanhol e português, identifica a família patriarcal, de base rural, como base genética de nossa formação, obstaculizando a formação de uma ordem pública e democrática através de suas heranças adscritivas e personalistas. Dialoga com a tradição historicista alemã e com as identidades da cultura ibérica, formulando o processo de urbanização da sociedade brasileira como lenta e contraditória corrosão destas heranças que, para serem definitivamente superadas, necessitariam de uma mudança democrática vertical diversa dos arranjos acomodatórios entre as elites.

Celso Furtado organiza uma leitura de nossa formação a partir dos ciclos econômicos regionais de especialização da nossa condição colonial e agroexportadora, evidenciando como a herança destes ciclos, gerando uma heterogeneidade estrutural que chama de subdesenvolvimento, impede a plena formação da soberania econômica

e política nacional. Formado na cultura keynesiana do pós-guerra, ajudou a construir, a partir do diálogo com Prebisch, os conceitos do desenvolvimentismo cepalino.

Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira* procura demonstrar como se criou no Brasil um sistema literário nacional – produtores, receptores, estilos – capaz ao mesmo tempo de fazer uso das capacidades expressivas da herança ocidental e figurar um estilo próprio da civilização a que pertencemos e dentro do qual foi se definindo lentamente a nossa originalidade.

Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa*, talvez a última expressão de um ciclo de obras clássicas de nossa formação, centra-se no processo de passagem de uma sociedade estamental escravista para uma “sociedade competitiva de classes”, obstruída por uma revolução burguesa que quer atingir um máximo de modernização com um mínimo de descolonização. Este enfoque sociológico, combinando Weber e Marx, produziu toda uma ordem de pesquisas e percepções, formulando uma necessidade potencial de uma “revolução dentro da ordem ou contra a ordem”.

O centro da narrativa de Faoro, sinal expressivo de sua decisiva importância na formação de nossa cultura política, é entender porque prevaleceu em nossa história, no chamado período monárquico ou republicano, um Estado assentado em uma soberania não resultante de um contrato livre entre cidadãos. Ele encontra esta explicação na formação patrimonialista estamental do Estado português que, no contexto muito particular da Independência nacional, transmitiu-se como instância estruturadora da cultura política brasileira em formação, cindindo e deformando a formação de uma cultura liberal de direitos e passando por vários processos históricos transformativos e adaptativos até a contemporaneidade. Faoro dialoga centralmente com as categorias de Weber, dando a elas um livre desenvolvimento analítico e normativo.

Se correta esta leitura das interpretações do Brasil, Faoro foi o primeiro entre nós a construir uma narrativa de longa duração a partir do critério da liberdade política, entendida em sua chave republicana, como autogoverno de cidadãos autônomos. É esta chave de leitura que pode iluminar a importância decisiva desta obra para a nossa tardia formação democrática e republicana.

Cinco polêmicas

Um primeiro viés crítico desqualificador da tese de Faoro é que ela é planamente antiestatal, isto é, que a sua leitura da história brasileira pode ser apreendida literalmente como legitimadora dos que defendem a apologia do mercado desregulado como eixo da vida social. Ora, o que pretende fazer a tese de Faoro é a crítica histórica do Estado fundado sem contrato social democrático, encerrado em uma lógica patrimonial, sem uma ordem simétrica de direitos e deveres, que se atualiza de forma permanente pela particularização arbitrária da sua ação política e pela privatização de suas funções econômicas. O que resulta desta crítica não é propriamente a negação do Estado ou a sua ausência mas a necessidade da democratização de seus fundamentos, uma ordem simétrica de direitos e deveres de cidadania e a afirmação de critérios universalistas de sua ação política e econômica.

Uma segunda crítica desqualificadora da analítica de Faoro, talvez a mais importante, é o continuísmo artificial contido na sua narrativa, afirmando um sinal de identidade essencializado entre patrimonialismo do Estado português, a fundação do Estado brasileiro, o varguismo e o regime militar. Nesta narrativa circular, onde o passado se repõe a cada momento como um pesadelo reiterado, teriam se elidido realidades tão decisivas como o estatuto da escravidão, diferenciador da ordem estatal brasileira, o sentido formador e inclusivo da nação da era varguista em relação à ordem oligárquica do Brasil imperial, o caráter regressivo do desenvolvimentismo do regime militar em comparação com os vetores progressistas presentes no nacional-desenvolvimentismo.

A crítica da essencialização de um passado que permanece e dos desequilíbrios gerados pela afirmação exagerada de uma tese monocausal de interpretação que tudo explica é também lançada a outros grandes intérpretes do Brasil, como Caio Prado Jr. ou Gilberto Freyre. E não deixa de ter, como se verá, razão em parte. Mas talvez no caso da tese de Faoro esta crítica repercuta mais duramente em função do longuíssimo eixo de continuidade que se organiza na sua tese de interpretação, abarcando mais de seis séculos.

Ora, mesmo admitindo que a afirmação tão dura de uma continuidade se deva em parte à afirmação estilística de uma tese de

interpretação, no falso entendimento que a sua relativização histórica levaria a comprometer ou enfraquecer a sua força explicativa, como entender um critério de interpretação político que identifica, por exemplo, dom Pedro I a Vargas como chefes patrimonialistas?

Faoro operou, em sua análise, com três variáveis para fundamentar a continuidade histórica do patrimonialismo estamental. Em primeiro lugar, separando as razões da origem do patrimonialismo (a herança portuguesa) das razões da sua continuidade (a necessidade de “integrar a pobre economia nacional no ritmo da economia mundial”). Em segundo lugar, dialogando com a chamada “lei do desenvolvimento desigual e combinado” de Trotsky, para captar a dominância do passado patrimonial mesmo frente ao avanço das formas mercantis de um capitalismo “politicamente orientado”. Neste sentido, Faoro diferenciaria “modernização” de “modernidade”, esta última assimilada a uma ordem política de direitos. Por fim, Faoro emprestaria ao seu conceito central de patrimonialismo uma dimensão histórica de “plasticidade e adaptação”, decerto associando-se às narrativas das “revoluções conservadoras” ou das transições de regimes políticos que permanecem encerradas no círculo estreito dos dominantes.

Estas três chaves analíticas da continuidade permanecem incompletas na ausência da figura de um sujeito mesmo que continua adonando-se do poder. O ensaio histórico rigoroso de Iglesias, reeditado neste livro, reclama de Faoro um esclarecimento sobre quem compõe, afinal, o “estamento patrimonial”. Na segunda edição da obra, Faoro chama a atenção dos seus críticos para a distinção, já formulada originalmente na primeira edição, entre “estamento” e “burocracia”, também diversa de “elite política”. Mas já se observou que, ao se deslocar o centro de sua análise da sociedade para o Estado, a sociologia histórica de Faoro é pobre diante das outras narrativas de conteúdo mais atentas às dimensões societárias da formação do Brasil.

O argumento da continuidade histórica do “patrimonialismo estamental” só pode adquirir mais inteligibilidade, no entanto, à luz de que a sua narrativa se organiza a partir do valor e do conceito de liberdade. Isto é, a sua continuidade não seria propriamente de natureza sociológica: os grandes comerciantes e plantadores de café que estavam na base do Partido Conservador no Império, o deslocamento da base social dominante operada por Vargas em relação à burguesia

cafeeira paulista, o arranjo entre grandes empresas multinacionais e nacionais e empresas estatais na base do regime militar não são assimiláveis a uma mesma categoria social. O que identificaria Pedro I, Pedro II e Vargas para Faoro, em sua diferença histórica evidente, seria a ausência comum de um fundamento político, o fato de serem chefes de Estado não democratizados em seus fundamentos, não assentados em uma ordem simétrica de direitos e deveres, não universalizados em seus vetores de ação política e econômica.

Um terceiro veio crítico à obra de Faoro concentra-se na identificação do seu argumento anti-iberista, configurando-o como mais um narrador da falta que nos constituiu desde a origem. Isto é, a tese de Faoro ao invés de explicar a formação do Brasil pelo que efetivamente a compôs, seria tecida a partir da falta ou desvio em relação a um modelo anglo-saxão liberal clássico de formação do Estado.

Não se trata de refutar plenamente esta crítica mas de relativizá-la e, principalmente, inseri-la em um novo argumento contextualizador. É por pensar a nossa formação política a partir do princípio da liberdade que a narrativa de Faoro assume uma tonalidade visceralmente crítica e negativa. Esta centralidade do princípio da liberdade como articulador da narrativa desvaloriza ou subordina explicitamente as dimensões nacional e social da história do Estado nacional, isto é, em que medida ele conseguiu construir uma soberania territorial, configurar uma identidade nacional e abrir-se a um processo tardio mas importante, embora inconcluso, de inclusão social. É como se, para Faoro, na ausência da liberdade a nossa cultura fosse inevitavelmente destituída de autonomia e a cidadania social tutelada. Desta perspectiva crítica, decorre certamente a desvalorização das conquistas nacionais e no plano dos direitos sociais do varguismo.

Seria, no entanto, demasiado confundir a criticidade do argumento de Faoro com a reiteração das teses de nossos desvios ou faltas de origem em relação a um paradigma liberal clássico. O seu uso criativo dos conceitos da sociologia da dominação de Weber estão voltados justamente para compreender a originalidade e o caminho particular de nossa formação social. E é exatamente este uso que conforma o quarto veio crítico da obra de Faoro.

A dupla crítica que confronta o empreendimento analítico de Faoro com a obra de Weber pretendeu abordá-la de dois ângulos diferentes.

O primeiro deles tem um nítido sentido histórico e busca relativizar a noção de um Estado colonial desde sempre centralizador, identificando na tese de Faoro uma leitura de nossa história artificialmente dirigida para aproximá-la de um tipo ideal weberiano. A segunda, a partir de uma leitura rigorosa dos conceitos weberianos, busca identificar um uso heterodoxo dele feito por Faoro. Creio que o ensaio de Rubens Goyatá, “Raymundo Faoro: Brasil, política e liberdade”, editado neste livro, é importante para avaliar estes dois veios críticos weberianos.

No prefácio da segunda edição de *Os donos do poder*, Raymundo Faoro busca explicitamente se distanciar de um uso dogmático do campo de conceitos weberianos. A polêmica não é nova em relação aos intérpretes clássicos do Brasil: até que ponto Caio Prado Jr. foi fiel ao campo analítico de *O capital* de Marx ou Celso Furtado não ficou inevitavelmente preso aos modelos de desenvolvimento do centro capitalista ou é teoricamente defensável o ecletismo de Florestan Fernandes ao fazer um uso combinado de Weber e Marx para interpretar o Brasil? Ora, a recriação dos clássicos da cultura ocidental pelos autores clássicos do Brasil não é propriamente sinal de um problema de suas teses mas provavelmente de sua inteligência: conceitos não são invariáveis historicamente mas devem permitir um uso criativo desde que, é claro, continuem submetidos a uma lógica de coerência interna e de comprovação empírica.

Por outro lado, como identifica Rubens Goyatá, não há correspondência necessária entre o campo analítico inspirado em Weber de Faoro e as aspirações normativas que iluminam o argumento e o estilo deste último. Isto é, a aspiração normativa da obra de Faoro percorre a linha que vai de um ideal rousseaniano de soberania popular a uma cultura cidadã que não tem guarida na sociologia política da dominação de Weber. Em Faoro, a crítica ao Estado patrimonialista não se faz a partir de um paradigma elitista de democracia, que se encontra em Weber, mas a partir de uma lógica de universalização de direitos e deveres. Isto é, há uma tensão permanente entre seu viés analítico e seu horizonte normativo.

Enfim, a quinta crítica a Faoro: aquela que identifica uma descontinuidade entre a linha conformista de uma tese que se organiza em torno à reiteração da continuidade histórica do patrimonialismo na nossa cultura política e o militante da liberdade, que cumpriu como

presidente da OAB e como publicista, um papel justamente apreciado na luta contra o regime militar e na redemocratização brasileira.

Ora, as considerações sobre as críticas anteriores permitem uma resposta alta a esta pretensa descontinuidade. Em Faoro, parafraseando Lukács, a obra termina mas a aspiração da liberdade continua. Exatamente porque o patrimonialismo estamental se perpetua no horizonte da conciliação sempre reposta das elites, é preciso, através da democracia, furar o cerco dos donos do poder. Ao contrário do que pretende a crítica da descontinuidade entre o autor e ator, a obra ilumina o personagem.

Faoro e Vianna

No trabalho interpretativo da moderna ciência política brasileira sobre a gênese e desenvolvimento do Estado nacional, a narrativa de Faoro aparece quase sempre como a extrema tese oposta à de Oliveira Vianna, a qual, por caminhos diferentes, aponta o diagnóstico do aprisionamento do Estado por lógicas particularistas de interesses. Na interpretação exemplar de Oliveira Vianna, a presença central dos latifúndios na sociedade brasileira colonial, concentrando de forma autárquica poderes econômicos e políticos, teria se expressado quando da formação do primeiro sistema partidário nacional de partidos em um processo de “clanização” ou de privatização das arenas de poder estatal. Para Oliveira Vianna, a dimensão cívica estaria assim sociologicamente travada, por cima, através dos mandões oligarcas e, por baixo, pelo “povo massa”, apático e avesso a uma cultura associativa.

Esta disjuntiva analítica entre uma narrativa que põe o acento em uma lógica estatal patrimonialista de poder e outra que se centra em uma dinâmica societária de privatização do poder parece, de fato, ser irresolúvel em termos de suas verdades parciais, reclamando possivelmente um terceiro campo de soluções analíticas que se beneficiasse das virtudes da síntese.

Para que um tal esforço sintético não se banalize, no entanto, seria necessário não simplificar a tese de Faoro. Pois a noção de “capitalismo politicamente orientado”, que está no centro de sua inteligência analítica, pretende exatamente dar conta de como o poder, pela sua feição patrimonialista, se particulariza em redes de interesses.

Esta noção de “capitalismo politicamente orientado”, que Faoro encontra afinidade na obra de Caio Prado Jr. sob a denominação de “capitalismo burocrático”(ver nota 1), por sua vez, não deveria ser trivializada. De um certo modo, todo capitalismo é politicamente orientado e as teses contemporâneas mais bem assentadas, como a dos ciclos hegemônicos longos formadores do capitalismo, de Giovanni Arrighi em *O longo século XX*, trabalham com a interação fundante entre massas de poder e dinheiro, entre Estado nacional e mercado. Afinal, o capitalismo inglês e o americano tinham e têm por trás de si, moldando e conformando geopoliticamente as suas redes de interesses, os Estados nacionais mais poderosos de suas respectivas épocas de domínio.

Na linha de Weber, o que Faoro quer frisar com a noção de “capitalismo politicamente orientado” é um tipo de empreendimento mercantil e de lucro que cresce não na formalização e impessoalização das regras da concorrência, produção, comércio e distribuição, mas através do privilégio, do acesso favorecido, da renda privadamente incorporada e do ônus absorvido pelo Estado.

Há assim uma afinidade entre o travo do “cívico” em Oliveira Vianna e o travo do “público” em Faoro. Mas esta afinidade ou zona comum de uma analítica ascendente que pensa a privatização do poder e uma analítica descendente que reflete a patrimonialização dos interesses se desfaz em duas direções normativas diversas: Vianna propondo a solução corporativa autoritária como modo de civilizar os interesses em uma perspectiva sistêmica nacional e Faoro formulando a lógica fundante da liberdade e dos direitos como caminho para fundar o público.

A fertilidade da noção de “capitalismo politicamente orientado” revela-se em várias dimensões.

No plano do direito, ela traz luz sobre a defasagem entre legitimidade, legalidade e efetividade na história política brasileira. O “capitalismo politicamente orientado” poderia ser interpretado como a base material da reprodução destes interesses e privilégios nas brechas entre a efetividade do direito e a lei, entre a legitimidade e a legalidade.

No plano da economia política, ela evidencia uma matriz de interação entre poder e propriedade, poder e renda, poder e tributação que não pode ser compreendida à luz da dinâmica mercantil da troca de equivalentes. É interessante, neste sentido, refletir com as pesquisas recentes e inovadoras do historiador João Fragoso (1998), que identifica

uma relação entre a superacumulação privada e as elites políticas do poder no Brasil colonial e no século XIX.

No plano da cultura, a noção de “capitalismo politicamente orientado” pode ser relacionada à própria história do liberalismo brasileiro que Faoro, na linha de Bobbio, pensa como desde sempre cindido entre “liberismo” e “liberalismo”, entre “liberalismo de interesses” e “liberalismo de direitos”.

Enfim, no plano de uma narrativa da permanência da desigualdade social no Brasil, para além de uma sociologia das oportunidades ou de uma sociologia classista estrita, esta noção foca na dimensão da democratização do poder e da problemática e tardia formação republicana do Estado brasileiro.

Faoro e Weber

Faoro foi o primeiro autor de uma narrativa clássica de formação do Brasil a fazer uso explícito e central de conceitos weberianos. Como tal, a sua obra se tornou o centro de uma vasta polêmica sobre as interpretações weberianas do Brasil. Estas polêmicas percorrem as dimensões da fidelidade (em que medida o autor teria lido e utilizado Weber de uma forma conceitualmente correta, em particular o seu uso da categoria “patrimonialismo estamental”), da veracidade (em que medida a sua tese força artificialmente uma leitura do Brasil a partir de um Estado desde sempre centralizador e concentrador de poder), da coerência (se haveria ou não uma correlação entre as dimensões propriamente analíticas e normativas de sua obra), da potência explicativa (em que medida sua concentração na dimensão da soberania e da legitimidade do Estado não teria deixado à sombra elementos fundamentais da explicação no plano sociológico e cultural) e da plausibilidade (em que medida a sua noção de continuidade histórica seria de fato aceitável diante dos fenômenos de destradicionalização da sociedade brasileira, intensamente vividos no século XX).

O ponto de vista deste ensaio é que a “fidelidade” de Faoro a Weber, entendida em relação a um estrito e dogmático alinhamento a seu campo conceitual, tornaria a obra de Faoro plenamente interpretável por um par de oposições entre “sociedade tradicional” e “sociedade moderna”, entre iberismo e americanismo, entre legitimidade patri-

monial e racional-legal que, ao invés de fazer a sua fortuna, levaria a um forte empobrecimento de sua narrativa.

O próprio Faoro, no entanto, em seu já referido prefácio à segunda edição, alertava os leitores:

“Advirta-se que este livro não segue, apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber. Não raro, as sugestões weberianas seguem outro rumo, com novo conteúdo e diverso colorido. De outro lado, o ensaio se afasta do marxismo ortodoxo, sobretudo ao sustentar a autonomia de uma camada de poder, não diluída numa infraestrutura esquemática, que daria conteúdo econômico a fatores de outra índole. Estão presentes, nas páginas que se seguem, os clássicos da ciência política, Maquiavel e Hobbes, Montesquieu e Rousseau, relidos num contexto dialético” (FAORO, 1997, p. XI).

A advertência de Faoro deveria ser levado a sério. Isto é, ao não encontrar na obra de Marx e nas leituras sociológicas da cultura marxista uma problematização conceitual densa do tema da formação do Estado, de sua soberania, de sua legitimação, Faoro voltou-se para a obra de Weber, fazendo um uso livre de suas categorias e, mais importante, para o argumento que se desenvolve neste ensaio, buscando a linguagem da filosofia política.

Esta consciência da falta de uma linguagem na cultura brasileira para pensar o tema da liberdade está refletida claramente no livro *Existe um pensamento político brasileiro?*. É como se Faoro estivesse relacionando o caráter nitidamente “ecclético” e “bizarro” de seu empreendimento intelectual a um fundamento da organização da cultura nacional, ao seu não desenvolvimento pleno de um pensamento político. É este Faoro com Weber-além-de-Weber, que utiliza a sua sociologia da dominação mas busca uma linguagem própria da soberania popular e dos direitos do cidadão, que evidencia a riqueza e os impasses da sua obra.

Faoro e o republicanismo brasileiro

Em um Estado nacional que se formou negando o princípio da liberdade política, assentando a sua economia na concentração

das terras e no trabalho escravo, em um contexto periférico e de dependência cultural, o trabalho de construção de uma cultura republicana é necessariamente problemático, tardio, dramático e sinteticamente pluralista.

Problemático porque esta construção não pode se apoiar no fundamento original do corpo político nem pode, ao mesmo tempo, negá-lo ao ponto da cisão e da dispersão. O republicanismo exige, então, o exercício penoso da crítica, da autorreflexividade a partir mesmo dos materiais contidos nesta cultura, re-tradicionando potencialidades abertas e não cumpridas, imaginações descortinadas e não exercidas, pensamentos marginalizados ou desvalorizados, em uma refundação continuada das origens, em um revolucionamento permanente da tradição.

Este processo histórico demanda certamente um tempo próprio de maturação inscrito já nas contradições de uma época em que o sistema de Estados do mundo ocidental já alcançou um grau avançado de sedimentação liberal, ao largo e de forma dissolvente da cultura ibérica que nos formou.

Este processo histórico de larga duração não pode deixar de ser dramático pois não há uma sincronia posta de antemão entre a formação do princípio da liberdade política e da soberania popular, o fim da escravidão e a formação social da cidadania, a territorialização da soberania e a formação da identidade cultural. A interrupção, a descontinuidade, o desequilíbrio são próprios desta temporalidade.

As fontes desta síntese são certamente plurais porque têm que abarcar culturas, símbolos e experiências muita diversas entre si – do cristianismo comunitarista, do liberalismo de direitos, do socialismo democrático, do nacional-desenvolvimentismo, da cultura erudita-popular brasileira –, passando necessariamente por fases de sincretismo, de ecletismo conceitual até se classicizar.

É como parte desta história problemática, tardia, dramática e plural de formação do republicanismo brasileiro que a obra de Faoro deve ser pensada. Nesta história, a sua importância adquirirá tanto maior nitidez quanto mais avançado estiver o processo de republicanação da cultura política, de suas instituições e procedimentos. Aquele que em um momento dramático da luta contra a ditadura militar firmou, em discurso memorável na condição de presidente da OAB, o princípio de que “o Estado não pode ser inimigo da liberdade”, aquele

que dispôs, em uma narrativa histórica original das origens, as desventuras e desencontros da política com o princípio da liberdade, terá, então, se classicizado como autor incontornável da nossa formação.

Bibliografia

- ARRIGHI, Giovanni. (1996) *O longo século xx: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Unesp.
- CANDIDO, Antonio. (1997) *Formação da literatura brasileira (Momentos decisivos)*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia.
- FAORO, Raymundo. (1997) *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Globo.
- _____. (1994) *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Ática.
- _____. (1993) “A aventura liberal numa ordem patrimonialista”. *Revista usp*, São Paulo, nº 17, p. 14-29.
- _____. (2001) *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro, Globo.
- FERNANDES, Florestan. (1976) *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- FREYRE, Gilberto. (2002) *Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- _____. (2002) *Sobrados e Mocambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- FURTADO, Celso. (1995) *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional.
- IGLESIAS, Francisco. (1976) “Revisão de Raymundo Faoro”. *CADERNOS do Departamento de Ciência Política (UFMG)*, nº 3, Belo Horizonte, março.
- PRADO JR., Caio. (1989) *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense.
- VIANNA, Oliveira. (1949) *As instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro, José Olympio.

Entrevista¹ com Raymundo Faoro: uma viagem ao universo intelectual do autor

Jair dos Santos Júnior

Doutorando em sociologia na Universidade Estadual de Campinas
e autor da dissertação de Mestrado *As categorias weberianas
na ótica de Raymundo Faoro: uma leitura de Os donos do poder.*

Conhecer o pensamento social e político brasileiro passa necessariamente pela obra de Raymundo Faoro. Mas conhecer a obra de um autor não significa apenas o contato com a sua produção de texto. Na verdade, a produção de texto de um autor significa apenas uma parte de um conjunto maior que é seu pensamento. Após a realização de uma dissertação de mestrado sobre a obra de Faoro (SANTOS JR., 2001) resolvemos fazer esta entrevista.

Uma tese já bastante discutida sobre a obra de Faoro é sua inspiração direta nos textos de Max Weber². Entendemos que o conjunto da obra de Raymundo Faoro possui uma inspiração muito forte com os escritos de Weber, mas estes escritos não são a fonte única de sua

1. Entrevista realizada em 12 de julho de 2002, Rio de Janeiro, RJ.

2. Sobre este assunto, além da dissertação de mestrado de Jair dos Santos Jr., existem vários autores muito significativos: BARRETO (1995), CAMPANTE (2003), IGLESIAS (1976), SANTOS JR. (2004), SCHWARTZMAN (2003), SOUZA (2000), VIANNA (1999).

interpretação sobre o Brasil. Há uma relação pendular entre as análises de Faoro sobre o Brasil e sua inspiração weberiana. Em alguns momentos, Faoro compreende a sociedade brasileira amparado quase exclusivamente nas teses weberianas. Noutros, ele abandona as teses de Weber e insere outras fontes teóricas para articular os elementos que compõem a sociedade brasileira. Esta entrevista fornece subsídios para o desenvolvimento desta tese.

O texto que se segue revela um Faoro preocupado em entender a sociedade brasileira, suas instituições políticas e suas contradições. Ao longo da entrevista, o leitor poderá perceber que existem grandes eixos temáticos. O primeiro a ser comentado trata de como Faoro chegou à leitura dos textos de Weber. O mais curioso nestes momentos é o modo como ele mistura as passagens que o levaram a conhecer a obra de Weber com as inquietações que o motivaram a escrever *Os donos do poder*. É interessante perceber como a obra de Weber³ significou a resposta para muitas inquietações. Ele se preocupa em descrever estas inquietações ao mesmo tempo que revela uma interpretação da sociedade brasileira e das categorias de Weber que servem para sua compreensão⁴.

Na interpretação de Faoro, Weber forneceu os subsídios para entender as mais diferentes passagens da história brasileira, desde as sesmarias até o regime militar das décadas de 1960 e 1970, passando pelo Império e pela República Velha. Além desta fonte teórica, o entrevistado também demonstra uma visão de conjunto da história brasileira.

Mas, além de analista perspicaz, Faoro também demonstra nesta entrevista as diferentes influências intelectuais em seu pensamento e na elaboração de suas teses. Sobre o assunto, um comentário interessante do autor menciona a importância que se dava, na década de 1940, aos pensadores alemães. Havia a influência de autores como Franz Boas, Hans Kelsen, Karl Loewenstein e a Escola de Frankfurt na sociologia brasileira e também na sociologia norte-americana.

3. Faoro cita como obra mais significativa para si o livro póstumo *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva* (WEBER, 1944).

4. Entre as categorias weberianas mais citadas estão o patrimonialismo e o estamento. Tanto a obra de Faoro como a de Weber e as de seus comentadores fornecem entendimentos sobre essas categorias. Entretanto, na obra de Faoro o traço mais importante observado é o exercício político sobre nossa esfera econômica. Ele descreve na obra *Os donos do poder* o patrimonialismo como um capitalismo politicamente orientado. Em poucas palavras, não existe autonomia das forças econômicas privadas. Esta autonomia é substituída pela forte presença do Estado.

Essa influência demonstra como o pensamento alemão era considerado, naquele período, o mais proeminente. Mas, dessas influências, Faoro separa as que entende como inspiradoras para a interpretação da sociedade brasileira daquelas que em nada contribuíam. É neste contexto que ele se refere à obra de Karl Marx. Em alguns momentos ele menciona o caráter satírico dos escritos políticos do autor. Em outros, critica alguns textos marxistas que deixam uma visão equivocada sobre esta obra. Mais interessante ainda é observar que em *Os donos do poder* existem inúmeras citações sobre a obra de Marx, entre as quais destacamos: *Manifesto do Partido Comunista*, *A ideologia alemã*, *O Capital* e *Crítica da economia política*.

De um modo geral podemos entender que sob as críticas de Faoro está a tese da inadequação do uso da categoria “classe social” para compreensão da sociedade brasileira⁵. Nosso autor não desmerece a grande contribuição de Marx para as ciências sociais, mas considera as incorporações não mediadas desse autor no Brasil como um equívoco de interpretação.

Ainda sobre as diferentes influências teóricas, Faoro revela um ponto curioso ao descrever o movimento da primeira edição de *Os donos do poder* (1958) para a segunda (1975). Houve a preocupação em apresentar suas teses com mais clareza, mas ao mesmo tempo incorporou novas leituras e novas influências teóricas, como por exemplo Hegel (1961)⁶. Faoro declara assumidamente uma influência hegeliana no período em que reeditou o livro.

Faoro também revela algumas influências do pensamento social da América Latina em geral. Destaca a importância dos exilados de regimes ditatoriais latino-americanos e europeus na produção do pensamento social brasileiro. Intelectuais como José Medina Echavarría⁷ e José Ortega y Gasset foram responsáveis pelo conhecimento, por parte das ciências sociais no Brasil, das teses desenvolvidas na Europa. Neste contexto, a Editora Fondo de Cultura Económica foi importantíssima,

5. Esta tese pode ser observada no livro *Os donos do poder*.

6. O próprio Faoro cita em suas obras a tradução deste texto no livro: *Texto Dialéticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. Também vale citar a edição de Hegel. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo, Ed. Abril, 1974.

7. Embora possua uma produção própria, as menções de Faoro são concentradas no fato de este intelectual ser o responsável pela tradução da obra de Weber *Wirtschaft und Gesellschaft* para o espanhol em 1944, com o título *Economia y sociedad*.

pois foi a instituição que agregou muitos intelectuais e publicou diversas traduções de textos clássicos europeus para o espanhol.

Faoro discute os regimes ditatoriais vividos no Brasil e na América Latina como um todo em meados do século xx. Vemos aqui um intelectual perspicaz e ao mesmo tempo muito satírico, beirando o sarcasmo. Noutros momentos, vemos críticas aos países sul-americanos por não terem apoiado os exilados espanhóis. O México, segundo ele, desempenhou um papel muito importante nas ciências sociais dos países latino-americanos por esse tipo de apoio. Aos demais restou a oportunidade de trabalhar com as traduções e aproveitar algum tipo de proximidade que os exilados no México representaram.

Sobre o mesmo assunto, a entrevista é mais uma oportunidade de registrarmos a importância que Faoro desempenhou quando presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) durante a ditadura militar brasileira. Em alguns momentos Faoro cita situações em que abrigou exilados e defendeu brasileiros presos. Ao mesmo tempo que revela sua participação atuante em defesa dos direitos civis, vemos que o perfil intelectual nunca abandonou nosso entrevistado. Ele se referiu ao regime militar brasileiro como um momento em que sua tese sobre o patrimonialismo e o estamento foi reforçada pela história. Segundo ele, este fato pode explicar o interesse que houve naquele período para a reedição de *Os donos do poder*.

Nesta entrevista, Raymundo Faoro também comenta as várias críticas que sofreu e sua divergência com Sergio Buarque de Holanda, Antonio Candido e Caio Prado Jr.. Sobre as críticas, ele cita autores como Wilson Martins, Nelson Werneck Sodré e João Neves. De forma geral, ele sempre credita as críticas a duas situações possíveis: incompreensão de suas teses ou interpretação delas e do Brasil à luz do marxismo. Em algumas passagens, o entrevistado comenta as várias correntes de pensamento político que fizeram parte da história brasileira. Cita correntes como a positivista, a liberal, a chamada direita católica, a marxista e tantas outras.

Entre os marxistas que interpretam a sociedade brasileira, Faoro faz comentários diretos aos intelectuais do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Sua principal crítica versa sobre a demora na absorção das teses weberianas. Mais especificamente, critica o grupo de professores e pesquisadores formados ao redor de

Florestan Fernandes. O maior erro destes intelectuais estaria no uso da categoria “classe social” para entender a sociedade brasileira⁸.

Ainda sobre os comentários aos intelectuais brasileiros, há nesta entrevista uma reivindicação da originalidade no recurso às categorias weberianas para compreender o Brasil. Esta reivindicação aparece de dois modos: o primeiro, com a justificativa de que Weber era uma novidade no Brasil quando o leu. O segundo modo ocorre quando entra em debate aberto com Sergio Buarque de Holanda ao reivindicar a “prioridade” no uso das categorias weberianas⁹. Algo curioso da entrevista é observar Faoro contando como ocorriam os debates entre ele e Sergio Buarque: eram encontros de amizade nos quais as diferentes interpretações sobre o Brasil acabavam se tornando um dos focos das conversas.

Conversas e debates também ocorreram com outro intelectual importante do Brasil, Gilberto Freyre. Faoro reconhece os méritos da tese da miscigenação de Freyre, mas ao mesmo tempo discorda da tese do patriarcalismo brasileiro. Por fim, os comentários sobre Caio Prado Jr. demonstram, além de amizade, mais uma vez a contestação da interpretação da sociedade brasileira através do conceito de classe social.

Sobre os desdobramentos de seu livro *Os donos do poder*, Faoro tem duas observações interessantes. De um lado, lamenta que alguns traços do patrimonialismo ainda persistam em nossos dias. De outro, acredita que este patrimonialismo esteja sendo substituído paulatinamente pela cidadania. O leitor poderá achar interessante esta oposição entre patrimonialismo e cidadania, mas na verdade ela é bastante natural. Um dos aspectos decisivos do que se entende por patrimonialismo é a presença ostensiva do Estado na vida econômica privada. Já o contrário deste processo seria a autonomia das forças privadas para a realização dos seus empreendimentos. A cidadania

8. Sobre este assunto, o trabalho de Jair dos Santos Jr. (*As categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro*, op. cit.) faz uma passagem sobre a separação que Faoro opera entre classe, elite e estamento. Para Faoro, no caso brasileiro, não cabe o uso da categoria “classe social”, pois esta tem uma definição exclusivamente na esfera econômica. Segundo ele, no Brasil, a definição do sujeito em sociedade passa muito mais por critérios de situação política que por critérios exclusivamente econômicos.

9. Sobre este debate o próprio Faoro publicou dois artigos: “A aventura liberal numa ordem patrimonialista” (Faoro, 1993) e “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras” (Candido, 1998). Além dos artigos de Faoro, existe um comentário muito interessante em Monteiro (1999).

nada mais é que uma forma de expressão dos direitos e das liberdades políticas e, por conseguinte, autonomia na esfera econômica privada. Faoro desenvolve esta tese em *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada*. Portanto, a cidadania é a expressão das liberdades políticas e econômicas. Na medida em que a sociedade ganha sua independência em relação às ingerências do Estado, o patrimonialismo estará desaparecendo.

Para os pesquisadores, esta entrevista traz inúmeras oportunidades de estudos e abre várias “portas” para delimitarmos novos trabalhos. Neste aspecto, há um momento muito interessante da entrevista para aqueles que se interessam pela a inspiração weberiana na obra de Faoro. Nosso autor declara, nesta entrevista, a sua independência em relação à obra de Weber. Ao tratar da segunda edição de *Os donos do poder*, afirma que a combinação entre as categorias “estamento” e “patrimonialismo” não é original dos escritos weberianos. Em Weber haveria uma correspondência entre estamento e feudalismo ou patriarcalismo, mas não patrimonialismo¹⁰. Esta passagem fornece subsídios para a tese do movimento pendular entre a obra de Faoro e a inspiração de Weber. Faoro busca em Weber um quadro teórico para desenvolver sua interpretação do Brasil. Contudo, este quadro teórico não o aprisiona, apenas o inspira. A menção sobre a leitura de Hegel e esta independência na articulação estamento–patrimonialismo são momentos que demonstram o distanciamento do pêndulo. Já as críticas a Sérgio Buarque de Holanda e a descrição do fascínio com a obra weberiana demonstram a aproximação entre o pêndulo e a inspiração.

Tivemos alguns cuidados na apresentação do texto que segue. O maior deles foi evitar editar a espontaneidade nos depoimentos do entrevistado. Obviamente, a consequência é um texto muito menos acabado que aqueles que foram publicados por Faoro, já que ele não teve a oportunidade de rever a entrevista transcrita.

Jair dos Santos Júnior

10. Em Campante (2003), Faoro faz grandes esclarecimentos.

Como o senhor conheceu Weber?

Raymundo Faoro: Conheci o Weber em 1944, logo que apareceu a edição da Fondo de Cultura. E até hoje eu tenho esta primeira edição...

Bem, havia uma livraria em Porto Alegre especializada em filosofia e ciências sociais. Naqueles tempos os livreiros eram diferentes. Eles liam os livros ou sabiam do que aqueles livros tratavam. Hoje em dia é muito difícil o vendedor de livros saber o que é aquele livro ou saber o que tem naquele livro – usa o computador ou então apela para a memória, que é sempre duvidosa.

Bem, há de ver que estamos no período referentemente da Guerra, ainda era 1944-1945. Então, não vinham livros franceses, nem vinham ingleses. Os livros franceses ou ingleses que a gente via em Porto Alegre, e via muito, vinham de Buenos Aires. Eram as traduções que os exilados faziam e das editoras que os exilados fizeram. Porque diversas editoras de Buenos Aires foram feitas por escritores franceses, ou alemães ou ingleses, mas sobretudo franceses. Esta é a segunda onda de exilados, a primeira foi da Guerra Espanhola, que levou Echavarría para o México. Bem, nós, neste tempo, tomamos conhecimento, antes que o Brasil tomasse, do Kafka, por exemplo, do James Joyce, as traduções espanholas. O Kafka até foi curioso, pois tinha um jornalista que era repórter de esportes, mas lia muito bem o alemão e tinha um gosto estranhíssimo. Um dia ele nos falou: “Tem um Kafka aí. O tio da minha mulher, em 1937, trouxe um mundo de livros, de uma pessoa que morreu. Então eu herdei estes livros e gostei muito de um Kafka”. Eu disse para ele: “Então traduz uma parte pra gente ver”. Ele traduziu *A metamorfose*, e assim nós tomamos conhecimento de Kafka.

Esse livreiro era especializado sobretudo em livros de filosofia católica, que em Porto Alegre eram muito consumidos e... até da direita católica, porque os católicos acabavam de ganhar a guerra contra os positivistas e se instalaram nas universidades. Os positivistas foram perdendo terreno e quando eu estudei, por exemplo, a universidade já era composta de muitos católicos, em geral de direita. O Brasil importou muitos livros de direita: Charles e Joseph¹¹ eram muito lidos por eles.

11. Love (1971).

Bem, ele comprava tudo da Fondo de Cultura Económica. Parece que o nome, inclusive, é um erro, não é? Era para ser Fondo de Cultura *Ecumênica*, ficou *Econômica*. Bem, entre os livros apareceu este, o Weber. A gente passava frequentemente e ele dizia: “Olha, eu recebi este livro aí, vê pra mim o que é esse Weber”. Eu não tinha a menor ideia e as pessoas para quem eu perguntava não tinham a menor ideia de quem fosse. Eu disse: “Bem, eu vou comprar os quatro volumes e vou ver”. E fiquei deslumbrado quando eu vi aquilo! Pareceu que eu estava descobrindo um mundo novo. De modo que ninguém me indicou o Weber, não. Eu tomei conhecimento por esse acaso. E pela leitura que eu fiz nesse tempo, que me parecia dar a chave para muitas coisas do Brasil. Talvez nenhum autor tivesse me sugerido tanto como o Weber. Bem, eu, neste tempo, estava escrevendo um artigo, que desenvolveria imaginando 20 anos, sobre o Joaquim Nabuco, e aquela presença me perturbava um pouco. Aquela figura aristocrática que dá aquela guinada em direção ao abolicionismo. E, principalmente, os discursos abolicionistas em que ele saudava, inclusive, os artistas, os operários – no tempo os artesãos –, como o Quarto Estado: “Vocês não são nada, mas vão ser tudo”. Uma coisa, para o tempo, muito adiantada, quase inadequada ao país. E depois ele dá novamente uma virada para a direita, com a saudade do Império, quando ele continuou monarquista e esteve naqueles grupos monarquistas terrivelmente conservadores.

E lá eu fiz a primeira coisa, a primeira dúvida que eu tive daquele esquema da história do Brasil. No meu tempo, influído por um marxismo muito primário: senhores e escravos, capitalista e operário. Havia essa dualidade e isso sempre me intrigou em meus estudos. Inclusive no Arquivo, as sesmarias eram doadas com uma facilidade impressionante. Inclusive, as missões incorporadas muito mais tarde do que a Guerra Guaranítica. Na verdade as missões eram argentinas. Então, ficou aquele imenso território desocupado. Aí venderam, apareciam os negociantes de concessões, intermediaram e venderam para paulistas. Daí vem a família Pinheiro Machado, os Oswaldo Aranha. Pinheiro Machado, inclusive, os irmãos eram paulistas e se estabeleceram ali comprando aquelas terras baratíssimas. Será que a terra tem tanta importância assim? E o que a gente vê – e eu ampliei os estudos para a história do Brasil e para as sesmarias – é que a terra

não tem esse valor. No tempo da escravidão, o que tinha valor era o escravo. Os depoimentos são inúmeros, as pessoas se desinteressando porque já não tinham mais escravos, sobretudo no estado do Rio. Essa dicotomia o Weber ajudou a quebrar. Eu verifiquei, ao contrário de toda a historiografia da época, que o Partido Conservador não era o que se dizia, dos donos das terras. Ao contrário, eles eram donos das propriedades mobiliárias. Eles eram os financiadores. Os donos das terras eram os liberais, o que fecha com uma tradição européia de que o liberal vem do feudalismo. Uma que não teve feudalismo, o liberal vinha das suas fazendas, dos setores médios da população, que eram conquistados e cooptados, se desgarrando do Partido Conservador. Devo dizer que essa observação pegou, entrou em circulação talvez até sem maior crítica, como uma retificação da presença dos dois grupos. E o valor mobiliário, quer dizer, os comissários, financiadores de escravos, donos de escravos, formavam um sistema de que não é a base a terra, os latifúndios, os que governavam, mas sim aqueles que tinham a propriedade mobiliária. Ao contrário, mesmo em São Paulo, se procurarmos isto, veremos que os latifúndios cafeeiros se desintegraram porque não tinham mais condições de manter os seus empregados livres ou de manter os seus escravos. Entraram em colapso e a terra era simplesmente dividida e entregue a imigrantes italianos por um preço muito barato. No Rio Grande do Sul, por sua vez, a colonização não se deu, ao contrário de São Paulo, com a mão-de-obra das fazendas, mas sim por compradores de lotes. Inclusive o meu avô comprou lotes, alguns vendidos muito baratos por essas companhias que atuavam na Europa. Esses fatores ficaram inexplicados diante da historiografia brasileira. Sobretudo a historiografia que tinha influência marxista, que no tempo não era muita coisa não, já era o Caio Prado e algumas figuras mais. Ao passo que o Weber dava uma explicação para isso. Essas comunidades que os conservadores formavam eram evidentemente burocráticas, não dependiam da base. Então, o Brasil era dirigido por uma classe dirigente sem conexão com a base, uma classe dirigente que se renovava dentro dela própria. Esse é o estamento, que se renova dentro dele próprio, e se renova por um fenômeno de circulação de elites. Bem, eu fiquei um pouco em dificuldade porque sempre entendi que os liberais rompiam com o estamento. Fiquei um pouco perturbado com esse esquema aplicável à República, não à

República dos primeiros anos, porque essa substituiu o estamento por outros, vinha o poder militar. Mas a crítica do tempo, muito aguda por sinal, assinalava exatamente isso, que o Brasil precisaria de um Poder Moderador, fosse pelo imperador, que fazia e desfazia, ou pelo exército. Sem o exército haveria o caos. Os homens do tempo diziam como argumento para eleger o Deodoro [da Fonseca], que foi muito contestado, sobretudo pela bancada paulista – Deodoro e depois Floriano [Peixoto], aliás candidato paulista. Mas depois entra Prudente de Moraes, que é um governo de transição, entram o Campos Sales, Rodrigues Alves, e que adotam uma política, digamos assim, do liberalismo econômico, estes [acreditava-se] não intervinham no mercado. Mas eu fui verificar que intervinham e muito! Primeiro para sustentar o preço do café. Quando não puderam sustentar pelos mecanismos ordinários de Estado, fizeram o Convênio de Taubaté, para cuja feitura foi necessário eleger um presidente da República, Affonso Penna. Porque os paulistas se recusavam a isso, se recusavam a subsidiar o café dessa maneira. Mas os setores cafeeiros, e neles o estado do Rio e uma parte de São Paulo, queriam um governo de Taubaté, que afinal interveio na vida econômica do Brasil no que tinha de importante, que era o café. Então, parece-me que o estamento está aí, depois há homogeneidade dos presidentes da República, desde Prudente até Washington Luís.

Inclusive se lançou mão de uma teoria, acho que conspiratória, para explicar isso, era pela Faculdade de Direito de São Paulo. Mas a explicação também não convence muito. O Afonso Arinos¹², por exemplo – que foi examinar isso no livro dele, *Rodrigues Alves* –, diz que todos pertenceram à Faculdade São Francisco, todos eram de São Paulo, inclusive o Pinheiro Machado tinha estudado em São Paulo. Veja que um não hostiliza o outro, não se admite oposição, não há oposição e cada um tem sua vez. Mas a explicação, não acredito que seja válida. Eu acho que é uma persistência estamental, que se alimenta também desses bacharéis, em geral formados por São Paulo. Formados pela São Francisco, que tiveram uma influência enorme de todos eles: Prudente, Rodrigues, Affonso Penna. O Hermes [da Fonseca] já é aí uma ruptura para outro estamento, que era aquele

12. Franco (2000).

do começo da República. O Hermes se vincula, mais ou menos, à concepção de governo do Deodoro, aliás de quem ele era sobrinho. Esse estamento foi muito persistente na história brasileira, embora às vezes oculto, representado pelo exército. Veja que até uma rebelião de cadetes levou a uma crise na República. Porque se entendia que aqueles cadetes revoltados – isso no tempo do Rodrigues Alves – mereciam um acolhimento mais suave e não uma punição. Daí resultou a dissidência paulista, quando cai o Francisco Glicério, que foi voto vencido nessa história. Mas depois vem o Hermes, trazido por um estado que estava fora do jogo cafeeiro, o Rio Grande do Sul. Cuja política era sempre atrapalhar o jogo dos dois, na certeza de que ele não tinha cabedal político para ocupar esse papel. Mas o exército ocupou por ele. E veja que esse movimento, que foi o do Hermes no Rio Grande do Sul, ele vive sempre, voltou depois com os tenentes. Aliás, sustentados e estimulados pelo Hermes da Fonseca, que estava voltando da Europa, no que resultou a prisão do Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Então houve dois anos de alheamento do exército, que já em 1930 não tinha mais essa importância. Pode-se fazer uma revolução baseada muito nos Provisórios da Força Pública do Rio Grande do Sul. Mas o Getúlio, e com ele todos os getulistas, para governar precisava do exército, porque não podia contar com São Paulo nem com Minas. Então, passou a contar com o exército e contar, entre aspas, com o “povo”, fazendo a cooptação do operário. Incorporando, com um projeto positivista, o proletário à sociedade, mas sem autonomia, sempre sobre a tutela estatal, o governo contratando os sindicatos. Esse esquema durou até 1950 e não foi depois disso rompido. A posse do Juscelino, por exemplo, foi decidida nos quartéis, sim ou não. Sessenta e quatro vem depois, também é outra força do estamento, e dura até 1984.

Então, essa é a explicação porque o Weber me fascinou. Ninguém conhecia, nem nos Estados Unidos se falava no Weber. O único Weber que era conhecido nos Estados Unidos era o *Espírito do protestantismo* [*A ética protestante e o espírito do capitalismo*]¹³. Curioso, mas não havia uma tradução inglesa, não havia francesa, só agora que há, e, assim mesmo, acho que só da primeira parte. A editora Fondo de Cultura, que

13. Weber (2003).

abrigava esses intelectuais batidos pelo Franco e que saíram da Europa, trouxe à tona o Weber. Os intelectuais espanhóis eram muito ligados à Alemanha. Um que não foi exilado mas estudou na Alemanha muitos anos, Ortega y Gasset¹⁴, por exemplo, e esses exilados também, sobretudo Medina Echavarría, que foi o tradutor. E sentiu-se inclusive marginalizado no México e foi ser professor em um país do Caribe – Costa Rica –, de onde o Celso Furtado¹⁵ foi buscá-lo para levá-lo para a ONU [Organização das Nações Unidas], para a Cepal [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe]. Porque esses países – Argentina, México – atraíram os intelectuais dissidentes e não o Brasil, o Peru ou a Venezuela? Esses eram os dois únicos países que podiam pagar. Aqui não tinha lugar pra eles. Veja que em 1936-1937 não havia nem faculdade de letras, de filosofia, não havia coisa nenhuma. Na Argentina já havia um movimento intelectual bastante atuante. O México era um abrigo para o exilado, um abrigo de uma liberalidade extrema. Não era como o Brasil que, para acolher um exilado, foram necessárias conversações longas e cheias de compromissos. O México tinha acolhido Trotsky, estava lá inclusive numa fortaleza. Então acolheu esses outros também e a editora Fondo foi criada inclusive para dar condições a esses intelectuais de viverem, de terem uma ocupação dentro do México. Cuba, por exemplo, não atraiu porque era muito pobre.

No meu tempo de faculdade – até 1948 – eram os países que faziam o contato do Brasil com a Europa. Porque não havia nada; da França, por exemplo, não chegava um livro, da Inglaterra também não e, os dos Estados Unidos, no meu tempo, não tinham essa expressão que têm hoje, eram tidos assim como superficiais, como não-originais, era um certo preconceito também. Nós achávamos, sobretudo no Rio Grande do Sul, que os pensadores eram os alemães, nunca os americanos nem os ingleses. Os ingleses, então, a gente achava até graça.

O senhor fala isso dos Estados Unidos... Mesmo depois, com Parsons?

Faoro: Esse não era o tempo do Parsons¹⁶. Hoje a nossa visão, a minha, é outra dos Estados Unidos. Aquela visão, evidentemente,

14. Ortega y Gasset (1987, 1989, 1982, 2001 e 1963).

15. Furtado (1977, 1966 e 1969).

16. Parsons (1974, 1956 e 1964).

além de preconceituosa se baseava em um período em que eles estavam submersos na sociologia e em outros estudos que não tinham pertinência com o Brasil. Não se explicava a sociologia americana aplicada no Brasil, não trazia nenhuma mudança, nenhum esclarecimento. Até nos Estados Unidos havia a fascinação pelos alemães. Veja que o Franz Boas teve uma acolhida muito grande lá e influenciou muito o meio universitário. O racismo, que nos Estados Unidos era muito forte – tão forte como no Brasil –, foi desmontado pelo Franz Boas. Eles levaram também para lá, além do Einstein, o Hans Kelsen. Mas o Hans Kelsen, contou um professor de Montevideu, o Coulture – um professor de direito que esteve nos Estados Unidos e se aproximou dele –, o Hans Kelsen disse: “Olha, esse país não é para mim”. Ele disse: “Por quê?”. “Olha, imagine... Eu vou dar um exemplo muito recente. Na semana passada, quando eu terminei minha conferência, um estudante se aproximou, me felicitou muito e disse que graças a mim...”, graças ao Kelsen, “... ele tinha descoberto a vocação para a astronomia...”. Quer dizer, de certo que era uma coisa... afóra... O próprio Hans Kelsen depois se adaptou um pouco a alguns americanos e tentou escrever como o americano desejava. Ele disse: “Ah, eu vou simplificando a teoria”. Um também que teve muita presença nos Estados Unidos, e no Brasil, foi o Loewenstein. Ele tem ensaios sobre o Weber¹⁷, inclusive um ensaio admirável sobre o carisma. Ele contesta que o Hitler tenha subido ao poder pelo carisma¹⁸. Ele disse: “Não, o carisma se deu depois, pela compreensão política etc. ...”, mas o Hitler tinha a maioria e quando chegou a ser primeiro- ministro... Ele não tinha a maioria, era o partido mais forte, mas não majoritário. E, curiosamente, a primeira eleição depois da presença dele no governo, ele perdeu. O nazismo estava em declínio rápido; não fosse essa imprudência de Hindenburg de chamá-lo para o poder, provavelmente o movimento teria se esvaziado. Essa é a tese do Loewenstein e que foi muito influente no Brasil, porque o Departamento de Estado [dos Estados Unidos] estava muito intrigado: “O que seria o Estado Novo?”; “Que negócio é esse de Estado Novo?”. Era tido como pró-fascista, pró-nazista, e os Estados Unidos temiam perder esse mando. Então,

17. Loewenstein (1965). Infelizmente não temos conhecimento que este texto possua tradução para o português.

18. Loewenstein (1940).

contrataram Loewenstein para vir ao Brasil fazer um diagnóstico do Estado Novo. Esse diagnóstico é um livro notabilíssimo, publicado já em português¹⁹, sobre 1937. O Afonso Arinos, por exemplo, conheceu o Loewenstein, porque ele foi à sua casa, como foi à casa de muita gente aqui conversar sobre isso. Ele se interessou muito pela oposição, o que a oposição podia achar do Estado Novo. Veja que essa presença alemã pelas traduções ou pela presença dos expoentes deles se deu também nos Estados Unidos – depois do Loewenstein, depois do Hans Kelsen, na parte de física depois do Einstein –, são outro país, não é?

Os Estados Unidos chegaram a acolher mesmo todo aquele pessoal da Escola de Frankfurt, o Adorno. O Brecht esteve muitos anos lá. Acolheram o Thomas Mann e vários. Depois disso os Estados Unidos ficaram outro país. E a descoberta deles do Max Weber se dá com o Parsons (1971), que tinha estudado na Alemanha, conhecia muito bem o alemão, mas traduziu muito mal o Weber. Você conhece a tradução? É muito ruim. Ele traduziu mal o Weber. Ele implantou o Weber, mas transformou o Weber quase numa pessoa ilegível, quase numa teoria ilegível.

Até hoje a grande tradução que existe do Weber é a espanhola, essa do Echavarría, esta da Fondo de Cultura. Eu comparei isso com o original agora da quinta edição, página por página, e pude verificar que é uma tradução absolutamente notável! Com a brasileira eu não fiz essa comparação, mas suponho que tenha bebido muito da tradução espanhola. Porque as soluções que ela dá são aquelas que o Echavarría deu. Ela [a tradução espanhola] é exemplar. Agora, fizeram uma tradução brasileira que para o leitor é pouco prática porque não tem índice. Acho que a espanhola tem um índice notável, não? Como tem a quinta edição alemã. De modo que foi assim que entrou Weber na minha vida.

Agora, absolutamente ninguém o conhecia. Tanto que *Os donos do poder* foi mal acolhido pela chamada “crítica”. Porque eles não sabiam o que era aquilo. O Wilson Martins, por exemplo, escreveu um artigo que só faltou me insultar. Do outro lado, pela esquerda, o Nelson Werneck [Sodré] escreveu outro artigo que me insultou. A direita e a esquerda rejeitaram o livro de maneira categórica. Eu fui combatido

19. Não encontramos a citação em português, contudo, no original temos a seguinte referência: Loewenstein (1942).

pelos dois. Por seu lado, os católicos rejeitavam o livro também, e com veemência. Porque também não sabiam o que era aquilo. Eu me lembro de uma série de artigos que eu, descuidado como sou, não guardei na época. O João Neves era editorialista de *O Globo*, eu lembro que tinha relações com ele até boas – de família, não tinha muito apreço intelectual por ele, não. E um dia numa churrascaria ele disse: “Você publicou um livro, me manda um exemplar”. Telefonei para a editora, que mandou um exemplar. Ele escreveu uns cinco ou seis artigos dizendo que aquilo era uma bobagem total porque não havia poder oculto nenhum no Brasil, porque no Brasil o poder era aquele mesmo que estava ali. Na verdade eu nunca afirmei que parecia um poder oculto, não é? Mas ele interpretou assim, como os liberais, em verdade que esse não entendia também muita coisa disso – aliás, nada.

Então na USP, por exemplo, não há um trabalho sobre Max Weber. A USP era sempre muito marxista – adotava muito aquele roteiro marxista. Bem, o que o Marx disse cessou o debate, acabou. O Fernando Henrique [Cardoso], por exemplo, escreveu um livro sobre o Rio Grande do Sul²⁰ – e aliás me perguntou muito curioso também: “Como é que você conheceu o Weber lá no Rio Grande do Sul?”. “Não”, eu digo, “aconteceu”. “É porque eu nunca ouvi falar”. Ele escreveu um livro marxista, em que no prefácio ele diz mesmo, mas depois na reedição achou que aquilo podia comprometê-lo muito. E ele diz que a base dele é Max Weber. Ele diz isso na entrevista. O jornalista escreve: “O senhor foi marxista, não é?”. Ele diz: “Não senhor!”. “Não, no seu prefácio o senhor diz isso...”, “Ah, aquele prefácio, mudei já, tem outro prefácio agora”. Tá aqui, é dose, não?

Então, ele fez uma conferência sobre *Os donos do poder* que eu não consigo entender nada do que ele disse daquilo. Mas, onde entraram por exemplo o Florestan, que começou a adotar aquele negócio ali [referindo-se ao Weber].

Quer dizer, o [Gabriel] Cohn ainda não era gente nesse período, ele era muito moço. O Cohn, que hoje eu acho que ninguém conhece o Max Weber melhor do que ele. Ele tem um ensaio sobre Max Weber²¹, já traduzido até para o espanhol, que foi a tese de concurso dele. Eu fiz uma profecia, este livro pode ombrear com os melhores ensaios

20. Cardoso (1977).

21. Cohn (1979).

existentes sobre o Max Weber! É absolutamente extraordinário pela precisão, pela pesquisa. Logo em seguida, quando foi para os Estados Unidos, ele me mandou o livro e eu disse: “Olha, você está acertando. Eu sei o que falo”. [Este livro] não vai para o inglês porque o inglês ainda não está muito ligado ao Max Weber.

As universidades de São Paulo, a USP e Campinas [Unicamp], renovaram os estudos de sociologia e de política, mas o que tem de mal neles é que eles importaram muito. O que tem de mal são as influências literais. Por exemplo, o Althusser²², que não é uma grande figura, considerada sequer, aqui tem uma presença enorme porque foi professor de alguns professores daqui.

Na história é a mesma coisa, por exemplo. Às vezes teve muito esse literatismo, de ser literal, quer dizer, aquilo que foi dito lá vai ser dito aqui, sobretudo Marx. Marx foi uma intoxicação marxista que não dava para ver qual era, qual dos intérpretes tinha chegado mais próximo. Aliás, o Marx também teve uma tradução mexicana, do Venceslau Rossis. Eu não sei se esse também era espanhol que foi exilado ou não, mas traduziu *O Capital*, três volumes, e é considerada uma tradução modelar, uma tradução de primeira qualidade. Ele traduziu *O Capital*, *A ideologia alemã* e outros livros. Agora, também os marxistas têm dois tipos. Tem o tipo que na pesquisa usa o Marx e usa muito bem, e tem o que na pesquisa o Marx é um padrão sobretudo, um Marx leninista – até stalinista –, tipo Nelson Werneck Sodré. E eu fui ver por desfastio. Eu comprei a *Enciclopédia de filosofia russa*, traduzida em alemão. Então é absolutamente fantástico o que eles dizem! Locke, por exemplo, no índice de análise: o precursor do capitalismo; Max Weber – aí é até interessante – “O pior inimigo do marxismo que possa existir”. Isso põe o Marx numa dura. Agora, depois disso, muitos anos depois, eu encontrei um alemão que vivia aqui no Rio de Janeiro e montou uma livraria. Então, conversando, ele disse: “Pois é, você cita muito o Weber”; “Eu cito, você conhece?”; “Conheço, e quando eu fui fugir do nazismo as universidades estavam todas concentradas no Weber”.

Uma coisa que está clara no livro, mas que vendo o senhor falar ficou mais evidente ainda, foi o seu conhecimento histórico.

22. Althusser (1980 e 1985).

O senhor tem um conhecimento e fica bastante claro que o senhor é muito seguro disso. O senhor cita várias vezes que verificou, que ia pesquisar, que verificava certas informações documentais. Como o senhor realizava isso? Como era esse trabalho de pesquisa de forma geral, via de regra?

Faoro: Bem, eu não fiz com pesquisa direta, em arquivos, salvo sobre as sesmarias. Então, nessa parte das sesmarias eu fiz pesquisa e me tornei amigo do Cirne Lima, que tem um estudo absolutamente notável sobre as sesmarias²³ que praticamente fizemos juntos, porque falávamos muito sobre isso e ele pesquisou muito. Ele também já era um germanista há muitos anos, era professor de direito administrativo. Um homem que sempre foi subavaliado no Rio Grande do Sul, e subaproveitado. Eu procurei aí esse livro dele, não achei. É um livrinho pequeno com o título *As sesmarias*. Era muito mais velho do que eu, mas uma pessoa de um acesso muito fácil. Quando eu o procurei, eu o via na faculdade, ele foi meu professor. Eu disse: “Olha, professor Cirne, eu não tenho o menor interesse por isso que está sendo ensinado aqui, estou fazendo isso porque é um meio de vida”. Ele disse: “Eu também! Eu também!”. Aí ele me contou: “Você não imagina que eu fui poeta, que eu fui um dos introdutores do modernismo aqui”. Ele tinha uma correspondência imensa com o Mario de Andrade e com o universo modernista. Ele dizia: “Isso é que eu não sei aonde é que ficou, não é? Mas eu entrei nessa coisa de direito e comecei a ficar um sujeito muito chato”. Mas com o direito ele também era admirável! Mas ele gostava era desse tipo de estudos, então eu disse: “Olha, eu sei que o senhor está estudando sesmarias, eu também. Olha, não sei como a gente chega lá”. Ele disse: “A gente chega. Aqui mesmo no Rio Grande, no arquivo, você vai achar”. Disse onde achar e eu fui ver isso. E confirma a tese absolutamente. Em primeiro lugar a terra não era dada, era concedida, havia cláusula de reversão. A Lei de Terras de 1850 é que deu a propriedade das terras. Ali foi uma conquista dos liberais, não dos conservadores. Os conservadores não tinham muito interesse nisso.

Uma outra coisa que me chamou a atenção: o senhor como advogado, foi presidente da OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] e

23. Lima (1954).

teve uma participação muito importante, mas o senhor parece muito mais um sociólogo do que um advogado.

Faoro: É...

Passa a sensação de um certo viés do senhor de uma atuação intelectual nesta área que eu estou trabalhando, muito menos do advogado e muito mais de um cientista social.

Faoro: Eu acho que sim, eu acho, claro. Realmente, isso que eu disse para o Cirne Lima: “Essa coisa aí não me interessa, o que me interessa é ganhar a vida...”. Eu estudei direito, é claro. Ganhei a vida com isso, fiz até, modestamente, a minha independência econômica. Ao ponto que é dessa idade não ter privações. Mas os meus estudos sempre foram em ciências sociais e história. Agora mesmo eu tenho que fazer o discurso sobre o Barbosa Lima Sobrinho [...]

Eu comecei a estudar esse negócio de sátira. Para escrever três linhas, eu tenho aqui mais de dez volumes sobre sátira. Eu comecei a ver as afinidades entre o satírico e o pensamento utópico. E tem realmente, em geral a utopia é satírica. O próprio Morrison²⁴ é uma sátira contra a Inglaterra daquele tempo. O Marx também era realmente muito satírico. Em alguns livros dele, como *O Capital*, tornou-se sisudo. Mas no debate político ele era satírico e ao mesmo tempo utópico. Contra a utopia não científica. Ele não sabia que ele estava fazendo utopia também, não é? Ele pensou que a dele fosse ciência.

Eu acho que tem uma relação entre um e outro. Eu acho que o satírico acaba descobrindo a utopia.

Pois é, eu fui ver esses clássicos da sátira – hoje em dia para a gente comprar livro ficou muito fácil. Tem na Europa a Edbooks, que tem praticamente todos os livros esgotados. E quando eu não consigo na Edbooks, tem em Nova York uma senhora chamada Marta Shapiro. Ela descobre qualquer livro. Inclusive, eu queria um livro sobre o Brasil do Luiz Couty – dois livros, um sobre a escravidão²⁵ e outro sobre o Brasil em 1884²⁶, é muito interessante – mas não achava em lugar nenhum e eu telefonei para a Biblioteca Nacional: “Vocês podiam me fazer um xerox desse livro?”, então ela falou: “Olha, o livro está em

24. Arthur Morrison (1863-1945), historiador inglês.

25. Couty (1988).

26. Couty (1984).

muito mau estado, não dá pra fazer xerox”. Mas a mulher, como eu perguntei pela edição francesa, ela foi ver a edição francesa. Acontece que recentemente, há uns dez anos, esse livro foi traduzido e editado pelo Senado em convênio com a Casa Rui Barbosa. Pois bem, eu pedi a dona Marta: “Estou precisando desse livro, vê se consegue”. Ela me passa um *e-mail* e diz assim: “Consigno, no Brasil, no Senado Federal ou na Casa Rui Barbosa”. Aí eu voltei novamente à Biblioteca, falei com o Portela: “Portela, mas eu conheço o livro”. O Portela: “Conhece a tradução, mas um deles era impossível de encontrar”. Ele disse: “Não, mas eu mando tirar um xerox aqui e te entregar em casa, a despesa não é muito grande porque aqui a gente cobra muito pouco o xerox”. E realmente veio.

Essa senhora Marta descobre todos os livros, não falhou comigo nenhuma vez. Inclusive um livro alemão, que é muito difícil, está esgotado mas não é antigo, que é sobre a causalidade, aquela coisa do Weber, a causalidade não no sentido vertical. Mas como é que ele fala? [...] Os nexos de causalidade²⁷. Tem um livro sobre isso na Alemanha e pedi para a dona Marta e ela me disse: “Olha, eu consigo o livro. Já fiz uma oferta para um sujeito, fiz uma oferta de 30 dólares, tá bem?”. Eu digo: “Tá muito bem”. Ela arrumou, meses depois veio...

Doutor Faoro, uma coisa que eu gostaria de entender um pouco melhor é o movimento da primeira para a segunda edição [de Os donos do poder]. Passaram anos de uma para a outra...

Faoro: Pois é, exatamente por ter passado muito tempo e as pessoas que liam diziam: “Eu não entendo muito aquilo, não consigo entender aquilo lá”. Então eu comecei a escrever novamente, de certa maneira simplificando as dificuldades da escrita. E acabei fazendo aqueles dois volumes. Eu fiz assim a segunda edição. Em primeiro lugar, encalhou a primeira edição. Bem, depois meu editor soube que na USP e outros lugares estava circulando uma versão xerografada do livro. Então ele contactou a Universidade de São Paulo: “Nós temos aqui essa versão. Mas nós co-editamos se vocês quiserem”. E co-editaram. E, por sinal, acabou uma co-edição que a universidade não entrou com nada. Porque quando saiu, vendeu tudo. Então o editor disse: “Olha, não preciso mais

27. Dentre a ampla bibliografia sobre o assunto, infelizmente não conseguimos identificar exatamente a qual obra Faoro está se referindo.

de co-edição”. Quando saiu aquele primeiro livro que tinha uma capa vermelha, meu editor me disse que, em 1964, o livro foi apreendido pela capa. Meu editor disse que reclamou e que depois devolveram. Ficaram oito ou dez dias com os livros. Tiraram todo o estoque.

Eu me lembro, eu sei de coisas fantásticas dos militares naquele período. Eles catavam muito nas bibliotecas marxismo, leninismo e pornografia. De um amigo meu, que é biólogo, eles tiraram todos os livros *A vida sexual dos macacos*. E o pior é que nunca mais se achou. Ele foi ao tenente: “Mas isso é um absurdo, eu sou um biólogo, isso é uma coisa que me interessa”. “Não! Mas nossas ordens são pra retirar.” É... o livro obsceno tem que sair.

Na edição de 1975, no prefácio, o senhor é um pouco cauteloso dizendo que o Weber lhe inspira, mas não aprisiona. A sensação de um leitor é que o senhor não está querendo ser chamado de um weberiano ou querendo tomar uma certa cautela.

Faoro: É que naquele período quando eu escrevi o livro eu estava muito hegeliano. Talvez perceba isso em relação ao livro *A lógica*, do Hegel²⁸. E eu devorei aquilo. E já tinha lido em Porto Alegre, 20 anos, 20 e poucos anos antes. *A lógica* traduzida pelo Mondolfo²⁹. O Mondolfo³⁰ esteve em Porto Alegre. Ele morava na Argentina e nos estimulou muito a aprender o alemão. Ele queria que a gente aprendesse o grego, mas um amigo disse “não”. Mas ele traduziu *A lógica*, *A grande lógica*. Eu acho que traduziu *A pequena* também, e ele disse até por que traduziu. Quando ele saiu da Itália, também durante a perseguição contra judeus, na Itália o Hegel era o autor absoluto. Inclusive do Croce, do Gentile³¹, que foi fuzilado depois. O ministro avisou a ele para cair fora. Foi o que o avisou. Era professor como ele. Ele bateu, assim, inesperadamente, na casa do Mondolfo, de noite, claro, ninguém podia ver, e disse assim para ele: “Olha, infelizmente a perseguição aos judeus começou e a primeira devassa que vai haver é nas faculdades, nas universidades. De modo que eu

28. Hegel (1986, 1968).

29. Hegel (1976) e Marx (1968).

30. Mondolfo (1960, 1967, 1969).

31. É importante observar que Croce e Gentile eram opositores no campo político, pois o primeiro foi um crítico do fascismo e o segundo participou do governo fascista.

tenho uma proposta para te fazer, você vai para a Argentina aonde eu consigo um contrato para você na universidade”. E assim ele veio, ele disse: “Agora esse fascista é um miserável, mereceu, mas comigo ele foi um homem correto”³².

Mas ali tem muito do Hegel. Não, eu não quero ser chamado muito de weberiano porque tem muita coisa que você pensa que é Weber e não é. Por exemplo, essa combinação de patrimonialismo e estamento, isso não casa com Weber. Para o Weber o estamento era feudal, era patriarcal, mas não patrimonial.

Porque no sistema patrimonial – às vezes é até difícil de entender, entende-se o geral – o funcionário patrimonial, o servo, é o que trabalha para si próprio. Eu tenho dificuldade em saber o que se quer dizer com isso, “si próprio”; isso acaba no feudalismo. Mas acontece que o Weber não disse isso, o funcionário não trabalha para o seu senhor, do qual depende. Então, o senhor pode ser o rei – como era antigamente em Portugal –, que distribui todos os valores, ou simplesmente um oligarca. Mas esse casamento não vai muito com Weber. Até porque uma senhora do México³³ escreveu uma tese sobre o Max Weber e quanto ao Brasil ela fez uma embrulhada danada. Ela disse: “Bem, o Weber no Brasil é estudado pelo Vamireh Chacon³⁴, por um outro aí, que falou muito sobre o Weber, e também por Raymundo Faoro”. Então me mandou uma mensagem dizendo: “Olha, eu desconfio que eu tenha me enganado nessa coisa, agora me chamou a atenção que você fez essa combinação de estamento e patrimonialismo, o que não é ortodoxo, mas é muito interessante”. E depois ela escreveu uma tese – deve estar por aí até – sobre isso, não sobre o meu livro, sobre esse casamento.

Ela até queria traduzir *Os donos do poder*, eu a desencorajei. Eu disse: “Olha, esse livro, para o público espanhol, não tem o menor sentido. Porque eu estou falando aqui do marquês de Paraná...”. Teria que explicar tudo.

O senhor mostra, com a ideia de estamento, um capitalismo de Estado no Brasil...

32. Giovanni Gentile foi ministro da Educação no período da Itália Fascista. Gentile foi fuzilado pelos comunistas ao final da Segunda Guerra Mundial.

33. Acreditamos que Faoro estava mencionando Gina Kuper (1993).

34. Chacon (1977, 1978, 1988).

Faoro: É o que pode dar, não...

... um capitalismo que vive dentro do Estado. O senhor considera adequada essa interpretação?

Faoro: Considero. Se for o socialismo possível, aqui é o socialismo de Estado. Porque o Estado já tem uma presença tão grande. Agora mesmo, com a privatização. Privatização esquisita, não é? Porque foi com o dinheiro do Estado, quer dizer, o Banco de Desenvolvimento que financiou 50%, pagável em prestações e a fiscalização é do Estado. Não é como nos Estados Unidos, um país capitalista, que a fiscalização não é do Estado, são comissões eleitas – eleitas pelo povo. O que está pelo Estado dá lugar a um intercâmbio incestuoso entre o concessionário e o Estado, inclusive corruptor.

Eu me lembro da Light aqui no Rio. Quem fazia a tarifa para Light eram funcionários: um da prefeitura e outro do serviço de águas. Um poder fiscalizador que ambos eram funcionários da Light. Isto está acontecendo mais ou menos.

No caso da energia elétrica estão cobrando o racionamento e vão cobrar pelo resto da vida. Então esse capitalismo que está se propondo aí na verdade é muito parecido com o do Império. Note que as companhias privatizadas não podem falir. Nos Estados Unidos podem, agora, duas grandes corporações, duas grandes empresas, uma de telefone e outra de energia elétrica. Inflaram seus lucros e estão falindo. Aqui no Brasil isso seria impossível. Porque há manutenção da chamada equação econômico-financeira. Quando há dificuldades eles aumentam a tarifa. Então, a empresa pode fazer o que quiser, todas as maluquices que quiser, os gastos que quiser, que o Estado paga.

Como leitor do senhor, Os donos do poder, não tem como negar, ele se destaca dentro da sua produção. Foi um empreendimento que ganhou bastante notoriedade no meio acadêmico, ainda é muito lido, ainda é muito discutido. O senhor acha que Os donos do poder conseguiu resolver as questões hoje, algum tempo depois? O senhor se considera satisfeito? Ele resolveu o que o senhor queria?

Faoro: Não, não resolveu não. Eu acho que naquele rumo podia se desenvolver, mas faltou muita coisa. Faltou nacionalidade, ela não se

constituiu. Quer dizer, aquele esquema [patrimonialista] ainda impede a formação da nacionalidade. Em verdade que essa presença do povo, que eu acho necessária na nacionalidade, de certa maneira, surpreendentemente, aparece recentemente em duas ocasiões, nas Diretas e no *impeachment* do Collor. A gente vê a cidadania ativa e influente. Quer dizer, isso é cidadania, é nacionalidade, nação. Mas é uma nação não institucionalizada. Quando se institucionaliza ela desaparece.

Ela perde muito da sua atividade, não é? Uma coisa curiosa, no Brasil quando se organiza uma coisa perde o elã, antes de se acertar – cai na mão de manipuladores, de empresários, de sindicatos.

Agora, o senhor se considera satisfeito com Os donos do poder no sentido daquilo a que o senhor se propunha? Ao que o senhor queria resolver? Que era a questão do estamento, o senhor acha que ele consegue resolver? Os donos do poder consegue explicar aquilo e explicar até hoje?

Faoro: É, eu acho que sim. Resolver não digo, porque ainda tem muito estudo a ser feito, mas acho que explica até hoje. Tanto que a primeira edição do livro teve uma história estranha, foi editado em 1958 e passou a circular em 1959, que foi no final de 1958, e encalhou. Encalhou por um motivo: esses artigos do João Neves³⁵ dão uma ideia. Por quê? Porque não havia o problema naquele período, quer dizer, no período do Juscelino. Eu disse: “Olha, é um estamento”. Responderam: “Esse cara está maluco, estamento nenhum”. “É o Juscelino, é a indústria automobilística...”. Agora, quando veio 1964, que foi um golpe estamental e se manteve com esta característica até o fim, o livro começou a ser procurado. Foi aí que foi feita a segunda edição. Porque oferecia uma explicação válida. E o marxismo não oferecia. Não tem explicação aquilo. Pois o golpe de Estado na América do Sul não tem explicação fora disso, fora do exército, das Forças Armadas – e das Forças Armadas como fator de poder. Aliás, atualmente eu não sei se perderam essa posição ou se o mundo mudou. Veja a Argentina, numa situação mais desesperada possível. Inclusive as pessoas que vêm de lá falam que é uma coisa terrível. Pessoas que até ontem tinham sua

35. Possivelmente Faoro menciona a seguinte referência: Fontoura (1958). Deste autor Faoro também cita em suas obras as seguintes referências: Fontoura (1933 e 1932).

casa, seu apartamento, hoje não têm emprego, não têm casa, não têm nada, a casa você tenta vender e não há quem compre, não tem meios para subsistir, então cai na miséria extrema. Pois bem, veja que seria o momento das Forças Armadas entrarem, como tem entrado assim. Mas não, ficaram absolutamente silenciosas, não é?

Isso pode ser que o estamento esteja abalado. Também, foi tão desastrosa a intervenção anterior que se compreende que eles procurem outro rumo. Na Argentina eles devastaram a vida civil. Mas é uma história em profundidade mesmo. Eu, quando fui presidente da Ordem aqui, acolhi diversos intelectuais. Procurei colocá-los por aí. Eles diziam: “Se eu ficar eles me matam”. Eu disse “Bom, matam coisa nenhuma” – mas matavam. Lembro-me até de um exilado que um dia apareceu lá na Ordem e disse: “Olha, eu sou advogado e fui presidente da Câmara dos Deputados do Haiti – imagina, Câmara dos Deputados do Haiti! – e me dava muito bem, todos se davam muito bem com o Papa Doc. Agora, com o Baby Doc não houve mais condição, a ditadura ficou aberta e eu saí de lá”. Ele disse: “Eu estou aqui, sem dinheiro para pagar o hotel...” – um hotel vagabundo. “Com dor de dente e não tenho dinheiro para dentista.” Eu disse: “Bem, quanto à dor de dente eu resolvo já, porque a sessão estadual aqui tem um serviço de odontologia. Quanto à sua permanência aqui, a Ordem não tem recursos para lhe dar, mas eu tenho uma solução também. O cardeal, que é muito meu amigo, tem uma verba grande dos bispos europeus exatamente para os exilados”. Dias depois ele me aparece: “Ah, o senhor Gabriel já me botou nesse programa”. E ele disse “Como é que eu pago o atrasado do hotel?”. Eu digo: “Aí não tem solução”. Também disse que a família dele era abonada, mas que estava impedida de mandar dinheiro para ele. Eu digo: “Olha, o jeito de pagar o atrasado é você encontrar o dono do hotel e dizer: ‘Olha, não tenho meios de pagar, vou pagar daqui por diante com o dinheiro que me dão’”. E ele: “Está bem, então”. Eu nunca imaginei que o Haiti tivesse Câmara dos Deputados. Agora os argentinos que vieram aqui foram bem acolhidos nas universidades. Agora com o operário que nós tínhamos dificuldade em colocar, botávamos nesse programa do cardeal. Porque ao operário ninguém queria dar emprego, não. Nesse período havia uma diretiva dos empresários de não dar emprego nem para grevista, nem para subversivo.

Bem, então, pergunta se o estamento está morto? Eu acho que ainda não, mas acho que caminha para isso. Acho que a cidadania é o grande inimigo do estamento. A cidadania está praticamente aí.

E o senhor acha que ela está se consolidando?

Faoro: Se consolidando... Hoje, por exemplo, tem num jornal uma coisa que me surpreende, uma ordem do dia de um general-chefe dizendo que o exército não tem mais condição de manter os recrutados. Salvo para consertar isso, salvo que a gente apele para soluções drásticas, ameaçando um golpe de Estado, não está? Agora eu pergunto, é possível um golpe de Estado hoje? Acho que iriam encontrar uma resistência bem maior que em 1964. E não tem uma motivação. A motivação é meramente corporativa.

O senhor se mostrou um leitor do Weber. O senhor chegou a usar a expressão que ele o fascinou bastante. O que de Weber? O que de Weber lhe é mais significativo?

Faoro: Bem, o quê? Em primeiro lugar o patrimonialismo; em segundo lugar o estamento. Porque eu tinha grande dificuldade em ver a sociedade brasileira como sendo uma sociedade de classes – me parecia que não era. Nesse ponto os marxistas, influenciados muito pelo Lenin – porque Lenin tinha essa dificuldade, então escreveu um livro dizendo que o capitalismo já existia na Rússia. Então eu acho que aqui não existia – se falar em luta de classes aqui não tinha muito sentido. Agora, o Marx não confundia uma coisa com outra. A tradução, por exemplo, d’*O Manifesto* suprime esta parte de estamentos, traduz por classe. E o próprio Sérgio Buarque de Holanda não viu isso no Weber. Achava que estamento era uma coisa, uma elucubração que eu tinha tirado do Weber erradamente. O Sérgio foi muito meu amigo e um dia na casa dele, depois de muitos uísques, começamos a falar de estamento e ele começou a ficar exaltado. Eu digo: “Olha, você pode ver o estamento no Hegel...”. Ele: “Ah, não!”. “Pode. Você tem a *Filosofia do direito*³⁶ aí?” “Não, nunca li.” “Mas eu vou te mandar um xerox.” E mandei! Do original e da tradução espanhola, que fala nisso. Aí ele disse: “Bem, é uma coisa que não

36. Hegel (1997).

está morta, o Hegel?”. Eu disse: “Não está tão morta assim. Agora você veja na sua ‘bíblia’”. Ele tinha uma “bíblia”, eu também tinha na primeira edição e agora tenho na segunda edição. É o *Grundbegriffe*³⁷, que é livro para o historiador: são nove volumes e nos sete volumes tem verbetes muito extensos. E li “classe e estamento”, “classe acima do Estado” – um verbete enorme, são mais de 100 páginas. Estava tudo lá, inclusive essa discussão se era pré-capitalista ou não era. Aí ele [Sérgio Buarque de Holanda] ficou meio abalado, porque ele tinha escrito um artigo contra o livro do Motta³⁸ porque falava em estamento. Sérgio dizia: “Que estamento? Que é essa bobagem que não tem sentido?”. Eu digo: “Não, tem sentido sim, vai ver”. Mas ele, o Sérgio, não gostava de citar contemporâneos. O livro dele está, infelizmente, inserido em uma obra coletiva, que já era tempo de sair de lá e formar um livro à parte. Eu acho o livro admirável dele o do fim do Império, eu acho notável. Então, quando ele quer explicar o poder político ele não fala em estamento mas fala a mesma coisa. Diz que era uma categoria, uma camada muito restritiva, mas não fala estamento.

O senhor tem se mostrado bastante crítico do Sérgio. Em alguns artigos o senhor aborda essa discussão. O senhor fala do funcionário patrimonial, aquela situação do funcionário patrimonial que o Sérgio citou...

Faoro: É, essa mesmo. Ali não foi em cima tanto do Sérgio, foi em cima do Antonio Candido. O Antonio fez lá um prefácio onde ele diz à certa altura que “a introdução de Weber nessa matéria de patrimonialismo é do Sérgio”. E eu não sou muito disso, mas eu não cedo a prioridade para ninguém. Então eu fui mostrar – o Antonio Candido estava presente e ficou pálido – como ele tinha errado na tradução. Depois, eu não entendo esse negócio do funcionário trabalhar para si próprio. Isso existe no feudalismo, mas não no patrimonialismo. Mas foi, segundo Antonio Candido, que fica naquela coisa dos críticos antigos – e eu sofri na pele, porque todos me esculhambaram. Ele podia

37. Infelizmente não conseguimos identificar com total convicção a qual obra Faoro estava se referindo. Ainda assim, pelas características físicas acreditamos que possa se tratar da seguinte referência: Brunner (1984).

38. Motta (1977).

escrever sobre tudo – inclusive coisa que não entende – e nunca abriu Max Weber na vida dele, mas se sente autorizado para escrever sobre Weber. Ele diz: “Não, está aqui, a prioridade é do Sérgio”. Eu digo: “Não, a prioridade errou!”.

Até procurei ser muito diplomático nisso. Eu procurei não ser contundente, mas está dado o recado, não é? Reivindico a prioridade e não cedo pra ninguém! Essa é uma maneira nova de ver – nova quer dizer weberiana. É a primeira vez que se aplicou isso com certa coerência. O Sérgio, que esteve na Alemanha, não percebeu a importância do Weber – ele esteve lá em 1930-1931 e não percebeu. Naquelas reportagens dele que foram publicadas – e são ruins, por sinal – ele não viu nada, não viu nem o nazismo.

Por que usar o Weber para o Brasil?

Faoro: Porque eu acho que o Weber oferece a chave de muita coisa do Brasil, que os sociólogos correntes não ofereciam. No meu tempo de Porto Alegre, por exemplo, imagina o atraso daquela gente – chegava-se a estudar o LePlay³⁹, depois o Durkheim, que também não oferece uma solução para o Brasil. Os norte-americanos, aquela sociologia ecológica não tem nada, não é possível trabalhar em cima daquilo para descobrir o Brasil. O Gilberto Freyre, a solução que ele deu, eu não gostei, o Estado sumítico, essa coisa toda. Apesar disso eu acho que fui o único sujeito que discordou do Gilberto Freyre e conseguiu ser amigo dele! Porque ele era muito agressivo, mas comigo ele não foi. Estive lá na casa dele em Pernambuco. Aqui no Rio estivemos muitas vezes juntos, ele e a mulher. Em nenhum momento mostrou hostilidade. Passava a dizer assim: “Olha, daqui a 20 anos *Casa grande e senzala* será lido, teu livro não sei se vão ler”. Eu digo: “Não, olha, eu tenho certeza que *Casa grande* será lido. Eu acho que é um livro fundamental. Agora, daqui a 20 anos vão contestar tudo do *Casa grande*, agora, só vão salvar o grande escritor!”. Quando ele completou 80 anos eu escrevi um artigo nesse sentido, dizendo: “Olha, aquela ciência dele não interessa mais, como não interessa a ciência do Euclides da Cunha. O que interessa é literariamente o grande escritor que era”.

39. LePlay (1989).

O senhor acredita que do Gilberto Freyre, a tese dele de um certo culturalismo, a miscigenação, não é bastante vinda do próprio Boas?

FAORO: Na verdade do Boas, mas veio aqui no Brasil de um precursor que ele esconde, que é o Sílvio Romero⁴⁰. A tese da miscigenação é do Sílvio Romero. Quando o Sílvio Romero começou a ver o que era o Brasil, ele fazia até uma distinção entre o copista e o imitador. No Brasil não existia nem o imitador, era o copista. O que ele via de principal no Brasil? De fundamental? Era a miscigenação. E um homem de certa maneira contraditório, porque a gente não percebe se ele é racista ou não, não dá pra perceber. Mas a tese é dele, porque era um louco genial o Sílvio Romero! Abordou tudo. Mas é interessante quando ele descobre onde está o Brasil. Na literatura brasileira ele achou quase que nada. Ele tinha uma birra dos sujeitos que enalteciam muito o país. Ele pegou uma birra pelo Afonso Celso que não há artigo dele que não o cite entrando de paulada. E quando saiu o *Por que me ufano do meu país*⁴¹, ele chegou a escrever que aquele sujeito era indigno de ser publicado! Porque isso se entende, é o nacionalista que detesta que o patriota se aproprie do país, não é? É uma distinção que não é feita em geral, mas nos clássicos hoje sobre a nossa história não se faz muito essa distinção. Ora, para dizer que o patriotismo é agressivo ele diz: “Certo ou errado, é minha pátria!”. O Chesterton, historiador antigo, dizia assim: “Minha mãe, bêbada ou sóbria”, mas sempre minha mãe!⁴². A própria agressividade hitlerista podemos considerar uma coisa do patriotismo, não do nacionalismo. É que o nacionalismo foi tido muito como fator de exclusivismo – de certo sentido sim, historicamente foi –, mas eu acho que o patriotismo foi pior. Inclusive dá um livro como esse *Por que me ufano do meu país*, porque diz lá a uma certa altura: “Quando disserem a você que nós temos Dantes, nós temos Shakespeare, você dirá: mas nós temos o Amazonas, temos a floresta”. Quer dizer, é um livro completamente estúpido, não?

E o Caio Prado? As classes não comprometem o conceito...

FAORO: Acho que sim. Acho que o Caio Prado naquele livro

40. Romero (1897, 1888, 1954).

41. Celso (1900).

42. “My mother, drunk or sober”. Está citação pode ser vista em Chesterton (1901). Outras referências do autor: Chesterton (2001, 1992 e 1953).

dele sobre a evolução⁴³ ele retifica tudo, inclusive aquele linearismo marxista. Mas eu acho que o Caio Prado é um livro morto, não tem mais sentido. Mesmo dentro do marxismo, o marxismo evoluiu muito. Hoje as explicações marxistas têm até uma sofisticação que no caso dele não têm. É uma flor de sujeito! É uma figura fantástica! Inclusive quando ele estava preso se fez um manifesto de americanos, brasileiros. Eu assinei o manifesto, foi publicado no *The New York Times*, nós pagamos na primeira página, foi até caro. E ele ficou muito grato a isso e também a um artigo que eu escrevi quando ele foi preso e não o soltavam. Eu dizia: “Por que o Caio Prado? Ele não sabe atirar de fuzil, não sabe nada disso. Apresentado como um petroleiro, um homem perigoso, não é nada disso!”. Mas ele ficou assim muito meu amigo. Então em São Paulo, sempre que eu ia ao Prêmio Santista, na Câmara dos Vereadores – quando me deram o título paulistano –, ele estava lá. Era uma maravilha de sujeito! Agora aquilo está morto. O livro dele sobre a Colônia⁴⁴ não tem mais sentido aquilo. A pesquisa eliminou com aquelas coisas todas. E os estudos monográficos também, por exemplo, sobre milícias, coordenâncias, exército de linha, a estrutura da Colônia, a estrutura militar, o capitão-mor, os capitães-generais, a era militar. Isso ele não passou por alto.

Aquela tríade, aquilo é um absurdo completo – Gilberto Freyre, Sérgio e Caio Prado –, não tem sentido. Tem sentido paulista! Não significa nada. O Gilberto, o certo era abrir um rumo no país, nos estudos sociais. *Casa grande* está cheio de coisas fúteis, bobas até, mas tem uma grandeza imensa. A tese de *Casa grande* é a mesma de *Raízes do Brasil*, não tem diferença nenhuma. O *Raízes do Brasil* não é um livro inovador, é um livro impressionista. É uma bela reportagem sobre o Brasil. Ele está vivo porque as qualidades literárias dele são realmente notáveis. Mas não se pode aproximar de Gilberto Freyre. A gente fala isso para os homens do Recife, eles ficam chocadíssimos.

Digamos que do Caio Prado eu ressalvo a pessoa, ressalvo esse livro sobre a revolução – *A revolução brasileira*. Eu acho um livro realmente muito bem pensado, que o levou para a cadeia. [...]

43. Prado Jr. (1953).

44. Idem, *ibidem*.

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. (1980) *Ler o capital*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1985) *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Graal.
- BARRETO, Kátia M. M. (1995) “Um projeto civilizador: revisitando Faoro”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 36.
- BRUNNER, Otto. (org.) (1984) *Geschichtliche grundbegriffe*. Stuttgart, Klett-Cotta, 7 vols.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. (2003) “O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira”. *Dados*, vol. 46, Rio de Janeiro, Iuperj, nº 1.
- CANDIDO, Antonio. (org.) (1998) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1977) *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CELSE, Afonso. (1900) *Por que me ufano do meu país*. Rio de Janeiro, Garnier.
- CHACON, Vamireh. (1977) *Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista: 1937-1964*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____. (1978) *O dilema político brasileiro*. São Paulo, Convívio.
- _____. (1988) *Max Weber: a crise da ciência e da política*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- CHESTERTON, Gilbert Keith. (1901) *The Defendant*.
- _____. (2001) *Ortodoxia*. São Paulo, LTR.
- _____. (1992) *The Dagger and Wings and Other Father Brown Stories*. Oxford, Oxford University Press.
- _____. (1953) *Selected Essays*. London, Collins.
- COHN, Gabriel. (1979) *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- COUTY, Louis. (1988) *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.
- _____. (1984) *O Brasil em 1884: esboços sociológicos*. Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa.
- FAORO, Raymundo. (1993) “A aventura liberal numa ordem patrimonialista”. *Revista USP*. São Paulo, nº 17.
- FONTOURA, João Neves da. (1958) *Memórias*. Porto Alegre, Globo.

- _____. (1933) *Acuso!* Rio de Janeiro, [s.n.].
- _____. (1932) *A jornada liberal*. Porto Alegre, Globo.
- FRANCO, Afonso Arinos M. (2000) *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília, Senado Federal.
- FURTADO, Celso. (1977) *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- _____. (1966) *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1969) *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Lia.
- HEGEL, Georg W. F. (1961) *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*. Stuttgart, Reclam.
- _____. (1986) *Wissenschaft der Logik*. Hamburg, F. Meiner.
- _____. (1968) *Ciencia de la logica*. Buenos Aires, Solar, Hachette.
- _____. (1976) *Ciencia de la logica*. Trad. Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires, Solar, Hachette.
- _____. (1997). *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo, Martins Fontes.
- IGLESIAS, Francisco. (1976) “Revisão de Raymundo Faoro”. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, nº 3, março.
- KUPER, Gina Z. (1993) *Patrimonialismo y modernización: Poder y dominación en la sociología del Oriente de Max Weber*. México, Fondo de Cultura Económica.
- LEPLAY, Frederic. (1989) *La Methode sociale: abrege des ouvriers europeens*. Paris, Meridiens Klincksieck.
- LIMA, Ruy Cirne. (1954) *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. Porto Alegre, Sulina.
- LOVE, Joseph L. (1971) *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism*. California, Stanford University Press.
- LOEWENSTEIN, K. (1965) *Max Weber Staatspolitische Auffassungen in der Licht unserer Zeit*. Frankfurt, Athenäum Verlag.
- _____. (1940) *Hitler's Germany: the Nazi Background to War*. Nova York, The Macmillan Company.
- _____. (1942) *Brazil Under Vargas*. Nova York, The Macmillan Company.
- MONDOLFO, Rodolfo. (1960) *Problemas y metodos de investigacion en la historia de la filosofia*. Buenos Aires, Endebe.

- _____. (1967) *Estudos sobre Marx*. São Paulo, Mestre Jou.
- _____. (1969) *Problemas e métodos de investigação na história da filosofia*. São Paulo, Mestre Jou.
- MARX, Karl. (1968) *Crítica de la filosofía del derecho de Hegel*. Buenos Aires, Nuevas.
- MONTEIRO, Pedro M. (1999) *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp.
- MOTTA, Carlos Guilherme. (1977) *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. 2ª ed. São Paulo, Ática.
- ORTEGA Y GASSET, Jose. (1987) *A rebelião das massas*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (1989) *Em torno a Galileu: esquema das crises*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1982) *História como sistema: Mirabeau ou o político*. Brasília, Ed. UnB.
- _____. (2001) *A desumanização da arte*. São Paulo, Cortez.
- _____. (1963) *Meditação da técnica: vicissitudes das ciências, cacofonia na física*. Rio de Janeiro, Livro Ibero-Americano.
- PARSONS, Talcott. (1974) *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo, Pioneira.
- _____. (1956) *Economy and Society: a Study in the Integration of Economic and Social Theory*. London, Routledge and Paul.
- _____. (1964) *The Social System*. Nova York, The Free.
- _____. (1971) *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- PRADO JR., Caio. (1953) *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense.
- ROMERO, Sílvio. (1897) *Cantos populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Clássica de Alves.
- _____. (1888) *Ethnographia brasileira*. Rio de Janeiro, Liv. Clássica de Alves.
- _____. (1954) *Folclore brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- SANTOS JR., Jair dos. (2001) *As categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro: uma leitura de Os donos do poder*. Campinas, dissertação defendida no Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

- _____. (2004) “A musa e o pêndulo: as categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro” [s. n.] (texto previsto para publicação no segundo semestre de 2004).
- SCHWARTZMAN, Simon. (2003) “Atualidade de Raymundo Faoro”. *Dados*, Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 46, nº 2.
- SOUZA, Jessé. (2000) *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Ed. UnB.
- VIANNA, Luiz Werneck. (1999) “Weber e a interpretação do Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Cebrap, nº 53.
- WEBER, Max. (1944) *Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*. México, Fondo de Cultura Económica.
- _____. (2003) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira.

Raymundo Faoro: Brasil, política e liberdade

Rubens Goyatá Campante

Rubens Goyatá Campante é autor da dissertação de mestrado “Patrimonialismo e corporativismo na tradição brasileira: em torno de uma releitura de Raymundo Faoro e Oliveira Vianna” e doutorando em Ciências Humanas: Sociologia e Política (UFMG) com a tese “A recepção do conceito de patrimonialismo – As leituras weberianas do Brasil

Introdução

O cerne do pensamento de Raymundo Faoro é político. Mais que sociólogo ou historiador, Faoro foi, basicamente, um estudioso da política. E sua preocupação com a política não se limitava aos âmbitos descritivo e analítico; sua obra compreende, também, uma conotação normativa da relação política entre os homens, um olhar crítico sobre os valores políticos. *Os donos do poder*, seu livro fundamental, é um ensaio em que, através de uma estrutura narrativa histórica, é apresentada uma tese política sobre o Brasil, sobre os condicionamentos políticos que levaram à formação de um padrão de civilização marcado pela falta ou insuficiência de liberdade – tese que é mais “filosofia” que “ciência” política.

E a filosofia política que se coloca como o substrato da obra de Faoro é prenhe de um liberalismo que não se limita ao âmbito formal e muito menos ao chamado “liberismo” econômico – é um liberalismo que

expressa um comprometimento ético-filosófico com a ideia de liberdade, ou seja, de dignidade e de capacidade intrínseca de todo ser humano. A política deveria estar a serviço dessa ideia, desse comprometimento. O perturbador em Faoro é perceber que essa postura normativa generosa frutifica não só em exemplo e em pertinência como também em mal-entendidos analíticos e estratégicos, em força e fraqueza de sua teoria. A força é o referencial ético-normativo de uma filosofia política que analisa as questões políticas, econômicas e sociais da história brasileira sob a ótica de direitos intrínsecos e inalienáveis do homem; a fraqueza, uma visão essencialista, que absolutiza experiências históricas e que, incorporando as noções eurocêntricas de tradição e de modernidade, aposta tudo no conceito de patrimonialismo estamental tradicional para explicar nossa realidade, deixando de perceber algumas nuances e especificidades de nosso passado e presente.

Tal filosofia política liberal-clássica, jusnaturalista e iluminista, expressa uma visão de mundo que contrasta com a de seu principal inspirador formal, Max Weber, o qual tem uma relação bem mais tensa e ambígua com os fundamentos filosóficos da doutrina liberal. Liberal pleno, no sentido mais profundo da palavra e do conceito, Faoro influenciou tremendamente o pensamento brasileiro. Seu conceito de patrimonialismo, originalmente construído a partir do referencial weberiano, foi apropriado por forças e tendências sociopolíticas as mais diversas, e eventualmente antagônicas - talvez porque se estribe no entendimento, largamente difundido entre nós, de que o Brasil é uma formação social comparativamente atrasada, em relação aos países ocidentais centrais. A despeito da variedade das recepções de seu conceito de patrimonialismo, e das eventuais críticas que este receba, o crucial, em Faoro, é o fundamento ético-político de sua interpretação do Brasil, que o faz apontar a escassez de liberdade em nossa constituição.

Liberalismo filosófico e essencialismo: força e fraqueza de Faoro

Raymundo Faoro, no penúltimo capítulo de *Os donos do poder*, pondera, a respeito de Rui Barbosa, que, para boa parte dos intelectuais brasileiros, este passaria à história como representante de um liberalismo bovarista e desvinculado da realidade nacional e popular, mas que essa

interpretação esquecia a missão e o exemplo ordenadores e civilizadores que Rui teve na vida brasileira. Observação interessante, não apenas porque mitiga e relativiza certas críticas do próprio Faoro a Rui Barbosa, mas principalmente porque se pode fazer uma analogia entre o que ele considerou sobre o jurista e político baiano e aquilo que pode ser considerado sobre ele próprio. Apesar de certas críticas e reparos que sua obra merece, não se pode, nunca, esquecer a missão, o exemplo e o legado ordenadores e civilizadores de Faoro na vida brasileira.

Certas análises contemporâneas destacam o exemplo e a importância da obra de Faoro, mas de uma forma injusta: prevalece a tendência a separar “dois Faoros”, o teórico e o publicista. O primeiro teria, com seus livros, especialmente *Os donos do poder*, municiado um preconceito antiestatista e economicista do neoliberalismo brasileiro, teria insuflado uma unilateral e enganosa celebração dos interesses individuais como a fórmula para a reorganização, em bases liberais-individualistas, da sociedade brasileira – uma influência negativa, portanto, baseada em premissas e leituras equivocadas de nossa atualidade e de nosso passado. O Faoro publicista, porém – o presidente da OAB, o militante contra o regime de exceção, o articulista que comentava a política corrente em importantes semanários – teria combatido esses efeitos perversos de sua equivocada teoria. Nessa sua faceta, Faoro teria combatido a fraqueza substancial da democracia brasileira e as velhas e novas oligarquias encasteladas no poder durante e após a ditadura militar.

Tal separação não tem sentido. Os elementos democráticos e republicanos, a defesa intransigente dos direitos e garantias de todos os cidadãos brasileiros, estão presentes não apenas na faceta publicista de nosso autor, mas permeiam, pululam, as páginas de *Os donos do poder*, e de outros livros e escritos seus.

É certo que, para Faoro, a condição, incontornável, de remoção do arranjo de poder tradicional e antidemocrático no Brasil seria o pleno estabelecimento de um capitalismo moderno, calcado na livre ação dos agentes econômicos, assentado, por sua vez, em uma institucionalidade jurídico-administrativa que assegurasse a calculabilidade e a competição capitalista imunes às pressões e interesses do Estado e do estamento que o controla. Isso, porém, não faz dele um liberista, que defende e mira apenas uma suposta liberdade econômica ou que coloca tal tipo de liberdade como a condição crucial, temporal e

ontologicamente anterior ao estabelecimento das liberdades políticas, sociais e civis, para o início de um caminho virtuoso no Brasil.

Nada mais distante do pensamento de Faoro que esse “liberalismo”, cujas aspas são bem merecidas e que se concentra unilateralmente na defesa da propriedade privada e nas liberdades econômicas. Para nosso autor, o capitalismo e a modernidade autênticos pressupõem uma formação humana que seja, ao mesmo tempo, uma sociedade de mercado e uma sociedade de Estado – em sua teoria andam de mãos dadas o interesse econômico e a cidadania, e a última não deve esperar o primeiro se firmar para poder lançar suas bases.

Tarefa primordial de uma ordem liberal-democrática, para Faoro, seria justamente permitir que uma sociedade pudesse (não completamente, mas da melhor forma possível) organizar e administrar as diferenças que surgem em um sistema competitivo e capitalista. A sociedade pode fazê-lo, mas através das instituições de um Estado representativo. Segue-se, então, que a pura e simples “liberação” de interesses particulares, individualistas, sem a necessária institucionalidade liberal-democrática que lhe seria correspondente, é, nas condições brasileiras, não só insuficiente como deletéria à superação do patrimonialismo. As críticas reiteradas de Faoro à ordem político-econômica que se implantou no Brasil nos anos 1990 espelham fielmente essa sua postura. Defensor da sociedade civil, ele não a fazia coincidir com a mera predominância das esferas econômica e do interesse individual – uma verdadeira sociedade civil abrangeria também, indispensavelmente, a normatização legal e social das relações econômicas e materiais¹.

O liberalismo filosófico autêntico e íntegro de Faoro, inspirado na doutrina dos direitos do homem – pressuposto filosófico básico do liberalismo, como já afirmava Norberto Bobbio (1998), é que lhe permite

1. Ou seja, a sociedade civil é a expressão de que tanto o individualismo quanto o universalismo são essenciais e inter-relacionados nas sociedades modernas. Um entendimento que se afasta da pura dicotomia indivíduo/Estado, e se aproxima, neste sentido específico, da visão de Hegel sobre sociedade civil. Para Hegel, a sociedade civil, peça fundamental do Estado moderno, se constituiria tanto pelo princípio da economia de mercado, da pessoa concreta que se vê como um fim em si e que persegue seus interesses através de relações econômicas, quanto pelo princípio da universalidade, da regulação externa, a um passo da esfera estatal, de tais relações geradas pelas necessidades individuais. (HEGEL, 1991, p. 220). Segundo Norberto Bobbio, Marx estreitou o conceito de sociedade civil de Hegel, que compreendia não só a esfera econômica, mas também uma incipiente esfera estatal, situando a sociedade civil puramente no plano das relações econômicas, do domínio autônomo da propriedade privada e das relações de mercado, e fazendo com que a “Estado” se contrapusesse, simplesmente, “sociedade” (BOBBIO, 1997, p. 1206).

essa compreensão profunda dos modos pelos quais tais direitos têm sido desprezados, entre nós, e possui, portanto, uma exemplaridade e relevância profundas, especialmente numa conjuntura político-ideológica como a brasileira, carente tanto de compromissos firmes com a idéia de liberdade como uma demanda geral para os seres humanos quanto de assunção da importância da esfera política para se acercar de tal liberdade. No entanto, tal liberalismo, ao mesmo tempo, se alimenta de um essencialismo que considera a evolução histórica do Ocidente liberal como uma experiência civilizacional de validade universal – interpretação responsável por vários pontos cegos de sua teoria.

São dois os principais equívocos substantivos da análise de Faoro, ligados, em relação de causa e de efeito, à sua postura liberal-clássica e iluminista. Um é a interpretação e o emprego do conceito weberiano de patrimonialismo como sinônimo de centralização *ex facto* de poder político; o outro é o entendimento da experiência brasileira como uma ordem social plena ou predominantemente atrasada, tradicional e não-capitalista. Ambas interpretações têm como substrato e pressuposto intelectual a avaliação da experiência brasileira tendo como parâmetro fixo a evolução da Europa ocidental e da América do Norte.

Quanto à primeira questão², vale lembrar que o patrimonialismo, para Weber, é um tipo-ideal de estruturação do poder político baseado em critérios próprios de legitimidade e de fundamentação da dominação política. No caso da dominação patrimonial, tais critérios são a relação de *piiedade*³ entre dominantes e dominados, assim como a marca fortemente personalista de tal relação⁴.

2. Em CAMPANTE (2003) há uma exposição e defesa mais detalhada do argumento de que o patrimonialismo não deveria ser tomado como sinônimo de poder centralizado.

3. “Piedade” não no significado de pena, caridade, mas no de respeito filial pela pessoa do *pater*, respeito associado à reverência pelo religioso, pelo sagrado, pelo tradicional. Essa “piiedade” manifesta-se, segundo Weber, pelo sentimento de devoção puramente pessoal ao soberano que caracteriza o patrimonialismo, assim como o feudalismo. A diferença crucial de ambos em relação à dominação moderna é, portanto, o fundamento personalista do poder, ausente (de maneira tipificada) do arranjo de poder racional-legal-burocrático.

4. A dominação patrimonial costuma ser caracterizada, por Weber, como um subtipo da dominação tradicional, ao lado e distinto do feudalismo. Entretanto, o personalismo e a relação de piedade caracterizam tão fortemente a dominação patrimonial que Weber, em algumas passagens de *Economia e Sociedade*, chega a considerar o feudalismo como uma variante extrema, um “caso-limite” do próprio patrimonialismo – nesse caso, o patrimonialismo passa a ser tomado em sentido amplo, não mais um subtipo mas um sinônimo mesmo de dominação tradicional, recebendo o feudalismo a alcunha de “patrimonialismo estamental”. A razão disto é que, segundo Weber, apesar de possuir importantes características extrapatrimoniais, o feudalismo (ou patrimonialismo estamental) baseia-se, também, no pietismo, ou seja, na fundamentação personalista do poder.

Não é difícil inferir que, por conta do fundamento personalista e tradicionalista do poder patrimonial, as camadas politicamente dominantes desejam a centralização de poder, pois só assim os governantes têm controle pessoal sobre a administração. No entanto, nem sempre, historicamente, essa tendência centralizadora consoma-se em centralização de fato – especialmente porque os governantes patrimoniais, segundo Weber, sempre tiveram de enfrentar dois outros tipos de focos de poder, que contestavam e aparavam o seu: o poder dos próprios servidores patrimoniais, com seus recorrentes e inevitáveis impulsos centrífugos, e aquele dos potentados locais, geralmente senhores rurais, o qual, se não costuma transcender suas bases locais, oferece, nessas e a partir dessas, resistência a determinações e comandos de um poder central quando este lhe contraria interesses. Somem-se a esses fatores a ineficiência e a intermitência que Weber descortina na administração patrimonial, especialmente quando comparada à administração de modelo racional-legal, e temos que o patrimonialismo não é, sempre e necessariamente, sinônimo de poder político centralizado e estrangulador.

Houve descentralização na história brasileira, e não como momentos fugazes e tendências logo superadas, como Faoro concede, mas como uma parte integrante e fundamental do arranjo de poder político nacional, expresso não só em lutas e tensões entre forças centrípetas e centrífugas, mas também em *soluções de compromisso* entre governos centrais e grupos societários poderosos – tais soluções expressavam, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza relativas desses dois focos de poder.

Faoro, porém, prioriza o centralismo na tradição política brasileira. Sua recusa em admitir que o Estado nem sempre foi tão absoluto e sobranceiro em nossa formação vincula-se a outro equívoco substantivo básico: o de pensar o Brasil como uma sociedade marcadamente tradicional, pré-moderna, atrasada, não-capitalista. Talvez uma melhor interpretação sobre essa questão seja aquela que segue a linha, por exemplo, de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Esta autora, num livro clássico, *Homens livres na ordem escravocrata*, nega a ideia do Brasil tanto como uma sociedade estamental (atrasada) quanto de classes (moderna), a partir de seu estudo sobre a vida de um contingente populacional paulista rural não-escravo e não-proprietário no século XIX.

A razão para a negação do tradicionalismo: o critério básico de diferenciação social não era a honra, mas o dinheiro, numa sociedade em

que o latifúndio era determinado pela produção mercantil. A sociedade brasileira não era tradicional (estavam ausentes a estabilidade, o contratualismo subjetivo, a solidariedade vertical e a estereotipação e diferenciação sociais), era instável, aberta quanto ao recrutamento de elites e dirigentes, não-estereotipada, anticonvencional, e caracterizada por uma vulgarização cultural que diminuía a distância social entre ricos e pobres.

Nem por isso chegava a ter o traço moderno de uma sociedade de classes. A escravidão impedia não só os cativos, mas principalmente os homens livres e pobres de verem-se incluídos numa relação social e econômica propriamente capitalista, estavam eles agregados à parte tradicional, não-dinâmica, não-mercantil daquela economia – a parte dinâmica e mercantil era justamente a produção escravista. A agricultura mercantil escravista, que os fazia existir, não lhes conferia utilidade social qualquer e atava-os ao *poder pessoal* do latifundiário. Este, entretanto, premido pelo caráter comercial e externamente pautado e dependente de seu empreendimento, não raro descurava de compromissos éticos de proteção tacitamente assumidos, jogando os desfavorecidos num mundo instável de anomia e violência sem expressão social.

É um universo intrinsecamente contraditório e ambíguo o descrito por Franco. De um lado, a predominância de elementos impessoais da produção mercantil, de outro, a produção direta de meios de vida e o poder privado. Apesar de distintas, porém, as duas práticas econômicas e sociais, produção direta de meios de vida e produção de mercadorias, estão, na história brasileira, simbioticamente ligadas – são, como ela resume, constitutivas uma da outra. Atraso e modernidade mutuamente se alimentando, mas ao mesmo tempo impedindo que a sociedade possa ser nitidamente caracterizada como “atrasada” ou “moderna”⁵.

5. Talvez valesse a pena questionarmos, portanto, até que ponto os conceitos e a significação de “moderno” e “atrasado” têm instrumentalidade efetiva na análise histórico-sociológica do Brasil. “Moderno” costuma ser usado para se denotar uma sociedade estratificada em moldes classistas e/ou uma sociedade cuja base da dominação política é impessoal. Já “atrasado” denota uma sociedade estamental e/ou uma sociedade cuja dominação é tradicional/personalista. Tais parâmetros dizem respeito à Europa. Franco elenca uma série de parâmetros que, no esquema conceitual eurocêntrico, pertinente ao desenvolvimento histórico do Velho Mundo, são indicativos de modernidade ou de atraso, e constata que o Brasil não se encaixa em nenhum dos pólos da dicotomia. Outros autores têm percepções semelhantes, e alguns costumam, a partir daí, recorrer à ideia de “hibridismo” para dar conta de nossas peculiaridades. É um recurso, no meu entender, pobre. O conceito de híbrido permite dizer-se quase tudo e, ao final, quase nada a respeito de uma sociedade ou de qualquer objeto. Se o uso de determinados parâmetros para se postar um objeto

Em uma sociedade do molde da brasileira, portanto, justamente por não se tratar, ontem ou hoje, de uma sociedade caracteristicamente tradicional (em sentido europeu), o papel que o Estado e o mercado exerceram no Ocidente central, de se colocarem em tensão e, a longo termo, de superarem uma ordem pré-moderna, pode, aqui, até existir, mas não de maneira tão marcante quanto neste Ocidente. No Brasil, Estado e mercado operam ambigualmente: solapam, mas também se acomodam e até instigam uma ordem – não diria tradicional ou pré-moderna mas – “não-moderna”. Universalismo de procedimentos, justificação impessoal da dominação sociopolítica, administração racional-burocrática, economia monetarizada, todos esses elementos que se costuma relacionar a um padrão moderno de sociedade, não veiculam, necessariamente, democracia/igualitarismo e nem autoritarismo/desigualdade. Maior ou menor conteúdo republicano e democrático em uma sociedade não é função da presença ou ausência de Estado/mercado ou de arranjo de poder impessoal ou personalista, mas do modo como as lutas e divisões de poder entre homens inscritos nas contingências da história de cada lugar, com seus interesses materiais e ideais, encaminham a instituição e operacionalidade do Estado/mercado e/ou da justificação pessoal ou impessoal da dominação. É de se duvidar que haja uma espécie de “lei socioantropológica” ligando, eterna e invariavelmente, a mitigação do autoritarismo ao estabelecimento da dominação impessoal e/ou do Estado e do mercado.

O Brasil, ao longo dos séculos, tem oferecido aos brasileiros uma conjuntura histórica de país reflexivo, enganchado, desde antes de ser dado à luz, ao mercantilismo e capitalismo internacionais. Poderia ser qualificado como país capitalista, mas seria, com certeza, um capitalismo *sui generis*, periférico e heterônomo, como diria Florestan Fernandes, que não é e nunca foi o mesmo dos países capitalistas centrais, entre outras coisas por não penetrar completamente todas as formas de vida social e por conviver com padrões sociais não-capitalistas. E nessa estruturação histórica o Estado, o mercado e a impessoalidade são, para a parcela desamparada da população,

interpretado dentro de *alguma* classificação conceitual permite postar esse objeto, ao mesmo tempo, em *qualquer* e em *nenhuma* classificação (como o “hibridismo” o faz) é sinal de que não deve haver muita adequação entre parâmetros e objeto.

instituições basicamente frias e hostis. Já as formas de vida personalistas/particularistas, arcaicas do ponto de vista capitalista, em que a frieza e a impessoalidade de Estado e mercado não imperam, se elas são, por um lado, vetores de humilhação e hierarquismo, são também, muitas vezes, as únicas opções que essa população desamparada tem ao alcance para superar um pouco a dureza aguda e cotidiana da vida.

O resultado de uma conjuntura social que combina, de um lado, a crescente força, inevitabilidade e indiferença de relações monetárias e de padrões técnico/organizativos, e, de outro lado, o personalismo, o arbítrio e a cultura do favor, é uma justificação e um arranjo particularista do poder, mas não tradicional em sentido pleno (leia-se: europeu). Justificação naturalística, bruta, fatalista e pragmática do poder, do arbítrio particular. Não é patrimonialismo nos termos de Faoro (autonomia e centralização estatal/estamental/burocrática), nem nos de Weber (personalismo traduzido no tradicionalismo, no respeito filial pela autoridade, pelo atávico e sagrado – nada mais distante de uma população dinâmica, irrequieta, refratária à história e ao passado, como a brasileira). Mas também não creio que seja, como pretende Jessé Souza, por exemplo, uma dominação impessoal, racional-legal, em termos weberianos, principalmente porque os critérios sociais de aferição do valor e de ranqueamento das pessoas não são apenas universalistas/impessoais mas, em boa medida, particularistas⁶.

A justificação ética do liberalismo em Weber e em Faoro

A estes dois problemas substantivos fundamentais soma-se outra particularidade de Faoro, desta vez no método de interpretação. Neste caso não importa, como nas questões anteriores, qualificar ou não tal particularidade como “equivoco”. O crucial é que a postura de Faoro marca um contraste claro entre ele e seu principal inspirador,

6. Em CAMPANTE (2003), embora se reconheça o valor e a pertinência de boa parte da teoria de Jessé Souza, há um desenvolvimento mais detalhado deste argumento, que contesta postulação deste, de que o Brasil já está, há muito, inscrito numa dominação sócio/política de cunho moderno – não obstante, ressalte ele, isso apenas aumente e torne mais dissimulada a dominação social.

Max Weber⁷, e que esse contraste liga-se à relação diferente que os dois têm com os fundamentos e a justificação filosófica do liberalismo clássico – Faoro aceita-os plenamente, Weber não.

A referida particularidade metodológica manifesta-se na distância que a interpretação histórico-política veiculada por Faoro guarda da estratégia weberiana de conhecimento social através do recurso ao tipo-ideal. Aparentemente, os conceitos fundamentais de Faoro, como patrimonialismo estamental e capitalismo politicamente orientado, são modelos típico-ideais. Mas Faoro não assume, hora alguma, o caráter condicional e relativo da interpretação típico-ideal, que Weber fazia tanta questão de salientar.

Há um pressuposto filosófico que perpassa toda a obra de Weber, já expresso por Kant: o de que a realidade social é sempre mais complexa e profunda que a apreensão que se possa fazer dela. O recurso à construção de tipos-ideais é uma tática de conhecimento para que as ciências sociais contornem essa eterna dificuldade⁸. Os conceitos devem ser claros, definidos, rigorosamente distintos entre si, justamente porque a realidade não o é. Assim, o conhecimento social deve ser balizado pela interpretação social – interpretação estribada em hipóteses, as quais, por sua vez, estão calcadas em escolhas valorativas e apriorísticas. A interpretação sociológica típico-ideal, portanto, é fundada, em última instância, em definições um tanto quanto arbitrárias de valor, e é uma

7. Não se pretende, de forma alguma, julgar Faoro tendo uma suposta (e controversa, inclusive) ortodoxia weberiana como parâmetro. Faoro tinha plena consciência (e afirmou, mais de uma vez) de que, apesar da inegável influência de Weber, sua teoria seguia caminhos próprios. É patente sua inspiração em outros autores, como Hegel, cujo pensamento, lembre-se, está basicamente em oposição ao de Weber. No livro *Existe um pensamento político brasileiro?* (FAORO, 1994), por exemplo, tons hegelianos permeiam todo o livro – até o final, em que Faoro, explicitamente, incorpora a ideia hegeliana de História como movimento evolutivo da humanidade, que realiza potencialidades desde sempre inscritas nas entidades.

8. E é um procedimento usado, segundo Weber, por todos os que produzem e produziram bom e válido conhecimento social – mesmo que não reflitam, explicitamente, que estejam produzindo “tipos-ideais”. Não importa a nomenclatura da metodologia, historiadores, economistas, sociólogos, constantemente constroem seus conceitos, segundo Weber, através de tipificações. Assim, Weber jamais advogou haver “inventado” o tipo-ideal, nem mesmo o enriquecido ou desenvolvido – apenas achava que era necessário sublinhar e explicitar esse aspecto dos conceitos nas ciências humanas. A necessidade surgia como precaução contra tendências científicas, que segundo ele, trabalhavam os conceitos sociais de modo monista e naturalista e encaixavam a imensa e multifária realidade social no “leito de Procusto” de conceitos cognitivos, fazendo com que a realidade tivesse de se adaptar ao conceito e não o inverso, como deveria ser.

generalização, de caráter a-histórico, que tem como objetivo reter, do imenso caudal da vida, o essencial, e desprezar o acessório. Por isso, tal interpretação é sintética, depurativa e esquemática. E, para Weber, *condicional e relativa*, pois se fundamenta em escolhas de valores, e não há, em seu entender, no mundo moderno e desencantado, parâmetros transcendentais e universais para se resolver conflitos de valores.

Faoro não incorpora esse estado de espírito antideterminista da metodologia weberiana, não advoga, para sua interpretação, qualquer caráter condicional ou provisório – ele não comunga da visão desencantada de Weber sobre a razão, típica da modernidade européia pós-iluminista, especialmente na Alemanha.

Para Weber, apesar de a razão ser um dos alicerces do mundo moderno, ela, nesse mundo, é cada vez mais *técnica de vida*, que não dá resposta a problemas existenciais, que não tem sentido último. Nada disso está presente em Faoro, um liberal clássico, iluminista. Em sua postura não há desconfiança na razão e nem dissociação desta com um compromisso ético/emotivo com a vida. É um pensador essencialista, sim, que parte daquilo que Weber chamaria de uma “cosmovisão”, mas justamente isso se traduz em um liberalismo no qual há possibilidade de uma ética com conteúdo moral universal.

Já Weber não aceita alguns postulados filosóficos básicos do liberalismo político clássico. Se dele preza certos valores fundantes, como o pluralismo, o antidogmatismo, a autonomia e capacidade individuais, afasta, porém, expressões e conceitos jusnaturalistas como “vontade do povo” e “direitos humanos” e não se sente à vontade com outra característica normativa basilar da filosofia liberal clássica: a da fecundidade e importância do antagonismo na vida humana. A noção de que “o antagonismo é fecundo” é, segundo Norberto Bobbio (1998), uma contestação de fundo ético do liberalismo original ao paternalismo das concepções orgânicas e tradicionais de vida. Tal noção, propalada por homens como Humboldt, Kant e Smith, prevê que a contraposição de opiniões e interesses é salutar “desde que desenvolvida ([...] no debate das ideias para a busca da verdade, na competição econômica para o alcance do maior bem-estar social, na luta política para a seleção dos melhores governantes” (BOBBIO, 1998, p. 28).

A questão é que Weber não acredita que o debate das ideias conduza a uma “verdade”, que a competição econômica traga, sempre,

bem-estar social, e que a luta política selecione, invariavelmente, os melhores. Isso porque a irredutibilidade dos valores humanos e a impossibilidade de critérios últimos, exteriores à pugna intervalorativa, e universalmente aceitos para uma decisão sobre a qualidade intrínseca desses valores, torna quase impossível, especialmente na sociedade moderna e desencantada, um consenso sobre o que seja fundamentalmente bom, justo ou verdadeiro – as questões de valor são decididas, então, pela luta e pela lei do mais forte, ou seja, *não são* decididas. A diversidade humana tem, assim, para Weber, um sentido intrinsecamente ambíguo: positivo, na medida em que estimula a autonomia e o florescimento individual, e trágico, na medida em que condena os homens a uma luta eterna, que não é resolvida da maneira “civilizada” e consensual que os liberais clássicos ingenuamente supuseram.

Dessa maneira, o tema da importância do florescimento e autonomia individuais em Weber seria fruto mais de um *ethos* aristocrático que propriamente liberal, um *ethos* influenciado pelo neo-humanismo idealista alemão, com sua ideia-valor de *bildung*, ou seja, de autocultivo interior, que pressupunha uma formação educacional e cultural clássica, abrangente, universalista, que legava a seus portadores um sentimento de distinção que ultrapassava o mero e vulgar elitismo material, classista, dos que se diziam melhores porque mais ricos – a distinção proporcionada pela tradição clássico-idealista alemã era mais sutil e refinada que o elitismo puramente burguês, era um elitismo existencial, nietzscheano, mas, por isso mesmo, muito mais arraigado e profundo. No texto “O estado-nação e a economia política” ele critica a ingenuidade de uma concepção “vulgar” de economia política que se acha preparada para ministrar “receitas de felicidade universal” ao encontrar soluções para garantir e aumentar o bem-estar material das pessoas. A economia política deveria estar preocupada, assim como outras ferramentas de ação e conhecimento social, não com a paz e o bem-estar entre as pessoas, mas com a *qualidade* dos seres humanos em si.

“A questão que nos instiga ao pensarmos além de nossa própria geração não é o *bem-estar* que os seres humanos venham a desfrutar [...] mas o tipo de pessoas que eles serão [...] queremos fomentar não o simples bem-estar das pessoas, mas sim aquelas características que pensamos

constituir a grandeza humana e a nobreza de nossa natureza. (WEBER, *in* LASSMAN, 1994, p. 15, tradução minha).

Tal discurso não é propriamente um exemplo de utilitarismo liberal. Faoro está muito distante disso, a valorização da autonomia individual, nele, é fruto de um *ethos* autêntica e originalmente liberal-burguês, e, assim, não há temor quanto à diversidade humana, nem desconfiança quanto à razão, nem dissociação entre esta e o aprimoramento ético. Esse *ethos* liberal puro-sangue, porém, é responsável, como já dito acima, pela generalização indevida, como parâmetro, da experiência dos países centrais⁹.

Apesar dessa diferença básica, Faoro se aproxima de Weber no foco analítico elitista, na ausência de consideração da dinâmica do setor popular em si. Vários autores já salientaram que a sociologia política de Weber é, primordialmente, uma sociologia da liderança – o que se estuda, basicamente, são as tensões entre grupos e instituições potencialmente ou de fato dirigentes. Faoro, muito embora destile uma crítica em tons de ira profética à elite brasileira e denuncie o garroteamento do princípio ocidental-iluminista da soberania popular por tal elite, paga, estranhamente, tributo a esse foco elitista de Weber. As camadas desprivilegiadas da população brasileira são vistas por Faoro de maneira indiferenciada, como uma espécie de massa inerte, mero receptáculo permanente dos influxos e do agulhão da elite estamental. O povo brasileiro, para Faoro, é, em adjetivos seus, colhidos ao longo de suas obras: desvalido, supersticioso, castrado, sebastianista, resignado, incapaz, parasitário, abúlico.

Talvez, inclusive, fosse essa a principal contradição de Faoro, *em termos de seu próprio pensamento*: o contraste entre uma postu-

9. Em outras palavras, se é plausível e defensável desejar-se o *resultado* da trajetória histórica europeia ocidental e norte-americana, não é factível desejar-se a trajetória, em si. Pois não estava “escrito nas estrelas” que tal trajetória culminaria no Estado de Direito e na composição patrício-plebéia (como diz Faoro) de sociedade – o processo histórico que tornou o Ocidente moderno e democrático foi *um* processo histórico, singular e irreplicável, que poderia ter tido vários outros desfechos. Portanto, pode-se, é claro, comparar a experiência histórica brasileira à desse Ocidente moderno e democrático, pois há, em ambas, malgrado diferenças expressivas, traços e heranças comuns, além de trocas e influências significativas. Mas não se deve *julgar* essa nossa experiência pelo padrão dos países centrais. Se nossa sociedade vier a se tornar mais democrática e inclusiva será enfrentando suas próprias pautas, que não são exatamente aquelas com as quais o Atlântico Norte se deparou.

ra democrática no plano normativo e uma postura elitista no plano analítico-descritivo, muito mais que uma suposta contradição entre liberação da esfera econômica capitalista, de um lado, e estabelecimento da cidadania, de outro, contradição que para ele, pelo menos, nunca existiu. E talvez seja, também, este contraste, uma das causas do matiz sombrio e desesperançado de sua obra: como neutralizar politicamente a sobrançeria dessa elite autoritária com o povo mergulhado na indigência mental e material?

De qualquer forma, mesmo com tal foco analítico-descritivo elitista, à maneira de Weber, será à maneira de Rousseau que Faoro irá fundamentar o poder político na extensão, no espraiamento, e não na contenção e exclusão – o poder político é tão mais legítimo quanto mais pessoas o possuam, um modelo baseado no consentimento e na participação. Nesse entendimento, o que a exclusão e a concentração social de poder veiculam não é bem um poder político legítimo, está mais para a força bruta e liberticida. Esta é a grande, certa e reiterada mensagem de Faoro: a permanência secular, entre nós, de um padrão oligárquico e ilegítimo de poder político.

Costuma-se acusá-lo de haver proposto uma análise falsa e até absurda da civilização brasileira como expressão de uma imutabilidade histórica quase absoluta – preso a seu fechado esquema interpretativo patrimonial estamental, Faoro teria os olhos simplesmente blindados à percepção do quanto houve de mudança substancial no país ao longo de sua história. Há que se distinguir, aqui, conservadorismo e imobilismo. Faoro advoga o primeiro, não o segundo, em sua tese política sobre o Brasil. É absolutamente equivocada a ideia de que ele não admite efetivas mudanças econômicas, sociais, culturais ao longo da história brasileira¹⁰ – a questão é que, como os fundamentos do poder político continuam estreitos e seletivos, tais mudanças podem, eventualmente, até ameaçar, mas nunca, pelo menos até o presente,

10. Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho: "A incolumidade do contexto de poder, congelado estruturalmente, não significa que ele impeça a mudança social [...] a permanência da estrutura exige o movimento, a incorporação contínua de contribuições de fora, adquiridas intelectualmente ou no contato com civilizações desenvolvidas. Favorece a mudança, aliás, a separação de uma camada minoritária da sociedade, sensível às influências externas e internas [...] ao receber o impacto de novas forças sociais, a categoria estamental as amacia, domestica, embotando-lhe a agressividade transformadora, para incorpora-las a valores próprios, muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível com o esquema de domínio". (FAORO, 1998:745)

conseguiram modificar a estrutura política de domínio, que se traduz num padrão oligárquico e autoritário de civilização. O desafio de adaptação às mudanças faz com que esse padrão seja reiterado sob diferentes formas, mas fundado sobre a mesma substância política.

Como toda interpretação política em grandes linhas calcada em uma filosofia política, a obra de Faoro não pode se furtar a generalizações, com todos os prós e contras, e defesas e ataques que estas carregam e suscitam. A generalização de Faoro para a sociedade brasileira é justamente essa ordem patrimonial, tão açambarcadora e influente, em termos políticos, que nada menos que uma outra ordem, autenticamente liberal, pode efetivamente superá-la. Essa ordem patrimonial traduz-se não só na apropriação, mas na compressão do poder político por parte de uma camada dirigente (tornando esse poder um recurso escasso e, por isso, valioso e dificilmente alienável), o que contribui para o fato de o valor da liberdade ter sido, constantemente, algo rarefeito na vida nacional.

As recepções de Weber no Brasil, sob a influência faoriana

Talvez devido à percepção e à reação a esse déficit de liberdade, como prática e como valor, na sociedade brasileira, a pertinência e a repercussão do pensamento de Faoro foram de tal magnitude que tiveram duas consequências cruciais: primeiramente, direcionaram, em boa medida, a recepção da obra de Weber no Brasil no sentido em que o tema da dominação patrimonial, acessório no imenso conjunto da obra weberiana, ganhou, aqui, uma importância que jamais teve em outro país – com exceção, talvez, do México.

A segunda consequência da repercussão das ideias de Faoro, e de sua interpretação da sociedade brasileira, é que ela tem inspirado um importante debate na conjuntura político-ideológica atual sobre o que é, como se manifesta e quem representa uma suposta tradição patrimonialista em nosso país.

Tal debate está ligado a uma clivagem político-ideológica na vida pública brasileira que separa, de um lado, os setores ligados ao pensamento antiestatista, defensores do paradigma do mercado e da reestruturação da vida nacional em torno da excelência da atitude do indivíduo que persegue seus interesses particulares em

uma sociedade competitiva e formalmente normatizada; e, de outro, os setores mais próximos aos movimentos sociais mais ou menos organizados, defensores do aprofundamento do caráter social e substantivo de nossa democracia e dos valores da solidariedade e do igualitarismo.

Ambos os setores partem de um entendimento, mais ou menos conceitual, sobre o fato de a sociedade brasileira ser marcada pelo poder tradicionalista-patrimonial (mesmo que se admitam nessa sociedade características modernas também), e sobre o fato de esse tipo de arranjo sociopolítico ser uma das causas principais de nossas mazelas. No entanto, o dissenso instala-se quando esses setores buscam especificar o que é, como se manifesta e quem representa a supostamente deletéria tradição patrimonial brasileira.

Assim, por exemplo, temos, no plano do pensamento solidarista/igualitário, uma pensadora como Marilena Chaui a considerar que um dos determinantes principais do caráter autoritário de nossa sociedade é o patrimonialismo, reflexo histórico de uma sociedade senhorial e privatista, que não distingue o público do privado (CHAUÍ, 2000). Na mesma linha, o professor Fernando Haddad, egresso de uma formação marxista, afirma haver um sentido de continuidade entre o patrimonialismo arcaico e ibérico sedimentado na história brasileira e o procedimentalmente moderno “condomínio” costurado no governo de Fernando Henrique Cardoso: a continuidade da privatização elitista do Estado (HADDAD, 1999).

De outro lado, temos Luiz Carlos Bresser Pereira costurando teoricamente uma proposta de reforma do Estado que traz a administração patrimonialista como excrescência a ser superada por uma administração de cunho gerencial e moderno, a partir do momento em que o capitalismo e a democracia se tornem dominantes e o mercado e a sociedade civil se dissociem do Estado (PEREIRA, 1998). No prefácio a este livro organizado por Bresser Pereira, Fernando Henrique Cardoso avalia a necessidade premente de se reformar um Estado carcomido pelo patrimonialismo iniciado na era Vargas e tonificado no regime militar para que se possa combater os “donos do poder” no Brasil, e considera, “modestamente”, que seu governo aplicou corretamente as terapias do equilíbrio do orçamento público e da reforma do Estado para combater tal herança nefasta.

Quanto à recepção da teoria patrimonialista de Faoro pelo núcleo que defende o paradigma do mercado e de uma sociedade competitiva formada pelo somatório de indivíduos a perseguir seus interesses específicos, trata-se de um pensamento predisposto a apresentar afinidades intelectuais a certas colocações e pressupostos de Faoro referentes: a) à crítica ao providencialismo paternalista e caprichoso do Estado patrimonial brasileiro, que se apresenta como um promotor do bem-estar social, mas que seria, na verdade, vetor de autoritarismo, interessado, sempre, na menoridade cívica da população, b) à conexão inarredável entre a modernidade capitalista e uma administração pública e um sistema jurídico estritamente técnicos, especializados, não informados por parâmetros ético-subjetivos, que estimulem, assim, a previsibilidade e a objetividade institucionais, e, c) à inexorabilidade, no mundo moderno, da “libertação” das esferas econômica e social de critérios político-estatais que só expressariam o particularismo e o reforço às oligarquias pré ou anticapitalistas – a sociedade deveria ser estruturada sobre a maior liberdade econômica possível dos indivíduos, limitada apenas pela institucionalidade jurídico-formal.

Já quanto à recepção de Faoro pelo pensamento de inspiração igualitarista no Brasil, talvez se possa salientar, de modo mais imediato, como uma atração exercida por sua teoria, a possibilidade de se extrair dela uma crítica firme ao autoritarismo, ao clientelismo, à dominação senhorial e hierárquica, assim como à corrupção e ao privatismo (não só materiais, éticos inclusive) de um mal-definido sujeito histórico conhecido como as “elites brasileiras”, privatismo que se manifesta na apropriação do Estado e da *res publica*¹¹.

11. À primeira vista, portanto, parece que essa crítica, ao se dirigir mais em direção às “elites atrasadas” que privatizam e instrumentalizam o Estado, alivia o Estado em si, ou seja, não haveria o antiestatismo exacerbado do outro paradigma de recepção. No entanto, uma parte desse pensamento, ao recepcionar o tema do patrimonialismo e conectá-lo com o da importância da defesa da sociedade civil acaba estimulando o mesmo antiestatismo das concepções liberais-conservadoras, ou seja, ao colocar a sociedade civil como o *locus* privilegiado da mudança democrática, esses grupos acabam por imaginar (em oposição ao pensamento de Faoro, é importante registrar) que a relação Estado/sociedade civil é um jogo excludente, no qual o aumento de uma instância acarreta, necessariamente, a diminuição de outra. Longe de negar a importância do desenvolvimento de uma verdadeira sociedade civil, no sentido em que este é um grande vetor de cidadania, há que se frisar que o estabelecimento dessa sociedade civil passa, necessariamente, pelo vetor comunitário de um Estado democrático e vice-versa.

Poder-se-ia ligar a existência dessa clivagem, que se manifesta nas diferentes ênfases na recepção do conceito de patrimonialismo, e que divide o pensamento sociopolítico (ao menos pretensamente) moderno no Brasil, à teoria de Ralf Dahrendorf sobre a natureza e as origens do que ele chama de “conflito social moderno” – este é o título do livro em que Dahrendorf discorre sobre o que considera a grande questão político-filosófica do atual estágio da civilização ocidental. Tal conflito exprime, para ele, a batalha entre dois paradigmas fundamentais da modernidade ocidental, o paradigma político da expansão da cidadania e o paradigma econômico da acumulação burguesa. Embora tais paradigmas tenham se manifestado intimamente relacionados e em uma mesma época, ambos ganharam, com o tempo e as circunstâncias, autonomia relativa. São como “gêmeos”, garante Dahrendorf: bastante semelhantes, porém substancialmente distintos, e mesmo opostos, contingencialmente.

O paradigma político da cidadania – a cidade dos cidadãos, como ele agostinianamente denomina – está conectado à noção de “prerrogativas”. Tal noção Dahrendorf emprestou da explicação conceitual de Amartya Sen para os processos de grandes fomes coletivas: a causa de tais catástrofes não seria propriamente a falta aguda de alimentos, mas uma deficiência aguda no modo de acesso socialmente legitimado a eles. As prerrogativas seriam esse modo de acesso social a bens. O alargamento das prerrogativas a uma base social mais ampla é a principal bandeira dos atores sociopolíticos que compõem a cidade dos cidadãos. Distribuição é a preocupação básica.

Já o paradigma econômico da acumulação de riqueza – a cidade dos burgueses – expressa-se pela noção de “provimentos”, que denota a organização social destinada a aumentar a disponibilidade de bens e serviços numa determinada sociedade. O foco, aqui, é na expansão. Expansão da riqueza material, mas não só dela, principalmente da estrutura (social, econômica, política, cultural) que permite a organização da vida moderna.

Assim, o chamado “pensamento solidarista e igualitarista” no Brasil teria uma afinidade estreita com a noção da “cidade dos cidadãos”, de Dahrendorf, que se preocupa essencialmente com as prerrogativas, quer dizer, com a demanda pelo aumento, para o maior número possível de cidadãos brasileiros, dos chamados “direitos

sociais”. E o “núcleo do paradigma do mercado e da sociedade competitiva individualista” teria afinidade com a noção de “cidade dos burgueses”, centrada na questão dos provimentos – da acumulação, do lucro, da economia de mercado e das instâncias organizativo-estruturais da sociedade brasileira. Ambas as “cidades”, no Brasil, postulam para si a qualidade de portadoras da verdadeira solução para as mazelas nacionais – e, ao abraçarem a teoria faoriana do patrimonialismo e do atraso nacional como as características básicas de nossa sociedade, tendem a identificá-los com o *modus operandi* da cidade oposta.

Dahrendorf, porém, adverte que, se há um grau de autonomia entre as esferas dos provimentos e das prerrogativas, as relações entre ambas não deveriam ser excludentes nem expressar um desequilíbrio acentuado a favor de qualquer uma. Para ele, o contraste de provimentos sem prerrogativas e prerrogativas sem provimentos constitui mesmo um paradoxo. O Brasil, em sua história, tem experimentado tal paradoxo: uma assimetria acentuada entre a enorme expansão dos provimentos, e o passo lento e vacilante da expansão das prerrogativas.

Neste ponto, vale a pena levantar uma questão, importante por si própria, mas também por permitir frisar a relevância e o exemplo de Faoro, tanto como publicista quanto como teórico, mencionados no início. Trata-se do fato de que, ao longo da história brasileira, tentou-se (de forma sincera ou não, pouco importa) alcançar a modernidade considerada exemplar dos países centrais através da expansão prévia do padrão organizativo do Estado-nação e do mercado capitalista, sendo a expansão da cidadania, das prerrogativas, uma promessa, explícita ou não, para depois que a primeira dinâmica se completasse ou atingisse um ponto suficiente.

Assim, as demandas por aumento de prerrogativas populares tem-se feito esperar. Desde muito tempo, nenhum político ou homem público brasileiro deixa de expressar inconformismo ou no mínimo preocupação com a miséria, o analfabetismo, a desigualdade social etc. Entretanto, antes de combatê-los diretamente, há sempre pré-condições e providências inarredáveis. É preciso sempre alguma ação no plano organizativo (econômico, político, administrativo) da sociedade. É preciso desenvolvimento econômico, reformas políticas, administrativas, ações imprescindíveis, “medidas duras”, muitas vezes impopulares,

tudo isso para que se criem as condições de se atacar frontalmente a disparidade no acesso aos bens produzidos pela sociedade¹².

De forma alguma se está a afirmar que *todas* as pautas de ação no plano organizativo, da expansão do Estado e do mercado sejam, em si, pouco importantes e dispensáveis, ou que a expansão das prerrogativas seja antitética ou desvinculada à dos provimentos. É claro que, sob diversos aspectos, a cidadania beneficia-se do desenvolvimento econômico e/ou da organização estatal, e vice-versa. Mas há um limite, justamente devido à autonomia que ambas as instâncias possuem.

A questão é que a forma pela qual o desenvolvimento econômico e/ou a organização estatal têm sido, geralmente, implementados no Brasil costuma colocá-los como pré-condição – e, muitas vezes, na prática, como barreiras – à expansão da cidadania. Haveria, então, algo de cinismo e manipulação na atitude de se querer modernizar e democratizar o país apenas através da expansão dos provimentos, pré-condicionando a das prerrogativas, na medida em que essa expansão traduz-se nos processos de desenvolvimento econômico/tecnológico capitalista e de modernização/aparelhamento do Estado e que tais

12. A razão para isso só poderia ser encontrada em nossa história. Uma hipótese plausível, apenas aventada aqui, seria conectar o surgimento do paradigma da cidadania à questão da formação do Estado-nação. Segundo Charles Tilly, (1996) os modernos Estados nacionais não surgiram, na Europa, de uma hora para outra, mas se desenvolveram, lentamente, como uma espécie de resultado não-planejado e não plenamente controlado de uma dinâmica complexa que combinava a acumulação de capital e de meios de guerra e coerção nas mãos de capitalistas e de príncipes e camadas dirigentes. A questão das prerrogativas, da cidadania, brotou, na história europeia, nesse amplo contexto de mudança de padrão de civilização, em que foram surgindo os Estados nacionais, cujos governos foram tendo acesso cada vez maior aos cidadãos e seus recursos. Falando de forma típica e generalizada, surgiram, como contrapartida a essa penetração crescente da instância estatal-governamental na vida das pessoas, tensões, violências e resistências multiplicadas, num primeiro momento, e, posteriormente, negociações e criação de direitos e compensações para os cidadãos – a cidadania, o individualismo, os direitos subjetivos, a proteção social, inscrevem-se aí. No Brasil, o Estado nacional não surgiu dessa forma gradual e relativamente espontânea, mas foi parido, por necessidade premente. Na interpretação de Florestan Fernandes, as elites brasileiras, após a Independência, viram-se com a tarefa inarredável de criar um Estado nacional e de negociar com o resto do mundo. Nesse processo, a filosofia liberal – esteio de ambos os paradigmas de Dahrendorf – não surge, como na Europa, de uma base social mais ampla, e ligada à defesa da liberdade individual, mas é importada, pela elite, como gramática e instrumento de organização e expansão do Estado nacional e de manutenção do *status quo* econômico. Organização, expansão e economia, lembre-se, são ideias-força do paradigma dos provimentos. Entre nós, a filosofia liberal insufla direta e generalizadamente esse último paradigma – e só indireta e parcialmente (no âmbito da alta sociedade) embasa o paradigma da cidadania.

processos beneficiam muito mais as parcelas organizadas e afluentes da sociedade brasileira que o restante da população. Mas há também uma boa dose de erro, digamos, “não-intencional”. Principalmente da parte de grupos e pessoas que têm um comprometimento sincero com o reclamo pela diminuição dos privilégios em nosso país – em linguagem de Dahrendorf, pela expansão social das prerrogativas.

Esse erro tem raiz em uma grande tradição intelectual do Ocidente: a de apreensão do fenômeno social e de sua dinâmica através, primordialmente, do olhar econômico. Tal modo de apreensão tende a se concentrar nas questões da organização e da disponibilização de bens e serviços. A questão dos direitos de acesso socialmente estabelecidos a esses bens e serviços organizados e disponibilizados é relativamente secundária. Dahrendorf afirma que a análise econômica,

“quase que por definição (...) se concentra no lado dos provimentos. São feitas grandes reivindicações por aumentos nos provimentos, nas rendas, no nível de vida e na seguridade social. Quem negaria que o longo milagre econômico desde a Revolução Industrial alterou a cena social? Mas as estruturas sociais subjacentes são quase que ansiosamente mantidas constantes, como se toda a abordagem de economia fosse desabar se elas mudassem”. (DAHRENDORF, 1992, p. 56/57).

Essa, segundo Dahrendorf, é uma fraqueza que compromete a análise de todos aqueles (nomeiem-se de esquerda ou de direita) que pensam que a economia é a chave da explicação social.

Uma parcela significativa do pensamento que se diz preocupado com a questão social no Brasil continua a pensar a estrutura social basicamente através da ótica econômica. E essa ótica costuma veicular, salvo algumas exceções, além de uma concentração na questão dos provimentos, uma postura técnico-formal de análise e de ação macroeconômica que não se coaduna muito bem com o componente ético-substantivo que compõe a postura de defesa da equalização das prerrogativas – pode até *partir* desse componente ético-substantivo, mas a ênfase no aspecto técnico-formal da ação é tanta que o componente ético-substantivo se perde no meio do caminho.

O sociólogo Francisco de Oliveira, por exemplo, ao analisar, com certo pessimismo, os caminhos do governo do PT no Brasil, apon-

ta justamente para as questões levantadas acima, de que os problemas brasileiros ultrapassam as raias técnicas da gestão econômica:

“Nesses anos todos, a avaliação do que ocorreu [no governo de Fernando Henrique Cardoso] foi muito superficial. Nós fomos sendo levados [...] a pensar que era uma questão de má gestão da política econômica e que uma boa gestão econômica [...] consertaria as coisas [...] O PT está na ilusão, pois nós dissemos isso durante oito anos, de que a questão do Brasil era uma boa gestão de política econômica. É algo mais que isso, muito mais que isso. (OLIVEIRA, 2003)

Ou seja, Francisco de Oliveira está dizendo, à sua maneira, que a questão não é somente de provimentos.

Dahrendorf afirma que a questão fundamental no mundo moderno ainda são as barreiras de privilégio, que a cidade dos cidadãos, com seu foco nas prerrogativas, ainda tem um longo caminho pela frente. No Brasil, isso é mais agudo ainda. E barreiras de privilégios, ou se as tem ou não, não há “meias barreiras”. Portanto, “se o necessário [...] é menos privilégio, nada que esteja aquém de uma mudança social profunda poderá adiantar” (DAHRENDORF, 1992: 26).

E tais mudanças devem ocorrer por um movimento autônomo de pressão da parte do campo das prerrogativas, sem descuidar dos provimentos, mas sem esperar-lhes o sinal verde. Francisco de Oliveira, na mesma entrevista citada, afirma, que no atual governo do PT,

“A gestão do social não pode ser tal como está sendo pensada [contemporizada com a manutenção da política macroeconômica anterior]. Quando se refaz a história do Estado de Bem-Estar Social, o que se encontra é que ele transformou o trabalho em custo. E, para superar esse custo, o capital teve que dar a volta por cima, através da produtividade do trabalho. Se o social não é imposto como um custo, isto é funcionalização da pobreza. É só assim: o [salário] mínimo é tanto e acabou – agora nos viremos para fazer com que isso seja pago, seja financiável.” (OLIVEIRA, 2003)

E aqui se recupera a extrema pertinência de uma filosofia política como a de Faoro, na medida em que ela combate frontalmente as

posturas estritamente técnico-economicistas que tanto mal causam, aqui e alhures. Apesar de certos problemas de sua análise, Faoro tocou no ponto nevrálgico ao apontar, malgrado as mudanças, a manutenção histórica, entre nós, de um padrão oligárquico e liberticida de poder político, que desclassifica as questões da cidadania e da distribuição, ou as coloca condicionadas e em banho-maria. Seu grande horizonte normativo é a neutralização desse padrão oligárquico de poder, para que se substitua, no Brasil, um sistema político que configura as elites dirigentes num molde fechado e autoritário por um outro que as conforme em uma feição democrática e aberta, e se reconciliem, assim, Estado e nação, povo e elite. Pois bem, só a *luta política* é capaz, para Faoro, de assegurar este horizonte – luta material, mas também cultural e normativa.

É por isso que apenas um entendimento parcial e equivocado da obra e do legado de Faoro, que os julga a partir de um tipo particular de recepção que teve e de influência que gerou, pode até-los inequivocamente ao paradigma político-ideológico prevalecente no Brasil nos últimos anos, paradigma marcado pelo domínio da “cidade dos burgueses”, pela desqualificação prática da agenda normativa – política e social. A quem queira combater esse paradigma, é útil prestar atenção às advertências de Faoro e usar o princípio ativo ético-político de sua obra em doses diárias e constantes, prevenindo-se apenas de alguns efeitos colaterais, alertados aqui.

Bibliografia

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (1997). *Dicionário de Política*. 9ª. ed. Brasília, Ed. UnB.
- BOBBIO, Norberto. (1998) *Liberalismo e democracia*. São Paulo, Brasiliense.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. (2003) “O patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, v. 46, n° 1, p. 153-193.
- CHAUI, Marilena. (2000) *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- DAHRENDORF, Ralf. (1992) *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.

- ELIAS, Norbert. (1994) *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.
- FAORO, Raymundo. (1993) “A aventura liberal numa ordem patrimonialista”. *Revista USP*, São Paulo, nº 17, p. 14-29.
- _____. (1994) *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Ática.
- _____. (1998) *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Globo, 13ª ed.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. (1976) *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed. São Paulo, Ática,
- HADDAD, Fernando. (1999) “Patrimonialismo e democracia”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 ago., p. 3.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1991). *Elements of the philosophy of right*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LASSMAN, Peter e SPEIRS, Ronald. (1994) *Weber: Political Writings*. Cambridge, Cambridge University Press.
- OLIVEIRA, Francisco de. (2003) “É preciso manter o estado de rebeldia”. *Reportagem*, São Paulo, nº 41, p. 17-22.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e SPINK, Peter Kevin. (orgs.) (1998) *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- SOUZA, Jessé. (2000) *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora UnB.
- TILLY, Charles. (1996) *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo, Edusp.
- WEBER, Max. (1988) *Ensayos sobre sociología de la religión*. Madrid, Taurus.
- _____. (1992) *Economía y sociedad*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina.

Para além de Raymundo Faoro?

Jessé Souza

Professor titular de sociologia na Universidade Federal de Juiz de Fora e autor de *A construção social da subcidadania* (Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006).

O título da mesa (“Raymundo Faoro e interpretação weberiana do Brasil”) permite ter Raymundo Faoro como referência e ao mesmo tempo ir além dele, a partir da referência mais geral à interpretação weberiana do Brasil. Pretendo fazer uso desta liberdade tentando caracterizar o que me parece digno de crítica na empresa faoriana e, ao mesmo tempo, tentando explicitar de que modo esta mesma tradição pode ser usada de modo ainda mais frutífero para o esclarecimento de nossas especificidades sociais. Não vou aqui me ater ao homem e à figura pública de Faoro, estímulo e exemplo para todos nós – como eu, à época adolescente, mas que guardo ainda hoje uma vívida lembrança de sua luta e de sua coragem – que pudemos acompanhar sua trajetória como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em épocas difíceis e escuras. Nem vou também fazer a sua *laudatio* intelectual, que outras pessoas presentes a este seminário podem e certamente farão melhor do que eu.

Gostaria de me dedicar a fazer hoje o que aprendi a encarar, especialmente a partir de minha parcial socialização intelectual na Alemanha, como a melhor forma de se homenagear um intelectual: exercer uma crítica sincera e desapaixonada de sua obra procurando relevar o que, tanto em suas virtudes como em seus defeitos, pode nos ajudar no desafio contínuo de interpretação e autointerpretação da realidade. A realidade para Faoro era o Brasil. Desse modo, meu objetivo será, na primeira parte do texto, fazer a crítica da concepção de sociedade brasileira que está implícita em sua obra máxima, *Os donos do poder* (FAORO, 1984), e ao mesmo tempo inquirir acerca da impressionante influência, para muito além da discussão meramente acadêmica e intelectual, desta obra singular. Na segunda parte deste texto tentarei desenvolver algumas ideias que me parecem frutíferas para uma compreensão alternativa – em relação à proposta de Faoro – do que caracteriza nossa singularidade social.

Patrimonialismo e pseudocrítica social

O conceito central do livro, de clara inspiração weberiana, é a noção de “estamento patrimonial”. Aqui não nos interessa a questão bizantina da maior ou menor fidelidade de Faoro à matriz weberiana. Não se pode nem se deve julgar o desempenho de um pensador pela propriedade e fidelidade conceitual, mas sim, ao contrário, pelas novas questões e problemáticas abertas pelo seu uso pessoal e, portanto, sempre desviante, do códex. Ademais porque o que interessa a Faoro não é a questão weberiana da determinação das precondições que permitiram o surgimento do capitalismo de modo espontâneo na Europa e nos Estados Unidos, mas sim a questão pós-weberiana da expansão do racionalismo ocidental para o globo.

Minha crítica, portanto, tão esquemática quanto possível, resumindo argumentos que expus em detalhe alhures (SOUZA, 2000, p. 168 e 182), se aterá ao uso pessoal de Faoro da tese do patrimonialismo. É o seu uso por Faoro que não me parece convincente. A partir dela, Faoro imagina poder resolver de uma só tacada todos os complexos problemas envolvidos a partir da ideia de transplantação cultural e institucional. Gostaria de me ater primeiramente à crítica de sua tese histórica. Neste particular, Faoro imagina que exista uma

continuidade por extensão entre Brasil e Portugal que faz que aqui imperem as mesmas vicissitudes sociais da metrópole. Daí advém a ideia de um controle próximo da metrópole, que atravessaria com seu olho vigilante e inquisidor tanto os sertões como as praias, segundo suas próprias palavras (FAORO, 1984, p. 115), passando ao largo da tese, com boas razões dominante entre nós, da autarquia da grande propriedade rural, tanto material como simbólica, precisamente pela carência de recursos do pequeno reino. Ele passa ao largo também da decisiva importância da escravidão, a instituição mais importante do Brasil colonial, que não desempenha qualquer papel importante para todo seu argumento da especificidade brasileira.

Em segundo lugar, no âmbito de suas generalizações sociológicas, o patrimonialismo acaba se tornando, de forma implícita, um equivalente funcional para a mera intervenção estatal. No decorrer do livro o conceito de patrimonialismo perde crescentemente qualquer vínculo concreto passando a ser substitutivo da mera noção de intervenção do Estado, seja quando este é furiosamente tributário e dilapidador, por ocasião da exploração das minas, seja quando o mesmo é benignamente interventor, quando dom João cria as precondições para o desenvolvimento do comércio e da economia monetária, quadruplicando a receita estatal e introduzindo inúmeras melhorias públicas.

A resposta para a refração de olhos tão seletivos, explica-se, creio eu, a partir do pressuposto de toda a análise faoriana, mais ainda pelo pressuposto implícito de toda a sociologia do patrimonialismo brasileira. Esse pressuposto é a crença liberal clássica de que a ação estatal acarreta, invariavelmente, o amortecimento das forças vitais de uma sociedade. O que leva Faoro a perceber em políticas tão diversas apenas o novo disfarce do velho mal (“vinho novo em odres velhos”) é o fato de que, para ele, a predominância do Estado como estimulador e condutor da vida social é um mal em si e acarreta o desaparecimento, ou evita o aparecimento, de formas autônomas de organização social. A tese do patrimonialismo reveste e pressupõe, como um dado necessário, essa verdade primeira e mais essencial.

Sabemos, no entanto, que foram condições especialíssimas que propiciaram aos Estados Unidos um desenvolvimento social em moldes tais que evitaram tanto a presença de formas de dominação tradicionais como uma presença forte do Estado no começo da organização social

daquele país. Em todos os outros exemplos históricos de desenvolvimento capitalista o Estado foi e é uma realidade fundamental. A tese do patrimonialismo hipostasia o caso mais excepcional de desenvolvimento capitalista e democrático que se conhece em regra geral, e culpa e explica o atraso brasileiro pela simples presença do Estado. Na medida em que políticas estatais distintas são apenas “vinhos novos em odres velhos”, mero disfarce do velho mal, a definição do mal em si só pode ser a presença estatal como tal.

O corolário dessa ideia é a crença numa “excepcionalidade” no sentido norte-americano dentro do nosso próprio país: o suposto desenvolvimento alternativo do estado de São Paulo. Numa linha que vai de Sérgio Buarque de Holanda até Raymundo Faoro e deste a Simon Schwartzman e boa parte da ciência política e da sociologia brasileira, podemos perceber o desenvolvimento da ideia da excepcionalidade paulista e a defesa de uma “paulistização” do Brasil como uma espécie de “programa político” dos teóricos do patrimonialismo. A paulistização do Brasil, que corresponderia, nas palavras literais de Faoro, à vitória do Norte sobre o Sul nos Estados Unidos (FAORO, 1984, p. 712), ou seja, na ianquização do país, se baseia na prestidigitação teórica, já denunciada por Vianna Moog no seu livro clássico (MOOG, 1973, p. 227), de transformar o bandeirante no seu contrário: o sedentário pioneiro capitalista da Nova Inglaterra. Em todos esses autores temos a ideia básica de um Brasil alternativo na antiga capitania de São Vicente, desenvolvido em meio ao relativo esquecimento e desinteresse da coroa portuguesa, e que, precisamente por conta disso, pode desenvolver um padrão “americano” de socialização. A vinda de imigrantes europeus não-portugueses para o Estado em grande número a partir da segunda metade do século XIX só veio a corroborar e consolidar a ideia original. Ao hipostasiamento do desenvolvimento excepcional americano em referência e regra geral, segue-se ao *hipostasiamento geográfico* de um espaço mítico, que poderia ter exercido a mesma influência e levado nosso desenvolvimento no rumo *certo* (FAORO, 1984, p. 712).

Mas se toda a construção teórica faoriana é frágil, como podemos esclarecer sua enorme influência teórica e política? Como podemos compreender o fato de que o estamos homenageando aqui e agora não apenas por sua magistral figura de homem público, mas, antes

de tudo, pelo impacto impressionante de sua obra máxima: *Os donos do poder?* Minha explicação para isso é que esta obra se presta como um dos pilares para o imaginário social do brasileiro, autocompreensão esta ainda hegemônica, seja na dimensão da reflexão metódica e acadêmica, seja na dimensão do senso comum compartilhado por todos nós na vida cotidiana.

Além de Faoro, que foi o grande sistematizador desta concepção de mundo na esfera institucional e política, os outros grandes nomes que mais contribuíram para sua transformação tanto em ideologia de Estado como em uma espécie de religião civil dos brasileiros foram Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Essa concepção do mundo articula as noções ambíguas do personalismo e do emocionalismo do brasileiro, usando-as tanto no sentido positivo da singularidade de nossa cultura e de nossa predisposição para o encontro cultural, como no sentido negativo, de uma cultura particularista, do privilégio e da troca de favores. Nos dois casos, o estatuto da nossa pré-modernidade seria o dado principal, seja na versão apologética, seja na versão pseudocrítica. Faoro deve o impacto e a repercussão de sua obra máxima ao fato de ter dado consistência e credibilidade à *versão institucionalizada desse mito nacional*.

O estamento burocrático seria uma espécie de cristalização institucional da tese do personalismo e do emocionalismo, com seu particularismo e sua atávica cultura do privilégio. Mais ainda, a construção faoriana permite também identificar um objeto concreto e um “culpado”, externo a todos nós que não pertencemos ao tal estamento, contra o qual podemos projetar todo nosso ressentimento e ódio irrefletido acerca de todas as mazelas sociais que nos afligem, cujas causas reais desconhecemos. Como diria Weber, qualquer “sentido” é melhor que a ausência de sentido. Politicamente, a construção faoriana permite uma válvula de escape ao narcisismo primitivo de todos nós, que se inclina a ver culpa e erro apenas nos outros. Desse modo, permite a todos que não participam do suposto estamento dominante, supor um “nós”, que seríamos por definição “inocentes”, contraposto a um “eles”, que são percebidos como únicos culpados, externalizando assim culpa e responsabilidade social pela manutenção de privilégios e desigualdades iníquas. A simetria com a atitude de senso comum – a qual, precisamente por não compreender o funcionamento dos meca-

nismos institucionais e impessoais da dinâmica capitalista moderna, reduz a complexidade social a um jogo de intencionalidades subjetivas e à consequente atribuição de “culpas”, como “o Brasil não vai para frente por que tem um bando de ladrões roubando em Brasília” – se acopla perfeitamente com a elaboração faoriana.

Minha tese é, portanto, que a enorme influência de *Os donos do poder* se deve ao fato de retrabalhar os preconceitos e as ilusões objetivas da nossa atitude no senso comum. Ele oferece a versão erudita daquele imaginário social dominante que já povoa nossas práticas cotidianas. Mais ainda. Como esta versão erudita pode ser associada à tradição crítica, por ter sido relançada em meio à ditadura militar e ser associada ao perfil imaculado da *persona pública* do autor, o livro passa a usufruir o *status* de libelo crítico contra todas as nossas iniquidades e mazelas sociais. A meu ver, nada mais enganoso. Aos meus olhos é precisamente a dominância continuada do paradigma personalista e patrimonialista como interpretação hegemônica sobre nossa realidade que nos cega em relação a nossos verdadeiros desafios, tanto da prática acadêmica como da prática política. Em relação à prática acadêmica, o anacronismo dessas interpretações que associam personalismo e patrimonialismo e que construíram nosso imaginário social dominante não poderia ser mais evidente.

Ela é anacrônica por imaginar um contexto pré-moderno de personalismo e patrimonialismo num país que, apesar de singularmente desigual e injusto, é também singularmente complexo e dinâmico. É precisamente esta complexidade social e este dinamismo socioeconômico que não podem, pelas próprias escolhas categoriais subjetivistas deste paradigma, ser sequer tematizados pelo ponto de partida teórico da tese do personalismo/patrimonialismo. Tomemos um exemplo do próprio Faoro. Para ele, a predominância do estamento acarreta como sua principal consequência “a tibieza da atividade econômica” consonante com seu credo de liberal clássico. Ora, isso é dito de uma sociedade que entre 1930 e 1980 teve ano após ano as maiores taxas de crescimento econômico de todo o planeta. De que tibieza se fala aqui?

A questão central para mim é outra. Dada a evidente inadequação da explicação do Brasil que o supõe pré-moderno e patrimonial, como continuamos a interpretar nossa realidade a partir dessas cate-

gorias flagrantemente anacrônicas e insuficientes? Minha resposta é: porque não temos ainda, infelizmente, nada melhor como explicação alternativa. De acordo com a antropologia filosófica weberiana, o homem é tão dependente de sentido que qualquer doação de sentido, mesmo a interpretação mais anacrônica e parcial, é preferível à ausência dele. É esta ausência de explicações adequadas que nos faz, agora falando politicamente – ou melhor, falando da influência das interpretações intelectuais sobre a política prática –, presa de concepções que esperam da economia aquilo que a economia nunca deu nem pode dar por si só: diminuição da desigualdade e da marginalização social que nos assola atualmente.

Ora, na fase de crescimento econômico vertiginoso nunca houve diminuição expressiva dos quocientes de desigualdade¹. Por que agora seria diferente? A revolução antipatrimonialista, que era o núcleo do programa do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e de sua reforma do Estado, já foi feita na sua essência. Ela certamente produziu melhorias tópicas na eficiência do aparelho do Estado. Mas ela não tocou de forma decisiva na nossa verdadeira e principal questão política e social, que sempre foi – e é – a da desigualdade abissal e sua consequente marginalização. A explicação e a pseudocrítica patrimonialista de nossa mazelas não nos permitem avançar um palmo no desafio de perceber a especificidade de nossos problemas sociais e políticos.

A meu ver estamos numa encruzilhada da nossa história teórica e política, e o binômio se explica pelo fato de que não existem projetos políticos novos sem interpretações teóricas inovadoras. A meu ver uma alternativa teórica ao beco sem saída do paradigma do personalismo/patrimonialismo tem que articular precisamente complexidade e dinamismo social com naturalização da desigualdade e da marginalidade. É necessário mostrar que é precisamente a eficácia das instituições modernas entre nós que permite o tipo de naturalização da desigualdade que nos domina de forma opaca e sutil, como só acontece em sociedades complexas e dinâmicas, ainda que periféricas. É esta

1. A incorporação de setores antes excluídos, especialmente das camadas urbanas, pelo esforço modernizador, jamais foi amplo o bastante para eliminar as sequelas de um sistema que, ao mesmo tempo, desqualificava uma “ralé imprestável”, no sentido sóbrio de “sem uso para o mercado competitivo”, de proporções assustadoras entre sociedades complexas centrais ou periféricas.

modernização peculiar que tem que ser percebida como tal, para que não nos tornemos presa de explicações que interpretem o Brasil – como acho que acontece no paradigma personalista/patrimonialista – como se o país fosse ainda uma fazendinha do século XIX.

Articulando complexidade social e naturalização da desigualdade

O imaginário social dominante no Brasil articula não apenas a tese do patrimonialismo, que discutimos acima na sua versão faoriana dominante, mas também a noção irmã siamesa de personalismo. O patrimonialismo seria uma espécie de cristalização institucional do personalismo percebido como a forma dominante entre nós de relações intersubjetivas. O personalismo pressupõe que o “brasileiro” é um tipo social homogêneo, como no “homem cordial” de Sérgio Buarque, possuindo as mesmas características, quase sempre associadas à emocionalidade, à troca de favores, ao “jeitinho”, independentemente de sua classe ou pertencimento social.

Gilberto Freyre, se não foi o iniciador, dado que muito antes dele essa construção simbólica já vinha se constituindo e ganhando contornos mais ou menos claros, foi certamente o grande formulador da “versão definitiva” desse imaginário social que se torna “doutrina de Estado”, passando a ser ensinada nas escolas e disseminada nas mais diversas formas de propaganda estatal e privada a partir de 1930. Segundo Freyre, nossa singularidade passa a ser a propensão para o encontro cultural, para a síntese das diferenças, para a unidade na multiplicidade. É por isso que somos únicos e especiais no mundo. Devemos, portanto, ter orgulho e não vergonha de sermos “mestiços”, funcionando o tipo físico como um referente de igualdade social e de um tipo peculiar de “democracia”, só nossa.

Uma maior afinidade com a doutrina corporativa avessa à diferença que passa a imperar, a partir de 1930, em substituição ao liberalismo anterior, é difícil de ser imaginada. Ela hoje faz parte de nossa identidade tanto individual como coletiva. Todos nós “gostamos” de nos ver desta forma, a ideologia adquire um aspecto emocional insensível à ponderação racional, e tem-se raiva e ódio de quem problematize essa verdade tão agradável aos nossos ouvi-

dos. A influência dessa ideia sobre a forma como o país se vê e se percebe é impressionante.

A partir da influência de Freyre, essa concepção tem uma história de glória. Por meio do conceito de “plasticidade”, importado diretamente de Freyre, ela passa a ser central em todo o argumento do *homem cordial* de Sérgio Buarque de Holanda, noção por sua vez central na concepção tanto do personalismo como do patrimonialismo, como representando a singularidade valorativa e institucional da formação social brasileira. Com isso, Sérgio Buarque se transforma no criador da autointerpretação dominante dos brasileiros no século xx. Para meus interesses aqui, convém relevar a ideia do *homem cordial* reproduzindo a essencialização e indiferenciação característica da ideia de hibridismo e de singularidade cultural como uma unidade substancializada. O *homem cordial* é definido como o brasileiro de todas as classes, uma forma específica de ser gente humana, que tem sua vertente tanto intersubjetiva, na noção de personalismo, quanto uma dimensão institucional, na noção de patrimonialismo. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Raymundo Faoro e, na sua versão “modernizada”, Roberto Damatta, talvez os pensadores brasileiros mais importantes do século xx sob qualquer critério objetivo, são os arautos intelectuais desse imaginário que logrou conquistar nossos corações e mentes².

No contexto de arregimentação para o grande esforço modernizador iniciado por Getúlio Vargas em 1930, esse “imaginário social”, ainda que ambíguo e discutível desde o início, tinha algum vínculo com necessidades reais. Num país que de 1930 a 1980 logrou se transformar de uma das mais pobres sociedades do planeta na oitava economia mundial graças a uma taxa de crescimento econômico anual médio de 7% nesses 50 anos, essa ideologia apagadora das diferenças certamente exerceu um papel nada desprezível.

Ao inverso das possibilidades, percebidas antes por todos como certas, de um país de futuro brilhante, cujo progresso econômico terminaria por abarcar mesmo as camadas mais miseráveis excluídas das benesses do progresso, otimismo este que marca mesmo os estudos clássicos mais críticos do século xx, como os de Florestan Fernandes e Sérgio Buarque, temos, agora, depois do contexto de

2. Para uma crítica em detalhe de cada um desses pensadores ver Souza (2000, p. 159 e 203).

estagnação econômica que se impõe a partir da década de 1980, um outro contexto e um outro sentimento. Para toda uma nova geração de jovens intelectuais brasileiros não existe mais país do futuro, mas sim um país com um passado de exclusão e preconceito que se evidencia cotidianamente cada vez mais em sua face mais violenta e desagregadora. Essa realidade clama por ser compreendida segundo categorias e questões novas.

Apesar da enorme desigualdade social que marca a sociedade brasileira, a concepção dominante dos brasileiros acerca de si mesmos, tanto na dimensão do senso comum, como na perspectiva da reflexão metódica, ainda pressupõe uma homogeneidade de visões e concepções de mundo entre as diversas classes sociais. Um testemunho eloquente dessa afirmação é a concepção de mundo personalista, talvez nossa ideologia mais importante e mais eficaz, que supõe um único quadro valorativo de referência para todas as classes sociais.

A partir de visões de mundo como esta existem figuras singulares como “o brasileiro”, o qual seria emotivo, estabelecendo vínculos sociais a partir de preferências particularistas e privilégios. De cima para baixo na hierarquia social as pessoas seriam mais ou menos bem aquinhoadas pela fortuna, mas sua concepção de mundo, ou seu *racionalismo* específico, para usar Max Weber – vale dizer, a forma específica como elas vivenciam o mundo, a si mesmas e aos outros seres humanos –, seria basicamente a mesma. O personalismo seria, em certa medida, o “cimento” mesmo que permitiria a solidariedade hierárquica, compondo a ligadura desse tipo específico de formação social, sendo transmitido da elite à base da estratificação social.

Se entendermos o personalismo como uma concepção abrangente que incluiria, portanto, a consideração necessária de conceitos complementares como o patrimonialismo, como vimos, uma virtualidade do personalismo que logra institucionalizar-se, e o iberismo, a suposição de um caráter nacional herdado dos portugueses, temos talvez a autorrepresentação dominante do brasileiro, seja na vida cotidiana, na mídia, na prática institucional e política, seja na dimensão da reflexão sistemática. Minha tese é que essa identidade é ilusória e extremamente nociva ao esforço de uma compreensão adequada dos graves problemas práticos de desagregação social que afetam crescentemente a sociedade brasileira.

Como a crítica social no Brasil ao longo de todo o século xx privilegiou a abordagem baseada na concepção de mundo do personalismo/patrimonialismo, inclusive na sua dimensão prático/política, a superação do subdesenvolvimento, da pobreza e do atraso relativo do país sempre foi percebida como um combate às formas patrimonialistas de exercício do poder político, com seu corolário de corrupção generalizada na gestão dos negócios públicos, como vimos em Faoro, ou como necessidade de industrialização para superação da tibiaza da competitividade capitalista no mercado. O abismo não só material, mas também valorativo e simbólico, que separa os extratos privilegiados dos marginalizados não lograva, nos limites desse tipo de crítica social, alcançar o *status* analítico de problema central a ser explicado e combatido.

No limiar do século xxi, ainda que o país tenha percorrido no último século mudanças estruturais expressivas tanto em sua base econômica como no que diz respeito às suas instituições políticas, o grau da desigualdade social teima em permanecer em padrões quase inalterados. Se a expansão significativa e o extraordinário crescimento econômico brasileiro no século passado não lograram diminuir o abismo social e cultural entre as classes alta e média de um lado e as camadas populares de outro, talvez estejamos lidando com problemas que ultrapassam a mera expansão do mercado e dado estoque de engenharia institucional no terreno político. Parece, na realidade, que estamos nos defrontando com variáveis culturais, morais e políticas sobre as quais temos pouco ou nenhum conhecimento.

No quadro da explicação e percepção dominantes, tudo acontece como se esses indivíduos essencialmente semelhantes apenas diferissem na renda que ganham e que o progresso econômico seria, portanto, o “Deus *ex-machina*” ao qual caberia resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania. Existe entre nós uma crença “fetichista” no progresso econômico, que faz esperar da expansão do mercado a resolução de todos os nossos problemas sociais. O fato de que o Brasil tenha sido o país de maior crescimento econômico do globo entre 1930 e 1980 sem que as taxas de desigualdade, marginalização e subcidadania jamais fossem alteradas radicalmente, ainda que tenha incluído setores urbanos expressivos, deveria ser um indicativo mais do que evidente do engano dessa pressuposição. Isto, no entanto, não aconteceu e não acontece ainda hoje.

A construção de um paradigma teórico alternativo que permita tematizar as esferas de aprendizado coletivo que não se reduzem ao fetichismo da economia ou ao tema da mera reengenharia institucional tem que partir do tema fundamental da singularidade do processo de modernização em sociedades periféricas como a brasileira. Max Weber, no final do seu estudo acerca da religião da Índia, avança uma intuição, a qual me parece fundamental para o tema deste trabalho. Ao analisar o caso do desenvolvimento do capitalismo no Japão, por comparação com o caso hindu, Weber salienta que a expansão do capitalismo ou do racionalismo ocidental, como ele preferia, para a periferia dá-se tanto mais profundamente quanto mais o modelo assume a forma da exportação das instituições fundamentais do Ocidente, como mercado competitivo e Estado centralizado, sob a forma de “artefatos prontos” (WEBER, 1999, p. 250-251).

Assumirei como pressuposto, sem demonstrar explicitamente, como fiz em detalhe em *A construção social da subcidadania* (SOUZA, 2003), que a modernização brasileira, como a japonesa, se dá de “fora para dentro”, precisamente pela importação de instituições como mercado e Estado como “artefatos prontos” no sentido weberiano. Esta concepção é antagônica à versão ainda dominante entre nós do personalismo e do patrimonialismo, que partem do pressuposto de uma modernização endógena de “dentro para fora”, com São Paulo desempenhando o papel de uma espécie de “nova Inglaterra tropical”, como se vê exemplarmente em Faoro, que se contraporia ao resto do país autoritário e corrupto.

Se estou correto, então a questão passa a ser identificar que concepção de mundo é esta, importada a partir da exportação das instituições fundamentais do mundo moderno para a periferia. Isto significa que toda uma cultura e a concepção de mundo contingente estão associadas à lógica institucional do capitalismo moderno. Perceber este aspecto central é superar o tipo de essencialismo culturalista, também ainda dominante entre nós, que desvincula “cultura” da eficácia institucional – como em Faoro a continuidade com Portugal com instituições fundamentais tão diversas (descentralização política, escravidão generalizada e Igreja frágil) no contexto brasileiro – que é a única instância que pode explicar de que modo cultura e valores podem influenciar o comportamento humano. Perceber a relação

entre cultura e eficácia institucional é, ainda, não se deixar cegar por uma sociologia, também dominante, que assume como pressuposto indiscutido o discurso que estas instituições fazem de si mesmas, ou seja, como se fossem configurações comandadas por critérios neutros de eficiência técnica a partir de critérios igualitários e meritocráticos. É esta concepção, dominante mas incorreta, que permite pensar instituições como o mercado capitalista como um espaço neutro com relação a valores que se contrapõe à “cultura” com “c” minúsculo, ou seja, percebida apenas como “manifestações culturais” ou orientações subjetivas, quase sempre conscientes, à ação.

Para se avançar neste tema fundamental, há que se recuperar o sentido de busca de significados opacos implícita na discussão marxista da ideologia espontânea do capitalismo, para além do que o próprio Marx foi capaz de perceber. Desse modo, passa a ser fundamental recapitular a noção ocidental hegemônica de virtude para a quase totalidade dos pensadores modernos e contemporâneos: controle da razão sobre emoções e pulsões irracionais, interiorização progressiva de todas as fontes de moralidade e significado e entronização concomitante das virtudes do autocontrole, autorresponsabilidade, vontade livre e descontextualizada e liberdade concebida como autorremodelação em relação a fins heterônomos. É precisamente esta noção historicamente construída, altamente improvável e culturalmente contingente de personalidade e de condução da vida, que se constitui na Europa entre os séculos XVII e XVIII, que passa a ser o núcleo duro da hierarquia valorativa incrustada de forma opaca e intransparente no funcionamento destas instituições fundamentais. Essa hierarquia moral opaca é a verdadeira “Cultura” com “C” maiúsculo, na medida em que decide sobre o valor diferencial relativo de classes e indivíduos no contexto das sociedades modernas. Em outras palavras e weberianamente, o protestantismo ascético, que constrói essa noção contingente e única de agência humana, passa a ter agora como suporte secular a lógica impessoal de mercado e Estado que reproduz, por meio de estímulos empíricos como dinheiro e coerção legal, o mesmo tipo de indivíduo que antes a fê produzia.

É esta concepção de ser humano e economia emocional peculiar à cultura européia, que, portanto, nada tem a ver com olhos azuis ou cabelos loiros, e que pode ter como suporte material mulatos ou

negros, que irá se transformar na concepção dominante do valor diferencial entre seres humanos e grupos sociais inteiros e separar e unir por vínculos de solidariedade e preconceito pessoas e grupos sociais em superiores e inferiores, segundo critérios que passam a dever sua objetividade incontestável ao fato de estarem inscritos na lógica opaca e intransparente de funcionamento de Estado e mercado. Às gerações que nascem já sob a égide das práticas disciplinarizadoras consolidadas institucionalmente, esse modelo contingente de hierarquizar os seres humanos assume a forma naturalizada de uma realidade autoevidente que dispensa justificação. Responder aos imperativos empíricos de Estado e mercado passa a ser tão óbvio quanto respirar ou andar³.

Mas se quisermos ir além das aparências, devemos suspeitar do discurso legitimador que essas instituições fazem sobre si mesmas, ou seja, como vimos acima, como se as mesmas fossem estruturas objetivas e neutras que expressam princípios meritocráticos e igualitários. Afinal, será a noção de disciplina e controle do corpo e de suas emoções e necessidades que passará a diferenciar imperceptivelmente classes sociais, gêneros, etnias etc. Não só a luta entre classes e frações de classe vai ser decidida por essa oposição entre a alma ou razão – como *locus* das virtudes das classes dominantes – e o corpo – como *locus* das virtudes dominadas e ambíguas das classes inferiores –, exemplarmente perceptíveis na oposição entre o trabalho intelectual e o manual, mas também todas as outras hierarquias que pressupõem superioridade e inferioridade ou noção de melhor ou pior, como a oposição homem/mulher e branco/negro, na medida em que tanto a mulher como o negro são percebidos como repositários das virtudes ambíguas da corporalidade, da afetividade e da sensualidade por oposição às virtudes não ambíguas do intelecto e da moralidade. É o mecanismo de opacidade e de naturalização da inferioridade que faz parecer à própria vítima do preconceito, seja ele de classe, gênero ou cor, que seu fracasso é pessoal, merecido e justificável.

É a “ideologia do desempenho” (KRECKEL, 1992) implícita na economia emocional baseada na disciplina do corpo e no trabalho útil e produtivo que será, portanto, a base secreta de todo o mecanismo

3. Minha principal referência teórica nesta crítica do “naturalismo”, ou seja, da negação das virtualidades morais e culturais tanto das práticas institucionais como das sociais no mundo moderno, foi a obra de Charles Taylor. Ver Souza (2003, p. 19 e 90).

que classifica indivíduos e classes em superior e inferior, em cidadão e subcidadão, e, no limite, em gente e não-gente. Em sociedades como as da Europa ocidental, em que foi possível políticas dirigidas de homogeneização social, ou seja, tentativas bem-sucedidas de generalização da economia emocional burguesa a que aludimos acima (controle do corpo pelo espírito, o que permite a noção de autorresponsabilidade), também para as classes baixas (as leis dos pobres na Inglaterra, os grandes despertares religiosos nos Estados Unidos etc.), foi também possível a expansão da noção de cidadania para além da simples letra legal morta. O contrário é observável em sociedades em que este esforço de homogeneização jamais ocorreu, como no Brasil, por exemplo. A economia não faz nem jamais fará este trabalho sozinha.

Isto significa que a cidadania e o reconhecimento social têm a ver com efetiva homogeneização da economia emocional que caracteriza o indivíduo produtivo no capitalismo, e que este é um processo coletivo de aprendizado cultural e político. Foram esforços dirigidos tanto de cima para baixo como de baixo para cima por intermédio das lutas operárias, que lograram constituir um consenso pré-reflexivo nas sociedades avançadas, continuamente reforçado pelos estímulos empíricos de mercado e Estado através de salários, *status* e direitos, de modo a garantir, na dimensão infra e ultrajurídica do reconhecimento social, uma efetiva homogeneização de comportamentos e visão de mundo compartilhadas interclasses.

Isto não implica a inexistência de desigualdades importantes em países avançados. Elas existem, sim, por meio da luta social pelo comportamento distinto legítimo. Ou seja, pelo comportamento ou estilo de vida não-generalizável que liga personalidade à sensibilidade e não à disciplina do corpo. Mas esta luta pela distinção legítima se dá, nessas sociedades avançadas, sobre um patamar efetivamente generalizado, a partir da noção de disciplina e autorresponsabilidade, especialmente nos âmbitos econômico e político. É esta generalização, este consenso pré-reflexivo que garante a igualdade cidadã de direitos e deveres compartilhados, embora não elimine a desigualdade e a luta pela distinção social em outras dimensões. Mas a regra jurídica da igualdade só funciona em contextos sociais em que a percepção do outro como igual, no caso efetivamente igual, pelo menos na dimensão da autodisciplina que garante o trabalho útil e a convivência pública

pacífica, esteja efetivamente internalizada de modo óbvio e pré-reflexivo. Isso significa dizer que os conceitos “gente”, “ser humano” ou “cidadão” são socialmente construídos (o que é apenas aparentemente óbvio), ou seja, a *atribuição de respeito* nas modernas sociedades ocidentais pressupõe a internalização e a incorporação de uma economia emocional e moral peculiar – no caso baseada na autodisciplina como condição de todo trabalho produtivo e útil no capitalismo – com consequências políticas e existenciais nada desprezíveis.

Em sociedades como a nossa, que convivem não só com a desigualdade produzida pela dimensão excludente da distinção social particularizante baseada no gosto e na definição de sensibilidade legítima, mas também possui uma cisão no âmago mesmo da noção universalizante de cidadania, o tema da desigualdade e da subcidadania se põe com uma urgência única. A ausência de qualquer esforço dirigido e refletido de inclusão de uma ralé secular tornou-a literalmente imprestável para o atendimento das necessidades funcionais de Estado e especialmente do mercado competitivo.

Um exemplo empírico facilmente reconhecível por todos pode ajudar a esclarecer o que quero dizer. Em sociedades como a alemã ou a inglesa, embora a desigualdade campeie sob formas opacas e pseudolegítimas na dimensão sociocultural com consequências econômicas importantes, a igualdade política e jurídica fica óbvia se pensamos num episódio banal e cotidiano como o atropelamento de um pobre por alguém da classe média. Nos casos inglês e alemão a probabilidade de que o cidadão de classe média seja efetivamente julgado com a dureza da lei é altíssima. No caso brasileiro a altíssima probabilidade é que o agente de classe média seja inocentado ao fim e ao cabo, ou que tenha uma pena digna de contravenção, como a de alguém que matou um cachorro ou uma galinha. Minha tese é que isto acontece porque, na dimensão pré-reflexiva que atualiza o valor diferencial dos seres humanos, contida de forma opaca e intransparente na hierarquia atualizada cotidianamente por mercado e Estado, estes pobres brasileiros não valem mais do que um cachorro ou uma galinha. O resultado prático do processo judicial, na realidade, espelha o consenso pré-reflexivo acerca do valor diferencial dos seres humanos existente numa sociedade como a nossa, que não homogeneizou o tipo humano de forma interclassista em nenhuma medida significativa.

Não estamos pensando aqui em termos intencionais ou conscientes. É claro que muito poucos brasileiros de classe média admitiriam que consideram seus compatriotas miseráveis subgente de importância comparável à de uma galinha. Ao contrário, várias destas pessoas votam em partidos de esquerda e contribuem com campanhas contra a fome etc. No entanto, na dimensão pré-reflexiva dos consensos compartilhados por meio das práticas sociais efetivas, que dispensam a intermediação linguística, o resultado prático aponta para um corte que constrói cidadãos de um lado e subcidadãos sem direitos de outro. Minha tese é que são esses consensos pré-reflexivos que decidem se a lei da igualdade é eficaz ou não. Este exemplo do atropelamento não precisa ser multiplicado. Quem já teve que usar a rede pública de saúde ou já visitou um presídio brasileiro percebe que instituições e indivíduos identificam muito bem quem merece respeito ou desprezo.

É, portanto, a realidade destes consensos compartilhados acerca do valor objetivo e diferencial de indivíduos e classes inteiras que explica a existência de todo um aparato legal e jurídico meramente simbólico que não possui eficácia real (NEVES, 2004). Existe, por assim dizer, voltando ao exemplo do atropelamento, um fio invisível que une desde o policial que abre o inquérito até o juiz que decreta a sentença, passando por testemunhas, advogados e imprensa, que reproduzem, não a eficácia da regra legal que dispõe acerca da igualdade de todos perante a lei, mas sim a eficácia da regra social pré-reflexivamente produzida e pré-reflexivamente compreensível por todos⁴, que diz que o crime de se matar alguém que vale tanto como uma galinha não merece prisão.

A explicação dominante entre nós acerca de fenômenos como estes é ainda marcada por enfoques que partem de pontos de partida subjetivistas e intencionalistas, como se a lógica de sociedades complexas e dinâmicas como a nossa pudesse ser captada a partir do somatório das intencionalidades individuais. É por isso que se pensa que o que está dentro da cabeça de uma suposta elite determina a lógica e a dinâmica social objetiva, ou que são relações intersubjetivas de

4. O conceito de *habitus* em Bourdieu, desde que reconstruído, é um excelente ponto de partida para a percepção desta forma cifrada e pré-reflexiva, especificamente moderna, de coordenação da ações. Ver Souza (2003, p. 41 e 62).

favor e proteção que constituiriam o pano de fundo da dependência e da subcidadania, ou ainda, que seria o capital de relações pessoais que determinaria privilégio ou marginalidade. Em todas essas versões de sociologia subjetivista, o paradigma é nossa imersão ingênua na vida cotidiana, que faz que pensemos que nós, sujeitos, somos o centro do mundo, que somos nós que produzimos valores e que a dinâmica social pode ser adequadamente compreendida pela interdependência das vontades e dos sentidos individuais.

O paralelismo entre subjetivismo sociológico e nossa imersão nas ilusões objetivas da vida cotidiana também me parece a razão última da continuada hegemonia deste tipo de explicação que reduz nossas mazelas sociais a sua aparência fenomênica. Sua inadequação como explicação da realidade, ou seja, como trabalho de intelectuais, no entanto, parece-me uma das causas principais da ausência crônica de projetos políticos nos países periféricos que não se reduzam a iniciativas assistencialistas de política simbólica ou que esperam do crescimento econômico aquilo que ele nunca deu nem jamais pode dar.

Esse vínculo fundamental entre intelectuais (no sentido sociológico que abrange no contexto tradicional os profetas e suas visões de mundo religiosas) e projetos societários, ou entre ideias e interesses, que é o núcleo da sociologia weberiana – especialmente de sua monumental sociologia comparada das grandes religiões mundiais – não é devidamente percebido entre nós. A ação política de intelectuais deve ser percebida menos como engajamento direto na política e mais nos pressupostos teóricos que estão por trás de toda política concreta no mundo moderno. A crítica teórica de ideias formuladas por intelectuais e que ganharam a consciência cotidiana, como no caso da concepção do personalismo/patrimonialismo, me parece fundamental para uma mudança de atitude prática que naturaliza e, por conta disso, em última instância, aceita a desigualdade.

Bibliografia

- FAORO, Raymundo. (1984) *Os donos do poder*. Porto Alegre, Globo.
- KRECKEL, Reinhard. (1992) *Politische Soziologie Der Sozialen Ungleichheit*. Frankfurt, Campus.
- MOOG, Vianna. (1973) *Bandeirantes e pioneiros*. Livros do Brasil, Lisboa.

- NEVES, Marcelo. (2004) "Between Under-Integration and Over-Integration: Not taking Rights Seriously". In: SOUZA, Jessé e SINDER, Valter. (orgs.) *Imagining Brazil*. Nova York, Lexington Books.
- SOUZA, Jessé. (2000) *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Ed. Unb.
- _____. (2003) *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- WEBER, Max. (1999) *Die Wirtschaft Der Weltreligionen: Hinduismus Und Buddhismus*. Morh, J. C. B.

Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis

Alfredo Bosi

Professor de literatura brasileira na Universidade de São Paulo e autor, entre outras obras, de *História concisa da literatura brasileira*, *O ser e o tempo da poesia*, *Dialética da colonização*, *Machado de Assis: o enigma do olhar* e *Literatura e resistência*. É editor da revista *Estudos Avançados* e membro da Academia Brasileira de Letras.

Quando Raymundo Faoro se dispôs a enfrentar a obra de Machado de Assis em um verdadeiro corpo-a-corpo com aquele universo de personagens e situações extraídas do Brasil imperial, a sua obra-prima, *Os donos do poder*, já estava não só pronta, pois fora editada em 1958, como acabava de ser inteiramente refundida, como se adverte no prefácio à segunda edição, que é de 1975. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* saiu em 1974. Por essa data depreende-se o quanto a intensa leitura machadiana coincidiu com a retomada e o aprofundamento das suas teses sobre a formação política brasileira.

É grande a tentação de cruzar em um só discurso os esquemas de ambos os livros. Dentro de uma concepção mimética da obra literária, a ficção de Machado deveria espelhar a estrutura do Brasil imperial desvendada pelo cientista político de amplo horizonte que foi Raymundo Faoro. Mas um mínimo de cautela metodológica exige do leitor de Faoro leitor de Machado (operação duplamente metalinguística) que separe taticamente as abordagens, começando por apreender as

linhas-mestras de *Os donos do poder* para verificar até que ponto se reconhecem em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*.

O que impressiona, à primeira leitura, em *Os donos do poder* é a coerência mantida ao longo de um percurso de quase seis séculos, que vai de dom João I, mestre de Avis, a Getúlio Vargas. Apesar dessa pletora de dados históricos e através de conjunturas políticas díspares, o historiador detecta a permanência de um poder centralizador, o *Estado patrimonial*, que serve aos estamentos e deles se serve: primeiro os aristocráticos, eclesiásticos, forenses e militares; depois, os burocráticos em geral. Com isso, a instância política, em sentido amplo, isto é, o *governo* e os seus prepostos, ganha uma consistência, uma ubiquidade e uma longevidade que relativizam as classes donas da produção às quais o economicismo sempre atribuiu o domínio e a direção da sociedade.

A dependência, que a vulgata marxista sempre apontou, da instância política em relação à máquina econômica e do ideológico em relação transparente com os interesses de classe é em Faoro, em princípio, aceita, mas dialetizada pela dependência inversa, ou seja, pela constatação de que os possuidores da riqueza precisam, estrutural ou conjunturalmente, dos manipuladores do poder oficial. Estes, por seu turno, desfrutam dos excedentes da vida econômica, porque detêm o poder de taxar e confiscar, controlando, em nome do Estado, os produtores de bens. Capital e política acabam convivendo como um casal que ora se abraça, ora briga, mas não se separa nunca definitivamente.

Para sustentar a sua tese, Faoro começa pelas vicissitudes do incipiente capitalismo português na baixa Idade Média até chegar ao tardio capitalismo brasileiro. Mostra o quanto os estamentos e as burocracias coloniais e imperiais, braços do Estado patrimonial, influíram no sentido de regular a vida econômica, ora freando-a, ora tentando estimulá-la, aliciando os homens do dinheiro e atraindo-os para o seu círculo de postos, títulos e comendas, signos de *status* extraordinariamente valorizados até o fim do Segundo Império. O conúbio de titulações honoríficas, empregos administrativos e acesso aos recursos públicos deu ao Império sete marqueses, dez condes, 54 viscondes e 316 barões, sem contar os desembargadores conselheiros, os comendadores e os oficiais da Guarda Nacional. Era “a corporação do poder”.

Resumindo Max Weber, Faoro glosa-o e cita: “Os estamentos governam, as classes negociam. Os estamentos são órgãos do Estado, as classes são categorias sociais” (FAORO, 1979, p. 47).

O termo de comparação, por força do contraste, é a sociedade política norte-americana ianque, com o puritanismo dos seus peregrinos, a ascensão do *self-made man* e o triunfo de uma burguesia rude que ignoraria os títulos e os fumos aristocráticos: uma sociedade de competição em que o poder do dinheiro e do lucro aparece legitimado pela ética moderna do trabalho e da produção. O molde weberiano é, no caso, evidente: *trata-se de avaliar ações sociais norteadas por valores*; e são esses valores últimos, introjetados no cotidiano, que condicionam os comportamentos de uma sociedade, não excluídos os econômicos. O lado interiorizado dos valores são os *motivos* que levam os indivíduos a agir desta ou daquela maneira¹.

No que toca à sociedade brasileira do Segundo Império e do início da República – que será o teatro das personagens machadianas –, a tese de Faoro combina o *quadro sincrônico* (onde se vêem estamentos superpostos a classes, burocracias controlando agentes econômicos) e o processo histórico, a *diacronia*, com a lenta emergência de fatores modernizadores, quer no mundo da produção empresarial, quer no mundo das condutas e das ideologias progressistas. A sincronia dá o mapa estático; a diacronia, o movimento e as passagens.

O Segundo Império teria vivido, até a década de 1860, sob a hegemonia de uma política altamente conservadora e centralizante. As oligarquias rurais partilhavam na Câmara e no Senado o Poder Legislativo. Quanto aos postos da administração, eram repartidos entre os filhos e parentes dos fazendeiros, a magistratura, o exército, o clero, em suma, as chamadas “influências”, que, por sua vez, viviam dos excedentes da economia exportadora, cerrando fileiras em torno da Coroa.

A classe econômica dominante (os senhores do açúcar e do café e seus comissários) e os estamentos da burocracia imperial fizeram, necessariamente, vistas grossas à permanência do trabalho escravo, resistindo, até o limite do possível (1850), à pressão inglesa, que exigia o fim do tráfico. O nativismo exacerbado de Alencar combina-se com

1. Cf. a excelente introdução que Gabriel Cohn escreveu para a coletânea Max Weber, 2ª ed., São Paulo, Ática, 1982.

a aceitação do *status quo* escravista. Os grupos hegemônicos defendiam a prática do liberismo comercial (conquistado pela abertura dos portos em 1808) e de uma forma excludente de liberalismo político, que se reproduzia mediante o censo eleitoral arredando os pobres da representação junto às assembléias, à Câmara e ao Senado. Na adoção do liberalismo elitista a política imperial seguia de perto o exemplo francês, cuja lei maior, a Carta da Restauração de 1814, serviu de modelo à nossa Constituição, outorgada em 1824.

É conhecido o quadro eleitoral do Segundo Império. A historiografia recente vem apontando, porém, uma presença significativa de *votantes* de poucos recursos nas eleições anteriores à Lei Saraiva (1881), que excluiu os analfabetos, restringido drasticamente o acesso às urnas. De todo modo, mesmo admitindo um grau considerável de participação na primeira etapa do processo, fica de pé o fato de que os eleitos, deputados e senadores, jamais pertenceram à mesma classe dos votantes pobres. Como ocorria contemporaneamente na Europa, o liberalismo puro e duro era uma prática que interessava diretamente à burguesia, e nada tinha a ver com princípios igualitários, tidos por anárquicos². Para repetir, mais uma vez, o óbvio: *liberalismo, na primeira metade do século XIX, não significou, nem quis significar, democracia*³.

Uma sociedade conservadora... em mudança

Raymundo Faoro dá argumentos e exemplos convincentes para sustentar a tese da vigência de dois liberalismos no Brasil ao longo do século XIX. O fato de serem duas vertentes ideológicas ostentando a mesma denominação – *liberalismo* – tem sido causa de equívocos

2. Um estudo das práticas eleitorais do Segundo Reinado, que traz novos dados para entender o processo no seu conjunto, encontra-se em Carvalho (2003, p. 393-416).

3. A distinção fundamental entre liberalismo e democracia, vigente na Europa pós-revolucionária, foi aprofundada na obra clássica de Harold J. Laski (1973). Para ele, o núcleo duro do liberalismo é a sacralidade da propriedade privada que não guarda relação estrutural alguma com o igualitarismo. “O escravo (é observação de Nabuco) ainda é uma propriedade como qualquer outra, da qual o senhor dispõe como de um cavalo ou de um móvel” (Em O Abolicionismo, cit.). A oposição entre liberalismo econômico e ideais democráticos já estava explícita nas palavras do visconde de Cairu ditas na Constituinte de 1823: “Absolutamente nenhum governo pode tolerar que em quaisquer aulas se ensinem, por exemplo, as doutrinas do contrato social do sofista de Genebra” (cit. por Carvalho, 2003, p. 85).

renitentes, como a tese das ideias liberais estrangeiras, postíças, fora de lugar, que antes confunde do que aclara a complexa trama ideológica do Segundo Império⁴.

O primeiro liberalismo, uma ideologia de longa duração, tem datas de nascimento precisas em termos de sua instauração na história do Brasil oitocentista: 1808 e 1824. Em 1808 dá-se a abertura dos portos pelo príncipe regente dom João, com o aconselhamento do smithiano ortodoxo Silva Lisboa (depois, visconde de Cairu). Instala-se o liberalismo econômico, ou liberismo (que, de resto, já convivía em todo o Ocidente com a escravidão), abrindo-se a produção agrícola ao comércio internacional com acentuado favorecimento à Inglaterra, como se verificará pelos tratados assinados em 1810. A medida satisfaz às exigências do comércio britânico e, internamente, aos interesses dos produtores asfixiados pelo exclusivo colonial: será o primeiro passo no caminho da Independência. De 1824 é a outorga da Constituição por

4. A tese de que as ideologias correntes ao longo da nossa história política não corresponderiam à "realidade brasileira" conheceu pelo menos dois discursos diferenciados:

a) Em pleno século XIX, por ocasião do debate em torno da Lei do Ventre Livre, o marquês de Olinda, na esteira do regressismo de Bernardo Pereira de Vasconcelos e do visconde do Uruguai (criador do nosso direito administrativo), defendia o regime escravista e o centralismo por lhe parecerem mais consentâneos com a nossa economia e nossa estrutura política. A sua recusa das propostas abolicionistas inicialmente formuladas na Europa ("Para cá não servem suas ideias") é exemplo do conservadorismo que rejeitava a priori qualquer mudança em nome de uma especificidade ideológica nacional. Se veio de lá, não pode servir cá. A mesma síndrome nativista e reacionária animou as invectivas de José de Alencar contra o projeto de libertação dos nascituros. De modo geral, a combinação de xenofobia e autoritarismo tende a considerar impertinentes e disparatadas as ideias estrangeiras, sobretudo as reformistas. Assim, o ideário integralista defendeu, no final dos anos de 1920, um brasileiro extremado de ideias e valores, separando suas águas do Modernismo a que se juntara episodicamente (ver Prado, 1983). Nos anos 1930, uma corrente nacionalista e autoritária representada por ideólogos que secundaram o Estado Novo, como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, contestou o caráter "idealista" e deslocado dos princípios liberais presentes na Constituição republicana de 1891.

b) Entre os intérpretes da história das ideologias no Brasil há estudiosos que, sem o viés ideológico dos nacionalistas citados, defendem a hipótese de que as ideias difundidas por culturas européias, como o liberalismo inglês ou francês e o positivismo francês, estariam deslocadas, não se ajustando a uma sociedade "de periferia", defasada com o ritmo do Centro. Seriam imitações artificiais. É o "transoceanismo", termo atribuído a Capistrano de Abreu. É a afirmação de que "somos desterrados em nossa própria terra", que percorre Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, amparando a suposição de que os ideólogos brasileiros preferem abstrações ao corpo-a-corpo com o cotidiano. Enfim, é a expressão "ideias fora do lugar", cunhada pelo crítico literário Roberto Schwarz no seu notável estudo sobre Machado de Assis (Schwarz, 1977), que leva às últimas consequências a tese da impropriedade de uma ideologia de origem européia (o liberalismo) em relação a um componente básico da estrutura econômica brasileira (o escravismo).

Pedro I: estabelecem-se as normas da representação política, o voto censitário e o funcionamento dos poderes Legislativo e Executivo mediante a combinação de parlamentarismo e monarquia. Trata-se

Em outros intérpretes encontramos argumentação contrária às teses mencionadas. Paulo Mercadante vê na simbiose liberalismo–escravidão um uso coerente do liberalismo ocidental (que foi, sem exceção, excludente) em razão dos interesses dos fundadores do Estado-nação brasileiro (Mercadante, 1980); articula-se, nesta obra, uma refutação da hipótese do artificialismo das ideologias ocidentais quando aplicadas à nossa política. Maria Sylvania Carvalho Franco, em estudos de alto rigor conceitual, busca provar a unidade estrutural da economia de mercado aquém e além-Atlântico, que se afirma apesar do caráter incompleto do capitalismo brasileiro ainda apoiado no trabalho compulsório (Franco, 1969). Maria Sylvania polemiza com a expressão “ideias fora do lugar” no seu texto “As ideias estão no lugar” (Franco, 1976): a produção ideológica do liberalismo estava enraizada no sistema capitalista mundial, que a constituía internamente, a partir de cada situação particular. Em toda parte, o liberalismo cimenta e racionaliza os interesses da burguesia dominante, incluindo na sua dinâmica a escravidão e o favor. Do estudo clássico de Jacob Gorender, *O escravismo colonial* (1978) depreende-se que a classe dominante no Império não poderia deixar de aderir ao liberalismo, como ideologia arraigadamente proprietista. Para o produtor de açúcar ou de café e para o mercador de escravos, o liberalismo servia, em primeiro lugar, como ideologia do livre mercado. Recentemente, Gorender voltou ao tema contestando a atribuição de “exterioridade” ao liberalismo em nosso regime oligárquico: as ideias liberais “estavam no lugar apropriado, reproduziram o que seus defensores pretendiam” (Estudos Avançados, nº 46, 2002).

O ensaísta Sérgio Paulo Rouanet formulou uma crítica radical das várias formas de autonomismo ideológico, na medida em que este pretende negar a pertinência de ideias e ideais cujas primeiras formulações tenham sido concebidas fora das fronteiras nacionais (Rouanet, 2003). Para entender as vinculações estruturais entre o sistema escravista e a construção do Estado nacional na fase áurea do liberalismo econômico, leia-se o texto incisivo de Luiz Felipe de Alencastro “*L’empire du Brésil*” (1980). Reconhecendo a função modeladora das ideologias européias e, ao mesmo tempo, o pragmatismo do seu uso pelos políticos do Império, Guerreiro Ramos (1966) e José Murilo de Carvalho (2003) deram contribuições inovadoras à questão do lugar das ideias liberais em nossa vida pública. O ensaio de Wanderley Guilherme dos Santos, “*A práxis liberal no Brasil*” (1978), continua sendo fundamental pela acuidade de suas análises: para o autor o liberalismo oligárquico, escorado na eleição censitária e na permanência do trabalho escravo, acabou sendo a alternativa viável de que dispunham os fundadores do novo Estado-nação como sucedâneo do regime colonial. Este não seria, de resto, o único exemplo do uso perverso da “racionalidade” liberal-capitalista.

De minha parte, elaborei uma crítica ao caráter generalizante e indiferenciado das hipóteses de “deslocamento” e “exterioridade” do liberalismo no Brasil. Trata-se de juízos equivocados enquanto confundem ideias liberais com igualitarismo e democracia, ignorando a funcionalidade das normas liberal-proprietistas na construção do corpus jurídico e político do Império (Bosi, 1992). Só quando a geração reformista pós-1868 desbloqueou o velho liberalismo, dissociando-o do direito incondicional de propriedade, é que houve condições culturais para que emergisse o militante liberal-democrata e o liberal-abolicionista, que ocuparam a cena nos anos de 1870 e 1880. (São figuras que, sintomaticamente, não aparecem no romance de Machado de Assis). Parece-me que o conceito de filtragem ideológica dá conta das várias modalidades de utilização das correntes ocidentais, hipótese que procurei testar no estudo do liberalismo excludente, do liberalismo democrático e do positivismo social.

Vale, enfim, registrar que todas as ideologias professadas entre nós no século xx filtraram ideias nascidas na Europa, de onde vieram os discursos integralistas, fascistas, socialistas, anarquistas, comunistas, cristãos-de-esquerda, revisionistas etc. As doutrinas de esquerda sempre foram tachadas de “exógenas” e “impróprias” pelos ideólogos conservadores.

de um esquema bastante próximo da Carta restauradora francesa, que introduzira o Poder Moderador de acordo com uma proposta conciliadora de Benjamin Constant⁵.

Como ideologia funcional, *o primeiro liberalismo ocupou o seu lugar na sociedade emersa do sistema colonial*. Na medida em que era estruturalmente proprietista, exercia o papel de cimento ideológico, legitimando as práticas econômicas e os arranjos políticos dos homens que consolidaram o novo Estado nacional em torno da dinastia.

Após a Independência, o trabalho escravo *continuou a ser* fator constitutivo da economia brasileira; quanto ao liberalismo, *passou a ser* fator ideológico indispensável à montagem do novo Estado-nação.

Em 1840, a maioria de Pedro II foi antecipada no bojo de um movimento centralizador destinado a encerrar o ciclo turbulento e centrífugo da Regência. A conquista da estabilidade monárquica coincidirá com a ascensão do café no Vale do Paraíba que, por sua vez, carece de braços e aumenta consideravelmente os seus plantéis de escravos. A propriedade escravista integra-se na ordem dos direitos adquiridos, que é a lógica liberal-proprietista. O liberalismo oligárquico só conhecerá a primeira crise significativa nos anos de 1860 com a irrupção do segundo ou “novo liberalismo” (Joaquim Nabuco), que empunhará as bandeiras da eleição direta, dos limites do Senado vitalício e do Poder Moderador bem como, paulatinamente, da “questão servil”.

Nessa altura, o proprietismo puro e duro reage coerentemente à proposta da Lei do Ventre Livre promulgada em 1871, mas preparada, sob os auspícios do imperador, desde 1866. Os políticos tradicionais, independentemente da sua filiação partidária, rezavam pela cartilha da propriedade privada, que o Código Civil napoleônico, paradigma ocidental, sacralizara ao manter a escravidão, embora omitisse qual-

5. Sobre a presença do liberalismo conciliador francês de Benjamin Constant na elaboração da Carta de 1824, ver Paulo Mercadante, op. cit., capítulos III e IV. A figura do cidadão-proprietário, o único a quem se conferia o direito de eleger e ser eleito, é chave no discurso político de Constant e do liberalismo da Restauração, cujas expressões passaram literalmente para a nossa Carta magna. Benjamin Constant é explícito: “Só a propriedade torna os homens capazes do exercício dos direitos políticos”. Quanto à “classe trabalhadora”, não teria condições de tempo “indispensáveis à aquisição das luzes, à retidão do julgamento” (Constant, 1977). Soube, por informação da infatigável pesquisadora Cecília Helena de Salles Oliveira, que há cartas de Benjamin Constant a dom Pedro I, cuja leitura provavelmente trará mais luzes sobre a influência do pensador suíço-francês em nosso liberalismo excludente.

quer referência à instituição que Bonaparte reintroduzira nas Antilhas francesas em 1802. Cá e lá... as constituições liberais posteriores à Revolução conferiam ao cidadão-proprietário o direito de coagir a liberdade dos pobres, negando-lhe a cidadania, e, no limite, o direito de comprar a liberdade de seres humanos arrancados às costas da África. O efeito extremo do liberalismo era a desigualdade total: capital, de um lado; trabalho forçado, de outro. *"era a liberdade para destruir a liberdade"*, na expressão lapidar do abolicionista Du Bois.

A exigência de *indenização* aos senhores de escravos (que os positivistas antiliberais combateriam) foi satisfeita pelos governos inglês, francês e holandês quando se decretou a abolição nas suas respectivas colônias, o que é uma prova cabal de que o direito de propriedade do homem pelo homem vigorava plenamente nas metrópoles regidas por monarquias parlamentares liberais. Direito vigente na Europa e nas Américas.

Essa mesma ideologia – excludente por sua própria formação histórica – estava ainda representada entre nós por Araújo Lima, marquês de Olinda, pilar do regressismo nos anos finais da Regência. Era conselheiro de Estado quando Pedro II o consultou, em 1867, sobre a conveniência de se discutir a abolição do trabalho escravo. Ao que o marquês respondeu drasticamente: “Os publicistas e homens de Estado na Europa não concebem a situação dos países que têm escravidão. Para cá não servem suas ideias” (NABUCO, 1975). Posição que, nestes mesmos anos 1860, já estava sendo combatida e virtualmente superada pelo *novo liberalismo*.

Para o já velho credo liberal-proprietista, o abolicionismo era uma ideologia exótica, postiça, fruto do sentimentalismo dos *philanthropists* ou maquinação de utópicos e subversivos que pretendiam solapar as bases da economia e da monarquia nacional. Comenta Nabuco em *O abolicionismo*:

“A resistência que a lavoura opôs à parte da lei de 28 de setembro que criou o direito do escravo de ter pecúlio próprio e o de resgatar-se por meio deste, prova que nem essa migalha de liberdade ela queria deixar cair da sua mesa. Os lavradores de Bananal, por exemplo, representando pelos seus nomes a lavoura de São Paulo e dos limites da província do Rio, diziam em uma petição às Câmaras: ‘*Ou existe a propriedade com*

suas qualidades essenciais, ou então não pode decididamente existir. A alforria forçada, com a série de medidas que lhe são relativas, é a vindita armada sobre todos os tetos, a injúria suspensa sobre todas as famílias, o aniquilamento da lavoura, a morte do país” (1977, p. 133)⁶.

Os liberais abolicionistas, como se sabe pelo testemunho de Nabuco e de Rui Barbosa, serão chamados de “comunistas” pelos liberais-conservadores que não toleravam a ideia da intervenção do Estado no seu direito *constitucional* de usar e abusar da condição de proprietários (BARBOSA, 1884).

Tratava-se de um complexo ideológico que envolvia o Ocidente. O liberalismo burguês pós-revolucionário de Napoleão e da Restauração casara-se, em toda a Europa, com uma nítida separação das classes sociais. E fizera um só corpo com a manutenção do cativeiro no Brasil, no sul dos Estados Unidos e nas colônias francesas, holandesas, espanholas e portuguesas, cujos deputados se opunham às propostas de emancipação junto às respectivas câmaras metropolitanas. Nada de exclusivamente brasileiro, portanto, nessa fusão de interesses e racionalização ideológica.

O lugar histórico do velho liberalismo excludente estava demarcado: era a ideologia adequada aos exploradores e desfrutadores da economia de plantagem. Lugar social amplo, pois nele se aninhavam não só os agentes diretos da rede agroexportadora (traficantes, fazendeiros, comissários) como os seus intelectuais orgânicos, os burocratas da Corte, do Parlamento, do Fórum e das instâncias provinciais. Para esse bloco histórico, que outra ideologia quadraria melhor do que a defesa incondicional do direito de propriedade?

Entretanto, a restrição desse direito, considerada postiça, do ponto de vista da oligarquia (“Para cá não servem suas ideias”), será tida por justa, civilizada e progressista pelo novo liberalismo, que lutará para realizar no Brasil os ideais de democracia que a revolução de 1848 difundiu por toda a Europa. *Só em 1848 a Assembléia Nacional francesa aboliu a escravidão*. Se não levarmos em conta a dialética mesma do liberalismo do século XIX, isto é, os seus momentos contrastantes, cairemos no equívoco a-histórico de considerá-lo

6. A 1ª edição saiu em Londres, em 1883.

“deslocado” em relação à nossa realidade. A rigor, tanto o velho como o novo ideário liberal ocuparam os espaços que o movimento mesmo do capitalismo ocidental lhes destinava.

Sérgio Buarque, atento aos momentos de crise interna, cunhou a expressão “liberais contra liberais” para marcar as contradições intrapartidárias que agitaram a cena política nas décadas de 1870 e 1880 (HOLANDA, 1995, p. 195-238). Liberais ainda fechados no seu medo ao radicalismo abolicionista *versus* liberais abertos aos ventos progressistas que animariam a campanha da abolição e, paralelamente, a campanha republicana.

Qual o *lugar social* deste segundo e renovado liberalismo?

Faoro situa os novos liberais entre os que não encontravam lugar próprio ou futuroso nos grupos que desfrutavam da centralização monárquica, da alta burocracia e das rendas da escravidão. Nos fins do decênio de 1860, a crise política entra a minar os alicerces do Império até levá-lo à queda 20 anos depois. Faoro entrevê uma transformação sistêmica a partir de 1860-1870: “emerge no quadro estamental e hierárquico, comunitariamente seletiva e progressivamente fechada, a sociedade de classes” (FAORO, 1979, vol. II, p. 453). É o momento em que se ouvirá a voz moderna de Tavares Bastos, de Saldanha Marinho, de Quintino Bocaiúva, de José Bonifácio, o Moço, de Castro Alves, de Souza Dantas, de Silveira Martins, de Luís Gama, de Joaquim Nabuco, de Rui Barbosa, de André Rebouças, de José do Patrocínio. Na esfera do pensamento científico e filosófico, é a hora da geração de 1870, com seu “bando de ideias novas” de Sílvio Romero, que renova a historiografia e a crítica junto a homens da envergadura de João Ribeiro, Capistrano de Abreu, José Veríssimo e Araripe Jr.

As cidades eram, pelo seu poder de concentração e difusão ideológica, os núcleos do novo liberalismo: o Rio de Janeiro dos jornais e dos grêmios, a São Paulo da Academia de Direito, Recife, Salvador, Porto Alegre. Quanto ao Nordeste, depauperado pela extinção do tráfico e pelas crises intermitentes do comércio do açúcar, já não via no escravo o sustento da sua economia; daí o abolicionismo não ter encontrado, do Ceará à Bahia, a resistência feroz que sofreria nas províncias cafeeiras mais prósperas, fluminense e paulista. O novo liberalismo será urbano e será nordestino.

A leitura de *Os donos do poder* é, mais uma vez, iluminadora. No denso capítulo – “O renascimento liberal e a República” –, Faoro mostra como o novo liberalismo se enraizou no descontentamento de “grupos inteiros, ativos e poderosos”, que “não tinham lugar nem desempenhavam qualquer missão no ordenamento imperial” (FAORO, 1979, vol. II, p. 453). Eram filhos da fidalguia nordestina em crise e com as antenas ligadas na economia e na política inglesa ou ianque. Eram profissionais liberais de classe média que precisavam competir com os apaniguados da oligarquia. Eram abolicionistas radicais que já não mais toleravam os golpes protelatórios da Câmara e do Senado. Eram, enfim, militares de formação positivista e ideal republicano, que se propunham arrancar o país da fase “teocrático-monarquista” na qual, segundo o mestre Comte, ainda estariam enclachadas as caducas dinastias. E todos navegavam nas águas da “maré democrática” que, na leitura de Joaquim Nabuco, definia o espírito do novo liberalismo.

Sem antecipar reflexões que cabem melhor no estudo de Faoro leitor de Machado, parece-me pertinente perguntar: *não terá sido esta a hora ideológica do Machado jovem que militou na imprensa liberal entre 1860 e 1866*, precisamente quando o Partido Liberal começou a pôr-se em brios para enfrentar os dogmas da agremiação que se vangloriava de ser o Partido da Ordem? Mas, se o velho liberalismo compromissado com as oligarquias lhe parecia enganoso e opressor, então por que o novo liberalismo ou o republicanismo nascente não o empolgaram a partir dos anos 1870? Por que Machado maduro, pessoalmente simpático aos novos liberais, acabou distanciando-se de uns e de outros? Por que não propôs, nem cogitou, nem ao menos entreviu o caminho de uma alternativa, uma terceira via? O fato a ser interpretado é que Machado de Assis, como cronista (a sua face visível de homem público), não militou em nenhuma das novas correntes, nem sustentou nostalgicamente as antigas, porque, a certa altura, passou a descrever de toda e qualquer ideologia que pretendesse transformar o “barro humano” e a sociedade que nele se fundara. O seu desencanto profundo tê-lo-ia impedido de engajar-se animosamente na luta reformista dos companheiros de juventude e dos que os sucederam. Monarquista e liberal, em senso lato, mas entranhadamente cético, preferiu fixar o lado sombrio ou apenas risível dos que usavam do velho nome “liberal” para defender seus direitos à propriedade e aos cargos políticos.

Os novos liberais, que Machado conheceu igualmente de perto, não lhe inspiraram personagens nem situações ficcionais; o que sugere, mais uma vez, o caráter seletivo do olhar que se quer realista.

O distanciamento de Machado é, em sentido lato, *moraliste*, ético e filosófico, de vontade e de pensamento. E será estético, uma vez que a sua linguagem narrativa não se confundirá nem com a do naturalismo ferino e direto dos romancistas do último quartel do século XIX (Adolfo Caminha, Aluísio Azevedo, Inglês de Sousa, Júlio Ribeiro), nem com o expressionismo agônico de Raul Pompéia. Será mordaz, mas diplomático, boca que morde e sopra.

Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio

Na perspectiva de Raymundo Faoro, o narrador Machado de Assis representa, *na esfera dos indivíduos*, as marchas e contramarchas dos interesses e dos desejos de poder no nível microsocial: entre homem e mulher, entre irmãos, entre amigos, entre famílias. Em outras palavras: a literatura, como mimesis do real, trabalha com o singular, ao passo que a ciência social constrói o tipo que enfeixa características de uma pluralidade de indivíduos. Neste sentido, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* retoma e individualiza *Os donos do poder*.

O romance moderno seria a privatização do gênero épico: esta é a conquista teórica do pensamento marxista formulada exemplarmente por Lukács na *Teoria do romance*. Faoro cita Lukács uma só vez (FAORO, 1974, p. 492): trata-se da passagem em que o pensador húngaro critica o realismo do detalhe avulso e valoriza o realismo oposto, que liga os pormenores com o conjunto da composição. Este realismo verdadeiro, que dá sentido aos mínimos gestos das personagens e vai direto ao cerne do drama – as motivações, os interesses encobertos –, prende-se ao quadro social englobante, em que o jogo dos mesmos interesses toma forma pública e institucional. Caberia ao romancista moderno configurar a face subjetiva e intersubjetiva dos conflitos. Por isso, o estudioso da ficção não pode ignorar as relações, ora de afinidade, ora de distanciamento, que o narrador entretém com a trama social.

Tomando por assente a relação geral e constante entre romance e sociedade, pedra de toque do realismo, Raymundo Faoro traçará o mapa

da vida política e econômica do Segundo Reinado com os olhos postos em personagens e situações machadianas. Um levantamento exaustivo de que a exposição seguinte tentará captar apenas as linhas mestras.

A construção do livro está representada com nitidez pelas duas figuras geométricas do título: a pirâmide e o trapézio. As figuras, ora superpostas, ora combinadas, constituem o *eixo sincrônico* da tese de Faoro. São a forma do quadro social, tal como se compôs no Segundo Reinado.

A *pirâmide* desenha a estrutura vertical das classes. A base larga reporta-se aos homens do trabalho braçal: os escravos, os forros, os pobres em geral, brancos ou mestiços. O vértice é constituído pela reduzida classe dos proprietários, os fazendeiros, os seus comissários e os banqueiros. O comerciante escaloa-se na parte intermediária da pirâmide e gradua-se na proporção dos seus cabedais. A pirâmide tem a ver diretamente com a produção e o negócio. Os seus móveis serão a acumulação, o lucro ou o consumo alto – no vértice; a base será prioritariamente o escravo, secundariamente o trabalhador assalariado.

O *trapézio* desenha a estrutura horizontal dos estamentos. Superpondo-se à economia agroexportadora, servindo-a, ou dela se servindo, por via dos excedentes tributários, estadeiam-se os estratos burocráticos, os magistrados, os funcionários imperiais e provinciais, o clero, o exército. É o universo das hierarquias assentado em cargos, títulos, prebendas, patentes; as “influências” que formam a “corporação do poder” e que dependem da Câmara, do Senado vitalício e do poder pessoal, o imperador. Como em *Os donos do poder*, Machado de Assis: a *pirâmide* e o *trapézio* percorre miudamente esse universo em que o *status* é a suprema ambição, pois traz a reputação, a nomeada, de que tantas personagens terão sede a vida inteira, começando por Brás Cubas.

O *eixo diacrônico* acompanha o curso dos acontecimentos. A sociedade brasileira do Segundo Império foi mudando na direção de um “capitalismo tardio”, mas eficaz, sobretudo a partir dos anos 1860 como efeito parcial da liberação dos capitais propiciada pela cessação do tráfico. Essa mudança traria condutas modernizadoras, fazendo aparecer mais cruamente os móveis econômicos. A crítica ao regime escravista tem em Tavares Bastos (*Cartas do solitário, A província*) um colorido progressista ianque. Progresso econômico e

trabalho livre são os pilares da argumentação de Joaquim Nabuco nos textos candentes de *O abolicionismo*. Ambos almejam o progresso e a modernidade, que não poderá deixar de ser capitalista, embora não forçosamente democrática⁷.

O eixo sincrônico fixa a estrutura social, a pirâmide e o trapézio. O eixo diacrônico remete à história das mudanças, das passagens, das resistências. Ambos formam o quadro, os lugares em que Machado vai situar as suas personagens, dando a algumas os traços típicos da sua classe ou do seu estamento, mas reservando a outras o desenho de uma fisionomia própria, capaz de diferenciá-las da mediania e do vulgo, que, sabemos-lo desde Maquiavel, constitui a maioria absoluta dos homens.

Chegamos à questão crucial da interpretação do olhar machadiano. Mapeando o quadro social do Segundo Império e acompanhando a passagem de um mundo que custa a retirar-se a outro que força a sua entrada, teria Raymundo Faoro esgotado o seu trabalho de reconstituição do realismo machadiano? Para responder a essa pergunta fundamental, o próprio Faoro vale-se da presença de um *terceiro eixo*, que não se limita à representação de aspectos do sistema social, na sua estática e na sua dinâmica (objeto prioritário da sociologia da literatura), mas supõe, no olhar do escritor, na sua perspectiva, *uma capacidade de interpretar os comportamentos e as situações ficcionais*.

Pelo eixo hermenêutico busca-se estabelecer a relação do sujeito da escrita com os seus objetos. O sujeito recorda, o sujeito escolhe, o sujeito imagina, o sujeito exprime, o sujeito medita, o sujeito revela, o sujeito julga, o sujeito constrói. Em uma palavra densa de significações: o sujeito *interpreta* o outro e interpreta a si mesmo, enquanto autoconsciência. Todas essas operações, esses movimentos da alma realizados pelo narrador, estão penetrados pela sua história de vida e dependem de um complexo cultural e ideológico que não se confunde, necessariamente, com esta ou aquela corrente de pensamento da sua própria época.

Raymundo Faoro não tematiza um enfoque declaradamente hermenêutico. Historiador, sociólogo e cientista político, a sua tarefa

7. As considerações de Faoro coincidem com as observações analíticas de Richard Graham em Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil.

prioritária foi a de encontrar, para cada nicho social, a personagem típica que ilustrasse a estrutura piramidal ou trapezóide da vida pública brasileira. Para perfazer esse desígnio, estudou a ficção de Machado relacionando os seus políticos, distinguindo deputados e senadores, ministeriáveis ou não; passando em revista as figuras da classe proprietária, fazendeiros, capitalistas, rentistas, financistas; detendo-se nos comportamentos dos agregados, dos funcionários, dos empregados, dos operários, dos escravos; analisando as personagens ligadas ao exército e ao clero; ponderando a influência da nobreza e do imperador; enfim, mapeando, vertical e horizontalmente, a sociedade espelhada nas obras do mais arguto dos nossos observadores.

A tarefa poderia dar-se por bem cumprida, já que o propósito de reconhecer a pirâmide das classes e o trapézio dos estamentos fora levado a termo de modo exemplar. No entanto, sem fazer praça de qualquer metodologia hermenêutica, Faoro sentiu a falta de uma dimensão que o elenco tipológico não comporta: a compreensão do nexo escritor–sociedade vista do lado do olhar, e não do puro quadro empírico; vista do lado da reflexão, e não do puro reflexo.

É significativo que, ao fechar a obra, ocorreu-lhe que não lhe bastava a imagem do *espelho*: o capítulo final chama-se “O espelho e a lâmpada”. O espelho já lhe servira ao longo do seu caminho de historiador. Faltava-lhe outro instrumento de prospecção, uma luz que escolhesse os perfis dos objetos representáveis, que iluminasse intensamente um aspecto deixando outros imersos na sombra ou na total escuridão. Uma luz que não se cingisse à passividade do espelho, mas que se movesse em múltiplas e diferentes direções, para fora e para dentro, para cima e para baixo, para frente e para trás, para um lado e para o outro... Uma luz que chegasse muito perto, como faz o olho míope à cata do mínimo e do miúdo; ou mirasse longe, bem longe, como o hipermétrope que só consegue ver claro à distância, divisando o horizonte, o muito alto ou o muito profundo, a seu belprazer. Uma luz crua que ofuscasse, fazendo o objeto reverberar por todo o campo visual, ou uma luz tênue que deixasse as pessoas e as coisas mergulhadas na penumbra e diluídas na névoa do olhar embaçado que mal distingue os contornos ocultos por trás de manchas e pontos cegos.

Essa lâmpada identifica-se com os movimentos da consciência narrativa. Não se trata de um *ego* absoluto, posto acima ou fora da

história, como talvez o constituísse o filósofo idealista. Trata-se de uma consciência formada por uma historicidade mais larga, mais densa e mais profunda do que o tempo fixado no relógio e no calendário. A historicidade imanente à consciência do escritor está saturada de memória cultural, que lhe dá modelos de interpretação e de julgamento capazes de qualificar os estímulos do aqui e agora e pensar as situações que as notícias de jornal lhe prodigalizam no cotidiano.

Sílvio Romero, tachando o autor de *Quincas Borba* de “mau retratista”, e Labieno, defendendo-o como homem de seu tempo, teriam incorrido, segundo Faoro, no mesmo equívoco: julgar Machado exclusivamente pelo critério especular, como se a operação fotográfica desse a medida do valor de um ficcionista. “Este esquema, velho de um século, batido e estéril, converteria o fato literário ao fato não-literário, reduzindo-o aos fatores sociais, transpostos estes para uma moldura preexistente” (FAORO, 1974, p. 485). Faoro ensina a evitar esse escolha do sociologismo menor:

“Mas a raiz comum do pensamento não confunde o fato social com o fato artístico. O historiador e o romancista, perdidos no território de suas perspectivas e perplexidades, armam-se do espelho, para captar e refletir a realidade, enquanto a lâmpada, que a projeta, brilha com outra intensidade” (1974, p. 486).

“O objetivismo de base científica esquece o elemento mais característico da apreensão da realidade social: a relevância cultural do dado. A significação do fenômeno social e histórico não se deriva de leis, nem sequer dos fatos neutralizados pela medida, senão que se abre à compreensão por meio de valores. O objeto que se apresenta ao espectador está predeterminado pela significação que o valor lhe infunde, transformando-o em objeto cultural” (FAORO, 1974, p. 487).

As citações acima visam a destacar, nos enunciados de Faoro, os termos de *compreensão*, *cultura* e *valor*. Apoiando-se em Max Weber, o nosso leitor de Machado irá insistir na dimensão cultural e axiológica das escolhas feitas pelos historiadores e, com maior liberdade, pelos romancistas. A cultura é a fonte da valoração, ela dá sentido aos episódios lembrados ou inventados pelo narrador. No caso de Machado, o eixo da interpretação dos comportamentos é a análise

das paixões que os motivam, sempre; e esse foi, desde Montaigne a La Rochefoucauld, desde Maquiavel a La Bruyère e a Schopenhauer, o exercício diletto dos moralistas.

A relevância do olhar moralista na obra de Machado já fora apontada por Augusto Meyer, sempre atento aos movimentos prospectivos do bruxo de Cosme Velho. Faoro retoma a intuição daquele extraordinário crítico-artista, acentuando didaticamente a diferença entre o moralista moralizador (passe a tautologia) e o moralista analítico:

“Moralista não quer dizer moralizador, pregador de moral ou censor de costumes. O moralismo nada tem com a moral, mas tem muito a ver com os costumes, *mores*, isto é, com o gênero de vida e a maneira de ser do homem na realidade concreta, que pode ser *imoral*. Os moralistas não são educadores, nem professores de ética. São observadores, analistas, pintores de homens, infinita é a sua tarefa. Seu estudo se dedica à complicação total da natureza contraditória e da condição banal e concreta do homem, que não se revela senão quando a ética se retira para deixar o campo livre à observação não preconceituosa do real” (FRIEDRICH, 1968, p. 496).

O eixo hermenêutico está definido. Compreender o olhar de Machado é pôr-se à escuta de toda uma tradição de análise dos comportamentos humanos, ancorada na percepção do amor próprio onipresente, da vaidade, da precariedade da consciência, da preeminência do interesse e do desejo sobre as exigências do dever, ou, usando categorias freudianas, do princípio do prazer sobre o princípio da realidade.

Que este eixo da interpretação possa coexistir com explicações sociológicas, eis uma constatação que tem a ver com a própria coerência interna de *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. A consciência de que se trata de abordagens distintas, até o extremo da oposição, exprime-se no intertítulo “O moralismo em conflito com a história e a sociedade” (FAORO, 1974, p. 496).

Em que consistiria esse conflito de interpretações?

Faoro crê detectar uma tensão entre a visão moral e psicológica (tal qual o escritor a teria construído modelando as suas experiências pela mão dos moralistas) e o determinismo tipificador com que a

sociologia acadêmica opera na hora de explicar as condutas fora e dentro do texto.

Glosando o romancista, diz o crítico: “Um Cromwell ou um Bonaparte chegaram ao topo da pirâmide, não pela conjunção das forças sociais, mas por via do incêndio da ambição de poder”.

Em outras palavras: para Machado, a vontade de poder, na medida em que “arde com violência”, seria a origem do percurso dos homens que fizeram a história. A afirmação relativiza o puro mecanismo das pressões sociais. Nem por isso Machado teria atribuído ao indivíduo o poder de autodeterminar-se. Na raiz de todos os desejos que animam, há milênios, o ser humano, pulsaria uma força cega, indiferente ao destino dos seres que ela mesma engendrou: essa força é a natureza, a vontade de viver alegorizada no delírio de Brás Cubas. Nessa ordem de relações, a sociedade é o lugar comum em que as paixões se encontram e desencontram. Paixões que derivam de uma energia difusa que as transcende, as precede e lhes sobrevive e, ao mesmo tempo, as enforma e habita, pois cada desejo individual é inerente à vontade cósmica. A afinidade com o pensamento de Schopenhauer salta à vista.

Mas, apesar da remissão última à natureza, a construção machadiana das personagens não será naturalista, em senso estrito, pois o mesmo desejo “natural” enfrenta o desafio das normas sociais. Daí, a necessidade da máscara, do negaceiro, da hipocrisia e, às vezes, da mentira. Machado é o grande analista das relações turvas entre a primeira e a segunda natureza. O moralista constata o disfarce, mas ergue o véu que mal encobre a natureza eternamente selvagem, a vida, senhora dos nossos desejos, fonte última de nossa existência neste mundo sublunar.

Mas, se for considerado o plano dos costumes, dos *mores*, como segunda natureza, tão imperiosa como a primeira, no dizer do próprio Machado, teremos acaso construída a ponte de duas mãos entre os instintos e as convenções sociais? Faoro lembra um dos mais agudos pensamentos de Pascal:

“O costume é uma segunda natureza, que destrói a primeira. Mas o que é a natureza? Por que o costume não é natural? Temo que esta mesma natureza não seja mais do que um primeiro costume, assim como o costume é uma segunda natureza” (*Pensées*, nº 120 da ed. Brunschvicg).

A luta darwiniana e maquiavélica entre os fortes leões e as espertas raposas terá sido transposta para a selva social, onde só os fortes poderão dizer tudo o que pensam, até o limite do cinismo, precisando os fracos recalcar os seus sentimentos e intenções. Mas, então, será justo condenar o que é, nos fracos, necessária defesa? O moralismo deixará de ser, nessa altura, apenas acre desmistificação do *moi haïssable* para assumir tons “realistas”, isto é, concessivos, diplomáticos. Ao fraco e pobre, afinal, assistiria o direito de despistar o forte e o rico, porque precisa sobreviver. A ambição do pobre deixará de ser reprovável em razão daquele mesmo direito de ascender a posições de que os ricos desfrutam desde o nascimento. Quanto à ingratidão, posto que negra aos olhos românticos e idealistas, poderá significar o exercício de uma afirmação pessoal, que é o avesso da subserviência a que estava constrangido o dependente, o agregado. Os exemplos de Guiomar e Iaiá Garcia são inequívocos. O moralismo, universalizando os desejos e os interesses do *eu* (ainda que os considere, na origem, detestáveis, por serem vaidade e ambição), irá, no limite, compreender a sede de igualdade que a nova sociedade liberal-individualista desperta no pobre e no dependente. Aqui, compreender significa aceitar, conceder, tolerar. Antigas ideias são chamadas para destrinçar situações novas.

O conflito entre a sociologia e a hermenêutica, desenhado por Faoro, poderá atenuar-se, desde que a *interpretação* – assentada sobre a tradição ocidental da análise moral – conceda que as paixões, embora recorrentes, são despertadas por estímulos sociais localizados, variáveis através dos tempos. Por sua vez, a leitura sociológica fechada concederá ao hermeneuta o caráter humano, transtemporal, das paixões, mola de todos os comportamentos, preexistente e sobrevivente às contingências que a acionam. Transhistórico, o desejo não será, porém, a-histórico. O ódio visceral entre irmãos, que fez Caim matar Abel, Rômulo matar Remo, Esaú e Jacó brigarem no ventre da mãe, e José ser vendido, volta nas figuras burguesas de Pedro e Paulo, inimigos antes de nascerem, *ab ovo*, no romance machadiano. A paixão tem mil formas históricas de manifestar-se e mil ocasiões particulares. O moralista escavará o desejo na sua dinâmica existencial, como o fez durante séculos antes de ceder o seu objeto à psicanálise. E o sociólogo se aterá aos condicionantes mais próximos das tramas interpessoais.

Retomando a análise do conto “O espelho”, Faoro diz que a “alma exterior” de Jacobina, a sua farda de alferes, o seu lado inequivocamente social, aparece, na voz do narrador, como o vencedor da “alma interior”, onde residiria o primeiro “homem” antes de ser dominado pelo interesse de subir na vida e destacar-se dos demais. Para a leitura sociológica determinista, a lição última do conto é a vitória indefectível do papel social que estrutura o *eu*. Para a leitura hermenêutica, “O espelho” lembra, ainda uma vez, a fragilidade da alma, sendo mais um dramático exemplo da precariedade da pessoa humana, *da qual, de todo modo, o personagem-narrador tem plena consciência*. A consciência *a posteriori* de Jacobina é a lâmpada, ao passo que o olhar social lhe deu o espelho. A vaidade arma situações que embaçam literalmente a consciência: pecado original para o olhar jansenista de Pascal (o *moi haïssable* e suas armadilhas), ela é, ao mesmo tempo, a pedra angular do teatro social em que é necessário competir para desempenhar papéis... de preferência os principais.

A primeira e a segunda natureza vivem estreitamente enlaçadas, e a verdade é que ainda estamos longe de compreender as relações mútuas do vital com o psicológico, e de ambos com o social.

Em que medida é possível situar *ideologicamente* este Machado maduro? Temos, em princípio, um narrador especialmente sensível às forças condicionantes da trama psicossocial. Mas trata-se de pressões da sociedade, universalmente falando, como segunda natureza que é, ou só de pressões de uma fase específica da sociedade brasileira?

“Machado de Assis, posto na transição de uma ordem solidária para outra, a contratual, entre a coesão fundamental e a reunião dos interesses, suspeita que, nas veredas entrelaçadas, haja um grande engano, que a todos perde e confunde. Se só a alma exterior ilumina os passos do homem, a troca do verdadeiro pelo falso será um fato, com o abandono dos valores universais – isto é, dos valores tradicionais” (FAORO, 1974, p. 499).

Parece-me que, nessa altura, Max Weber toma a mão de Faoro e lhe dita os princípios opostos de sociedade tradicional e sociedade moderna, o par que o historicismo alemão cristalizou nos termos de *comunidade e sociedade*.

Embora haja evidências de um Machado fortemente inclinado ao decoro, à compostura, à “pobreza elegante” e à pureza da linguagem, valores tradicionais, eu não diria que a clivagem *tradicional versus moderno* se tingiu na sua obra de conotações marcadas de positivo e negativo, pelo menos no que toca à presença, nele constante, de paixões e interesses observáveis em todos os comportamentos, seja do começo, dos meados ou do fim do século. O egoísmo é transversal, os interesses são pontuais.

A passagem da velha à nova sociedade teria seus tropeços e ridículos, suas ilusões (o que aparece em algumas crônicas), mas não há saudosismo algum arraigado no seu pensamento, pois o moralista clássico encara a história como um agregado de violências e imposturas bem ou mal disfarçadas, não alimentando nostalgias nem utopias. Um exemplo entre tantos: o que é a nomeada, objeto dos cuidados de Brás Cubas e de Rubião? Um nome novo da glória, esta também vã, exacerbação risível da vaidade das vaidades de que fala o *Ecclésiastes*. É claro que os instrumentos da velha glória foram potenciados pelas formas múltiplas da publicidade moderna, “esta dona loureira e senhoril”. Mas ainda aqui dirá o moralista que, se mudaram os modos e os tempos, o fim último é sempre o mesmo, pois sempre a mesma é a motivação do insaciável *eu*. A modernização não melhora, mas tampouco piora, as condutas regidas pela vontade de viver e pela vontade de poder.

Se há em Machado lucidez ao representar o estilo patriarcalista, ocasião de arbítrios como toda relação de favor, nem por isso a sua visão da sociedade será confiante no mundo modernizado do dinheiro fácil, como se depreende de suas palavras de aversão às corridas do encilhamento. A frase célebre de Guizot, emblema da nova burguesia européia, “Enriquecei-vos”, parece-lhe nada menos que sinistra⁸.

As personagens que vencem na vida e que, de algum modo, espelham a sociedade em transição para a hegemonia burguesa, não receberão do olhar do narrador uma aura propriamente simpática; será, quando muito, concessiva. Nos romances de juventude, o novo rico, Procópio Dias, é sórdido (*Iaiá Garcia*); e Camargo, em *Hele-na*, pai interessado no casamento rico da filha, é pouco menos que

8. Trata-se de uma crônica datada de 7 de julho de 1878 (Guizot, 1973, p. 386). Fiz alguns comentários sobre o tema em O teatro político nas crônicas de Machado de Assis (Bosi, 2004).

vilão. Guiomar e Iaiá, moças de origem humilde ou apenas modesta, sobem de classe por suas manobras de astúcia e determinação, ganhando um tratamento antes justificativo do que elogioso: nelas a segunda natureza, tão imperiosa como a primeira, rege e explica suas ações. Em Iaiá, “se ambição havia, parecia ser de boa raça”, avaliação que morde e sopra. Na fase madura, as personagens ricas ou que enriquecem serão detestáveis, ou quase... Nas *Memórias póstumas*, Cotrim é ganancioso e cruel; Lobo Neves é ambicioso, mas supersticioso e, afinal, em face do possível adultério da mulher, temerá antes a opinião pública do que a verdade de sua vida conjugal. Quanto a Brás Cubas, que conta a sua história depois de morto, tampouco se poupa ao expor a fatuidade e a prática de driblar os escrúpulos de consciência pela vida afora. Brás mente e sabe que os outros também lhe negam a verdade, mas acaba concordando com a conclusão de um velho conhecido seu, Jacó Tavares, para quem “a veracidade absoluta era incompatível com um estado social adiantado”. Assim julga Machado aquela sociedade que começava a “adiantar-se”. Virgília, a amante de Brás, não deixaria de dar, o tempo todo, primazia à consideração social, e “era menos escrupulosa que o marido”: posto que rica, adulava um velho amigo da família, pois eram vivas “as esperanças que trazia no legado”. Falsidade que saberá ser implacável mostrariam Palha e Sofia com o ingênuo Rubião, em *Quincas Borba*: o casal subirá na vida aproveitando-se daquele provinciano desfrutável que abandonarão na sua fase final de loucura e solidão. Em *Dom Casmurro*, Escobar começa pedindo uns dinheiros emprestados à desambiciosa dona Glória, e logo depois enriquecerá graças a seus finos dotes de calculista. Em *Esau e Jacó*, Nóbrega, o irmão das almas, adquire bens na base de golpes, e será a sombra má na história de Flora. O banqueiro Santos, pai dos gêmeos, mistura cobiça e desejo de afidalgar-se: “Ganhou muito, e fê-lo perder a outros”. Enfim, Tristão, no *Memorial de Aires*, passa de afilhado protegido a moço futuroso, mas a sua carreira deixa no leitor o gosto da ambiguidade: interesseiro ou apenas “político”? Todas as suspeitas, porém, atenuam-se nessa obra crepuscular.

Machado não é saudosista nem evolucionista, no sentido que este último termo confere a uma linha que vai do tradicional ao moderno como um processo que iria do pior para o melhor. Na sua ótica,

tanto em um regime como no outro podem prevalecer o interesse e o mais feroz egoísmo, dos quais nada há a esperar senão a reprodução da força ou da astúcia, alavancas do comportamento humano. Em contextos diversos, tanto a arcaica matrona dona Antônia, de *Casa velha*, como o moderno casal subido na vida, Palha e Sofia, de *Quincas Borba*, lançarão as suas redes e vileza para alcançar os seus fins e manter o seu *status*. E, quando há uma personagem “a quem repugnava a ideia de rede”, como é Estela, em *Iaiá Garcia*, o seu destino será o de uma altiva mas resignada solidão.

Nessa ordem de razões, a posição existencial do Machado maduro em face do “novo liberalismo” (preconizado por tantos dos seus companheiros de geração) será, no mínimo, reticente. Navegar nas águas progressistas de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Tavares Bastos, Nabuco, Rui, Patrocínio e outros seria conceder ao barro humano um crédito de confiança que, a rigor, parecia excessivo ao analista moral. A sociedade mudava de figura, sim, mas sempre enraizada no solo da dominação. Como está dito no conto “Pai contra mãe”, *a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel*. A afirmação parte do Brasil, mas não se restringe ao Brasil: trata-se da “ordem social”, conceito aqui construído por um olhar cético transversal.

Dois exemplos ainda, tomados aos últimos romances, cuja ação transcorre entre fins do Império e o começo da República, tempos de modernização do contexto fluminense: o que esperar dos jovens Pedro e Paulo, irmãos e inimigos desde a infância que, já triunfantes na carreira política, juraram, ao pé da mãe agonizante, que viveriam para sempre reconciliados e, no entanto... pouco tempo depois, voltaram ao ódio de sempre? O que esperar dos jovens garridos e bem postos na nova sociedade, Tristão e Fidélia, tão amados e servidos pelo casal Aguiar, vistos pelos olhos de Aires no *Memorial*? Que cumpram as leis da vida e palmilhem a rota da felicidade pessoal, mesmo à custa da solidão dos padrinhos, órfãos às avessas. Será, convenhamos, a mais tênue das decepções se confrontada, por exemplo, com o destino trágico de Rubião; nem por isso deixará de significar o retorno de antigas e amargas certezas. *Les morts vont vite*, e com eles os velhos: é o que sugere o nosso conselheiro, não por acaso diplomata e aposentado.

Reler *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* é ser chamado a um diálogo fecundo entre a sociologia e a hermenêutica, a explicação e a compreensão, o quadro e o olhar, o que não desprazeria ao mestre de Raymundo Faoro, aquele Weber que sondou, em toda a sua obra, as intrincadas relações entre o indivíduo e a sociedade.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (1980) “L’empire du Brésil”. In: DUVERGER, M. (org.) *Le concept d’empire*. Paris, PUF.
- BARBOSA, Rui. (1884) *Emancipação dos escravos*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional.
- BOSI, Alfredo. (1992) “A escravidão entre dois liberalismos”. In: *Dialética da colonização*. São Paulo, Cia. das Letras.
- _____. (2004) *O teatro político nas crônicas de Machado de Assis*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados/USP, Coleção Documentos, Série Literatura I.
- CARVALHO, José Murilo de. (2003) *A construção da ordem/Teatro de sombras*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CONSTANT, Benjamin. (1997) “Principes de politique applicables à tous les gouvernements représentatifs et particulièrement à la Constitution de la France (1815)”. In: *Écrits politiques*. Paris, Gallimard.
- FAORO, Raymundo. (1979) *Os donos do poder*. 5ª ed. Porto Alegre, Globo.
- _____. (1974) *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. (1969) *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, USP, Instituto de Estudos Brasileiros.
- _____. (1976) “As ideias estão no lugar”. In: *Cadernos de Debate*, 1, São Paulo, Brasiliense.
- FRIEDRICH, Hugo. (1968) *Montaigne*. Paris, Gallimard.
- GORENDER, Jacob. (1978) *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática.
- GRAHAM, Richard. (1973) *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- GUIZOT, François. (1973) *Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, vol. III.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1995) *Do Império à República*. 4ª ed.

- São Paulo, Difel.
- LASKI, Harold J. (1973) *O liberalismo europeu*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo, Mestre Jou.
- MERCADANTE, Paulo. (1980) *A consciência conservadora no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- NABUCO, Joaquim. (1975) *Um estadista do Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- _____. (1977) *O abolicionismo*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes.
- PASCAL. (1976) *Pensées*, nº 120 da ed. Brunschvicg. Paris, Gallimard-Flammarion.
- PRADO, Antonio Arnoni. (1983) *1922: itinerário de uma falsa vanguarda*. São Paulo, Brasiliense.
- RAMOS, Guerreiro. (1966) *Administração e estratégia do desenvolvimento*. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.
- ROUANET, Sérgio Paulo. (2003) “Elogio do incesto”. In: *Mal-estar na modernidade*. 2ª ed. São Paulo, Cia. das Letras.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978) “A práxis liberal no Brasil”. In: *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades.
- SCHWARZ, Roberto. (1977) *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades.

Machado de Assis reinventado pelos sociólogos

Leopoldo Waizbord

Professor de sociologia da Universidade de São Paulo e autor de *A passagem do três ao um* (São Paulo, Cosac Naify, 2007). Email: waizbord@usp.br

*“Com os haveres de uns e outros
é que se enriquece o pecúlio comum.”
Machado de Assis*

Iniciemos em tempo e lugar distantes, uma ode a uma amante esquiva: “*”Tínhamos nós mas não bastante mundo e tempo...”*. O verso, que Erich Auerbach tomou como epígrafe em *Mimesis – Dargestellte Wirklichkeit in der abendländischen Literatur* (1946), o mais das vezes não recebeu grande atenção de seus leitores, embora pleno de sentido. No poema de Andrew Marvell, um dos assim chamados metafísicos ingleses do século XVII, o verso possui um sentido bastante claro, a dizer que tempo e espaço são finitos e não os temos a nosso dispor; portanto, minha querida, é melhor nos apressarmos e colhermos todos os prazeres que esta vida pode nos dar, antes que tudo pereça e

sejam os roídos pelos vermes. Despercebido é o sentido que o verso possui em Auerbach, considerando-se que o livro foi escrito por um filólogo judeu-alemão em exílio involuntário na Turquia, durante a Segunda Guerra Mundial, carente de tempo e condições de pesquisa favoráveis. Fossem outras as condições, e o livro não seria o que se apresenta agora e dessa forma¹. Isto sugere algo significativo na estrutura profunda e superficial do livro. Vejamos.

Quando o Fondo de Cultura resolveu, logo após a edição original, traduzir a obra, Auerbach foi estimulado a escrever um capítulo sobre o romance de Cervantes, a fim de tornar o livro mais encantador ao leitor castelhano. A inserção de um capítulo em meio ao livro indica a complexa relação de todo e parte que o articula. Posteriormente, já ao final da década de 1950, Auerbach comentou a estrutura de *Mimesis* e alguns lapsos que lhe pareciam especialmente significativos na obra, oferecendo mais alguns estudos que contemplassem algumas das lacunas². Isto sugere que a empreitada auerbachiana possui uma dimensão (que denominarei aqui, para uso restrito) “aberta”, a permitir outras investigações suplementares, que indiquem formas ou modalidades outras da realidade exposta na obra de arte literária. Ou seja, podemos entender *Mimesis* como um conjunto de fragmentos, finamente articulados entre si, que indicam uma série variada e muito rica de modos de exposição da realidade na literatura, que não se esgota no elenco apresentado seja em 1946, seja em 1949 (edição mexicana), seja em 1958 (os “suplementos” oferecidos). Há uma concepção geral que dá enquadramento e unidade ao pensamento ali exposto, mas que permite ainda outros desdobramentos, que apenas as limitações de tempo e lugar impuseram ao seu autor.

Um dos aspectos mais intrigantes da fortuna do livro é precisamente o fato de que ele se acha, de certo modo, aberto para outros modos de exposição da realidade, de sorte que podemos ler outros esforços (sejam do próprio autor, sejam de outros) no interior dessa

1. O fato de Auerbach, ao citar o verso, transformar “*World*” e “*Time*”, com maiúsculas, em “*world*” e “*time*”, com minúsculas, indica o sentido mais concreto, imediato e próximo que pretende para os termos, despojando-os de qualquer sentido transcendente possível. Cf. MARVELL (1986, p. 250).

2. Cf. Auerbach (1958), citado a seguir com o título reduzido de *Literatursprache und Publikum*. É o próprio Auerbach quem fala das lacunas do livro em Auerbach (1994 – 1ª edição: 1946 –, p. 518; 1951, p. 7; 1958, p. 22, 24; 1953, p. 1-18).

concepção geral. Como se sabe, Auerbach tece no livro uma complexa e muito matizada concepção de “realismo”; na verdade, indica uma pluralidade de “realismos”, cada qual com sua peculiaridade específica. O resultado é uma tematização que dissolve propriamente uma ideia única, compacta, de “realismo” em uma série de “realismos”. Interessa-me menos esmiuçar este verdadeiro problema e achado do que indicar um registro analítico no qual vou adentrar um pouco. Pois se as investigações de Auerbach mapeiam uma ampla gama de feições do “realismo”, de modo a dissolver uma definição monolítica em uma série de configurações e modalidades próprias a períodos e obras literárias específicas, abre-se então a possibilidade de se pensar outras configurações “realistas” particulares na perspectiva geral que o livro arma. É o que pretendo indicar.

Com isto em vista, vou pontuar o problema em dois livros, publicados quase simultaneamente em 1974 e 1977: *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, de Raymundo Faoro, e *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, de Roberto Schwarz – na desconfiança de que a faísca produzida pelo confronto ilumine algo significativo, talvez até mesmo incendeie.

Há uma mesma questão que está no âmago dos dois trabalhos, razão pela qual fornece o fio condutor inicial: qual o “realismo” de Machado de Assis? O que equivale indagar como a literatura de Machado expõe a realidade: se e como a “retrata”, “espelha”, “ilumina”, “apresenta”; qual a relação que se estabelece entre “realidade” e “obra literária”. Compreender o peculiar do realismo machadiano é explicar o nó dessas leituras sociológicas; donde inclusive o caminho inverso, que é reivindicar para as ciências sociais o conceito ou noção, incorporando desse modo um elemento que apenas a repartição disciplinar pretendeu, em alguma vertente, situar para além daquelas “ciências”. Pois se a institucionalização e especialização permitiram que as obras fossem classificadas em outras categorias, trata-se apenas de um critério possível, dentre outros, que vale ser considerado em sua história – e contingência³.

Mas, como dizia, fala-se de “realismo”, e parece prudente começar por considerar duas noções de realismo, extraídas dos no-

3. Veja-se Lepenies (1981), p. I-xxxv. Sobre história e contingência, cf. Gravenitz e Marquard (1998), assim como Luhmann (1998, p. 44-62).

meados esforços de análise de Machado de Assis, talvez variando mesmo a noção ao longo deste estudo. Nos dois casos em pauta, há uma especificidade da obra de Machado de Assis, que faz sua grandeza e que poderia ser considerada na concepção auerbachiana, isto é: como uma outra configuração histórica do “realismo”, possuidora de especificidade própria, que marca sua diferença diante de várias outras feições suas. Faoro e Schwarz, cada um ao seu modo, dialogam com Auerbach nesse sentido, oferecendo, com tempo e labor próprios, seus “suplementos”.

Com isso em mente, vou começar com os começos; primeiro o de Faoro:

“Discernir o perfil da hora transeunte nos caracteres, desvendar, atrás do papel teatral, as funções sociais e espirituais – este o caminho tentado, para reconquistar, no Machado de Assis impresso, não o homem e a época, mas o homem e a época que se criaram na tinta e não na vida real”. (FAORO, 2001, p. 13; 1ª edição: 1974)

A tinta e a vida real, *res fictae* e *res factae*, dois momentos que se quer separar e compreender: a realidade que se cria na literatura é o primeiro ponto que assinalo e remeto de imediato à matriz auerbachiana. O título mesmo do livro de Auerbach afirma: como “filólogo”, interessa-lhe a realidade que se apresenta na forma de literatura⁴; disto decorre a tarefa, que é mostrar como a literatura expõe uma realidade, vale dizer, a constitui como tal (*na obra*). O problema de Faoro é precisamente este: a realidade que a obra de Machado expõe e, expondo, torna real. A figura do sociólogo é a encarregada do discernimento, desvendamento e outros correlatos, pois que há uma falha entre a realidade tal como ela é – o que significa, para Faoro, como a história e a sociologia a constituem – e o modo como ela aparece em Machado: o ficcionista “estiliza os fatos e os homens” (FAORO, 2001, p. 14, p. 541-547).

Dois pontos, então. *Primo*, a realidade tal como ela é: Faoro entende Machado de Assis interpondo à sua obra uma interpretação do

4. Embora pedante, é preciso destacar a cuidadosa formulação de Auerbach: “*dargestellte Wirklichkeit*”, “realidade exposta/apresentada”, e não “apresentação da realidade”. O estatuto que se atribui à realidade é diferente conforme a versão. Veja-se o texto, muito lúcido e no calor da hora, de Hamburger (1949, p. 144-145).

Segundo Reinado e dos inícios da República. Sem adentrar na discussão acerca de sociologia e história, diria que sua análise é informada por uma modalidade de sociologia histórica, conjugação de evento e conceito sociológico. O leitor percebe isto com facilidade, pois há extensas passagens do livro em que Machado de Assis fica de lado para dar lugar à informação e à análise histórica; esta é, por seu lado, sempre informada pelo conceito sociológico. A prova se dá passo a passo, de modo que sua reprodução não vale a pena, pois seria muito empobrecida; mas pode ser dada *in nuce* no fulcro do argumento, “a mudança de uma estrutura. A velha sociedade de estamentos cede lugar, dia a dia, à sociedade de classes”. Entretanto – e isto é tão ou mais importante do que o que precede –, “a classe em ascensão coexiste com o estamento; muitas vezes, a classe perde sua autonomia e desvia-se de seu destino para mergulhar no estamento político, que orienta e comanda o Segundo Reinado” (FAORO, 2001, p. 14 e 15).

Em meio a isto, a posição e situação de Machado de Assis:

“Perdido na mudança, no fogo cruzado de concepções divergentes do mundo, sem conseguir armar a teia da sociedade e identificar-lhe os fios, o autor estiliza os fatos e os homens, na armadura de um esquema da própria transição” (FAORO, 2001, p. 14).

E aqui chegamos, pelas costas, ao segundo ponto, já indicado. Uma obra literária às voltas com uma situação de complicada transformação.

Talvez a força do livro radique no andamento em paralelo de uma história do Segundo Reinado e inícios da República com a ficção machadiana, de sorte que um serve ao outro, a história dando raiz à ficção, a ficção ilustrando e lustrando a história – daí a estilização. Onde também uma fraqueza do livro, uma certa perda de autonomia da obra, que só se deixa ler sob o cenário da história que a acompanha *muito de perto* (deveria dizer *imediatamente?*). Isto se mostra em uma alternância que os leitores podem perceber: ora Faoro informa por meio da história – pense-se por exemplo na discussão do encilhamento (capítulo 3) – e a obra de Machado aparece mais distante; ora esta é chamada ao primeiro plano, ilustrando a análise histórica. Seja dito, em favor de Faoro, que é a história que bem nos permite compreender o que se narra, no sentido de que o autor crê que o bom entendimento da obra literária exige o

conhecer da história. A ficção nutre-se da realidade histórica; uma vez nutrida, pode dela se afastar, na direção da mencionada estilização.

Ora, se Faoro pôde escrever sua sociologia histórica do Segundo Reinado *ilustrando-a* com Machado de Assis, isto é sinal de que Machado de Assis foi capaz, em registro próprio, de *retratá-la*, vale dizer, *expor a realidade*. Trata-se aqui, portanto, de uma realização *realista*, que caberia qualificar.

Poderíamos dizer, um pouco provocativamente, que Faoro possui sua história já pronta de antemão⁵. Machado a ilustra, mas o sentido dessa ilustração não é nem simples nem banal: há muito que escapa a Machado de Assis, que seu intérprete lhe contrapõe, a fim de indicar seus limites, vale dizer sua exata posição. E tudo aquilo que encontra no escritor, que lhe permite comprovar, enriquecer e lusturar sua análise, é trazido à tona. Assim como “a política dava lustro ao nome humilde” (FAORO, 2001, p. 126), Machado de Assis dá lustro à história de Faoro.

A armação interpretativa de Faoro repousa na articulação de dois vetores, ambos já clássicos na exegese machadiana: o *realismo* e o *moralismo*⁶. Difícil, mesmo impossível, tratá-los em separado:

“Ele [o romancista] não aprova os valores inscritos no cume da carreira política – mostra-o, ao contrário, apenas um feixe de decepções, de amargas frustrações. A ficção não reflete a realidade, nem a reproduz no espelho; ela a critica, a combate, a denigre. O escritor é, dizia Schiller, o vingador da realidade – nunca a palavra esteve mais adequadamente empregada do que no caso. O escritor não pode mentir; sua mentira terá a forma de fuga ou de retórica vazia. Se a realidade é frustração, não se deve o fato ao escritor, mas à própria realidade, em si cinzenta e destituída de força de fascínio. Esta a verdadeira perspectiva: esta a filosofia da frustração. O ministério ou o título de marquês, com o qual sonhavam Rubião e Virgília, são mera aparência, algo destituído de valor autêntico [...]” (FAORO, 2001, p. 128 e p. 536)⁷.

5. Inclusive em sentido literal: FAORO, 2001a.

6. Embora signifique parte importante da discussão dos autores de que trato, este estudo deixa de lado os diálogos que estabelecem com a fortuna crítica e a tradição de interpretação da obra de Machado de Assis para concentrar-se na questão de fundo proposta.

7. A referência a Schiller é especial por uma razão cifrada, que deixo de lado para não ter de interpor um excursus sobre a questão. Seja dito apenas, para não fazer mistério, que Schiller

Há pois um realismo específico que opera na análise de Faoro e a faz vibrar; mas, no âmago desse realismo, pulsa o moralismo, e o inverso também é verdadeiro e necessário: que na alma desse moralismo vive o realismo. E é justamente neste ponto que ele deve ao filólogo judeu-alemão, assim como está obrigado na embocadura geral do estudo. É preciso, pois, indicar como um determinado realismo – um determinado “tipo de realismo” (SCHULZ-BUSCHHAUS, 1987, p. 51-67) – constituiu-se precisamente nesta articulação de realismo e moralismo, e, exatamente este ponto central, pivô sobre o qual gira a interpretação de Faoro, foi posto a descoberto por Auerbach. Pois, para pensar e compreender Machado de Assis, Faoro precisou dar conta desta dupla face: por um lado realista, por outro moralista:

“Também pertence a essa força de uma visão sintética do mundo uma consciência crítica sólida, mas não obstante elástica e perspectivista, que atribui aos fenômenos, sem uma moralização abstrata, o seu valor moral peculiar e matizado com precisão, na verdade deixando-o brilhar dos próprios fenômenos. [...] O meio estilístico [...] empregado foi já na Antiguidade muito prezado e denominado então ‘ironia’: tal forma discursiva indiretamente insinuante, mediada, tem como pressuposto um sistema complexo e múltiplo de possibilidades de valoração e também uma consciência perspectivista, que com o acontecimento insinua ao mesmo tempo sua consequência” (AUERBACH, 1994, p. 211-212).

Este passo de Auerbach condensa muito: o estatuto do realismo em pauta, sua relação com o moralismo e o estatuto desse moralismo, e o meio estilístico mobilizado o mais das vezes. E sintetiza a figura do escritor, na consciência a um tempo crítica e perspectivista – por exemplo, é a ela que se deve a célebre caracterização do cunhado Cotrim (no capítulo CXXIII das *Memórias póstumas de Brás Cubas*), dentre tantas outras aparições, que assombram. Isto somente para sublinhar

não disse ser o escritor o “vingador da realidade”, mas sim o “vingador da natureza”. Quem transformou a expressão de “vingador da natureza” em “vingador da realidade” foi, salvo engano, Georg Lukács, que em seus escritos cita o passo ora de um modo, ora de outro. Que Faoro tenha citado a expressão em sua forma adulterada indica, creio, que o fez através de Lukács. E isto leva-nos a um outro autor que está levemente por detrás de sua análise, mas que por razões de espaço e de centralidade deixei de lado. Veja-se: Schiller (1997, p. 712); Lukács (1948, p. 111 e 1971, p. 278).

que este passo de Auerbach é uma chave de leitura privilegiada para a obra de Machado de Assis – que não cabe esmiuçar aqui, já que meu problema é de segunda ordem. O que, decerto, não me abstém do ônus da prova com relação à importância do moralismo, ou melhor, desse moralismo, na visão de Faoro:

“Machado, preso aos preconceitos de moralista, ainda alheio à formação de historiador do século XIX, concebeu as estruturas sociais como movidas por sentimentos e paixões individuais. No jogo das forças sociais, o concurso das circunstâncias exteriores tem inegável peso, mas o que decide é a fibra do homem, rompendo caminhos à custa de sua ambição. [...] A visão do moralista pune a ambição, esmaga a paixão que arde secretamente na alma, ao tisoná-la com a frustração” (FAORO, 2001, p. 18 e 125)⁸.

A figura do moralista amolda o realismo machadiano, assim como o realismo amolda o moralista – pois não se trata do moralista que julga segundo um panteão de valores dados de antemão, senão que os deixa aflorar no próprio desenrolar da ação, situação ou problema. É isto que Auerbach tinha em vista, quando distinguia a moralização abstrata, de um lado, de um valor moral que tinge os fenômenos no acontecer da própria situação, de outro. Isto em favor tanto do Machado realista, como do moralista – e sem deixar passar despercebida a singular maestria do romancista no simplesmente deixar aflorar...

Tomemos um único exemplo, que faculta avaliar o diálogo de Faoro com a tradição e, no mesmo movimento, aquilatar a enorme força de sua análise. Eugênio Gomes, em *O enigma de Capitu*, dedicou um parágrafo à velha sege de dona Glória, que encantava Bentinho e de que sua mãe não se desfazia por lembrança do marido. Segundo Eugênio Gomes, Bentinho aprecia a sege como objeto de prestígio, como símbolo de *status*. Ver-se na sege era um afago em sua vaidade, donde Gomes indica o traço do Machado moralista presente no episódio (GOMES, 1967, p. 130-131). Por sua vez, Miécio Tâti, em *O mundo de Machado de Assis*, arrolou extensivamente os diferentes meios de transporte que aparecem

8. A questão do moralismo é constante, pelo menos desde Sílvio Romero, na literatura sobre Machado de Assis, de sorte que me abstenho de indicá-la em detalhe. O tema aparece recorrentemente no livro de Faoro.

na obra do ficcionista (1961, p. 67-75). Sem negar ambas as interpretações, Faoro as potencia: mostra-nos como os meios de transporte estão ligados a uma complexa e fascinante topografia social, que vai decantando passo a passo: carruagens, coches, tálburis, landaus, cupês, *cabs*, cabriolés, bondes e símiles indicam momentos históricos específicos e possuem proprietários e usuários determinados, que não se confundem jamais na teia dos mecanismos de prestígio e de hierarquia social.

“Do coche ao bonde – é toda a sociedade do Império, sobretudo a do Segundo Reinado, que se expressa e caracteriza. Pelo carro se conhece o homem: símbolo de opulência, da mediania e da pobreza. A carruagem fazia supor as cocheiras, o exército de criados e escravos, tudo articulado para o luxo ostentatório das ruas e praças. O bonde, no outro extremo, é a sociedade democrática que se expande e cresce – sociedade mal-educada, que cospe no chão e fala alto. O carro esconde e dissimula cabedais; o carro ostenta e põe a nu o homem, com seus vícios e sua pobreza. Eles se digladiam nas ruas, com impulsos próprios, honra e prestígio derivados das parelhas – num painel autêntico do que vale cada homem no conceito de outro homem” (FAORO, 2001, p. 65-66).

Como fantasmas, as coisas vivem e falam pelos homens, que se vêem condenados a meros objetos, nesta como que lembrança do fetichismo da mercadoria por Faoro (2001, p. 53-54, tb. p. 93, 194, 526). Por detrás deste mundo dos coches, cupês, tálburis etc. pulsa toda a trama viva da sociedade, vista sob as lentes do moralismo: aqui os homens valem pelo que aparentam ser e valer. Comparar Faoro com Gomes (Táti é simples e competentemente descritivo) é instrutivo para aquilatar a distância que vai de uma interpretação impressionista a uma leitura sociológica: Eugênio Gomes utiliza a sege para marcar a necessidade de distinção e prestígio, tingida contudo pelo inusitado de um tipo de carruagem já antigo e difícil de se ver trafegando àquela época, e que dá destaque. Para Bentinho, circular de sege era um modo de se fazer visto e falado. Já Faoro, sem dispensar todos estes elementos, insere-os em um registro mais amplo e significativo, porque extrapola a dimensão simplesmente pessoal envolta na sege: ela não é mais, sem deixar de sê-lo, apenas um meio para Bentinho, mas sim depositária e reveladora de toda uma complexa hierarquia social, em processo ao longo do século. É

comparando a antiga sege da rua de Mata Cavalos com os outros tipos de carruagens que se pode entender precisamente o que é uma sege, e quando. E só então se compreende a velha sege de dona Glória como verdadeira cifra de posição social e prestígio.

Entretanto, é preciso adentrar o modo como Faoro incorpora a análise de Auerbach com relação ao problema da realidade exposta, vale dizer, do próprio realismo. Em seu entendimento, *mimesis* seria a “ponte” entre a realidade e a obra literária (FAORO, 2001, p. 526), de modo a conectar domínios diferentes, mas não comunicáveis. Compreender este mecanismo é compreender o que explica e dá substância à sua empreitada analítica (histórico-sociológica ou, caso se queira, no campo dos estudos literários).

Carece entender, então, como Faoro compreende estas duas margens, unidas pela ponte que aproxima e separa. A história revela uma realidade que não se confunde com a realidade da ficção⁹. A certa altura de seu livro, ele afirma: “Até aqui a ficção, sistematizada e reconstruída em simetria com um mundo que dela emerge, interiormente harmônico. Uma pausa para a verdade do sistema político, tecido de documentos e números” (FAORO, 2001, p. 143; ver também p. 234-235). Há uma “verdade” que só se alcança pela história e pela sociologia, *mas não pela ficção*. Trata o autor, então, de abandonar esta última e cercar-se dos “documentos e números”, de modo a que a verdade apareça¹⁰. Uma vez visível, a ficção é chamada novamente, desta vez para o confronto: confronta-se a realidade social-histórica e a ficção e a substância da ideia de *mimesis* é o que nasce deste embate: precisamente o realismo peculiar de Machado, que não é a realidade tal qual a história e a sociologia, boas irmãs que são, mas sim uma iluminação dessa realidade: não o espelho que simplesmente reflete, mas a lâmpada que deforma¹¹.

9. “Machado de Assis aproxima-se da realidade sempre que lembra o fato anedótico, ocasional, pitoresco. Dela se afasta ao tocar o travejamento estrutural, um tanto embaciado, na sua arquitetura, aos olhos do historiador moralista” (FAORO, 2001, p. 154).

10. Onde Faoro vê a realidade verdadeira, é tributário de uma concepção de *mimesis-verdade*, algo que existe independentemente de um sistema de codificações que o codifica. Veja-se Goodman (1995).

11. Aqui outra inspiração sua, na exegese de Abrams da teoria da crítica literária do Romanismo: Abrams (1971, 1ª edição: 1953), em cujo prefácio se lê: “O título do livro identifica duas metáforas comuns e antitéticas da mente, uma comparando a mente a um refletor de objetos externos, outra a um projetor radiante que dá uma contribuição aos objetos que observa”. Veja-se Faoro (2001, p. 143, 523, 527, 529).

Faoro procura, então, alcançar a diferença de narrativa histórico-sociológica e narrativa ficcional. Em ambas, detecta a significação cultural que se estabelece na relação de sujeito e objeto; seguindo bem de perto o Max Weber da *Wissenschaftslehre*, entende que é uma valoração que atribui sentido ao real, seja no historiador, seja no ficcionista: “o valor cultural relevante está presente na configuração seletiva do historiador como na obra literária” (FAORO, 2001, p. 528). Isto significa que ambos refletem e iluminam, por conta de sua perspectiva própria. Desta feita, a questão passa a ser qual a perspectiva que está operando. É precisamente aqui que se insere a compreensão do realismo específico de Machado de Assis, que incorpora seu moralismo particular. Se há um realismo próprio ao ficcionista, é porque este trabalha o real, destacando e enlaçando; “a conexão entre a realidade e o valor configura o sentido da realidade, gerando o ponto de vista que a torna perceptível, relevante” (FAORO, 2001, p. 528)¹². Nisto, não há propriamente diferença entre os procedimentos do historiador e do ficcionista, estando a divergência naqueles valores que informam a seleção operada.

“O confronto entre a visão de Machado de Assis e a realidade, ou, mais corretamente, a realidade tal como a percebe o historiador, indica muitas discrepâncias de detalhe. [...] Outras, muitas outras, seriam as incongruências entre a perspectiva do escritor e o painel reconstruído do passado. As diferenças de pormenores não mostram, mesmo se arroladas, minudentemente, a peculiaridade do quadro construído por Machado de Assis sobre o Segundo Reinado. Os traços isolados, as indicações particulares, as observações de intimidade e profundidade são de rara autenticidade. Decorrem, todavia, de um centro de filtragem e de seleção valorativa que acentua e destaca o fenômeno singular em prejuízo da organização social, da estrutura política e das coordenadas supraindividuais. A história – condicionamento do destino da personagem de ficção – obedece à atividade consciente do homem ou que é redutível à consciência. [...] No fundo, todos os males da sociedade e todos os remédios estariam no coração do homem, só ele responsável pelos acontecimentos. Nesse poço de contradições, o destino humano e o destino das nações têm

12. Há uma pitadinha de Schütz no passo?

sua mola íntima e última de decisões. Tal concepção do homem e da história é que explica os extravios, as infidelidades sociais, a projeção no cenário dos pequenos motivos para explicar grandes acontecimentos. Fora da perspectiva psicológica, penetrada de moralismo, há no grande mundo, de cuja construção global, em retrovisão, decorre outra imagem do homem, mesmo a pequena imagem oculta e íntima que as virtudes e os vícios mascaram” (FAORO, 2001, p. 180-181).

A diferença que faz diferença diz respeito, portanto, àquelas conexões de sentido que informam as narrativas em pauta, e aqui é possível perceber os limites da ficção machadiana, pois ela, no entender de Faoro, gira sobre um pivô que não é a estrutura social, global, mas sim um ponto de vista particularista, nomeadamente “singular”; isto é, como se viu em passo já citado, o movimento das estruturas sociais é sempre atribuído aos sentimentos, paixões e desejos dos indivíduos.

Já o movimento do exegeta opera em seleção diferente e alcança, ao que parece, a “verdade” (no passo mencionado, do sistema político). Nesse ponto antevemos traços daquela outra vertente, que informará fortemente a análise de Roberto Schwarz, qual seja, a de que a perspectiva da totalidade assegura a percepção da verdade. No caso de Faoro, é isto que justifica, no final das contas, um livro sobre Machado de Assis, já que a realidade que Machado expõe não é “real”, no sentido de “verdadeira” em sentido enfático, mas “estilizada”. A sociologia da obra explica a estilização, por um lado, e, por outro, mostra o que é o real. Este depende da estrutura social como um todo e em movimento, estrutura esta que nunca aparece tal e qual em Machado de Assis: aparece sempre desviada, até mesmo adulterada, pelas motivações pessoais – donde se comprova a indissociabilidade do moralismo. Vale a pena citar extensamente:

“O ficcionista, do qual não se distancia o cronista, viveu cerca de 50 anos de história, dentro do Segundo Reinado. Retratou e elaborou uma sociedade, decantada, filtrada, construída a partir da conduta de personagens, transformados em homens, escravos e capitalistas, bacharéis e deputados, banqueiros e poetas. O padrão teórico, colhido nos moralistas e nos sociólogos deterministas do século XIX, sublima-se como produto da investigação crítica, pressuposto do ordenamento da

realidade. [...] O romancista não se preocupa com entidades sociais ou econômicas, mas com situações concretas, significativas na medida em que os valores dominantes lhes conferem cor, sentido e consistência, projetados da estrutura global. [...] Há, em todos os gestos e atos das personagens, motivando-as ou determinando-as, a mola, secreta ou ostensiva, forjada com o material da ordem social, globalmente considerada. A longa meditação do fato literário, impregnado de realismo, dá a perspectiva, singular entre os escritores brasileiros do seu tempo, do compromisso do ato com o seu meio. [...] Com os fios da vida e da tradição, do pensamento e da experiência, pinta um quadro acabado da sociedade brasileira” (FAORO, 2001, p. 383-384).

O sociólogo, Faoro, tem em vista a estrutura global que foge ao escritor fluminense e, vendo o que o outro não vê, é capaz de assinalar, em sua cartografia sociológica, a posição real da obra machadiana. Eis o traço fundamental da interpretação de Raymundo Faoro, que vê o que Machado não vê¹³.

Mas estou acelerando o andamento do argumento, e parece prudente assentar melhor a trilha antes de derrapar por afoiteza. Voltemos então, tendo passado pela lição weberiana, ao modo como Faoro formula sua incorporação da *mimesis* auerbachiana. O que deve ser compreendido, vale ressaltar, como uma possível contribuição ao problema de Auerbach, tão parcimonioso na formulação conceitual explícita da questão, escolhendo deixá-la ir se desdobrando nas próprias análises. Assim, o problema daquela antiga ponte, filtrado pelas conexões de valores que indicam sentido, desemboca na concepção de *mimesis* de Faoro:

“A arte deforma a realidade, na *mimesis* dialética, não raro intencionalmente, por obra de sua estrutura específica. Na criação artística configura-se uma categoria própria de história, recolhida da imagem quebrada e reconstruída, mediante simetria e desenho próprios. O processo deformativo – na realidade, processo de transmutação –, superando as velhas distinções entre forma e conteúdo, abrange o estilo e a própria realidade social” (FAORO, 2001, p. 526 e 529).

13. Isto mostra-se reiteradamente no curso do livro; a título de exemplo, FAORO (2001, p. 120, 252, 322, 351, 389).

A adjetivação insere algo novo, pois trata-se de uma *mimesis dialética*. O sentido desta dialética é possibilitar a “transmutação”, de sorte que a realidade da obra de arte não é menor, nem pior, do que a realidade informada pela estrutura social entendida em sua totalidade – aquela que o sociólogo-historiador Faoro havia confrontado com a ficção. Duplo desvelamento, da natureza da obra machadiana e do exegeta que a enfrenta. E, com essa explicação – é verdade que rápida –, Faoro pode reenlaçar o enquadramento auerbachiano, em dupla chave. Em primeiro lugar, a ficção machadiana é uma exposição da realidade, de sorte a contemplar uma das lacunas possíveis que mencionei de início. Em segundo lugar, a categoria de estilo, que em Auerbach é a categoria operante, pois que é o estilo que “expõe a realidade” (AUERBACH, 1994, p. 62, 32-33, passim) – o estilo como que formata o modo como a realidade é exposta. Há, portanto, uma relação importante entre estilo e *mimesis*; o estilo “pauta”, “ordena” a forma, a modalidade da *mimesis*¹⁴. Então, embora Faoro abstenha-se ao longo do livro de discutir a forma da narrativa machadiana (e ele lança mão de contos, romances, crônicas, além de teatro e poesia), está a indicar que isto precisa ser pensado sob a categoria do estilo, pois que, como se viu, a obra literária possui “estrutura específica”, que outros poderiam preferir denominar “forma”. Talvez haja aqui alguma estripulia do analista, pois, como o livro é amplamente sustentado por citações de Machado, o estilo está dentro do livro de Faoro, como matéria bruta que seus leitores vão absorvendo ao longo da leitura, e com isso ele se abstém da tarefa de uma análise “estilística” (tarefa do filólogo, diga-se de passagem). Ademais, como o estilo estaria compreendido sob a égide daquela dialética mencionada, ele é tratado o tempo todo, sem o ser.

Reencontramos aqui um ponto assinalado ao início, a estilização. Se a realidade é exposta mediante o estilo, a ideia de estilização dá o tom dessa realidade exposta; também neste ponto Faoro segue Auerbach: um “realista moderno” – e Auerbach refere-se ao século XIX – “imita um ambiente contemporâneo qualquer, cotidiano, com a sua infraestrutura social, sem estilização” (AUERBACH, 1994, p. 34). Ora, Faoro entende

14. Embora Auerbach seja, como sempre, discreto (uma dimensão de seu *sermo humilis*), há uma grande proximidade entre o “Darstellungsweise” e o “Stil”, que o leitor de *Mimesis* entende.

que em Machado de Assis há estilização, e o mesmo movimento que o afasta do moderno realismo europeu marca a seguir a peculiaridade do seu realismo. Que, nos termos de Auerbach, ao mesmo tempo estaria nas proximidades do realismo de um autor como William Thackeray, que, “embora desenvolva seu romance de modo mais moralista do que histórico, liga-o ao pano de fundo da época napoleônica e pós-napoleônica” (AUERBACH, 1994, p. 36)¹⁵; o leitor de *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* entenderia, a essa altura, que Machado liga sua ficção à época do Segundo Reinado e inícios da República... Note-se que permanecemos sempre na mencionada e sublinhada simbiose de realismo e moralismo, que de fato indica algo como uma posição intermediária entre o realismo da Antiguidade e o realismo moderno:

“Para a literatura realista antiga, a sociedade não existe como um problema histórico, quando muito como um problema moral, e de mais a mais o moralismo diz mais respeito aos indivíduos do que à sociedade. A crítica dos vícios e excrescências [...] formula o problema de modo individualista, de maneira que a crítica da sociedade nunca conduz a um desvelamento das forças que a movem. [...] há aí não apenas um limite de seu realismo, mas também, e sobretudo, um limite de sua consciência histórica. Pois precisamente nas relações econômicas e espirituais da vida cotidiana revelam-se as forças que estão na base dos movimentos históricos [...]” (AUERBACH, 1994, p. 35 e 37).

São precisamente a estas formulações de Auerbach que Faoro remete seus leitores (FAORO, 2001, p. 530, nota 10), e de que precisamos nos aproximar se quisermos compreender o verdadeiro estatuto dado ao realismo machadiano; de lambuja, aquilatamos o montante da dívida de Faoro para com *Mimesis*. Vejamos então como Faoro reescreve aquela análise e argumentação de Auerbach, transposta para o caso Machado de Assis:

“Substitui Machado a simetria sociológica, já incorporada por Stendhal, Balzac e Zola, a uma construção. É a estilização da sociedade – redução

15. No registro da influência, valiosa mas algo insuficiente para o presente andamento, E. Gomes tentou aproximar Machado de Assis de Thackeray; cf. GOMES (s.d., p. 59-65). Voltarei ao ponto.

da realidade exterior à vontade humana, com formas e modelos artificialmente fixados. [...] O que lhe faltava, e isto o enquadra na linha dos moralistas, era a compreensão da realidade social, como totalidade, nascida das relações exteriores e impregnada na vida interior. [...] A estilização partia, por consequência, de fatos e realidades sociais, apurados na observação das coisas e na conduta dos homens. O que a distingue da construção social, decorrente de uma compreensão global, é a predominância dos sentimentos e das virtudes na ação coletiva. Persiste nela – diga-se ainda uma vez – o moralismo, mitigado embora com a sociedade sentida e percebida como resistência à vontade do homem, o homem ingenuamente vestido de rei da criação” (FAORO, 2001, p. 545-546, tb. p. 120, 537, 540).

Esta é a situação do realismo de Machado de Assis. Que não se confunde absolutamente com o que Auerbach atribuía ao realismo antigo, pois vivem aqui indivíduos que só ganham carne e osso no âmbito da literatura européia (e ocidental); trata-se, como se insistiu anteriormente, de uma consciência crítica e perspectivista. E, como também mencionei anteriormente, é no teor dessa consciência que Faoro e Schwarz vão divergir; isto implica um conceito de realismo que entre eles se transforma e, consequentemente, a possibilidade de se continuar admitindo um moralismo, ou não, em Machado de Assis. Este é o passo que nos conduz ao livro de Roberto Schwarz.

Tentemos então resumir um pouco o argumento. Faoro formula claramente o problema do realismo machadiano e o resolve em uma fórmula auerbachiana, a do realismo tingido de moralismo. É evidente que essa solução não é prerrogativa exclusiva de Auerbach, mas apenas que Faoro a ele se refere. Sendo moralista – “moralista decepcionado” (FAORO, 2001, p. 541) –, a sociedade não aparece em seu movimento real na ficção machadiana, donde uma espécie de déficit de realidade – “no mesmo século, Stendhal e Balzac sobretudo, já haviam ultrapassado o moralismo historicizante de um Voltaire, apresentando a sociedade como véu global” (FAORO, 2001, p. 540) –, sem que isto signifique, claro está, literatura menor. Indica tão-somente a natureza própria do realismo em questão. Uma vez destrinchado, o realismo machadiano permite compreender sua posição no universo da literatura nacional e mundial.

Tanto quanto sou capaz de perceber, Faoro imputa o caráter específico do realismo machadiano à própria situação social do autor. A transição da sociedade estamental para a sociedade de classes, “transição de uma ordem solidária para outra, a contratual”, o “desaparecimento de uma estrutura social” (FAORO, 2001, p. 540-541, 543, 14, *passim*), tudo isto atinge a ficção, tingem-na com as cores do moralismo, no sentido de que o moralista, ligado aos *mores*, tem em uma situação de mudança o momento do estranhamento, quiçá choque, dos comportamentos, e com isso se surpreende, se distancia, se amargura, se diverte, se decepciona, conforme o caso. No caso de Machado de Assis, decepciona-se.

Imagino que Faoro tinha, na formulação do problema do moralismo em Machado de Assis, os olhos postos em um problema bem mais amplo, que investigara em *Os donos do poder*. O moralista tem nos costumes a medida com a qual contempla o mundo. Entretanto, “os costumes se movem sobre a força das paixões e dos sentimentos. Pisando nesse terreno fluido, não aceita o constrangimento da conduta por obra das relações sociais, das instituições e as organizações” (FAORO, 2001, p. 537). Ora, a sociedade brasileira, na interpretação oferecida em *Os donos do poder*, caracteriza-se precisamente por assentar-se mais nas paixões e sentimentos do que naqueles constrangimentos. Veja-se o seguinte passo que, embora tratando de outro contexto e época, ilumina o problema do moralismo machadiano:

“Longe estará o direito racional, racional no seu conteúdo e não meramente como forma, calculável nos seus efeitos, previsível nas consequências dos contratos por ele disciplinados. Ele só assentará em pressupostos alheios ao Estado patrimonial, numa realidade política que separa a sociedade da organização do poder, com o predomínio e a incolumidade das liberdades. Provavelmente [...] somente onde uma comunidade, um grupo, uma classe pôde subsistir sem a interferência do príncipe se consolidou o direito como categoria inviolável ao arbítrio do Estado. Fora daí, numa estrutura de predomínio absoluto das interferências estatais, a realidade jurídica será sempre uma sombra do poder político, altaneiro, incontrastável, ameaçador. As atividades econômicas, os interesses, os contratos não se reduzem, dentro desse contexto social, ao ganho, ao lucro e às vantagens materiais. Tudo se

subordina à glória, à honra, ao incremento dos valores que o estamento corporifica [...]” (FAORO, 2001a, p. 87)¹⁶.

Em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, o mesmo ponto encontra expressão: a já muito mencionada transição implica “o desaparecimento de uma estrutura social que modela os valores sociais por critérios de honra e prestígio” (FAORO, 2001, p. 543). Machado de Assis, vivendo o momento da transição da sociedade estamental para a sociedade de classes, contemplava o mundo com olhos criados e educados no regime do estamento; os costumes que poderiam medir o curso das coisas encontravam-se, justamente, em momento de ajuste, quicá tensão, ocasionalmente até confronto. Apesar de tudo, o estamento permanece, ajusta-se mas permanece. A tensão entre as ideias e o modo como elas existem na prática oferece, nesse amplo contexto, uma base para o moralismo. Machado de Assis parece ter seguido esta sugestão. Os leitores de Machado podem se lembrar, certamente, de mais de um passo em que se faz a apologia da glória ou, seu negativo, o temor da obscuridade, mal maior¹⁷.

Algo ainda sobre a *mimesis*. O tema da *mimesis*, em Faoro, provém direta e abertamente de Auerbach (cf. FAORO, 2001, p. 526). Entretanto, seu teor dialético, duas vezes sublinhado por Faoro (2001, p. 526 e 529), não aparece – ao menos nessa adjetivação – em Auerbach. De onde provém? A *mimesis* transfigura a realidade, mas esta não deixa de ser a realidade da obra de arte (Faoro apura a verdade na arte e na realidade). A fantasia que altera os fatos em favor da realidade da obra é o que permite falar na verdade da obra artística (já se viu, mais atrás, que a obra literária configura uma categoria própria de história). Faoro cita Machado, em crítica a livro do senhor doutor Macedo:

“O autor dirá que não podia alterar a realidade dos fatos; mas esta resposta é de poeta, é de artista? Se a missão do romancista fosse copiar os fatos, tais quais eles se dão na vida, a arte era uma coisa inútil; a memória substituiria a imaginação [...]. O poeta daria a demissão e o cronista tomaria a direção do Parnaso. Demais, o autor podia, sem al-

16. Passagens equivalentes encontram-se em FAORO (2001, p. 77 e 294).

17. Faoro refresca a lembrança: 2001, p. 541-542.

terar os fatos, fazer obra de artista, criar em vez de repetir [...]” (ASSIS, 1986, p. 844; cf. FAORO, 2001, p. 531-532).

Essa liberdade na figuração do real talvez indique a adjetivação da *mimesis*, pois não sendo, é. Como quer que seja, continua valendo aqui a “verdade estética”, a “verossimilhança comunicativa” (FAORO, 2001, p. 532). Tudo isto posto, passemos ao seguinte; mas, em vez de fazê-lo em um passo, façamo-lo em um desvio, para facilitar um pouco as coisas.

Continuação de um e complemento de outro

Quando Roberto Schwarz publicou *Ao vencedor as batatas (i)*, em 1977, o título continha esse “(i)”, que era explicado logo ao início em uma “Explicação ao leitor”, na qual se esclarecia ser o livro somente a metade do estudo pretendido sobre Machado de Assis, a que se deveria seguir, posteriormente, a outra metade. Ao final do livro, depois do último ponto final, vinha um “(*continua*)”, em itálico, de sorte que ao iniciar e ao terminar o autor reiterava o caráter incompleto do trabalho¹⁸. Incompleto, porém compreensível e pleno de sentido em suas metades separadas. A segunda metade foi publicada em 1990, mas, ao contrário do esperado, não ganhou o título *Ao vencedor as batatas (ii)*, e sim, como se sabe, título de reverberação benjaminiana, *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. No prefácio à segunda metade, o autor adverte seus leitores que o livro em mãos é a continuação do livro de 1977 e que, embora escritos de modo a serem metades autônomas, continuam sendo metades que formam um todo¹⁹.

O caso de Raymundo Faoro é bem diferente. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* está visceralmente ligado ao estudo sobre a “formação do patronato político brasileiro”, que Faoro publicou em 1958, intitulado *Os donos do poder*. Na verdade, o livro de 1958 foi

18. SCHWARZ (1977, p. 9 e 161, 1ª ed.). No curso deste estudo, citarei sempre segundo a 5ª edição: SCHWARZ (2000). O livro foi apresentado originalmente, em 1976, como tese de doutorado em Estudos Latino-Americanos na Universidade de Paris III, com o título *Forme littéraire et processus social aux débuts du roman brésilien*.

19. SCHWARZ (1998, p. 12; 1ª. edição: 1990). Com a publicação deste livro, Schwarz parece ter julgado mais apropriado tirar o “(i)” do título de *Ao vencedor as batatas*, assim como a mencionada “Explicação ao leitor” e o “(*continua*)”.

completamente reescrito para a sua segunda edição, de 1975, de sorte que os dois livros foram compostos mais ou menos simultaneamente e, de certo modo, completando-se. Embora Faoro afirme, sob os auspícios de Montaigne, que a ideia do livro de 1958 não se altera na sua reedição, a leitura das duas versões não deixa muitas dúvidas sobre a extensão das modificações. Mas *Os donos do poder*, em suas duas variantes, termina com uma imagem machadiana²⁰, e estava aí indicado o próximo passo: *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* desdobra esse Machado que ficara apenas latente, entrevisto. O núcleo que une os dois livros é a compreensão da dimensão estamental da sociedade brasileira, no caso de Machado, como vimos, em meio à passagem complicada para a sociedade de classes.

É n' *Os donos do poder* que encontramos amplo uso e fundamentação de categorias que serão basilares no estudo sobre Machado de Assis: classe, estamento, capitalismo politicamente orientado, Estado patrimonial-burocrático, patrimonialismo. Ademais, o problema da transição complexa, como se viu capital para compreender Machado de Assis, é amplamente discutido²¹. Nesse sentido, o livro anterior é mesmo um pressuposto do posterior, embora a autonomia de ambos não seja

20. As referências são: FAORO (1958). A segunda edição, com o mesmo título e editora, é de 1975. A edição por mim utilizada é a 3ª, FAORO (2001). A imagem machadiana mencionada aparece sempre na última página: na 1ª edição na p. 271; na 3ª na p. 838. As outras referências a Machado de Assis em *Os donos do poder* situam-se nas páginas 227, 254, 451, 753 e 793 (nesta, oferece sua solução para o enigma de Capitu...).

21. FAORO (2001a, p. 237, 515, 567, 573, 579 – diretamente significativa para o caso Machado de Assis, em se tratando do encilhamento –, 591, 605, 676, 820, 823-824, 830, 833). Para uma amostra do enorme poder de fogo de Faoro, veja-se apenas a primeira das referências: “As classes, nas suas conexões com o domínio, o comando e a política, ganham ascendência com a sociedade burguesa, com a Revolução Industrial. Num período pré-capitalista – de capitalismo comercial ou de capitalismo politicamente orientado –, elas se acomodam e subordinam ao quadro diretor, de caráter estamental. Suas pretensões de se apropriar das decisões do Estado ou do seu mecanismo se perdem na mediação de outras categorias, fortes para a ação imediata somente com o predomínio da sociedade industrial. As formas sociais e jurídicas assumem caráter constitutivo na estrutura global, estabilizando as manifestações econômicas, freando o domínio das classes. Essa posição subalterna das classes caracteriza o período colonial, com o prolongamento até os dias recentes, sem que o industrialismo atual rompesse o quadro; industrialismo, na verdade, estatalmente evocado, incentivado e fomentado. Numa sociedade desta sorte pré-capitalisticamente sobrevivente, apesar de suas contínuas modernizações, a emancipação das classes nunca ocorreu. Ao contrário, a ascensão social se desvia, no topo da pirâmide, num processo desorientador, com o ingresso no estamento. A ambição do rico comerciante, do opulento proprietário não será possuir mais bens, senão o afidalgamento, com o engaste na camada do Estado-Maior de domínio político”. Note somente que esta última frase não vale apenas para Agostinho Santos, aliás barão de Santos.

posta em dúvida²². Nesse aspecto, há algo de próximo, embora não coincidente, no modo como os quatro livros dos dois autores se relacionam. Isto mereceria um exame mais detido; entretanto vou indicar apenas um ponto. Trata-se de uma citação de Trotsky, na verdade de uma ideia, que aparece tanto em *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* como em *Os donos do poder*: como se pode sem muito esforço adivinhar, a “lei do desenvolvimento desigual e combinado” do capitalismo²³. Vou retomar os passos dos três autores. Leia-se inicialmente a matriz, saída da pena do grande revolucionário:

“Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado. A possibilidade de superar os degraus intermediários não é, está claro, absoluta; realmente, está limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva. O próprio processo de assimilação apresenta, neste caso, um caráter contraditório. [...] As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais

22. Uma nota acerca do título *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*: uma das epígrafes do livro fala das pirâmides do Egito, algo que é imutável, mas muda; e outra do trapézio na cabeça de Brás, no qual se dependurou a ideia fixa, algo que não muda, mantém-se, balançando. Ora, a chave está dada em *Os donos do poder*: as pirâmides do Egito são a sociedade, que espera por sua salvação; a ideia fixa dependurada no trapézio é o estamento, balançando sem cair nos seis séculos de história. Cf. FAORO (2001a, p. 828). Referências explícitas a *Os donos do poder* em FAORO (2001, p. 250, 294, 326, 521).

23. Cf. SCHWARZ (1998, p. 38) e FAORO (1958, p. 266; 2001a, p. 821). Ambos fazendo referência, em rodapé, ao capítulo inicial da *História da Revolução Russa* de Leon Trotsky.

modernas. Sem essa lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (TROTSKY, 1977, p. 24-25).

Embora recortado do contexto, o passo é bastante claro e evidente o seu nexos com a situação brasileira, donde aliás sua fortuna dentre nós. Faoro privilegia²⁴, como se sabe, o peso da herança, do morto sobre o vivo, “*O morot apodera-se do vivo*” (MARX, 1966, p. 15 – prefácio à 1ª edição). Assim, não surpreende que sua retomada, crítica, do modo de desenvolvimento combinado tenha em vista o caráter contraditório dos empréstimos, que emperra o desenvolvimento segundo o modelo dos mais adiantados.

“De dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político, ou o pré-capitalismo –, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo [...]. As críticas liberal e marxista, ao admitirem a realidade histórica do Estado patrimonial, com sua alma no capitalismo politicamente orientado, partem do pressuposto da transitoriedade do fenômeno, quer como resíduo anacrônico, quer como fase de transição. Ambas, na verdade, comparam a estátua imperfeita a um tipo ideal [...]. O ponto de referência é o capitalismo moderno, tal como decantado por Adam Smith, Marx e Weber, tratados os estilos divergentes como se fossem desvios, atalhos sombreados, revivescências deformadoras, vestígios evanescentes. Sobre um mundo acabado, completo, ou em via de atingir sua perfeição última e próxima, a vista mergulha no passado, para reconstitui-lo, conferindo-lhe

24. Há, precisamente neste ponto, uma mudança na interpretação de Faoro nas duas versões de *Os donos do poder*. Embora o prefácio da segunda edição afirme que a tese central do livro permanece, e isto é verdade, há mudanças consideráveis entre as duas versões, que bem valem algumas horas de estudo. Aqui, contudo, não é o lugar para tanto; destaco apenas que, no que tange ao passo, contexto e utilização de Trotsky, parece haver mudanças nas duas versões. Como interessa-me o livro sobre Machado de Assis, vou manter-me estritamente na versão que lhe é contemporânea.

um sentido retrospectivo, numa concepção linear da história. O passado tem, entretanto, suas próprias pautas, seu curso, embora não caprichoso, obra dos homens e de circunstâncias não homogêneas. [...] A realidade histórica brasileira demonstrou [...] a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista. Adotou do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhe a alma ansiosa de transmigrar. [...] A um corpo renovador, expansivo e criador, se agregam, em convivência relutante, nações modernizadoras, em constante adaptação, mas dentro de projeções de seu próprio passado, de sua história, lançada em outro rumo. [...] Enquanto o sistema feudal separa-se do capitalismo, enrijecendo-se antes de partir-se, o patrimonialismo se amolda às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo [...]” (FAORO, 2001a, p. 819, 821-824; veja-se também p. 107)²⁵.

Faoro, digamos, lê Trotsky com o viés da conservação e atribuindo-lhe o direcionamento teleológico da forma mais desenvolvida. Entende-o como subordinando a persistência ao modelo acabado e, por isso, roubando-lhe sua existência, seu estatuto próprio, precisamente o nosso caso, já que interessa marcar a “peculiaridade histórica brasileira” (FAORO, 2001a, p. 834)²⁶, um “certo tipo de capitalismo”²⁷, que não se deixa confundir com o capitalismo central e modelar que Trotsky tinha sob os olhos. Não obstante, há uma coexistência complexa, dado que a ordem global articula o conjunto das relações que se estabelecem entre as diferentes e divergentes partes. A lógica global realiza-se sobretudo no tráfico negreiro, que insere o Brasil na ordem mundial, pois é o comércio que articula a “totalidade da ordem econômica”, tanto nacional como internacionalmente (cf. FAORO, 2001, p. 201-217, cit. p. 215)²⁸. A lógica

25. Trotsky é citado em meio ao trecho que transcrevi e foi deixado de lado para evitar a repetição do passo já citado.

26. Com relação a Machado de Assis, formula-se a questão da peculiaridade de seu modo de apresentar a realidade; um trecho citado anteriormente falava da “peculiaridade do quadro construído por Machado de Assis sobre o Segundo Reinado”.

27. “Aristocracia burocrática, estamental no seu contexto, tocada pelos cabedais de um certo tipo de capitalismo, pré-industrial, político nas suas conexões” (FAORO, 2001, p. 23; ver ainda p. 40-41, 292). Tema e problema, evidentemente, recorrentes em *Os donos do poder*.

28. No que diz respeito ao comércio do tráfico negreiro, Faoro parece antecipar, no início dos anos 1970, algo das teses e análises de Fernando Novais e Luiz Felipe de Alencastro, autores que informarão, logo depois, alguns desenvolvimentos de Roberto Schwarz.

particularista realiza-se no tipo próprio de capitalismo que persiste, que Faoro, seguindo célebre denominação weberiana, nomeia “capitalismo politicamente orientado”²⁹. Note-se o cerne da divergência com Trotsky: o capitalismo político sobrevive e *incorpora* o capitalismo moderno, mas não se torna moderno nem por via própria, nem por saltos ou como quer que seja. A modernização é travada³⁰; persiste o capitalismo antigo, que apenas incorpora o moderno, isto é: modela-o sob o seu molde próprio (“a túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante”, que excita os leitores de *Os donos do poder*); capitalismo político que coabita com o capitalismo moderno dos países centrais. Entendemos assim a remodelação do argumento trotskiano em Faoro, que depende do peso específico que se atribui aos termos da expressão; pesos que encontram outra medida em sua leitura por Roberto Schwarz. Aqui, o sistema global do capitalismo reproduz-se de modo igualmente desigual e combinado, de sorte que – para marcar a diferença com o desenvolvimento de Faoro – tornamo-nos modernos, de certo modo tão modernos quanto os outros (porque inscritos em um mesmo e único movimento), só que peculiarmente modernos. Precisamente este aspecto é o núcleo da referência de Schwarz. Seu argumento é suficientemente complexo e matizado para ser exposto aqui com brevidade, sendo mais prático aferi-lo abruptamente na fonte³¹:

“Assim, a ligação do país à ordem revolucionada do capital e das liberdades civis não só mudava os modos *atrasados* de produzir, como os confirmava e promovia na prática, fundando neles uma evolução com pressupostos *modernos*, o que naturalmente mostrava o progresso por um flanco inesperado. [...] Contudo basta considerar a nova divisão internacional do trabalho, em que às ex-colônias coube o papel de consumidores de manufaturados e fornecedores de produtos tropicais, para entender que o desenvolvimento moderno do atraso só em primeira instância era uma aberração brasileira (ou latino-americana). O fundamento efetivo estava no que a tradição marxista identifica como

29. Conferir o uso da expressão no índice analítico de WEBER (1980, p. 901).

30. Além d’*Os donos do poder*, o problema é tratado por FAORO (1994), especialmente na parte II: “A modernização nacional”.

31. Excelente desenvolvimento do ponto em ARANTES (1992, sobretudo segunda parte, p. 46-107).

o ‘desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo’, expressão que designa a equanimidade sociológica particular a esse modo de produção, o qual realiza a sua finalidade econômica, o *lucro*, seja através da ruína de formas anteriores de opressão, seja através da reprodução e do agravamento delas. Contrariamente ao que as aparências de atraso fazem supor, a causa última da absurda formação social brasileira está nos avanços do capital e na ordem planetária criada por eles, de cuja *atualidade* as condutas disparatadas de nossa classe dominante são parte tão legítima quanto o decoro vitoriano. Isso posto, digamos que o Brasil se abria ao comércio das nações e virtualmente à totalidade da cultura contemporânea mediante a expansão de modalidades sociais que se estavam tornando a execração do mundo civilizado. [...] Em resumo, o país constituiria-se numa formação *sui generis*, com questões práticas e ideológico-morais próprias, de imensa relevância, nas quais a atualidade mundial expunha alguns de seus segredos e se podia problematizar por sua vez. É claro que não se tratou aqui de escrever uma história do Brasil, mas de expor com brevidade o travejamento contraditório da experiência que seria figurada e investigada pela literatura de um grande autor” (SCHWARZ, 1998, p. 37-40)³².

Não estamos longe do capítulo inicial de *Ao vencedor as batatas*, de modo a comprovar o nexo que une as duas obras. Mas temos uma formulação bem definida da lógica de desenvolvimento do capital – vale dizer, do modo de existência e reprodução da sociedade como um todo –, cujos segredos se revelam, ao menos em parte, nesse outro lado seu; e, para tanto, nada mais indicativo do que a obra de Machado de Assis. Caberia conjecturar se o desenvolvimento desigual e combinado poderia ser pensado, livremente, nos domínios do realismo; se aquilo que alguns não hesitariam em condenar como regressivo no realismo europeu não significa aqui a

32. Foram deixadas de lado as notas de rodapé do autor. No “Prefácio”, p. 12-13, lemos um passo similar: “[...] audaciosa conclusão de que as marcas clássicas do atraso brasileiro não deviam ser consideradas como arcaísmo residual, e sim como parte integrante da reprodução da sociedade moderna, ou seja, como indicativo de uma forma perversa de progresso. Para o historiador da cultura e o crítico de arte em países como o nosso, antiga colônia, a tese tem potencial de estímulo e desprovincianização notáveis, pois permite inscrever na atualidade internacional, em forma polêmica, muito daquilo que parecia nos afastar dela e nos confinar na irrelevância”. Faoro discute o “atraso brasileiro” em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (p. 213, 433), sendo o tema recorrente em *Os donos do poder*.

possibilidade de revelar o segredo do modo das relações sociais; se o que passava por inverdade no realismo europeu não mostrava seu teor de verdade por aqui. Como quer que seja, o nexó que pretendo assinalar agora é esse ponto de encontro dos dois autores, sem que isto signifique, claro está, convergência de interpretação. Mas para ambos a ponderação correta da obra de Machado de Assis se faz por meio de um nexó de relações muito amplo, implicando avaliação do processo de desenvolvimento do mundo moderno e da peculiaridade da formação nacional³³.

Aqui as diferenças, tanto como nos livros sobre Machado de Assis, são grandes e significativas, marcando posições. Não obstante, há um traço comum, que bem vale salientar: ambos vêm a necessidade de compreender o processo social brasileiro em seu nexó mundial, nexó este indissolúvelmente atado ao desenvolvimento do capitalismo – embora, para Faoro, se trata de divergir. Onde se pode concluir – deixando de lado o confronto das diferenças, que certamente vale a pena – que, para compreender adequadamente Machado de Assis, é preciso atinar com esse nexó mais amplo; não só o Rio de Janeiro do Império, a paisagem fluminense, mas o amplo nexó econômico, político e cultural de que esta situação local era parte constituinte. Então, a essa altura, a sociologia mostrou-se indispensável para o conhecimento de Machado de Assis.

Realismo cá e lá

A passagem para o livro de 1977 está dada pelo seu subtítulo: “Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro”. Como nota o leitor, Faoro abstém-se de discutir a forma da narrativa machadiana, lançando mão indistintamente, de acordo com a necessidade, em sua análise, de poesia, conto, romance, crônica, crítica. A empreitada de Schwarz, nesse aspecto, lhe é diametralmente oposta, cuidando atentamente do problema da forma (embora isto não signifique, sem mais, gênero). Com isto, adentramos diretamente no âmago do problema, a cópula do subtítulo, e é preciso ir a Georg Lukács para buscar as formulações que informam as análises de Roberto Schwarz.

33. Veja-se, para confronto com *Os donos do poder*, o rico e pequeno artigo de NOVAIS (1984, p. 2-8), no qual Schwarz reconhece fonte de inspiração e base histórica.

“A tomada de posição teoricamente correta com relação à forma do romance pressupõe uma tomada de posição teoricamente correta com relação ao desenvolvimento cheio de contradições da sociedade capitalista” (LUKÁCS, 1934, p. 20)³⁴.

Note-se, com o perdão da reiteração: não há forma verdadeira que não se faça senão por determinação social; a compreensão da forma exige a compreensão do processo social. No romance do século XIX (quando não sempre), isto significa necessariamente a compreensão da relação entre forma romanesca e desenvolvimento do capitalismo. Ora, se temos, como indica o problema do desenvolvimento desigual porém combinado, um certo capitalismo, singular (porém inscrito em um nexos global)³⁵, está posta a questão acerca de um certo romance, também ele singular (porém inscrito em um nexos global), e de um certo realismo, particular (porém inscrito em um nexos global). Pela via de argumentação lukacsiana, é preciso compreender a especificidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sem o que é impossível compreender a forma do romance. No caso de Lukács, isto foi pensado muito mais no contexto das peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na Europa (França, Inglaterra, Itália, Alemanha e Rússia), mas a questão permanece de pé e formulada potencialmente para outros casos; Schwarz tomou para si a tarefa e desdobrou-a em *Ao vencedor as batatas*. A ideia trotskiana do “desenvolvimento desigual e combinado” é, digamos, como que potenciada: pode-se dizer que a forma do romance também passa pelos dois momentos, da desigualdade – o processo do romance brasileiro não se confunde com o processo do romance europeu, a forma machadiana não se confunde sem mais com a forma do romance europeu, nem o processo de formação do romance brasileiro segue o ritmo e as etapas do processo europeu – e da combinação – o desenvolvimento da forma romance precisa ser considerado em sua totalidade, a forma machadiana se faz forma em diálogo com a forma da matriz e com a história das formas na Europa e levando-as em consideração. Este último ponto é atestado, facilmente,

34. A seleção dos escritos de Lukács citados limita-se àqueles referidos por Schwarz em *Ao vencedor as batatas*.

35. Confira-se em Arantes (1992, p. 49 e adjacências), que indica a companhia da reflexão de Schwarz neste aspecto. Já se viu a relevância do problema para Faoro.

pela crítica literária de Machado, como por exemplo na já citada sobre um romance de Macedo, na célebre acerca do “instinto de nacionalidade”, na crítica a *O primo Basílio* e outras mais (ASSIS, 1986, vol. 3, p. 785 e seguintes). Assim, torna-se essencial estudar a posição relativa no sistema solar do capitalismo (das mercadorias e das ideias), pois que a forma romance que se tem em vista pressupõe as contradições específicas dessa sociedade, que ele “retrata” (cf. LUKÁCS, 1934, p. 26). Esta é uma das razões do célebre capítulo inicial de *Ao vencedor as batatas* e, de quebra, mostra como a análise torna-se sociológica – e, como em toda sociologia que se preza, histórica.

Portanto, estamos nos encaixos de Lukács quando Schwarz firma posição pelos “pressupostos sociológicos das formas” (SCHWARZ, 2000, p. 51), modo de retomar o passo supracitado. Vale então ver de perto como a lição lukacsiana vem formulada no sociólogo brasileiro:

“Eis o que interessa: passando a pressuposto sociológico uma parte das condições históricas originais reaparece, com sua mesma lógica, mas agora no plano da ficção e como resultado formal. Neste sentido, formas são o abstrato de relações sociais determinadas [...]” (SCHWARZ, 2000, p. 51).

Quem objetar que há aqui tanto Antonio Candido como Lukács não deixa de ter razão, mas o caminho tem sua utilidade. Em seu estudo sobre o modo como seu mestre resolve o problema da relação de literatura e sociedade, desde o início o tema está posto no programa (lukacsiano) que reaparece no subtítulo de *Ao vencedor as batatas*: “Dialética de forma literária e processo social” (SCHWARZ, 1979, p. 133). Naquele estudo, Schwarz como que resume o núcleo forte do argumento no seguinte passo, que formula também o que se deve entender por “forma” (à diferença do que ocorria em Faoro):

“Assim, a junção de romance e sociedade se faz através da forma. Esta é entendida como um princípio mediador que organiza em profundidade os dados da ficção e os da realidade, sendo parte dos dois planos. Sem descartar o aspecto inventivo, que existe, há aqui uma presença da realidade em sentido forte [...]. Noutras palavras, antes de intuída e objetivada pelo romancista, a forma que o crítico estuda foi produzida

pelo processo social, mesmo que ninguém saiba dela. Trata-se de uma teoria enfática do realismo literário e da realidade social *enquanto formada*” (SCHWARZ, 1979, p. 141).

O social tornado forma, “forma que se compreende em termos do movimento da sociedade global” (SCHWARZ, 1979, p. 142), o romance tornado forma. Note-se que falamos de totalidade e mediação, processo social e obra literária: uma *síntese*, o processo *na* obra. Se este é o programa, sempre discreto, de Antonio Candido, ele não deixa de ser informado também pela leitura atenta de Lukács, que é o aspecto que interessa por ora destacar. Não apenas no passo já citado de “Der Roman”, mas em toda uma série de estudos, em grande parte escritos na década de 1930, Lukács formula o problema da dialética de forma e processo social. Assim, o capítulo inicial de Schwarz sobre “as ideias fora de lugar” (também como um passo citado acima do livro de 1990) é pressuposto para a análise da forma. Vejamos um argumento importante:

“Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias européias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura. [...] Ora, a gravitação cotidiana das ideias e das perspectivas práticas é a matéria imediata e natural da literatura [...]. Portanto, é o ponto de partida também do romance, quanto mais do romance realista. Assim, o que estivemos descrevendo é a feição exata com que a História mundial, na forma estruturada e cifrada de seus resultados locais, sempre repostos, passa para dentro da escrita, em que agora influi pela via interna [...]. Noutras palavras, definimos um campo vasto e heterogêneo, mas estruturado, que é *resultado* histórico, e pode ser *origem* artística. [...] a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência. Ao formá-la, por sua vez, o escritor sobrepõe uma forma a outra forma, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria pré-formada – em que imprevisível dormita a História – que vão depender profundidade, força, complexidade dos resultados” (SCHWARZ, 2000, p. 29, 30, 31).

O passo é complexo e precisa ser escandido aos poucos. Em primeiro ligar, note-se que se trata de passo conclusivo do mencionado

capítulo inicial do livro, capítulo este que, pela sua posição e pelo que se diz no trecho citado, é a base sobre o qual assenta a interpretação que lhe sucede – daí ter-lhe dito pressuposto, embora seja um pressuposto posto³⁶. Tendo discutido que, não obstante sua centralidade, a relação de escravidão não ocupa o centro da discussão ideológica no Brasil do século XIX³⁷, o salto de Rodes³⁸ do argumento de Schwarz é que, sendo a vida ideológica lastreada nos latifundiários e homens livres, e, sendo a relação destes com aqueles ordenada pelo *favor*, este último torna-se o mecanismo que rege a vida ideológica:

“O favor é a nossa mediação quase universal – e, sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção” (SCHWARZ, 2000, p. 16-17).³⁹

36. Uma nota sobre a organização de *Ao vencedor as batatas*: mesmo em sua forma, o livro parece seguir uma inspiração lukacsiana. Composto de três capítulos, o primeiro destaca os pressupostos históricos e ideológicos, armando a situação para a interpretação literária que vem a seguir; o segundo trata dos precedentes, a importação do romance como forma e sua figuração por Alencar; o terceiro, por fim, trata de Machado, o verdadeiro objeto anunciado, a forma que se quer entender. Com frequência, Lukács inicia suas obras com um capítulo sobre as condições históricas e sociais do surgimento do fenômeno em pauta, ou com as peculiaridades de um desenvolvimento ou de uma situação, para a seguir encaminhar o desenvolvimento de seu tema e problema. Isto foi elucidado pelo próprio Schwarz em seu texto sobre Antonio Candido, já mencionado, onde se lê: “Nestes casos, o crítico tem de *construir* o processo social em teoria, tendo em mente engendrar a generalidade capaz de unificar o universo romanesco estudado, generalidade que antes dele o romancista havia percebido e transformado em princípio de construção artística” (SCHWARZ, 1979, p. 140).

37. “Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexos efetivo da vida ideológica” (SCHWARZ, 2000, p. 15). Lembro afirmação anterior, acerca de Faoro, da tensão existente entre as ideias e o modo como elas existem na prática como fundamento do moralismo. Sobre o debate ideológico das elites, Faoro (2001, p. 179, 187, 196).

38. “Aqui está Rodes. Salta aqui.” Esta frase é tirada de uma das fábulas de Esopo, em que um fanfarrão se vangloriava de ter testemunhas para provar que havia certa feita executado um notável salto de Rodes, tendo recebido a seguinte resposta: “Para que citar testemunhas se é verdade? Aqui está Rodes. Salta aqui.” (Nota do Editor)

39. Cabe notar que a ideia do favor, calibrado pelo arbítrio, como mediação universal na sociedade brasileira e sua figuração literária, isto é, a “adequação perfeita entre realidade social e representação literária”, foi tema de trabalho seminal da sociologia brasileira no limiar dos anos 1970: MOREIRA (1970, p. 120-159, cit. p. 138). O texto indica, de modo primoroso, até onde vamos em uma análise “similar” à de Schwarz, que no entanto se abstém de chegar aos problemas da forma literária. Como não poderia deixar de ser, também Faoro percebe o problema da “reciprocidade dos favores”, reconhece sua generalidade, mas não o torna estrutural nos termos de Schwarz. Veja-se FAORO (2001, p. 161).

A mediação lastreia formas concretas de vida, o processo social, destinos individuais, armando-se dessa complexa maneira o que será a matéria para a elaboração literária do escritor brasileiro, do romance, de Machado de Assis. Dá corpo, ainda, à forma, que por ela se pauta, por meio dela se figura. E a isto atrelada a ideia do romance realista, ainda, a esta altura da argumentação, não mais do que lembrada, para ser depois rigorosamente construída. Compreendendo o processo do capitalismo como, vimos, um processo mundial, Schwarz pode entender o quiproquó das ideias – o que era ideologia e, na Europa, correspondia à aparência socialmente necessária, era justificação, aqui não corresponde a aparência alguma e nada poderia justificar – como forma própria e necessária de participação no todo, de sorte que o romance, tematizando o local em sua forma quiproquosada (e vejo aqui o “*Umschlag*” marxista), alcança o todo. Se o resultado histórico pode ser origem artística – precisamente o que vai ocorrer, no entender de Schwarz –, vemos aqui ainda o pressuposto de que a obra de arte é, na sua raiz, histórica (razão pela qual o grande Realismo europeu passa, inicialmente, pela forma do romance histórico, no entender de Lukács). O problema que se formula é então precisamente a indagação acerca do modo como essa raiz histórica lastreia e está presente na obra literária. Este o programa de *Ao vencedor as batatas*. Note-se, entretanto, que tratamos de formas, sempre históricas. A situação dependente do país colonizado engendra uma forma, a partir da qual o romancista trabalha, isto é, cria sua forma literária. Assim como o desenvolvimento histórico europeu engendra uma forma própria para o romance realista, que depende desse processo histórico no qual se inscreve, o mesmo precisa ser pensado para o que ocorre na periferia: daí que a questão se torna perceber como e em que consiste a forma própria do romance machadiano, e em que medida essa forma trabalha a forma primeira, o que está “pré-formado”. Se não elabora uma forma própria, perde-se o nexo do “desenvolvimento desigual e combinado” e da situação histórica particular (cf. SCHWARZ, 2000, p. 36).

Advirto que, em todo este desenvolvimento, estamos acompanhando Lukács bem de perto. Assim, pode-se ler em um texto escrito 40 anos antes: o “ponto de vista metodológico decisivo é a investigação da interação entre o desenvolvimento econômico e social, e a visão de mundo que dele brota, e a forma artística” (LUKÁCS, 1937, p. 19, tam-

bém p. 21, 160, 343, 408, 422, 426, passim). Passo propositalmente colhido em *Der historische Roman*, obra citada em *Ao vencedor as batatas* e que se põe como problema exatamente a dialética de forma e processo social. Daí o próximo passo:

“só em teoria dá-se o confronto direto entre uma forma literária e uma estrutura social, já que esta, por ser ao mesmo tempo impalpável e real, não comparece em pessoa entre as duas capas de um livro. O fato de experiência, propriamente literário, é outro, e é a ele que a boa teoria deve chegar: está no acordo ou desacordo entre a forma e a matéria a que se aplica, matéria que esta sim é marcada e formada pela sociedade real, de cuja lógica passa a ser a representante, mais ou menos incômoda, *no interior da literatura*” (SCHWARZ, 2000, p. 56).⁴⁰

Nossa matéria, sendo histórica e tendo história própria, demanda forma própria. Aliás, acordo e desacordo entre forma e matéria é o tema constante do Lukács citado, pois investigar o romance histórico significa empreender um extenso estudo acerca do modo como a matéria histórica aparece (e desaparece) no romance europeu do século XIX. Exige rastrear o desenvolvimento da forma desde seus antecedentes no século XVIII, passando pela “forma clássica do romance histórico” em Scott e Púchkin e chegando em Balzac, que a suprime, conservando-a, ao fazer do romance a história do presente. Isto só para lembrar que a forma está nessa relação complicada – “dialética” é a adjetivação que alguns usam – com a matéria, que em última instância é social e histórica, no sentido de que é resultante do movimento da sociedade como um todo. Acordo ou desacordo significa: se o romance – a forma – é verdadeira ou falsa: se consegue expor, artisticamente, a realidade em sua complexidade (o que significa: em suas determinações sociais), ou se a falsifica⁴¹.

Daí que “nossa matéria encontra densidade suficiente só quando inclui, no próprio plano dos conteúdos, a falência da forma européia, sem a qual não estamos completos” (SCHWARZ, 2000, p. 74). Assim, à

40. Itálico por minha conta, para ressaltar como o externo torna-se interno, programa da crítica de Antonio Candido, formulado em *Literatura e sociedade* (2000) e concretizado em *O discurso e a cidade* (1998).

41. O ponto está extensamente desenvolvido em Lukács (1937).

matéria que não pode ser a européia – já se viu que nossa mediação é o favor e não o dinheiro, tal como no capitalismo da matriz – somamos a impossibilidade de sua forma que se constitui em “interação” com sua realidade, e a busca de forma própria.

“Noutros termos, para construir um romance verdadeiro é preciso que sua matéria seja verdadeira. Isto é, para nosso caso de país dependente, que seja uma síntese em que figure com regularidade a marca de nossa posição diminuída no sistema nascente do Imperialismo. Por força da imitação, da fidelidade ao ‘cunho nacional’, as ideologias do favor e liberal estão reunidas em permanência, formando um quebra-cabeças que ao ser armado [...] irá dar uma figura nova e não-diminuída da diminuição burguesa, cujo ciclo ainda hoje nos interessa, pois não se encerrou” (SCHWARZ, 2000, p. 75).

Até mesmo no âmbito terminológico Roberto Schwarz trai a filiação lukacsiana: esse “com regularidade” é a “*Gesetzmässigkeit*” de Lukács; o “figurar” é o “*gestalten*”. O conteúdo do passo é uma paráfrase da citação de Lukács com que iniciamos. Matéria verdadeira, posição no sistema, quebra-cabeça dizem respeito ao desenvolvimento contraditório da sociedade capitalista. Até este ponto, Schwarz está abordando os inícios do romance, o problema de sua importação, armando o quadro no qual vai adentrar Machado de Assis. E note-se, de passagem, a confluência (que não diminui a diferença) com o diagnóstico de Faoro, no que diz respeito à persistência, nos termos de um, ciclo, no de outro⁴². Isto posto, passemos ao que há a dizer acerca de Machado de Assis.

Na parte em que fala das “generalidades” acerca do romance machadiano da primeira fase, Roberto Schwarz sublinha e desdobra o conformismo marcante dos primeiros romances, já resultado de desilusão do jovem Machado de Assis com o ideário liberal. Isto leva o romancista a comungar com elementos fortes do pensamento da reação, em sua defesa da família, da tradição, da honra e da dignidade. No caso de Machado, esta conversão dá-se pela via do paternalismo ou, como diz o título do próprio Schwarz, “O paterna-

42. Neste, decerto, tributário de Caio Prado Jr. e Celso Furtado.

lismo e a sua racionalização nos primeiros romances de Machado de Assis” (SCHWARZ, 2000, cap. 3, p. 81-231). Vale destacar a formulação: o paternalismo, nessa altura histórica, *já é* objeto de racionalização no romance machadiano, donde se percebe o processo em curso, no qual o paternalismo será crescentemente racionalizado por conta da outra, e nova, lógica que passa a imperar, embora sem jamais anular por completo a anterior... Que este processo cumula em contradição, é evidente e amplamente exposto por Machado de Assis, como por exemplo neste trecho de *A mão e a luva*, tomado por Schwarz como epígrafe a um subcapítulo do livro: “um bom cálculo, [...] todo filho do coração...” (SCHWARZ, 2000, cap. 3, p. 95).

Assim, superado um primeiro momento de entusiasmo liberal, Machado sustenta suas tramas romanescas em tópicos da “ideologia antiliberal” (SCHWARZ, 2000, cap. 3, p. 85). Quando se tem em mente que o capítulo primeiro do livro de Schwarz dava notícia precisamente dos desencontros da ideologia liberal por estas bandas, já há por aí algo a se esperar dessa reviravolta machadiana. Vejamos a passagem a respeito:

“Retomando nosso fio, digamos que a exclusão da referência liberal evitava o descentramento das ideologias, de que tanto falamos, mas ao preço de cortar as ligações com o mundo contemporâneo. Para avaliar as ambiguidades desse percurso, tome-se a militância antirrealista de Machado de Assis, em cujas palavras o Realismo ‘é a negação mesma do princípio da arte’. São ecos da doutrinação da *Revue des Deux Mondes*, para a qual Realismo, democracia, plebe, materialismo, gíria, sujeira e socialismo eram parte de um mesmo e detestável contínuo. A norma é antimoderna em toda a linha. A recusa da matéria baixa leva à procura do assunto elevado, quer dizer expurgado das finalidades práticas da vida contemporânea. [...] No entanto, havia da parte de Machado uma intenção realista neste antirrealismo conservador, se o consideramos expressão de experiência e ceticismo – o que não era na Europa, onde representava um recuo intelectual – em face do cabimento das ideias liberais no Brasil. Destinado a esfumar os antagonismos do regime burguês, o antirrealismo não os postulava, e nos poupava da ilusão de sermos a França... Mesmo a exclusão do assunto baixo, em espécie as misérias modernas, ocasionadas pelo Capital, era para nós a exclusão de um assunto com tropismos frívolos. Enquanto que a eleição de assuntos decorosos – paternalismo antes

que dinheiro – levava para mais perto da vida popular que a dialética do dito Capital” (SCHWARZ, 2000, cap. 3, p. 86-87)⁴³.

Esta já é uma solução que Schwarz oferece para o realismo de Machado de Assis, para aquele *certo realismo*. Em primeiro lugar, sua feição lukacsiana, que é seu âmagô. Neste aspecto, o critério está dado pela “vida popular”: o que legitima e dá lastro ao realismo de Machado (nos termos citados: “intenção realista do antirrealismo”) é o fato de este apresentar elementos da vida popular, tal como Lukács discutiu extensamente em vários de seus escritos. Tendo Schwarz tomado o critério da vida popular, pôde avaliar se a sua figuração no romance realiza-se de modo mais verdadeiro através da regra dos velhos tempos – o decoro – ou dos novos – o dinheiro. Ou seja, o paternalismo é mais importante aqui do que o dinheiro, porque por seu meio podemos chegar ao âmagô do elemento realista do romance, a figuração da vida popular. Por meio do dinheiro, ao contrário, isto não se realizaria de modo tão definido, pois que a sociedade não se regulava apenas pelas maneiras do capital e, nesse domínio, o dinheiro definia menos intensamente do que as relações pessoais de dependência.

Tomemos *Der historische Roman*, ao qual me limitarei por economia (em se tratando, decerto, de uma obra importante para Schwarz). Nele, o elemento popular, a “vida popular” (“*Volksleben*”), é o critério de verdade da forma sob a qual se discute o realismo, a saber, o romance histórico. Scott, Balzac, Púchkin, Gogol, Manzoni, Tolstoi, Cooper são autores que, precisamente, figuram a vida do povo em suas obras, a cada vez, é claro, sob tonalidade própria. Não obstante, o critério de verdade está dado pelo caráter concreto, histórico do romance, e Scott é exemplar ao figurar “as grandes transformações da história como transformações da vida popular. [...] A vida realmente viva da realidade histórica de Walter Scott é a vida do próprio povo” (LUKÁCS, 1937, p. 59, 67; tb. p. 407)⁴⁴.

43. Deixei de lado duas notas de pé de página do texto original.

44. Saliente-se que “vida popular”, para Lukács, e consequentemente para Schwarz, não se refere absolutamente apenas aos “de baixo”, mas à totalidade. Este momento é essencial. Vale citar: “O caráter popular da arte de Scott não consiste, portanto, em que ele figure exclusivamente a vida das classes oprimidas e espoliadas. Isto seria uma concepção restrita do caráter popular. Como todo grande poeta, Walter Scott objetiva figurar o conjunto da vida nacional em sua complicada interação entre ‘em cima’ e ‘embaixo’. A *tendência muito enérgica ao caráter popular* manifesta-se nele por reconhecer no ‘embaixo’ a base material e o fundamento da explicação literária da figuração do que ocorre ‘em cima’”. (LUKÁCS, 1937, p. 59; ver também p. 254, 346, 360). Como se vê, o caminho da totalidade.

Em contraposição a isto, nos romantismos de variada lavra, assim como em geral no romance pós-1848, não há “vida do povo”, a não ser como elemento acessório, não central: quando aparece, nada mais é do que ilustração ou abstração.

Note então o leitor que Schwarz toma como critério de julgamento – a presença e figuração da vida popular – o parâmetro lukacsiano, donde a possibilidade de aquilatar o que há de realismo no antirrealismo de Machado de Assis. Ou seja: embora crítico de certo realismo, Machado figura um outro realismo, marcando assim uma especificidade. Mas este outro realismo responde, a seu modo, ao critério supremo do realismo que Lukács detectara na matriz. Assim, o critério que na Europa se realizava sob signo progressista, realiza-se na periferia sob bandeira tradicionalista. Um quiproquó, uma figura da dialética. Movimento este que, ademais, é o núcleo do argumento.

O recuo liberal é amplamente trabalhado por Lukács, sobretudo tendo sob os olhos a literatura posterior a 1848. Dentre as variadas implicações do massacre de junho, uma delas é a metamorfose no entendimento da história: se antes ela era compreendida como um processo contraditório e o desenvolvimento considerado prenhe de contradições, após 1848 a reviravolta burguesa passa a compreender a história expurgada da contradição. É isto que Schwarz tem em vista ao falar do esfumaçamento dos antagonismos, objetivo da nova ideologia burguesa. Ora, tais antagonismos são resultantes da contradição entre capital e trabalho, contradição esta que não vale no regime local, escravista. Este o raciocínio do autor. Mas com sua nota específica: por tudo isto, o antirrealismo é a realização do realismo, entendido como figuração da vida popular. Além disso, e retomando a menção anterior à teoria enfática do realismo, fica então claro como não se trata de uma doutrinação formalista do estilo, mas sim da figuração do desenvolvimento social em sua dinâmica própria.

Com a figuração de um realismo específico, adentramos em outro tópico lukacsiano, embora agora não mais exclusivo. Em Lukács o problema é desenvolvido sobretudo visando a Tolstoi, por conta precisamente da “peculiaridade do desenvolvimento russo” (LUKÁCS, 1937, p. 256)⁴⁵. Embora este aspecto não apareça em primeiro plano, ele é substancialmente constitutivo da teoria do Realismo. Ocorre, por exemplo, quando Lukács percebe diferentes “tipos de realismo” ao

mostrar a diferença do romance de Rabelais em face de Defoe, e ao indicar o “romance *in statu nascendi*” em contraposição ao romance mais moderno; usa portanto a expressão “tipo de realismo” para demarcar um tipo dentre outros possíveis (LUKÁCS, 1934, p. 35). Como não poderia deixar de ser, isto tem um nexos essencial com a relação de forma literária e processo social, de sorte que diferentes etapas do desenvolvimento do capitalismo implicam diferentes possibilidades de figuração do romance⁴⁶, tudo isto pensado, no caso de Schwarz, sob a perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado⁴⁷ – e com tudo isto estamos tão somente no programa enunciado no subtítulo.

Entretanto, a esta altura Schwarz está dialogando também com Erich Auerbach e, embora “sem alarde de método ou terminologia”, revelando uma “inspiração essencial” sua⁴⁸. Pois neste caso a preocupação está em mostrar como se trata menos de um realismo, e mais de uma série ampla, no limite infindável, de realismos específicos, entendidos como modos de exposição da realidade na obra literária. Onde o resultado da análise de Schwarz acrescenta mais uma possibilidade⁴⁹. Dito em outra chave: ao mostrar como Machado de Assis expõe a realidade, Schwarz oferece mais um capítulo ao *Mimesis*. Isto é sugerido por Schwarz de maneira levemente cifrada, ao retomar o problema da separação e mescla de estilos, o obstinado que serve de parâmetro em Auerbach (1958, p. 20). Então, como se vê no passo citado, estamos a falar de “matéria baixa” e “assunto elevado”, “as-

45. Este é um ponto muito importante; falta-me fôlego e competência para desenvolvê-lo. Remeto às formulações fundamentais de Auerbach (1994, p. 483-487, especialmente p. 486), que precisariam ser confrontadas e relacionadas com os problemas postos por Trotsky, Lukács e Schwarz.

46. Cf. a contraposição Inglaterra/França em Lukács (1934, p. 38); também as especificidades dos desenvolvimentos francês e alemão, cf. LUKÁCS (1937, p. 394, 395, 411).

47. Lukács (1934, p. 40) aproxima-se da questão ao tratar do caso russo. Obviamente, seria impensável para o húngaro refugiado em Moscou nos anos 1930 qualquer referência, por velada que fosse, a Trotsky, para não falar das divergências com relação a uma “teoria literária trotskista”.

48. Assim Schwarz sobre o marxismo de Antonio Candido (SCHWARZ, 1979, p. 133), o que, creio, vale para si mesmo com relação a Auerbach. Este é citado apenas uma vez em *Ao vencedor as batatas* (SCHWARZ, 2000, p. 203, rodapé), mas há também referências não nominais (p. 86, já citada; também p. 145, 146). Não obstante, ele é muito importante para o andamento de Schwarz, embora em plano diferente que Lukács.

49. Que não se trata de uma possibilidade *qualquer*, o leitor vai percebendo passo a passo, necessitando inclusive do passo que leva à metade de 1990, por ora fora de consideração.

sunto baixo” e “assuntos decorosos”. Vale uma amostra bem sucinta do problema na voz de Auerbach:

“[...] a vida política, econômica e social entrou na literatura, em toda a sua extensão e com todos os seus problemas, somente a partir de Stendhal e Balzac; e trata-se da vida contemporânea e atual, considerada não na forma generalizadora e estática dos moralistas, mas como um conjunto de fenômenos apresentados com suas causas profundas, sua interdependência, seu dinamismo; comprova-se, outrossim, que quaisquer pessoas, sem distinção de posição social, podem desempenhar um papel trágico, e que não é preciso um meio nobre, real ou heróico para cena de uma ação trágica. Foram portanto eles que realizaram pela primeira vez na França (pode-se mesmo dizer, com algumas restrições, na Europa) a mistura dos gêneros na sua forma moderna. Essa mistura, chamada comumente de Realismo, me parece a forma mais importante e a mais eficaz da literatura moderna; acompanhando de perto as rápidas transformações de nossa vida, abrangendo cada vez mais a totalidade da vida dos homens sobre a Terra, permite-lhes ter uma visão de conjunto da realidade concreta na qual vivem [...]” (1970, p. 243).⁵⁰

Não vou recolher por agora tudo o que o passo oferece; fiquemos apenas com a questão que vinha destacando em Schwarz. Isto significa que ele não se contenta nem um pouco com o enquadramento lukacsiano do problema do realismo, senão que o incorpora por dentro e pelo avesso (isto é, mostrando como temos a vida popular figurada em uma situação inversa) e o soma à formulação auerbachiana, no sentido de que, se o realismo europeu do século XIX está a enterrar a regra da separação de estilos, o nosso realismo opera ainda com a evitação do baixo ou, mais precisamente, com a eleição dos assuntos decorosos, e, não obstante, está precisamente a romper com a tal regra,

50. Embora não citado por Schwarz, o livro resume o problema desenvolvido em detalhe em *Mimesis*, este sim citado em *Ao vencedor as batatas*. Para o mesmo desenvolvimento, embora de modo mais elaborado, ver Auerbach (1994, p. 34-35; cap. 18, p. 422-459, especialmente p. 431, 441, 447, 448, 458; 515). Nota-se claramente, além do problema que estou discutindo, como estamos inteiramente no âmbito da discussão de Faoro, conforme assinala anteriormente. Valeria a pena uma análise mais detalhada do entendimento de Stendhal por Auerbach, que talvez permita em alguns aspectos aproximações com Machado de Assis, margeando Faoro e Schwarz.

na medida em que figura a vida popular, nos termos de Lukács, ou a totalidade da vida dos homens, nos termos de Auerbach. Trata-se de uma reviravolta notável (sem dúvida do romancista, mas possivelmente também do crítico; talvez haja aqui novamente um movimento dialético). Não obstante, o passo de Auerbach sugere a diferença do realismo de Stendhal e Balzac diante de Machado de Assis – algo que já vimos na pena de Faoro e a que ainda voltarei.

O que aparecia como assunto baixo no romance europeu, e a que ele não podia se furtar, sob pena de sacrificar seu teor de verdade (o que Lukács pretende demonstrar laboriosamente na discussão do romance europeu pós-1848), depende precisamente de sua concretude histórica, do que Lukács denominaria seu “desenvolvimento histórico-social”, e que Schwarz indica pelas “misérias modernas” oriundas do capitalismo. Assim, temos o enquadramento de um tipo específico de realismo, segundo Auerbach, ou do Realismo, segundo Lukács. Este último só pode fazer sentido para nós por meio da desmontagem e remontagem de Schwarz, pois a regra européia não vale sem mais por aqui. Aquele primeiro, por seu lado, oferece enquadramento decisivo para o resultado da remontagem, o que, vale dizer, marca seu lugar no mundo.

Voltando. A descoberta do favor como mediação significa perceber nexos concretos entre as camadas e posições sociais em jogo, coeficiente, portanto, de verdade histórica, que por sua vez é verdade da forma romance. Assim, a compreensão deste complexo é a compreensão dos nexos que dão fundamento ao movimento da sociedade: lastreia formas concretas de vida. Ora, o passo seguinte – a ser testado no romance da segunda fase – é o alcance da totalidade, via forma literária. Mas para tanto há obstáculos e dificuldades consideráveis:

“Como se sabe, a hegemonia cultural da Europa não se limitava às ideias. Mais que elas, repousava nos objetos de consumo, que importávamos, e que à sua maneira também são veículos de ideologia, mais difíceis de criticar, aliás, e impossíveis de descartar, por serem parte do fluxo econômico normal [...]. Sem descanso, a reprodução do sistema econômico internacional prendia os olhos e desejos da elite brasileira a coisas e ideias sem qualquer continuidade com as nossas relações sociais de base, que ficavam relativamente emudecidas, sem coroamento na civilização material e ideológica. Incongruência de efeitos enormes,

difíceis de medir, que era um fato cotidiano de nossa vida, um símbolo apropriado de nossa posição na divisão internacional do trabalho, e o insolúvel problema ideológico dos beneficiados da ordem brasileira, que naquele tempo como hoje procuravam gozar das vantagens combinadas do atraso social e do progresso material. Retomando nosso fio, concebe-se que a pequena história de Guimar reúne muito destiladamente os elementos de totalidade necessários a uma representação problematizada da vida do país [...]" (Schwarz, 2000, p. 106-107).⁵¹

Como se vê, Schwarz adota o ponto de vista da reprodução do sistema econômico mundial, o que tem como consequência que o processo social (do subtítulo) é pensado nessa dimensão. Nisto, opera a mencionada lógica do desenvolvimento desigual e combinado (donde as “vantagens combinadas” do passo). Isto significa que a totalidade aqui é mais complexa, pois exige a visada do desenvolvimento como um todo – daí a referência a Celso Furtado em uma importante nota de rodapé (SCHWARZ, 2000, p. 106-107)⁵² –, donde os entrelaçamentos com a sociologia do desenvolvimento e da dependência: trata-se de uma modernização truncada, prejudicada e complexa⁵³, que Machado de Assis, em registro próprio, vai pontuando. Então, resultado de tudo isto, a tal “representação problematizada da vida do país”, que é outro modo de dizer “exposição histórica da realidade”⁵⁴, realismo.

“Quando é acertada, a assimilação de contradições sociais no esqueleto romanesco cria um contexto mais exigente, de que a racionalidade do processo social é um elemento – elemento que lhe infunde a especial seriedade, particular ao romance realista. Inconsistências passam, nesse

51. Como não posso explorar, compare-se com Faoro (2001, p. 250-251).

52. Aqui é lugar para um ponto pouco desenvolvido das análises de Lukács. Trata-se da ideia de que o desenvolvimento do capitalismo oferece novas perspectivas de figuração da realidade, no sentido de uma “ampliação do campo de figuração”: disto se poderia sacar que o capitalismo como sistema mundial inscreve o exótico e distante em um nexos histórico comum. Por outra via, uma possibilidade similar a explorada por Schwarz. Veja-se Lukács (1937, p. 423), embora muito rápido e parcial.

53. Este, como já se viu, um tema também faoriano por excelência. Especificamente sobre o problema da dependência, FAORO (2001a, p. 457-458).

54. Note-se, mais uma vez com pedantismo, a terminologia: “*dargestellten historischen Wirklichkeit*” (LUKÁCS, 1937, p. 256) é a mesma expressão de Auerbach, apenas enfatizando o “histórico”.

caso, a ser questões de lógica literária tanto quanto social, e nesta qualidade mesclada elas vêm a ser intoleráveis. A irritação deixada pelos romances da primeira fase machadiana é ligada a esta espécie mais substancial de inconsistência, e assinala, além do defeito, a constituição de um realismo brasileiro” (SCHWARZ, 2000, p. 101-102).

As inconsistências sociais, que são devidas ao mencionado desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, migram para dentro da obra literária ou, dito de outro modo, formam a forma. São aquela matéria pré-formada, com a qual a forma ajusta suas contas. Por vezes melhor, por vezes pior. E note-se que, aqui, trata-se de “realismo” com “r” minúsculo, pois não mais o “Realismo” tal como formado em sua dialética européia, como forma geral, mas sim um realismo específico, tingido por nossa realidade que, sendo periférica, exige remodelação.

A questão é muito instrutiva. Lukács falava do Realismo (que Schwarz escreve com maiúscula) europeu e o seu modelo servia inclusive além-mar, em Cooper. O problema do choque das civilizações indígena e européia, na América do Norte, pôde ganhar forma em um realismo tal e qual o europeu (na forma “romance histórico”) – o que não significa deixar de apontar suas dificuldades e falhas. Schwarz nos diz que aqui as coisas são diferentes. O nosso realismo exige repensar desde baixo, desde a realidade social, desde as relações sociais em sua totalidade, de modo a que a forma (literária) possa se constituir a partir desta forma. Exemplo disto é que Schwarz identifica, no Machado de *A mão e a luva*, o que denomina um “realismo cínico” (a adjetivação é sempre valiosa, pois marca a especificidade), porque avança na reprodução da realidade, mas permanece ideologicamente atrelado ao paternalismo (cf. SCHWARZ, 2000, p. 108).

Todavia, é sobretudo em sua análise de *Iaiá Garcia* que Schwarz decanta o papel das relações entre estrutura social e paternalismo. Há aqui um passo, creio, especialmente importante:

“Assim, o dinheiro neste romance não tem existência autônoma, e aparece direta e ‘naturalmente’ vinculado ao poder paternalista, do qual é um apêndice não-contraditório. Uma solução que tem a relativa verdade que já vimos, e que do ponto de vista da unificação literária é vantajosa, – mas ao preço de recuar da sociedade contemporânea [...]”.

Embora o fulcro do argumento, que é o *recurso*, já esteja dado, vale continuar a citação, pois reitera e clarifica o argumento (observo apenas que esse recurso da sociedade contemporânea é coetâneo do já citado “corte das ligações com o mundo contemporâneo”):

“[...] Por mais rigorosa que seja a análise das relações paternalistas, a exclusão da esfera do dinheiro autônomo tem um efeito idealizador, e dá aos conflitos deste livro uma dignidade antiga, que os outros, mais perseguidos pelo dinheiro, não têm. Por outro lado, a idealização não parece forçada, e talvez se possa dizer que consiste simplesmente num modo um pouco velho de encarar a sociedade contemporânea, nos termos que foram próprios à sua fase anterior, quando a presença do dinheiro e da mercadoria no relacionamento pessoal ainda seria menor – um modo de ver que decerto continuava muito generalizado e acatado, embora já não viesse a propósito, e representasse uma renúncia intelectual” (SCHWARZ, 2000, p. 165-166).

Esse movimento de recurso é essencial, porque significa renunciar a compreender a sociedade contemporânea em sua historicidade de raiz, em favor de uma sociedade que já não é mais. Aqui estamos no cerne de uma interpretação lukacsiana central, a passagem Walter Scott–Balzac, um movimento que vale a pena caracterizar com a célebre *Aufhebung*. Balzac, como é sabido, reconheceu em Scott um predecessor importante, embora criticasse o fato de Scott, em seus romances, permanecer preso ao passado e figurar de modo pouco elaborado as paixões. Resolvendo estas duas deficiências do romance histórico clássico, Balzac dava o passo decisivo para o seu próprio modo de exposição da realidade: “a passagem de Balzac da figuração da *história passada* para a figuração do *presente enquanto história*” (LUKÁCS, 1937, p. 99)⁵⁵. Em Balzac, a “concentração temporal” garante

55. Exatamente o mesmo ponto é desenvolvido por Auerbach em *Mimesis*, embora então a discussão não seja orientada pelo romance histórico (o que, em última instância, ainda que significativo, não é decisivo, pois que o romance histórico é uma forma, histórica, de realismo). De qualquer modo, segundo Auerbach, em Balzac temos “o presente enquanto história” – “Gegenwart als Geschichte”, literalmente igual à formulação de Lukács –, “o presente como algo que acontece à partir da história” e a “ligação orgânica entre homem e história”. O ponto bem vale uma discussão detalhada, que deixo para outro momento. Como quer que seja, o problema está posto no duplo registro dos dois autores, e com ambos se dialoga. Para o passo citado, ver Auerbach (1994, p. 447). O tema e problema, de fato, encontram-se já formulados no “Prefácio” à *Comédia humana*; veja-se BALZAC (1955, p. 9-22, especialmente p. 13-14).

“a unidade de concepção de sociedade e de história” (LUKÁCS, 1937, p. 100). Isto o recuo machadiano deixa de lado; por outras palavras, torna-se impossível por conta do recuo. Embora o romance de Machado não seja romance histórico, a ele ainda falta enraizamento no tempo presente para apresentar o presente como história, e a explicação para tanto é que não há, por conta do recuo, a tal unidade de concepção de sociedade e história – o recuo a dissocia. A este elemento – que, repito, é fundamental – soma-se ainda um outro. “Balzac salientou o elemento dramático como uma característica distintiva do novo tipo de romance, em oposição aos tipos anteriores” (LUKÁCS, 1937, p. 149). Ora, se Balzac operou a virada da história passada para o presente como história, conclui-se que perceber o presente como história implica incorporar a fundo o elemento dramático no romance. Tal “penetração do elemento dramático no romance moderno” precisa ser compreendida em toda a sua amplitude e consequência (LUKÁCS, 1937, p. 149).

Abordemos então o problema por partes. Inicialmente, esse embate complexo de temporalidades, verdadeiro *anacronismo* em sentido forte (ato de pôr algo fora do tempo correspondente), é desdobrado por Schwarz na ideia do “obséquo impessoal”, entendido, como não poderia deixar de ser, como contradição. Esta figura, o obséquo impessoal, depende do recuo, sem o que ela seria impossível:

“do ponto de vista ideológico era uma fina solução, pois conciliava os interesses dos dependentes, dos proprietários, e a inspiração moderna. De fato, a impessoalidade suprimia as desvantagens morais da dependência, mas não o seu fundamento, ao mesmo tempo que representava a apropriação, sem quebra de contexto, do espírito do tempo: aperfeiçoava-se o obséquo, que se assimilava quanto possível, pela via de sua estilização, à troca e ao serviço impessoais, e o dependente se concebia como um funcionário do fluxo de favores” (SCHWARZ, 2000, p. 174, tb. 173).

Uma solução romanesca para o problema, que não obstante não deixa de ser contradição. São “acomodações modernizantes”, que tentam resolver o anacronismo e que são possibilitadas pelo recuo. Há pois uma reflexão de Machado na contemplação da “sociedade contemporânea” e do “seu mundo”: por um lado entende o domínio

dos interesses e do dinheiro na Europa e sua aclimação por aqui; por outro, percebe o predomínio da relação paternalista no seu mundo⁵⁶. O que faz é mostrar como essa tensão se resolve, ou melhor: se ajusta. Esta a sua compreensão da empiria (mencionada anteriormente), da vida cotidiana, e portanto teor de verdade de seu realismo.

Vejamos agora como se dá a questão do aspecto dramático, tal como o formulou Lukács com relação ao romance de Balzac, relacionado que estava à passagem para a figuração do presente como história. Será que “o aspecto formal onipresente e mais importante do livro” – o fato de que “os conflitos que a fisionomia moral das personagens faz esperar não desabroçam, e as várias acomodações ligadas à complementaridade real dos interesses não se comentam nem se explicitam” (SCHWARZ, 2000, p. 176) – não é decorrente de uma espécie de não-dramatização dos conflitos, não-dramatização esta decorrente daquele “recuo”? Como vimos no argumento lukacsiano acerca de Balzac, há um nexos muito forte entre “presente como história” e “dramatização” dos conflitos no interior da forma romance. Ora, se Machado suspende aqui um conflito mais-do-que-anunciado e adota a “acomodação”, está subtraindo a ênfase no elemento dramático (possível), ao mesmo tempo (e do mesmo modo) que recuara do contemporâneo. Os dois movimentos estão íntima e indissolivelmente ligados. Assim, guardadas as devidas proporções e os contornos específicos, o movimento que Lukács percebe em Balzac no processo de desenvolvimento do romance está presente, *em negativo*, em Machado de Assis. Um movimento em sentido inverso foi o que possibilitou a Machado figurar a sociedade como contradição, embora o custo tenha sido justamente perder a possibilidade de figurar o presente como história em toda a sua concretude (e totalidade) e de poder desdobrar plenamente a dramatização do conflito – ambas conquistas já consumadas por Balzac.

Não obstante, há elementos que são fundamentais em Balzac e que encontram correspondência em Machado, como o “tipo” e o modo

56. Faoro também aborda o tema: *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 25; sobre o dinheiro em geral passim, por exemplo p. 126, 228, 247, 251. Poderia *recuo* ser compreendido sob a perspectiva do “anacronismo necessário”, de que fala Lukács, citando Hegel? Há formulações pertinentes a esse respeito em *Der historische Roman*, op. cit., p. 204. Adorno (1981, p. 146) também indicou o problema, ao detectar um elemento de “atraso histórico” em Balzac.

de configuração do “processo real”, indicado por Schwarz (2000, p. 158, tb. rodapé).

E, como não poderia deixar de ser, o problema da “vida do povo”, que desemboca na luta de classes, surge em meio ao *recuo*. Assim, a forma própria daquele “conformismo” que caracterizaria o Machado da primeira fase ganha contorno específico em *Iaiá Garcia*: sua figura é o “imobilismo”,

“de fato, é melhor que fiquem todos em seu lugar e conheçam a sua condição. Não porque a diferença social seja justa ou porque a tradição a justifique, mas porque os mediadores do movimento – o obséquio, bem como o desejo de subir – são ainda mais degradantes. Este o lado conservador destas figuras, cuja consciência da situação é aguda, sem que se transforme em consciência de classe. Mais exatamente, pela generalidade e pela recusa da solução pessoal a análise é de classe, sim. Entretanto a sua dimensão coletiva não tem sequência, e seus resultados são vistos na ótica do decoro e da dignidade da pessoa, o que os recupera para a esfera do paternalismo” (SCHWARZ, 2000, p. 185-186).

Segundo Lukács, o que é comum a todos os grandes realistas, figuradores da realidade, independentemente de local e época, é seu “enraizamento nos grandes problemas de seu tempo e a figuração impiedosa da substância verdadeira da realidade” (LUKÁCS, 1937, p. 443). Disto pode-se tirar o sentido da passagem para a segunda fase machadiana, precisamente na “figuração impiedosa” (novamente a adjetivação); o *impiedoso* é o elemento que se torna lacerante nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, ao passo que nos romances da primeira fase impera a *acomodação*.

Tudo isto pede variados desdobramentos, de sorte que procede contabilizar. O problema do “realismo”, que é o problema dos autores com que dialoga, encontra uma resposta própria, que permite aquilatar o diálogo: no tocante a Auerbach, Schwarz oferece, tal como Faoro, um certo realismo, que em seu colorido próprio oferece um capítulo nacional – mas não só (SCHWARZ, 2000, p. 196, rodapé) ao *Mimesis* ampliado. Com relação a Georg Lukács, a questão é um pouco mais complicada: responde à ampla discussão dos “problemas do realismo” (assim o título dos escritos reunidos de Lukács sobre o realismo), ma-

peando e topografando um realismo que não é levado em conta pelo húngaro, mas que se alinha à sua teoria do realismo, na medida em que mostra como a forma histórica do romance realista é dependente de um desenvolvimento histórico e social e que, portanto, das especificidades desse desenvolvimento pode-se esperar especificidades do realismo (basta lembrar o que se diz acerca de Manzoni e dos russos em Lukács; os russos, ademais, por razões óbvias, especialmente importantes para Schwarz⁵⁷).

Mas há mais. Schwarz elabora a fundo a questão da forma literária (que não é tematizada nestes termos no livro de Faoro), na exata medida em que mostra – no caso de *Iaiá Garcia* – como a forma é resultado da percepção e da formalização do processo social: o “paternalismo está, enfim, transformado em princípio formal” (SCHWARZ, 2000, p. 197). Vinco fundamental do processo social brasileiro, lógica das relações sociais, é convertido pelo escritor em forma literária (forma sobre o pré-formado), um realismo muito profundo, de origem, muito mais do que mero espelhamento dos “acontecimentos da vida”. E tanto mais cifrado, necessitado do sociólogo que o revela⁵⁸.

Tudo isto posto, vale uma interpolação que retoma e amarra com mais um nó um problema já formulado. Trata-se de Thackeray, que recebe uma análise muito sugestiva por Lukács em *Der historische Roman*, especialmente quando temos em mente o presente andamento.

Thackeray, escrevendo por volta de 1848 (*Vanity Fair* é de 1848, *The History of Henry Esmond, Esq.*, o romance histórico de Thackeray, é de 1852) filia-se ao realismo inglês do século XVIII (LUKÁCS, 1937, p. 244), procurando continuidade menos com a tradição do romance histórico que lhe é mais imediata (Scott), do que se referindo diretamente aos romancistas do século XVIII. Este traço parece ser sugestivo para se pensar Machado de Assis. De um lado, porque instala um nexos com autores significativos para Machado⁵⁹. De outro, porque assinala uma via outra, que não a apresentada e

57. Desde seu primeiro livro Schwarz dedica atenção e inteligência ao russos; veja-se “A sereia e o desconfiado” em Schwarz (2000).

58. Sobre o ponto, vale a pena ver Prado Jr. (1985, p. 227-247).

59. A pesquisa sobre Machado de Assis, desde sempre, pelo menos desde Sílvia Romero, vem apontando suas ligações com a literatura inglesa do século XVIII, sobretudo Swift e Sterne. Veja-se o já mencionado E. Gomes em Schwarz (2000, p. 203).

defendida por Lukács como a “grande” tradição realista, uma via em que encontramos uma figuração realista que se desvia do romance histórico (na sua “forma clássica”), mas não obstante apresenta resultados: no Brasil e na Inglaterra... Isto não significa, absolutamente, que Machado não tenha muito bem lido e digerido seus predecessores, a começar por Alencar (como muito bem o mostra Schwarz). Mas temos também nisto um traço próprio: em vez de atrelar seu romance (e seu realismo) unicamente às formas nacionais que o precedem imediatamente, teve também referências outras. No caso de Thackeray, essa referência era-lhe, ainda, nacional; no caso de Machado (firmando o pé em uma compreensão muito acurada de certo “instinto de nacionalidade”), nutriu-se de tradição romanesca vária, dentre outras coisas dos ingleses do século XVIII. A semelhança de resultados, guardadas as proporções e complexa especificidade, é a assinalada anteriormente (Auerbach e Faoro). Vejamos então como Lukács entende Thackeray. Nos “realistas do século XVIII”,

“uma tal *aproximação à historicidade* brotou naturalmente de suas tendências realistas de crítica à sociedade. Ela é um dos muitos passos rumo àquela concepção realista da história, da vida social, da vida do povo, que alcança seu apogeu em Scott ou Púchkin. Em Thackeray essa *retomada* do estilo e da estrutura dos romances do século XVIII origina-se de um fundamento ideológico completamente outro: de uma desilusão profunda, amarga, que se externaliza pela sátira, decepção do tipo de política, da relação entre a vida política e a vida social de seu próprio tempo” (LUKÁCS, 1937, p. 244-245).

Thackeray não se atrela à linhagem do romance histórico clássico e por isso permanece, para voltarmos ao termo de Raymundo Faoro e Erich Auerbach, *moralista*. A “forma clássica” do romance histórico implica não o moralismo, mas a compreensão do caráter histórico e concreto da vida popular, e por isso, por causa do povo, alcança a totalidade, o movimento da sociedade como um todo – que permanece vedada ao moralismo. Aqui, estilo e estrutura são forma literária que remete a um processo social que não é a totalidade, mas uma compreensão particular e restrita, individualista, cuja experiência de base é a desilusão. Como já o romance de Scott havia deixado para

trás este tipo de experiência como fundamento da forma literária, há em Thackeray um *recuo* – para resgatar propositadamente aquele termo importante.

A seu tempo, Roberto Schwarz decifrou fenômeno análogo em Machado de Assis: uma juventude liberal desiludida redonda nos romances da primeira fase, de modo que estes são o resultado de uma desilusão. Na década de 1850,

“Machado havia adotado ideias liberais e assimilara a retórica do progresso e da igualdade. [...] segue-se uma prova com a citação de um texto de 1859, LW] A ilusão não durou, e logo Machado iria mudar de convicção [...]. Mais tarde, quando vem a escrever seus primeiros romances, estes se alimentam da ideologia antiliberal. Para Machado, portanto, já não se tratava aqui de uma posição inicial e irrefletida, mas do resultado da experiência, com a parte de realismo – se não de verdade – que acompanha as desilusões” (SCHWARZ, 2000, p. 84-85).

Note-se que o ponto de chegada é exatamente o mesmo que o apontado por Lukács: um realismo que é resultado de desilusão; e um realismo que, se não é regressivo (nem na Inglaterra, nem no Brasil), também não é progressivo. Ambos desvelam aspectos importantes das contradições sociais, mas ainda deixam algo de fora – e aqui as diferenças tomam rumos próprios. Apenas não deixemos de observar que Schwarz, mais à frente, retoma o problema da desilusão para indicar a via que leva aos romances da maturidade: “A Machado, já agora só faltava a desilusão da desilusão: desiludir-se também do conservantismo paternalista” (SCHWARZ, 2000, p. 87).

Este momento intermediário, da desilusão ainda-não-desiludida, é a embocadura na qual a leitura moralista ganha pé, e reencontramos o argumento que víamos, via Auerbach, em Faoro: um realismo para o qual a sociedade não aparece como problema propriamente histórico, mas sim como problema moral; nele, a crítica da sociedade permanece adstrita aos indivíduos, mas não às forças históricas que direcionam o seu movimento (no entendimento de Auerbach, os limites desse realismo são os limites da consciência histórica, e isto possui conteúdo e lastro epocais – o que a seu modo parece antecipar, embora de ma-

neira mais tosca, o argumento de Schwarz, segundo o qual os limites de Machado de Assis não são limites nem do escritor, nem da obra, mas da sociedade). Se ambos destacavam a consciência crítica que aflorava nesse realismo particular, Lukács não fica atrás: Thackeray é um “realista crítico” (LUKÁCS, 1937, p. 244). Se a sua não-filiação à via clássica do romance histórico impede a exposição do movimento da sociedade em sua totalidade, não obstante figura um tipo próprio de realismo. A argumentação de Lukács é previsível no seu próximo passo, no que falta ao inglês: “Thackeray não vê o povo”; “com isso, ele suprime a objetividade histórica” (LUKÁCS, 1937, p. 247).

Esta a razão da supremacia de Walter Scott, que já lhe antecedeira: “oferece uma pintura mais ampla e *objetiva* das forças históricas”, enquanto Thackeray oferece uma pintura subjetiva (LUKÁCS, 1937, p. 247 e 248). Este o resultado final, no realismo crítico de Thackeray, para Lukács: “o dilema na apresentação dos acontecimentos históricos reduz-se, para ele, na escolha entre a glorificação patética da vida pública ou o retratar realista dos costumes da vida privada” (LUKÁCS, 1937, p. 245). O encaminhamento machadiano está próximo disto – embora, é claro, não estejamos falando, no caso de Machado, de romance histórico. Deixando de lado o povo, Thackeray “suprime a objetividade histórica, e, quanto mais forçosamente ele fundamenta psicologicamente as ações singulares de seus personagens, quanto mais sutilmente ele conduz sua psicologia privada, tanto mais casualmente aparece tudo, visto de uma perspectiva histórica” (LUKÁCS, 1937, p. 247)⁶⁰. Tudo isto, que é muito semelhante ao que faz Machado de Assis – em perfeita sintonia com a versão de Faoro⁶¹ e em significativas aproximações com a interpretação de Schwarz –, é devido ao mencionado *recuo*.

Não estou falando que Machado é um Thackeray dos trópicos; digo que há um movimento similar em ambos (que jamais poderia ser igual, dada a posição relativa de Inglaterra e Brasil no sistema do capital), que resulta em um realismo específico (portanto forma literária e processo social) que tem raiz em uma experiência de decepção e que, não obstante, é crítico e desse modo mostra traços

60. Sendo que “casual” é acessório, supérfluo, o contrário de “necessário”.

61. E se a análise de Thackeray por Lukács está em sintonia com a de Machado de Assis por Faoro, talvez haja aí indício para aquela adjetivação “dialética” da *mimesis*.

determinantes da vida social, daqui e de lá⁶². Entretanto, a ambos falta um movimento de universalização mais amplo (problema este que Schwarz vai tratar na análise de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, em seu livro de 1990).

Quando Machado passa da desilusão para a desilusão da desilusão, resolve-se o problema, no entender de Schwarz – resolve-se em sentido literal: uma solução possível, histórica, concreta. A argumentação de Faoro, lembremos, pára neste primeiro momento; falávamos então do “moralismo decepcionado”, que era a forma como o realismo se configurava em Machado⁶³. No confronto com os grandes realistas europeus, Machado permanecia deficitário; já no entender de Schwarz, a forma se resolve de outra maneira, mas a seu modo – pois se trata de um realismo próprio – resolvia o problema da realidade exposta em seu movimento global. Assim, se antes afirmei que Faoro vê o que Machado não vê, vemos agora que Schwarz vê que Machado vê.

Há mais. Em Thackeray, ensina-nos Lukács, trata-se de uma “virada para trás”, visada para trás: ele vem depois de Scott e olha para o realismo do século XVIII, ignorando a via do “romance histórico clássico”. Essa “*Rückwendung*” tem sabor nostálgico, embora desenganado, resultado que é da “decepção” e resultado que dá na “sátira”. Não seria essa mesma nostalgia que Roberto Schwarz atribui à compreensão de Machado de Assis por Raymundo Faoro?

“Faoro concebe a prosa machadiana como um imenso mar de situações, anedotas e formulações, cujo depoimento histórico-sociológico procura colher, postas de parte as fronteiras entre obras e entre gêneros. O procedimento tem seu preço, pois marginaliza o significado das formas, tácito e decisivo. Por outro lado, faculta a liberdade de circulação que permitiu ao crítico refutar de uma vez por todas a opinião comum,

62. Caso semelhante é formulado do seguinte modo por Schwarz, ao comentar a existência de traços similares em Machado de Assis e George Sand: “Assim, no plano muito abstrato em que é possível a transposição de situações européias para o Brasil [...], a semelhança dos esquemas e da têmpera psicológica é um fato” (SCHWARZ, 2000, p. 230, rodapé). Mas, friso, o caso é apenas semelhante, pois, no que estamos vendo em Thackeray, a semelhança é de um certo processo histórico da forma, na sua relação com presente e passado; consequentemente, da historicidade própria de formas literárias específicas.

63. Um crítico literário, influenciado pela leitura dos livros de Faoro e Schwarz, lançou mão da fórmula “*deceptive realism*”: John Gledson, *The Deceptive Realism of Machado de Assis*, na sua versão nacional com o título *Machado de Assis: impostura e realismo* (GLEDSON, 1991).

segundo a qual Machado teria pouco interesse pelas coisas nacionais, em especial pela política. Movendo-se no contínuo dos assuntos, o livro evidencia, além da qualidade, a enorme quantidade das observações feitas pelo romancista. Evidencia-lhes também, digamos, o ânimo histórico diferencial: as grandes mudanças se lêem nos pormenores. O que talvez se possa discutir é a perspectiva geral do ensaio, que faz da obra machadiana um painel da *transição* da sociedade estamental à de classes, da ordem solidária à contratual. A penumbra melancólica da ficção seria devida ao recuo inapelável do mundo antigo, que o escritor julgava autêntico, e ao avanço da ordem burguesa, que ele não entendia e a que teria horror. A ser correta a leitura de Faoro, o sentido do romance de Machado seria *elegíaco*” (SCHWARZ, 1998, p. 212, rodapé).

Esta a tomada de posição de Schwarz em seu livro de 1990 – embora *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* tenha sido publicado antes de *Ao vencedor as batatas*, não há referências ao primeiro neste último, de sorte que só na metade final é que se mostra o entendimento de Schwarz acerca de Faoro⁶⁴. Observemos inicialmente dois pontos. Em primeiro lugar, por conta de argumento apontado anteriormente, uma correta avaliação do estatuto da *transição* exige a sondagem conjunta de *Os donos do poder*, pois a dinâmica desse processo é bem mais complexa do que a simples passagem de um a outro, da sociedade estamental à sociedade de classes (um passo já citado de Faoro tematiza o ponto). Isto seria simplificar e mesmo deformar o argumento de Faoro; na verdade esta é a tese de Astrojildo Pereira que, em “Romancista do Segundo Reinado” (1939), afirmara que Machado de Assis estava em meio a uma época de transição, da sociedade patriarcal para a sociedade burguesa, da monarquia para a república, época caracterizada pela “ascensão histórica

64. Como mencionei, *Ao vencedor as batatas* é a versão em português da tese de doutoramento de Roberto Schwarz na Universidade de Paris (1976). Na verdade, Schwarz já tomara posição em face do livro de Faoro em 1979, em prefácio a uma edição estrangeira de *Quincas Borba* e de modo bem similar à tomada de posição, já citada, de Antonio Candido: “[...] há pouco se publicou um longo livro sociológico [o livro de Faoro, LW] sobre as transformações do Brasil entre o Império e a República, inteiramente baseado no valor documentário destas notações [dos elementos locais, LW]. A evidência que se impõe é que Machado não só não era desatento, como era o mais atento de nossos escritores. Todavia, impressionado pela massa e pela precisão dos detalhes sociais que encontrou, o autor do mencionado estudo os tomou como *informação*, deixando em segundo plano a ironia que sempre os acompanha [...]. Em consequência, o livro documenta cabalmente a amplitude e a fidelidade do trabalho de cronista de Machado [...]” (SCHWARZ, 1979a, p. 168).

de uma nova classe dirigente”⁶⁵. De fato, poder-se-ia dizer que Faoro vai diretamente contra a interpretação de Pereira, pois a considera por demais simplificada (cf. FAORO, 2001, passim, com referência na p. 547, rodapé), algo bastante evidente para os leitores dos dois livros de Faoro (o amplo e brilhante retrato da sociedade do Segundo Reinado, que Faoro oferece por meio de Machado de Assis, foi injustiçado pelo enfoque deste estudo).

Em segundo lugar, o termo “recuo”, que aparece novamente na pena de Schwarz. Ora, não fora ele mesmo quem destacara o recuo no romance da primeira fase, e indicara como tal recuo era essencial na figuração do realismo em pauta? Se esta pergunta faz sentido, o argumento e desenvolvimento de Faoro, embora muito diferente do de Schwarz, apresenta aspectos de aproximação, sobretudo no, digamos, “resultado”, o realismo específico de Machado – embora os caminhos adotados sejam bem diferentes, o que exigiria apenas (o que não é pouco) que se concedesse que resultados similares atingidos por caminhos diferentes valem uma aproximação... Já no que diz respeito ao segundo livro de Schwarz e às indicações acerca dos romances da segunda fase em *Ao vencedor as batatas*, tudo muda de figura.

Isto posto, chegamos ao “elegíaco” como sentido geral do romance machadiano, se correta a leitura de Faoro. O termo refere-se, creio, ao estudo de Schiller *Sobre a poesia ingênua e sentimental* (1795):

“Se o poeta opõe a natureza à arte e o ideal à realidade, de modo que a apresentação dos primeiros predomine e a satisfação com eles se torne sensação dominante, denomino-o *elegíaco*. Esse gênero também contém, como a sátira, duas classes. Ou a natureza e o ideal são um objeto de tristeza, quando se apresenta aquela como perdida e este como inatingível; ou ambos são um objeto de alegria, na medida em que são representados como reais. O primeiro caso resulta na *elegia* em significado mais restrito, o outro no *idílio* em significado mais amplo” (SCHILLER, 1997, p. 728).

Evidentemente não se trata de idílio, mas do elegíaco em sentido enfático. Ora, isto implica uma relação específica com a realidade; teríamos de fato uma leitura de Machado de Assis na qual o modo como a realidade é exposta remonta a uma perda, e a sensação resultante é a triste-

65. PEREIRA (1939, p. 11-36, especialmente p. 15, 21). Também PEREIRA (1988; 1ª edição: 1950, p. 75) passou pela mesma formulação.

za, mais precisamente, talvez, um misto de decepção, nostalgia, tristeza e resignação⁶⁶. Noutros termos, o realismo, se tingido do elemento elegíaco, assume um sabor muito próprio, e certamente restrito, pois a realidade não é exposta em sua plenitude, com o conjunto de suas determinações históricas e concretas, como diria Lukács. Trocando em miúdos, Schwarz define o teor do realismo que Faoro detecta em Machado de Assis, e sua própria análise procura mostrar que, de fato, o realismo machadiano é outro – digamos, de modo semelhante à sua superação da argumentação lukacsiana com relação a Thackeray. Com isto em vista, vale a pena ver qual a resposta de Schwarz às interpretações que terminam no moralismo (muito correntes, como disse, na interpretação de Machado de Assis):

“Daí o encanto para modernos desta maneira narrativa, em que os Absolutos que ainda hoje nos vampirizam a energia e o moral aparecem relativizados, referidos que estão ao fundo movediço e humano – repetimos que ilusório – dos arranjos pessoais. Para conceber enfim a distância ideológica transposta nesta mudança de registro, digamos que ela corta ou dá circuito, como um comutador, nada menos que ao fetichismo próprio à civilização do Capital – fetichismo que isola e absolutiza os chamados ‘valores’ (Arte, Moral, Ciência, Amor, Propriedade etc., e sobretudo o próprio valor econômico), e que ao separá-los do conjunto da vida social tanto os torna irracionais em substância, quanto depositários, para o indivíduo, de toda a racionalidade disponível: uma espécie de fisco insaciável, a quem devemos e pagamos conscienciosamente a existência” (SCHWARZ, 2000, p. 59, dispensando comentários).

Isto indica a crítica de Schwarz ao modo como Faoro vê Machado de Assis, mas não propriamente ao modo como Faoro vê a realidade, visto que Faoro vê o que Machado não vê. Não obstante – e isto dá enorme lastro à interpretação de Faoro, pois mostra como ela preocupa-se em acompanhar as nuances de seu objeto –, há um momento em que Machado supera a posição moralista: quando trata dos escravos. Há então,

“na visão do escritor, projetada sobre o problema servil, um processo novo na tomada de consciência da realidade. Ao seu cuidado antigo de descobrir

66. Isto ganha força sobretudo no subcapítulo intitulado “Uma camada social que se apaga: fim de um mundo” em Faoro (2001, p. 383-391).

na ação o móvel íntimo, que desfigura o fato exterior [...] sobrepõe-se agora a preocupação de ver, no acontecimento público, as razões, não mais de ordem moral, mas oriundas da organização social. [...] A denúncia, o desmascaramento, em Machado de Assis, não mostra, no fundo das ações, o inconsciente, os interesses de classe e a longa distorção do tecido histórico. Vai além, na verdade, do nariz de Cleópatra de seu louvado Pascal, para discernir uma ordem subterrânea, que ele supõe organizada segundo forças obscuras, empenhadas em se alhear da presunção humana. Ele sabe que tudo o que se vê, na superfície da sociedade, não passa de falsidade e mistificação. Ignora, ou apenas pressente, emancipando-se, sem audácia, dos moralistas, que as relações entre os homens obedecem a outros imperativos, talvez falsos e vãos, como os ostensivos. Enfim, na questão servil, o escritor não quer ser enganado pelos discursos e pelas ações falsamente generosas. Ele, quase solitariamente, vê, atrás da liberdade, o fundamento da liberdade, assentado sobre a autonomia econômica. Percebe que a libertação do escravo pode ser apenas um bom negócio para o branco e o caminho da miséria para o preto. A liberdade [...] também ela esconde a servidão. Cético com respeito à abolição e às alforrias, a escravidão existe, na obra de Machado de Assis, independente dos sentimentos” (FAORO, 2001, p. 361-362).

Há, pois, um passo em direção ao conhecimento da realidade tal como o conhecimento do sociólogo e do historiador, a preocupação em desvendar aquela realidade que só a história e a sociologia, anteriormente, pareciam oferecer, passo que afasta Machado do moralismo. Ultrapassando o limiar daquela visada da realidade que, presa às paixões e sentimentos, faz delas derivar os acontecimentos da vida, despidos de qualquer nexos mais amplo, convertendo os destinos pessoais em simples consequências das intermitências e inconsequências da interioridade, transforma-se neste ponto e aspecto o realismo machadiano, procurando e revolvendo outras terras. Agora, ao que parece, os problemas não são mais formulados de maneira individualista, para retomarmos uma antiga formulação de Auerbach; um véu que encobria é levado pelos ventos. Mas, o que resta, o que aparece?

“Na visualização do problema social, bem verdade, a natureza se transmuta em sociedade; há um grande progresso na perspectiva do moralista, agora vizinho do historiador e do sociólogo. Mas a essência

é a mesma, composta de fatalidade, sem que a mão do homem teça a história, entidade estranha, devoradora, imponente. Esse passo – da natureza à história – somente podia ser inspirado por quem vivesse a tragédia do escravo, a ele próximo pelo sangue, impotente para intervir no seu destino. Há, na sutil mudança de ângulo, o calado protesto das lamentações inúteis, refugiadas no conformismo, que se exprimem na descrição minuciosa do sofrimento do escravo, de suas falsas alegrias, onde o leitor menos generoso poderá vislumbrar algum retalho de sadismo. Reside aí, nesse sentimento de impotência e na inelutável avalanche que desaba sobre o homem, o senso trágico da existência, que impregna a arte de Machado de Assis” (FAORO, 2001, p. 364-365).

Há pouco a dizer aqui; a medida exata deste traço realista outro é difícil de medir: a percepção das forças históricas, que contudo aparecem como forças obscuras. O estudioso do século XIX bem sabe que emerge aqui um fenômeno que não lhe é estranho. No caso de Machado de Assis, visto por Faoro, sociólogo, há uma explicação: a situação histórica concreta do escritor que, vimos desde o início, está preso e perdido em meio a uma situação de complexa transição. É este enraizamento concreto na história que lhe permite solucionar seu realismo próprio, e, como se acabou de ver, vário, criando uma figura própria não só do realismo, mas também do moralista, em um nexos muito particular de vínculo à tradição e resposta ao tempo presente. Uma vez discernido o teor complexo do moralismo machadiano, Faoro o formula pela última vez:

“O moralista, com suas leis, seus saltos e suas cabriolas, não era mais possível, como verdade e como sonho. O mundo pertence às instituições, às estruturas sociais, às classes – o *humour* é apenas o expediente entre dois momentos, o que passou e o que não chegou” (FAORO, 2001, p. 416).

Neste ponto, mas somente agora, talvez se possa dizer que Machado de Assis é, em sentido próprio, elegíaco⁶⁷.

67. Há uma nota do Stendhal analisado por Auerbach que reverbera em Machado de Assis, mas uma nota de som próprio e difícil de definir (ao menos para mim). O “mal-estar” e uma espécie de “resistência” com relação ao seu tempo – cf. AUERBACH (1994, p. 428, 434) – aparecem transmutados em Machado, e isto talvez já possa ser percebido na leitura de Augusto Meyer, um dos interlocutores de Faoro.

Resta ainda a questão da forma. Se voltarmos ao passo em que se fala da *mimesis* dialética, veremos que o estilo aparece como resultado do processo de exposição literária da realidade na literatura. Ao mesmo tempo, a realidade exposta é resultado do estilo (donde uma figuração possível da fórmula “o texto como resultado”). Esse movimento seria dialético? Sem responder, prossigo. Falei na ocasião da estrepolia do intérprete para se furtar da forma. Agora cabe dizer: o estilo é o equivalente funcional, em Faoro (que se reporta a Auerbach), para aquilo que em Schwarz significa a forma. É a dimensão analítica, concreta, na qual o processo social se cruza com a fatura literária. “O estilo reflete e acentua o contexto social” – e já se viu porque, no caso de Machado, é difícil falar em “processo”, no lugar de “contexto”; também já se viu o nome dessa diferença. “O estilo tem, nessa operação, seu papel expressivo, ao refinar ou barbarizar a forma, eixo do movimento integral de aproximação à realidade” (FAORO, 2001, p. 530). Não se trata absolutamente de elidir a distância considerável e o peso muito diferente da forma nos dois intérpretes, mas apenas indicar que o problema não é simplesmente deixado de lado por Faoro – e aqui a especificidade de cada um com relação às matrizes que revolve é bem definida. Prova do que digo é a contribuição de Faoro ao problema do humorismo machadiano, quando lança mão do estudo do narrador (cf. FAORO, 2001, p. 438), contraprova de que, a seu modo, a forma, travestida em estilo, aparece em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*.

Para concluir, preciso recuperar o problema da estilização, que já apareceu na discussão do livro de Faoro. Retenho agora duas ocorrências da estilização em *Ao vencedor as batatas*: quando se discute anteriormente o obséquio impessoal, mencionou-se a estilização: “aperfeiçoava-se o obséquio pela via de sua estilização”. Estilização significa aqui uma *metamorfose* da natureza mesma do obséquio, rumo a uma acomodação. Uma situação de alta tensão potencial se resolve por essa metamorfose; como a acomodação é traço geral do romance da primeira fase, a estilização torna-se um *componente (mediação)* fundamental (estrutural) da *forma de exposição da realidade*. Em outra passagem, Schwarz volta a falar em estilização, e o sentido é o mesmo⁶⁸.

68. “Esta presença objetiva e regular do arbítrio subjetivo no processo social está transcrita nos conflitos que analisamos. E talvez se possa dizer que mais tarde, quando reduziria a vida social ao movimento caprichoso da vontade, Machado estilizava em veia também pessimista, mas agora cômica, esta mesma experiência” (SCHWARZ, 2000, p. 131). Já mencionei a extração lukacsiana do “regular”.

O sentido de estilização em Faoro já foi mais bem indicado, mas retomemos. Também aqui trata-se de uma metamorfose, e também aqui trata-se de um componente fundante do modo de exposição da realidade. Mas note-se que divirjo propositalmente nos termos, agora *modo*, antes *forma*, pois, como já indiquei e Schwarz destacou em sua tomada de posição diante do livro de Faoro, não se trata, neste, de investigar a fundo a forma literária (no sentido de Schwarz e Lukács) e, menos ainda, a formação da forma. Isto posto, temos elementos para aquilatar melhor a proximidade e a distância de ambos os sociólogos neste ponto, ponto, aliás, capital para a argumentação dos dois e, se meu andamento é correto, centro de suas interpretações. Centro porque, em diálogo com Auerbach, estão preocupados em compreender como se apresenta a realidade na literatura, e a estilização é a mediação ou o modo como isto se concretiza – um a converte em estilo, o outro, em forma.

Em Lukács, estilização também é uma metamorfose e torna-se essencial no romance moderno, embora não deixe de ser um elemento problemático da épica moderna. Seu caráter problemático está ligado à exposição da totalidade, pois que a estilização, em Lukács, parece estar relacionada a uma espécie de “representação”, por meio da qual se realiza a passagem do particular para o universal – o problema vale o estudo, mas não aqui (LUKÁCS, 1937, p. 56, 57, 124, 125).

Contudo, o problema da estilização é sua medida exata, pois não pode haver estilização em excesso (LUKÁCS, 1937, p. 152, 288, 343), sob pena de se perder o nexo com a realidade – quando a estilização é “artificial”. É nesse sentido que a “estilização” vai aparecer na análise de Thackeray, pois ela “traz à superfície, em cores vivas, as fraquezas de sua concepção geral da vida social” (LUKÁCS, 1937, p. 249); no Machado de Assis de Raymundo Faoro, igualmente, a estilização impede a visada da realidade da sociedade, enquanto movimento do todo. Se esta aproximação faz sentido, é preciso reconhecer a extração lukacsiana do problema da estilização em Faoro, donde se conclui que, à diretriz auerbachiana, soma-se esta outra, ambas coexistindo em paralelo ao curso da interpretação e encontrando-se, como boas paralelas que são, no resultado final, na *mimesis* dialética⁶⁹. Esta ad-

69. Faoro cita o célebre texto de Lukács, simultâneo a *Der historische Roman*, “Narrar ou descrever?” (1936), em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 533, embora para uma argumentação distinta. Cf. LUKÁCS (1948, “Erzählen oder Beschreiben? Zur Diskus-

jetivação, já ressaltada, pode ser agora mais bem compreendida: com Merleau-Ponty, Faoro reivindicaria, ao que parece, uma autonomia relativa para a obra de arte, cuja justificativa é nada mais, nada menos do que a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo⁷⁰. Ressalte-se, então, que a solução de Schwarz vai em outra direção, pois que a estilização é mediação *na* forma literária; em outros termos, o social tornado forma.

Arremate

No “Prefácio à 1ª edição” de *O capital*, firmado em 25 de julho de 1867, Karl Marx, tendo em vista a situação alemã, afirmava:

“Onde a produção capitalista se implantou plenamente entre nós [isto é, na Alemanha, *l.w.*], por exemplo, nas fábricas propriamente ditas, as condições são muito piores do que na Inglaterra, pois falta o contrapeso das leis fabris. Em todas as outras esferas, tortura-nos – assim como em todo o resto do continente da Europa ocidental – não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a carência de seu desenvolvimento. Ao lado das calamidades modernas, pesa sobre nós toda uma série de calamidades herdadas, que emergem do vegetal continuado de modos de produção arcaicos e sobreviventes, com o seu séquito de relações sociais e políticas contrários à época. Nós sofremos

sion über Naturalismus und Formalismus”, p. 115-179). É, pois, em um texto como este que vamos encontrar as formulações que servem de parâmetro para o juízo do déficit realista de Machado de Assis. Por exemplo: “O conhecimento real das forças motoras do desenvolvimento social, o espelhamento poético amplo, correto, profundo e imparcial de sua atuação precisa aparecer na vida humana na forma do movimento [...]” (LUKÁCS, 1948, “Erzählen oder Beschreiben?”, p. 133). Como se viu, falta esse movimento do todo e permanecemos nos domínios do moralismo.

70. Veja-se Merleau-Ponty (1955, p. 92-94), onde estão em discussão os escritos de Lukács sobre literatura dos anos 1930. Merleau-Ponty não é mencionado em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, mas sim em *Os donos do poder* (FAORO, 2001a, p. 897, 822). Dois pontos a destacar, portanto: em primeiro lugar, Merleau-Ponty é citado em *Os donos do poder* como elemento de crítica ao marxismo e justamente por ocasião da discussão da lei do desenvolvimento combinado, em passo citado anteriormente. Donde a crítica de Faoro poderia ser rotulada sob inspiração do filósofo francês, ou seja, em uma conjugação *sui generis* de Marx e Weber. Em segundo lugar, temos aqui um reforço e uma reiteração do nexo entre os dois livros, pois Faoro fundamentaria a adjetivação de *mimesis* como dialética em um desenvolvimento – transposto, pressuposto e cifrado – indicado no outro livro. O trilha da *Wissenschaftslehre* sobre o qual corre a interpretação de Machado de Assis por Faoro já foi destacado.

não somente dos vivos, mas também dos mortos. *Le mort saisit le vif!*" (MARX, 1966, p. 12-15)⁷¹.

Na primeira parte de *Assim falou Zaratustra*, seção "Da virtude presenteada", Friedrich Nietzsche ponteu o seguinte aforismo: "*Nicht nur die Vernunft von Jahrtausenden – auch ihr Wahnsinn bricht an uns aus. Gefährlich ist es, Erbe zu sein*" (NIETZSCHE, 1993, p. 100 – "Não só a razão de milênios – também o seu desvario eclode em nós. É perigoso ser herdeiro.").

Estes dois passos são muito bem conhecidos dos leitores de *Os donos do poder*: este último a enigmática epígrafe, pois dada em alemão, sem indicação de autoria e nunca mais referida explicitamente ao longo da obra, embora presente, brilhando, sufocante, a cada passo; aquela primeira emoldurando as considerações finais da obra, respondendo ao final ao tema anunciado na epígrafe e variado infinitamente ao longo do livro. Unindo-os, um longo percurso, seis séculos, 800 páginas, uma mesma ideia; dois fragmentos escritos quase ao mesmo tempo, certamente na mesma época (Marx: 1867; Nietzsche: 1883) e retomados agora, um século transcorrido e um largo oceano cruzado (FAORO, 2001a, p. 7 e 821).

Ambas as passagens são novidade da segunda edição de *Os donos do poder*, de 1975, ambas talvez ainda não conhecidas do autor de 1958. O que nos remete à enorme reelaboração da nova versão do livro tornado clássico, nisto convertido e conhecido na sua versão reescrita, já então circunscrita à moldura que assinalei e publicado em quadra histórica dura, mas ironicamente favorável ao conteúdo da obra.

Não tenho dúvidas de que o Marx citado ancora o espírito da indagação mais ampla de Faoro – já vimos sua variação na célebre forma do "desenvolvimento desigual e combinado" –, aquele "contexto dialético" no qual o autor situa seus tema, problema e obra (FAORO, 2001a, p. 13-14). Por outro lado, a formulação nietzscheana é a de um poeta (*der Dichter spricht*), a marcar as pretensões não apenas cognitivas, mas literárias de Faoro. Mas aqui não pretendo decifrar nem o

71. Na tradução de Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, op. cit., p. 821: "Aos modernos males uma série ampla de males *herdados* nos oprimem, emergentes da *sobrevivência passiva* de antiquados modos de produção, com a sequele inevitável de relações do anacronismo social e político. Nós sofremos não apenas dos vivos, mas também dos mortos. *Le mort saisit le vif!*".

contínuo temático, nem a exegese dos passos; apenas indicar seu nexos e algo de seu sentido, a ser explorado em detalhe por pesquisadores mais familiarizados.

A circularidade da análise ponteia como obstinado: “herança”, palavra-chave que eclode e brilha tanto na epígrafe como na versão dada por Faoro d’*O Capital*. Por outro lado, Giorgio Colli ofereceu chave rica para a compreensão do livro em muitos aspectos singular do filósofo solitário, “a reemersão de momentos culminantes da especulação pré-socrática”, sempre imediata, sem referir-se a outras representações, nem mesmo em negativo⁷². A leitura das profecias de Zarastustra atesta o enfoque, cheio de sentido para o uso que do passo se faz em *Os donos do poder*. Pois não se deve buscar um conhecimento para além, no contexto, na estrutura, senão que em sua feição e em seu caráter de aforismo o passo se completa. E se desdobra, mas agora nas mãos de seu leitor gaúcho.

Desdobra-se contínua e teimosamente, em uma escrita peculiar que vem desde o relativamente jovem autor do livro de 1958, criticado à época pelo torneio barroquizante da linguagem (no dizer de um bom leitor: “linguagem sóbria, erudita e imagética, abusando de metáforas audaciosas”. AXT, s. d.⁷³). No “Prefácio à segunda edição” de *Os donos do poder*, Faoro menciona “a perplexidade que alguns leitores da primeira edição demonstraram, ante uma terminologia aparentemente bizarra”, coisa que o autor de agora procura amenizar, oferecendo maior “clareza” (FAORO, 2001a, p. 13). À qual se contrapunha, bem se vê, a *obscuridade de uma linguagem bizarra*.

E com isto chego ao meu ponto, a linguagem do sociólogo e a linguagem da sua sociologia. Um autor e um livro acusados de alguma sorte de incompreensibilidade formulam a questão da compreensibilidade. Como disse Niklas Luhmann:

“Quem quer que fale ou escreva deve exprimir-se compreensivelmente. Esta é uma exigência evidente à primeira vista. Pois, para que se pronunciar, se não se quer ser compreendido? Entretanto, a sociologia não é a teoria da primeira vista, mas sim a teoria da segunda vista. E, à segunda vista,

72. COLLI, Giorgio. “Nachwort”. In: NIETZSCHE (1993, p. 416, 415).

73

as questões e considerações aumentam. Deve-se coagir igualmente tudo o que é dito sob o chicote da compreensibilidade? Compreensibilidade deve significar: compreensibilidade para qualquer um? Compreensibilidade sem esforço? Compreensibilidade sem qualquer preparação, sem qualquer perda de tempo na reflexão e na decifração? Há um *continuum* linear que leva da incompreensibilidade à compreensibilidade e do qual se pode exigir mais compreensibilidade? Ou também há, nesse caminho do incompreensível ao compreensível, descaminhos, como por exemplo o mal-compreendido? [...] Além disso, enquanto sociólogos estamos acostumados a partir do fato de que uma realidade social dada tem razões para ser tal como ela é: razões ou fundamentos. Portanto, quando são produzidos textos, nas ciências e mesmo na sociologia, que são dificilmente compreensíveis ou quase incompreensíveis: quais são as razões para tanto?” (LUHMANN, 2002, p. 51).

Esta a questão que gostaria de formular: quais são as razões de Faoro, supondo que não se trate apenas de desvario (hipótese que, convenhamos, não deve ser totalmente descartada, dada que a herança da epígrafe não é apenas a razão, mas também a loucura). O que faz que o sociólogo busque precisamente esta linguagem, esta forma de expressão? Quais as razões das seleções e combinações realizadas?

A primeira resposta é evidente: trata-se de um autor com elevadas pretensões expressivas, que julga que a forma de apresentação amalgama-se ao objeto que se almeja tratar. Ou uma simbiose linguística, ou uma espécie de mimetismo impregnam a prosa do sociólogo, a dizer-nos que tratar da herança, aquilatá-la por inteiro só é possível em uma linguagem que é também herdeira. Mas não saberia explorar devidamente este continente.

Portanto, trato da segunda resposta: o uso de uma linguagem figurada. A experiência de leitura da obra de Faoro – refiro-me sobretudo aos seus dois grandes livros – exige formular e encaminhar esse problema, sob pena de encerrar o livro na prateleira. Tomemos, para refrescar a memória, um passo entre muitos, mas com o cuidado de selecionar um passo decisivo, muito vivo na memória de todos os seus leitores:

“A cultura, que poderia ser brasileira, frustra-se no abraço sufocante da carapaça administrativa, trazida pelas caravelas de Tomé de Souza, reiterada na travessia de dom João VI, ainda o regente de dona Maria

1, a Louca, dementada pelos espectros da Revolução Francesa. A terra virgem e misteriosa, povoada de homens sem lei nem rei, não conseguiu desarticular a armadura dos cavaleiros de El-Rei, heróis oficiais de uma grande empresa, herdeiros da lealdade de Vasco da Gama – herói burocrata. A máquina estatal resistiu a todas as setas, a todas as investidas da voluptuosidade das índias, ao contato de um desafio novo – manteve-se portuguesa, hipocritamente casta, duramente administrativa, aristocraticamente superior. Em lugar da renovação, o abraço lusitano produziu uma *social enormity*, segundo a qual velhos quadros e instituições anacrônicas frustram o florescimento do mundo virgem. Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse. O fermento contido, a rasgadura evitada gerou uma civilização marcada pela veleidade, a fada que presidiu o nascimento de certa personagem de Machado de Assis, claridade opaca, luz coada por um vidro fosco, figura vaga e transparente, trajada de névoas, toucada de reflexos, sem contornos, sombra que ambula entre as sombras, ser e não ser, ir e não ir, a indefinição das formas e da vontade criadora. Cobrindo-a, sobre o esqueleto de ar, a túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante” (FAORO, 2001a, p. 837-838).

Há o tom de epopéia, que, ao final, reforça a marcha épica da narrativa de Faoro; mas uma epopéia da falta, do truncado e falhado. Mas seria preciso tal linguagem figurada? Seria preciso elevá-la a tal altura, como que procurando as altas montanhas de Zaratustra?

Hoje em dia, não temos mais dúvidas: o “o que” se diz depende do “como” se diz: o “estilo” está no cerne da linguagem da sociologia, a retórica no âmago da narrativa histórica. Assim, o sociólogo é também um escritor; e a medida em que ele é escritor é essencial para a caracterização da sua sociologia: é um atributo que faz que ela seja aquilo que é. A questão que se coloca, portanto, é como equilibrar escrita e pesquisa (sem deixar de lembrar que a própria escrita é pesquisa: pesquisa expressiva).

Relembro o caso Buffon, discutido por Wolf Lepenies:

“Ele é o último intelectual que pode basear sua reputação científica no seu talento para a exposição, mas também o primeiro a perder seu prestígio por ser excessivamente escritor e muito pouco pesquisador. [...] A fórmula usada por Buffon, que encerra a sua carreira e refreia a recepção de sua

obra, é a seguinte: *Stilo primus, doctrina ultimus*. Até que ponto se inicia com isso um desenvolvimento aparentemente irreversível evidencia-se quando invertemos a fórmula: *Doctrina primus, stilo ultimus* é uma censura que hoje nenhum cientista precisa temer. Na interrupção da carreira de Buffon e na acolhida instável de sua *Histoire naturelle* pode-se acompanhar o processo pelo qual as ciências vão paulatinamente se distanciando da literatura, e como os valores tradicionais, que se poderiam denominar literários, são excluídos do cânone do saber aceito. Esse processo não é linear nem irreversível. Ao contrário, é a disparidade de tempos que o caracteriza: não abrange todas as disciplinas, nem atinge com igual intensidade as disciplinas abrangidas” (LEPENIES, 1996, p. 13).

Desse caso exemplar, Lepenies tira a seguinte conclusão, que nos interessa:

“[...] desde cedo se estabelece um processo de purificação no interior das disciplinas: áreas de especialização como a sociologia, que ainda devem conquistar seu reconhecimento dentro do sistema das ciências, buscam obter esse reconhecimento distanciando-se das formas literárias primitivas da própria disciplina, que procedem de modo mais classificatório-narrativo que analítico-sistematizador. Esse processo resulta numa competição de interpretações entre uma intelectualidade literária constituída por escritores e críticos e uma intelectualidade ligada à ciência social. O problema da sociologia está no fato de que ela pode sem dúvida imitar as ciências naturais, mas não pode efetivamente tornar-se uma ciência natural da sociedade. Se renunciar, porém, à sua orientação científica, ela retorna a uma perigosa proximidade com a literatura” (1996, p. 17).

Isto demarca, então, o lugar do problema da linguagem de Faoro, com o seu uso liberal da metáfora, da analogia, da linguagem figurada. O ideal de uma sociologia como ciência positiva é o ideal de uma “objetivação completa”: supõe, exige e promove o acabamento da terminologia, a precisão conceitual (os termos têm um sentido próprio que não pode se misturar e embaralhar no senso comum⁷⁴): tudo (ou ao menos tudo o que importa para a sociologia) pode e precisa ser definido, a fim de abolir o “provisório”. Enquanto houver o provisório, a sociologia permanece projeto, inacabada, não se realiza. Portanto a

tarefa do sociólogo está definida na tarefa do acabamento: da fundação, que é fundamentação, da linguagem da sociologia⁷⁵.

Portanto, o problema pode ser formulado novamente do seguinte modo: sob que condições a metáfora (e a linguagem figurada em geral) é legítima na linguagem da sociologia?

Ou ainda, revolvendo a formulação: a metáfora (linguagem figurada) é um resto (acientífico, mitológico) na linguagem da sociologia (um resto que precisa ser eliminado, isto é, que formula a tarefa de purificação da linguagem) ou é um elemento fundamental (que formula a tarefa de compreender o seu estatuto)?

Se há uma dimensão da linguagem figurada que não é redutível, então há um resto, que não se deixa substituir por uma linguagem mais “precisa” e/ou conceitual. E, se assim é, torna-se preciso analisar esse resto, vale dizer, qual a função enunciativa e expressiva daquilo que não é redutível ao conceito.

Nesse ponto, vale seguir Hans Blumenberg, que pensou sobre o assunto: tais restos

“[...] precisaria[m] decerto nos levar a refletir novamente acerca da relação de fantasia e *logos*, e na verdade no sentido de que o domínio da fantasia deve ser tomado não apenas como substrato para uma transformação em conceito [...], mas sim como uma esfera catalisadora, junto à qual o mundo do conceito se enriquece continuamente, sem contudo, com isso, converter e consumir esse domínio fundador” (BLUMENBERG, 1999, p. 11).

Não há como não lembrar de Giambattista Vico, com sua linguagem e expressividades únicas, que balizam os inícios do pensamento histórico-social moderno. Há algo que se recusa a ser reduzido ao denominador comum de uma linguagem totalmente conceptualizada, e o uso da linguagem figurada, por Faoro, está a nos dizer que há um domínio da inconceptualidade que se avizinha ao nosso esforço sociológico e do qual não podemos abdicar, caso queiramos dizer aquilo que precisa ser dito.

74. “Na realidade, as palavras da linguagem comum, tal como os conceitos que elas exprimem, são sempre ambíguas e o seu direto emprego científico, a partir do seu uso normal, sem as submeter a nenhuma transformação, conduziria às mais graves confusões. [...] Se portanto se aceita a aceção vulgar, corre-se o risco de distinguir o que deve ser confundido ou de confundir o que deve ser distinguido” (DURKHEIM, 1987, p. 7).

75. Sigo sob inspiração de Blumenberg (1999, p. 7 e seguintes).

Há, portanto, uma dimensão pragmática na linguagem figurada de Faoro, da epígrafe ao final de *Os donos do poder*. É um modo de apresentar, ou ao menos tentar apresentar, o mundo tal como o sociólogo o compreende. O mesmo Blumenberg, embora falando da metáfora, indicou o caminho seguido por Faoro:

“Por isso uma metaforologia, se não quiser se limitar à realização da metáfora para a formação do conceito, mas sim tomá-la como uma guia da tomada de consideração frente ao mundo da vida, não se realizará sem uma incursão no horizonte mais amplo de uma teoria da inconceptualidade. [...] O desterro da metáfora em um mundo determinado pela experiência disciplinada é perceptível no mal-estar que toca a tudo o que não satisfaz o *standard* da linguagem que tende à univocidade objetiva” (BLUMENBERG, 1997, p. 93-94).

Esse mal-estar é o mal-estar que Faoro detectou em seus primeiros leitores, que criticavam-lhe a linguagem bizarra. E é neste contexto que a epígrafe de *Assim falou Zaratustra* precisaria ser compreendida. Se em Nietzsche o discurso aforístico situa-se em oposição matutada ao discurso científico e cientifizante, esta diferença que faz diferença marcou desde sempre alguma vertente da sociologia, celebrizada na contraposição de ensaio e tratado e tudo o que daí advém. A palavra de Faoro, vê-se, não abre mão da dimensão expressiva e poética, contundente e dramática, livre e barroca, nervosa, encadeada à linguagem objetivista, fria e neutralizada, à qual injeta vida. Há uma doutrina das semelhanças que plasma linguagem e objeto, expressão e conteúdo, e que é constituinte, fundante, de *Os donos do poder*.

Quero crer que este meu comentário final não é puro desvario: em parte, é por conta da linguagem de Faoro que a obra deste permanece pouco discutida; certamente, não por falta de oportunidade, seja histórica, seja sociológica. Nós outros, agora convertidos em seus herdeiros, temos de nos haver com essa herança⁷⁶.

76. Este texto é parte de um estudo mais amplo, que foi publicado em forma de livro pela editora Cosac & Naify em 2007. Versões prévias e parciais foram publicadas nos seguintes artigos: “Influências e invenção na sociologia brasileira (Desiguais porém combinados)”. lin: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. Vol. 4, São Paulo/Brasília, Sumaré/Anpocs/Capes, 2002, p. 85-174; “Esquema (parcial) de Antonio Candido”. lin: *Novos Estudos*, nº. 64, novembro 2002, p. 177-188; “Erich Auerbach sociólogo”. lin: *Tempo social*, vol. 16, nº 1, 2004, p. 61-91.

Bibliografia

- ABRAMS, M. H. (1971) *The Mirror and the Lamp. Romantic Theory and the Critical Tradition*. London, Oxford University Press.
- ADORNO, Theodor. (1981) “Balzac-Lektüre”. In: *Noten zur Literatur*. Frankfurt/M, Suhrkamp.
- ARANTES, Paulo E. (1992) *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo, Paz e Terra.
- ASSIS, Machado de. (1986) *Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, vol. 3.
- AUERBACH, Erich. (1958) *Literatursprache und Publikum in der lateinischen Spätantike und im Mittelalter*.
- _____. (1994) *Mimesis – Dargestellte Wirklichkeit in der abendländischen Literatur*. Tübingen/Basel, Francke, 9ª ed.
- _____. (1951) *Vier Untersuchungen zur Geschichte der französischen Bildung*. Bern, Francke.
- _____. (1953) “Epilegomena zu Mimesis”. In: *Romanische Forschungen*, vol. 65, nº 1-2.
- _____. (1970) *Introdução aos estudos literários*. São Paulo, Cultrix.
- AXT, Gunter. (s. d.) “Revisitando *Os donos do poder* de Raymundo Faoro: uma abordagem historiográfica”. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/institu/memorial/artigofaoro.php>>.
- BALZAC, Honoré de. (1955) *A comédia humana*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Globo, vol. 1.
- BLUMENBERG, Hans. (1999) *Paradigmen zu einer Metaphorologie*. 2ª ed. Frankfurt/M, Suhrkamp.
- _____. (1997) *Schiffbruch mit Zuschauer*. Frankfurt/M, Suhrkamp.
- CANDIDO, Antonio. (2000) *Literatura e sociedade*. São Paulo, T. A. Queiroz/Publifolha.
- _____. (1998) *O discurso e a cidade*. 2ª ed. São Paulo, Duas Cidades.
- DURKHEIM, Émile. (1987) *O suicídio. Estudo sociológico*. 4ª ed. Lisboa, Presença.
- FAORO, Raymundo. (2001) *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Globo.
- _____. (2001a) *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro, Globo, 3ª. edição.

- _____. (1958) *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 1ª ed. Porto Alegre, Globo.
- _____. (1994) *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Ática.
- GLEDSON, John. (1991) *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo, Cia. das Letras.
- GOODMANN, Nelson. (1995) *Ways of Worldmaking*. Indianapolis, Hackett.
- GOMES, Eugênio. (1967) *O enigma de Capitu. Ensaio de interpretação*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- GOMES, E. (s.d.) “Machado de Assis – influências inglesas”. In: *Espelho contra espelho. Estudos e ensaios*. São Paulo, Progresso.
- GRAVENITZ, G. V. e MARQUARD, O. (orgs.) (1998) *Kontingenz. Poetik und Hermeneutik*. München, W. Fink, vol. 17.
- HAMBURGER, Käte. (1949) “Zwei Formen Literatursoziologischer Betrachtung. Zu Erich Auerbachs Mimesis und Georg Lukács Goethe und seine Zeit”. In: *Orbis Litterarum*, Tome VII, Fasc. 1-2.
- LEPENIES, W. (1981) “Einleitung. Studien zur kognitiven, sozialen und historischen Identität der Soziologie”. In: LEPENIES, W. (org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt/M, Suhrkamp, vol. 1.
- _____. (1996) *As três culturas*. São Paulo, Edusp.
- LUHMANN, Niklas. (1998) “Contingency as Modern Society’s Defining Attribute”. In: *Observations on Modernity*. Stanford, Stanford University Press.
- LUHMANN, Niklas. (2002) “Ciência incompreensível. Problemas de uma linguagem própria à teoria”. In: *Novos Estudos*, nº 63, julho.
- LUKÁCS, Georg. (1948) “Aktualität und Flucht”. In: *Schicksalswende. Beiträge zu einer neuen deutschen Ideologie*. Berlin, Aufbau.
- _____. (1934) “Der Roman”. In: BENSELER, F. (org.). *Moskauer Schriften. Zur Literaturtheorie und Literaturpolitik 1934-1940*. Frankfurt/M, Sandler, 1981.
- _____. (1948a) “Erzählen oder Beschreiben? Zur Diskussion über Naturalismus und Formalismus”. In: *Schicksalswende. Beiträge zu einer neuen deutschen Ideologie*, op. cit., pp. 115-179.
- _____. (1971) “Marx und das Problem des ideologischen Verfalls”. In: *Werke. Probleme des Realismus 1*. Neuwied/Berlin, Luchterhand.

- _____. (1937) *Der historische Roman*. In: *Werke. Probleme des Realismus III*. Neuwied/Berlin, Luchterhand, 1965.
- LUHMANN, Niklas. (2002) “Ciência incompreensível. Problemas de uma linguagem própria à teoria”. In: *Novos Estudos*, nº 63, julho.
- MARVELL, A. (1986) “To His Coy Mistress”. In: *The Metaphysical Poets. Selected and Edited by Helen Gardner*. Harmondsworth, Penguin.
- MARX, Karl. (1966) *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie*. Berlin, Dietz, vol. 1 (MEW, 23).
- MERLAU-PONTY, Maurice. (1955) *Les aventures de la dialectique*. Paris, Gallimard.
- MOREIRA, Maria Sylvia C. Franco. (1970) “Realidade social e representação literária: um exemplo brasileiro (A Vontade Santa)”. In: *O moderno e suas diferenças*. Tese de livre-docência, FFLCH-USP.
- NIETZSCHE, Friedrich. (1993) *Also sprach Zarathustra*. Kritische Studienausgabe, org. G. Colli e M. MONTINARI, M. 3ª ed., München, DTV/W. de Gruyter, vol. 4.
- NOVAIS, Fernando. (1984) “Passagens para o Novo Mundo”. In: *Novos Estudos*, nº 9.
- PEREIRA, Astrojildo. (1939) “Romancista do Segundo Reinado”. In: *Machado de Assis. Ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte, Oficina de livros, nova ed., 1991.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. (1988) *História da literatura brasileira: Prosa de ficção – de 1870 a 1920*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia.
- PRADO JR., Bento. (1985) “A sereia desmistificada”. In: *Alguns ensaios*. São Paulo, Max Limonad.
- SCHILLER, Friedrich. (1997) “Über naive und sentimentalische Dichtung”. In: *Sämtliche Werke*. 9ª ed. München, C. Hanser, vol. 5.
- SCHULZ-BUSCHHAUS, Ulrich. (1987) “Typen des Realismus und Typen der Gattungsmischung – Eine Postille zu Erich Auerbachs ‘Mimesis’”. In: *Sprachkunst*, 20.
- SCHWARZ, Roberto. (1977) *Ao vencedor as batatas (I). Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 1ª ed. São Paulo, Duas Cidades.
- _____. (2000) *Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª ed. São Paulo, Duas Cidades/34.

- _____. (1998) *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 3ª ed. São Paulo, Duas Cidades.
- _____. (1979) “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”. In: ARINOS, Afonso *et alii*. *Esboço de figura. Homenagem a Antonio Candido*. São Paulo, Duas Cidades.
- _____. (1979a) “Duas notas sobre Machado de Assis”. In: *Que horas são?* São Paulo, Cia. das Letras.
- TÁTI, Miécio. (1961) *O mundo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, São José.
- TROTSKY, Leon. (1977) *A história da Revolução Russa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 1.
- WEBER, Max. (1980) *Wirtschaft und Gesellschaft*. 5ª ed. rev. Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck).

